



Relatório Anual de Sustentabilidade 2010

endesa brasil 10



EndesaBrasil
Relatório Anual
de Sustentabilidade 2010

Índice

4	Principais indicadores
5	Perfil
7	Visão, Valores
8	Reconhecimentos
11	Marcos históricos
12	Mensagem da Administração
14	Apresentação do relatório
18	Estratégia e gestão
22	Gestão de riscos
25	Gestão de ativos intangíveis
26	COMPROMISSOS
29	Relacionamento com as partes interessadas
32	CONDUTA
38	Comportamento ético
40	PESSOAS
55	Parceiros e fornecedores
58	CLIENTES
67	SOCIEDADE
75	Ações sociais
81	MEIO AMBIENTE
84	Mudanças climáticas
86	Uso eficiente de recursos
91	Biodiversidade
93	Eficiência energética
95	INOVAÇÃO
100	ACIONISTAS
103	Desempenho dos negócios
107	Desempenho econômico-financeiro
115	Práticas de cumprimento do Pacto Global
118	Balço Social Ibase
120	Sumário GRI
127	Demonstrações financeiras
220	Informações corporativas



Principais indicadores |GRI 2.8|

	2006	2007	2008	2009	2010	Var. (%)
Econômico-financeiros (R\$ mil)						
Receita operacional líquida	4.106.492	4.964.390	5.056.389	6.151.279	6.702.540	9,0%
EBITDA	1.427.381	1.730.130	1.936.072	2.246.344	2.227.035	-0,9%
Lucro líquido	376.044	573.077	580.236	1.128.618	1.085.433	-3,8%
Dívida bruta	2.599.790	3.213.521	3.223.897	3.176.025	2.653.974	-16,4%
Dívida líquida	1.776.205	2.163.676	2.043.983	1.976.838	1.550.916	-21,5%
Dívida líquida/EBITDA (vezes)	1,24	1,25	1,06	0,88	0,70	-20,9%
Margens						
Margem bruta	27,0%	27,4%	28,1%	26,4%	22,9%	-3,5 pp
Margem líquida	9,2%	9,5%	11,5%	18,4%	16,2%	-2,1 pp
Margem EBITDA	34,8%	34,9%	38,3%	36,5%	33,2%	-3,3 pp
Operacionais						
Distribuição						
Energia faturada (GWh)	14.182	14.890	16.621	17.142	18.425	7,5%
Número de clientes (mil)	4.860	5.068	5.308	5.431	5.665	4,3%
Energia distribuída por cliente ativo (MWh)	3,47	3,33	3,28	2,95	3,25	10,3%
Perdas técnicas e comerciais (%)	20,07%	17,14%	16,92%	17,65%	16,77%	-0,8pp
Produtividade (MWh/colaborador – próprios)	5.202	5.552	6.427	6.233	7.417	19,0%
Nº de clientes/colaborador próprio	1.783	1.890	2.061	1.992	2.281	14,5%
Geração						
Energia gerada (GWh) ⁽²⁾	7.013	7.307	7.021	6.490	6.586	1,5%
Energia transmitida (GWh)	565	1.934	1.331	1.277	1.270	-0,5%
Colaboradores						
Total de colaboradores	16.869	17.620	18.050	16.709	17.731	6,1%
Próprios	2.933	2.900	2.800	2.768	2.731	-1,3%
Parceiros	13.587	14.309	14.870	13.546	14.525	7,2%
Estagiários	341	335	356	359	390	8,6%
Jovens-aprendizes	8	76	24	36	85	136,1%
Socioambientais						
Investimentos em meio ambiente (R\$ mil)	32.548	40.560	47.358	43.568	86.254	97,9%
Investimento social externo (R\$ mil) – recursos próprios	211.052	244.474	294.492	142.962	253.808	77,5%

Perfil

Uma das cinco maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Endesa Brasil S. A. é uma *holding* de companhias que atuam em distribuição, geração, prestação de serviços, conversão e transmissão de energia. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em quatro estados brasileiros. [|GRI 2.1, 2.4|](#)

Os serviços de distribuição são destinados a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e de setores públicos, com fornecimento de energia a aproximadamente 15 milhões de pessoas, com 5,7 milhões de clientes, nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará. Na geração, são atendidas distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País. As atividades de conversão são destinadas à transmissão de energia entre Brasil e Argentina, sendo o governo daquele país o contratante. Por meio da Prátil, empresa criada em 2010, oferece produtos massivos e presta serviços corporativos e institucionais, a exemplo de instalações elétricas e eficiência energética, para pessoas físicas e jurídicas no Ceará e no Rio de Janeiro. [|GRI 2.5, 2.7, 2.9|](#)

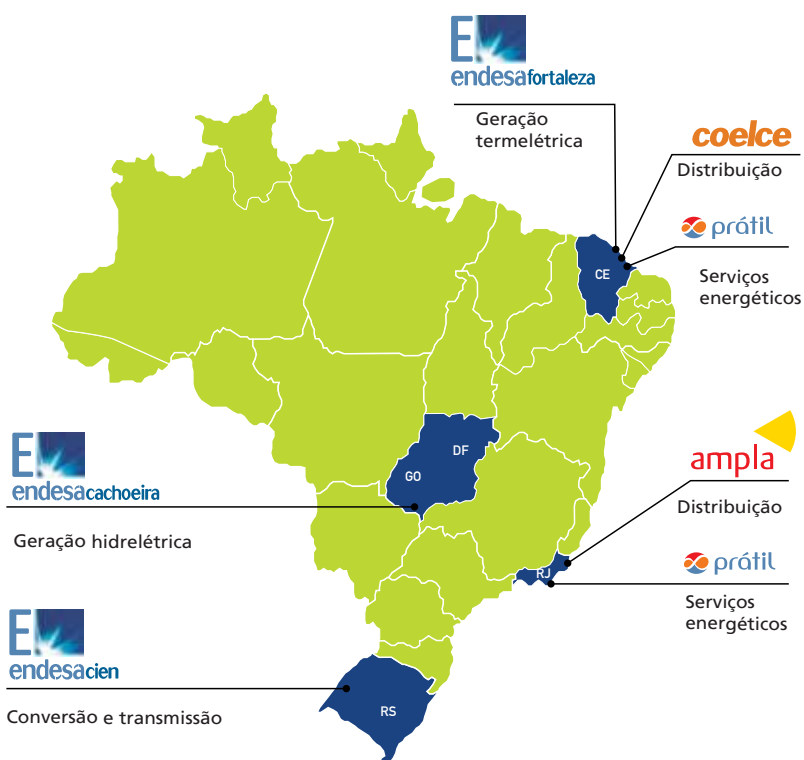
A Endesa Brasil somava, em dezembro de 2010, 17.731 colaboradores, sendo 2.731 próprios, 14.525 parceiros, 390 estagiários e 85 jovens-aprendizes. Com capacidade instalada de 984,6 MW, as usinas têm fonte hidráulica (658 MW) e térmica (326,6 MW) – a energia vendida no ano chegou a 6.586 GW. A interconexão entre os sistemas energéticos do Brasil e da Argentina apresenta capacidade de 2.200 MW, tendo transmitido 1.277 GWh/ano. Na distribuição, o volume total de venda e transporte de energia foi de 18.425 GWh em 2010. Com receita líquida de R\$ 6,7 bilhões, registrou geração de caixa de R\$ 2,2 bilhões e lucro líquido de R\$ 1,1 bilhão. [|GRI 2.8|](#)

Sociedade anônima de capital fechado, a Endesa Brasil é controlada, por meio da Enersis, pela Endesa S.A. (97,3% das ações), a maior empresa de energia da Espanha e principal companhia privada de energia da Península Ibérica e da América Latina, com ativos em oito países (Espanha, Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Marrocos, Peru e Portugal). A Endesa S.A., por sua vez, tem 92% de seu capital detido pela Enel SpA, maior companhia elétrica da Itália e a segunda maior da Europa em capacidade instalada, com operações em 40 países de quatro continentes. [|GRI 2.6|](#)

A Endesa Brasil engloba as seguintes empresas: [|GRI 2.2, 2.3|](#)

- **Ampla** – Distribui energia para uma população de 6,3 milhões de pessoas em 66 municípios do Estado do Rio de Janeiro. No final de 2010, atendia 2,6 milhões de clientes.
- **Coelce** – Eleita pela segunda vez consecutiva a melhor distribuidora de energia do Brasil, segundo a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), distribui energia elétrica a 8,5 milhões de habitantes em todos os 184 municípios cearenses, em um território de 149 mil quilômetros quadrados.
- **Endesa Cachoeira** – Geradora hidrelétrica, está instalada no Rio Paranaíba, em Cachoeira Dourada, no Estado de Goiás. Criada na década de 1950 e constituída como sociedade anônima de capital fechado, foi adquirida em 1997 pela Endesa.
- **Endesa Cien** – Empresa de conversão e transmissão de energia, tem sede em Niterói (RJ) e unidade operacional na cidade de Garruchos (RS). As Interconexões Energéticas Garabi I e II estão aptas a transferir energia do Brasil, que opera em 60 hertz, para a Argentina e o Uruguai, que utilizam a frequência de 50 hertz.
- **Endesa Fortaleza** – É responsável pela produção de energia via ciclo combinado de gás natural e vapor e tem sede na cidade de Caucaia (CE), dentro do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, a 50 quilômetros de Fortaleza.
- **Prátil** – Criada em 2010, presta serviços energéticos para o setor corporativo e institucional. Também oferece produtos para pessoas físicas, como seguros e planos de previdência, nas lojas de Ampla e Coelce e por canal porta a porta. [|GRI 2.9|](#)

Área de atuação [|GRI 2.5|](#)



Visão, Valores |GRI 4.8|

VISÃO

Em curto e médio prazo (2013): Ser um agente protagonista no mercado brasileiro.

Em longo prazo (2020): Ser o maior grupo privado de energia do Brasil.

VALORES

Respeitamos a vida

Por meio das atitudes de:

- Segurança em tudo que fazemos
- Compromisso com a sociedade e o meio ambiente
- Respeito às pessoas

Somos simples

Por meio das atitudes de:

- Simplicidade nas ações
- Transparência e confiança nas relações

Criamos valor

Por meio das atitudes de:

- Inovação em processos e negócios
- Compromisso e profissionalismo
- Parcerias sustentáveis
- Tratar custos como donos do negócio

Ampla

VISÃO: Construir até 2013 a distribuidora de energia mais rentável do Brasil e a empresa mais admirada do Rio de Janeiro.

MISSÃO: Iluminar a vida das pessoas.

Coelce

VISÃO: A Coelce quer ser até 2011 uma das três melhores distribuidoras de energia elétrica do Brasil; Estar entre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil; Ter clientes muito satisfeitos; Estar entre as cinco melhores empresas em competitividade; Presença no dia-a-dia das pessoas para a melhoria da sua qualidade de vida.

MISSÃO: Gente e energia para um mundo melhor!

Endesa Geração

VISÃO: Ser o maior grupo privado em geração e comercialização de energia do Brasil, reconhecido como referência em sustentabilidade, eficiência e integração energética.

MISSÃO: Energia para todas as gerações.

Reconhecimentos |GRI 2.10|

- **Prêmio Abradee de Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil** – Pelo segundo ano consecutivo, a Coelce foi classificada como a Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil, além de ocupar a liderança na categoria de Avaliação do Cliente, no prêmio concedido pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee). Destacou-se ainda como a Melhor Distribuidora do Nordeste (quinta vez consecutiva) e ocupou o 1º lugar em Gestão Operacional.
- **Prêmio Nacional da Qualidade** – A Ampla foi reconhecida como Destaque no critério Sociedade, em prêmio concedido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). São valorizadas empresas que operam com padrões de excelência da gestão em suas práticas de responsabilidade socioambiental, incluindo relacionamento com a comunidade, desenvolvimento social e preservação do meio ambiente.
- **Prêmio Cier de Calidad – Satisfacción de Clientes** – A Coelce conquistou, pela segunda vez, esse reconhecimento concedido pela Comissão de Integração Energética Regional (Cier), organismo internacional do setor energético na América Latina. Obteve o melhor Índice de Satisfação do Cliente com a Qualidade Percebida (Iscal) do grupo de empresas com mais de 500 mil consumidores, com destaque para a melhor avaliação nos aspectos de responsabilidade social.
- **Prêmio Abrasca – Relatório Anual** – O Relatório Anual de Sustentabilidade 2009 da Endesa Brasil foi considerado o melhor do País, no Prêmio Abrasca, promovido pela Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto, entre as companhias de capital fechado com receita bruta anual acima de R\$ 1 bilhão. Já o relatório da Endesa Cachoeira ficou em segundo lugar entre as empresas de capital fechado com receita inferior a R\$ 1 bilhão.
- **Prêmio Abradee de Responsabilidade Social** – Primeiro lugar no *ranking* 2010 do Questionário Ethos-Abradee, quesito com o maior peso do Prêmio Abradee de Responsabilidade Social. O questionário mede a incorporação de práticas de responsabilidade social empresarial ao dia a dia das companhias, considerando as áreas e os temas mais relevantes para a sustentabilidade. A Ampla conquistou a liderança em quatro dos nove temas (meio ambiente, manejo de resíduos, fornecedores e governo/sociedade).
- **Prêmio Qualidade Rio 2010** – A Ampla recebeu um troféu em reconhecimento pelo desempenho no Prêmio Nacional da Qualidade 2010 (PNQ). O PQR, coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços, tem o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico, o fortalecimento da cidadania e a melhoria da qualidade e da produtividade dos bens e serviços desenvolvidos no Estado do Rio de Janeiro.

- **Rumo à Credibilidade 2010** – Pela segunda vez, os relatórios de sustentabilidade de Ampla e Coelce foram incluídos na relação das dez publicações de maior credibilidade no Brasil, de acordo com a pesquisa *Rumo à Credibilidade 2010*, elaborada pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) em parceria com a consultoria inglesa SustainAbility.
- **Prêmio Aberje** – Em 2010, a Coelce foi a empresa mais premiada pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje). Na etapa nacional, recebeu três prêmios: Ecoelce (Comunicação de Programas voltados à Sustentabilidade Empresarial); Pé na Estrada (Comunicação e Relacionamento com a Imprensa); e Cine Coelce (Comunicação de Programas, Projetos e Ações Culturais), além Empresa do Ano e Personalidade do Ano da Região Norte e Nordeste, reconhecimento concedido à sua gerente de Comunicação, Danielle Luz. Além disso, sete cases das empresas da Endesa Brasil ganharam categorias regionais. Região Espírito Santo e Rio de Janeiro: Programa Saber Viver, de Endesa Brasil, e *Revista Consciência Ampla*, de Ampla; Região Sul: Mulheres Integradas, de Endesa Cien; Região Norte e Nordeste: os três projetos premiados na etapa nacional mais o *Você Pergunta, a Coelce Responde*.
- **Prêmio Fundação Coge 2010** – A Ampla venceu na categoria Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, com o projeto Sistema de Gestão Integrada, que reflete a segurança do trabalho como um de seus valores principais. Concorreram ao prêmio 21 companhias de todo o Brasil.
- **Certificação ambiental** – A Ampla foi reconhecida entre as empresas certificadas em conformidade com a Norma ISO 14001, em homenagem promovida pela *Revista Meio Ambiente Industrial* pela evolução no processo de certificação.
- **Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil / Guia Exame-Você S.A.** – Pelo quinto ano consecutivo, a Coelce integrou a relação de 150 companhias elaborada pelo *Guia Exame-Você S.A.* Conquistou a nona posição do *ranking*, com Índice de Felicidade no Trabalho de 84,3 (82,5 em 2009) sendo a única companhia do Nordeste e do setor elétrico a configurar nesse selecionado grupo. Entre as empresas de médio porte (com até 1.500 colaboradores), conquistou a terceira colocação.
- **Melhores Empresas para Trabalhar / Época e Great Place to Work** – A Coelce foi listada entre as 100 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, na pesquisa da revista *Época* e Great Place to Work, entre as 774 empresas concorrentes no Brasil, posicionando-se no 55º lugar. Integrou ainda a relação das melhores do Ceará (4º lugar) e como empresa destaque para portadores de necessidades especiais no Estado.
- **Prêmio Socioambiental Chico Mendes** – O programa Ecoelce, que troca resíduos recicláveis por descontos na conta de energia, foi premiado pelo Instituto Chico Mendes, em reconhecimento a iniciativas de desenvolvimento sustentável por meio da promoção da vida humana e da conservação ambiental.

- **Prêmio Corresponsables** – O Ecoelce foi um dos cinco projetos de grandes empresas premiados pela entidade espanhola Fundación Corresponsables, que busca valorizar as instituições que ampliam a cultura de responsabilidade social.
- **Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)** – Pelo quinto ano consecutivo, a Coelce permaneceu na lista da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) de empresas comprometidas com governança e equilíbrio nos desempenhos econômico, social e ambiental.
- **Certificado Empresa Cidadã** – Prêmio concedido pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRC-RJ) a Ampla e Coelce, como reconhecimento aos investimentos em ações de responsabilidade socioambiental.
- **Prêmio Finep de Inovação** – A Iniciativa “Deu Certo” e a gestão do programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) contribuíram para a Coelce ser classificada como a segunda melhor empresa do Nordeste em Gestão da Inovação. A premiação é dada pela Financiadora de Estudos e Projetos do Ministério da Ciência e Tecnologia (Finep).
- **Prêmio Contribuintes do Ceará** – Terceiro ano de reconhecimento à Coelce pela contribuição ao desenvolvimento estadual, por meio do recolhimento correto e regular do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).
- **Prêmio Delmiro Gouveia** – A Coelce recebeu, pelo terceiro ano seguido, o título de Maior Empresa do Ceará, que reúne os critérios de vendas, patrimônio, ativos, resultado final, impostos gerados e número de funcionários. A Endesa Fortaleza foi Destaque Indústria entre empresas com faturamento acima de R\$ 90 milhões. Iniciativa do jornal *O Povo*, a premiação tem parceria da Bolsa de Valores de São Paulo, Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e Apimec/NE.
- **Selo de Responsabilidade Cultural 2010** – Reconhecimento pela contribuição da Coelce para o desenvolvimento e valorização da diversidade cultural do Ceará. O selo é promovido pela Secretaria de Cultura do Estado.
- **Safety Recognition Award 2010** – A Endesa Cachoeira recebeu da Enel o prêmio na categoria “Zero Acidente”. Desde 2007, a usina não apresenta registro de acidentes com afastamento de colaboradores próprios e empresas parceiras. O Brasil foi o único país a receber o prêmio na divisão Ibérica e na América Latina.
- **Valor 1000** – Endesa Cachoeira (12º) e Endesa Fortaleza (19º) foram listadas entre as 20 empresas destaque em margem líquida do anuário *Valor 1000*. Realizado pelo jornal *Valor Econômico*, o anuário aponta as mil maiores companhias no Brasil por receita líquida e seleciona, entre elas, os destaques de cada quesito e setor.

Marcos históricos

- 1996** A Endesa S.A. inicia suas operações no Brasil, com a aquisição da Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro (Cerj) – atual Ampla – por meio de leilão.
- 1997** A Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada é adquirida pela Endesa em leilão realizado pelo governo estadual. No mesmo ano, é constituída a Companhia de Interconexão Energética S.A. (Cien), para facilitar o comércio de energia entre Brasil e Argentina.
- 1998** Consórcio Distriluz Energia Elétrica S.A., formado por Endesa España S.A., Enersis S.A., Chilectra S.A. e a atual Ampla, vence leilão de privatização da Companhia Energética do Ceará (Coelce).
- 2000** Endesa Cien-Garabi I começa a operar em junho, com capacidade total de transferência de energia de 1.100 MW.
- 2001** Início da construção da Central Geradora Termelétrica Fortaleza, em Caucaia, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE).
- 2002** Inaugurada a Endesa Cien-Garabi II, que dobra a capacidade total de transferência de energia para 2.200 MW.
- 2003** Início das operações da Endesa Fortaleza.
- 2004** Endesa Fortaleza é inaugurada oficialmente.
- 2005** É criada a *holding* Endesa Brasil.
- 2006** Ações da Coelce passam a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa.
- 2007** Ampla e Coelce são incluídas no *ranking* das 150 melhores empresas para trabalhar no Brasil, do *Guia Exame-Você S.A.*
- 2008** Definição de plano estratégico, com a meta de tornar a Endesa Brasil, até 2013, um dos três maiores grupos privados em atuação no setor elétrico. A Endesa Cachoeira comemora 50 anos de operação.
- 2009** Coelce vence o Prêmio Abradee, como melhor distribuidora do Brasil. Endesa Fortaleza ganha o Prêmio Top Energia, da Petrobras, como Empresa Destaque entre as termelétricas do País. Enel SpA passa a deter 92% do capital da Endesa S.A.
- 2010** Criada a Prátil, empresa de serviços. Coelce ganha o Prêmio Abradee, como melhor distribuidora do Brasil, pelo segundo ano consecutivo. Ampla é reconhecida pelo Prêmio Nacional de Qualidade no critério Sociedade. Endesa Cachoeira recebe da Enel o *Safety Recognition Award* 2010, na categoria “Zero Acidente”, e Endesa Cien completa dez anos de atividades.

Mensagem da Administração | GRI 1.1 |



Marcelo Llévanes
Presidente



Mario Santos
Presidente do Conselho de Administração
da Endesa Brasil

O ano de 2010 foi de importantes avanços nos principais objetivos e indicadores estratégicos da Endesa Brasil. Registramos evolução sob todas as perspectivas dos principais públicos que orientam nosso negócio: colaboradores, clientes, sociedade e acionistas, sempre alinhados aos nossos valores de respeito à vida, simplicidade e criação de valor.

Obtivemos resultados acima dos estimados, principalmente em razão do crescimento do mercado, de investimentos em eficiência e qualidade e de maior inserção nas comunidades nas quais estamos presentes. O bom desempenho se apresentou tanto nos negócios de distribuição como em geração e transmissão. Ampla e Coelce, juntas, levaram luz para mais 200 mil novos clientes e registraram crescimento de 7,5% no volume de energia vendida. A termelétrica Endesa Fortaleza alcançou alta produção, com 1.697 GWh; Endesa Cachoeira concluiu a automação de mais duas unidades geradoras, ampliando estabilidade e eficiência operacionais; e Endesa Cien obteve equiparação, para efeitos técnicos e comerciais, às concessionárias de transmissão em interligações internacionais. Além disso, estruturamos uma nova empresa, a Prátil, responsável por atuar em novos negócios, em mercados não regulados, a exemplo de serviços relacionados à energia.

Na perspectiva de colaboradores, entendemos que empresas têm a ver com pessoas, pois são elas que determinam o sucesso do negócio. Pensando assim, buscamos constantemente ser a melhor opção de trabalho para nossos colaboradores, com capacidade de atrair, reter e desenvolver os melhores profissionais. Coelce é uma referência nesse aspecto, figurando entre as dez melhores empresas para trabalhar no Brasil, de acordo com o guia *Exame-Você S/A*.

Como parte da nossa cultura de valorização da vida, trabalhamos focados na segurança das nossas pessoas. Nas distribuidoras, o programa Saber Viver vem conseguindo, desde sua criação em 2009, resultados importantes, como a redução de 85% na taxa de gravidade de acidentes em Ampla. Nas empresas de geração, registramos mais um ano sem acidentes, destacando-se o fato de Endesa Cachoeira ter recebido da Enel o prêmio Safety Recognition Award 2010 na categoria "Zero Acidente", colocando o Brasil como o único país a receber o prêmio na divisão Ibérica e América Latina.

Do ponto de vista dos clientes, conquistamos com Coelce o título de Melhor Empresa de Distribuição do Brasil e da América Latina, nos *rankings* da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) e da Comisión de Integración Energética Regional (Cier). Pelo segundo ano consecutivo, a empresa obteve a melhor avaliação dos clientes, com índice de 92,2% de satisfação em pesquisa conduzida pela Abradee.

Em Ampla, trabalhamos duro para ampliar a qualidade dos serviços, que foi impactada pelas fortes chuvas que marcaram o Rio de Janeiro em 2010, efeito de uma mudança climática global veloz e imprevisível. Em meio a um cenário de desastre, milhares de pessoas foram atingidas e, lamentavelmente, várias vidas perdidas. Reunimos esforços, mobilizamos a empresa e contribuimos com recursos financeiros, técnicos e apoio social para auxiliar na retomada de condições dignas de vida para essas populações. Ao mesmo tempo, impulsionamos nosso Plano de Qualidade de Fornecimento que prevê investimentos

de R\$ 175 milhões nos próximos cinco anos. Essa ação já foi percebida pelos clientes, que melhoraram no decorrer do ano sua avaliação sobre a companhia, e estamos confiantes nos avanços significativos que serão alcançados.

Temos também um forte compromisso de inserção nas comunidades em que atuamos, aspecto que é um elemento essencial de nossa cultura empresarial. Nossos investimentos em iniciativas sociais atingiram R\$ 153 milhões em 2010, incluindo projetos de interação com a sociedade, educação de crianças e jovens, eficiência energética e programas de acesso à energia, beneficiando 1,7 milhão de pessoas nos Estados do Rio de Janeiro, do Ceará, de Goiás e do Rio Grande do Sul. Nosso desafio é aumentar o vínculo institucional e a capilaridade das ações, respeitando as características locais.

Investimos ainda R\$ 86 milhões em programas ambientais, com o objetivo de reduzir o impacto de nossas operações, com racionalização e reaproveitamento de recursos. Nesse aspecto, destacam-se programas pioneiros, como Ecoelce e Consciência Ecoampla, que consistem na troca de resíduos recicláveis por bônus na conta de energia elétrica. Contamos com 315 mil famílias cadastradas no Rio de Janeiro e no Ceará, que em 2010 trocaram 3.240 toneladas de resíduos por R\$ 378,2 mil de desconto na fatura de energia, combinando benefícios sociais, ambientais e econômicos.

Para o acionista, importam os resultados sustentáveis, que assegurem ganhos em um ano sem perder a competitividade no período seguinte. Nesse sentido, nossa receita líquida aumentou 9,0%, chegando a R\$ 6,7 bilhões, e investimos R\$ 877 milhões, volume 16,5% acima do ano anterior. Nosso lucro líquido totalizou R\$ 1,1 bilhão. De outro lado, registramos expressiva redução de 21,5% na dívida líquida.

Esse desempenho nas diferentes dimensões do negócio reflete de forma clara nossa adesão ao Pacto Global das Nações Unidas e os Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável que conduzem nossas ações.

Além de um amplo portfólio de projetos para atender às necessidades do mercado de energia, contamos com o respaldo de um dos grupos energéticos mais importantes em nível mundial, a ENEL-ENDESA, por meio da nossa matriz Enersis.

Para nós, o conceito de sustentabilidade significa alcançarmos resultados econômicos razoáveis, pelo maior período de tempo possível, mantendo um bom relacionamento com o entorno – colaboradores, clientes, sociedade e acionistas. Estamos cientes de que nossa atuação tem influência na vida de milhares de pessoas. São elas, em conjunto, que dão sentido a nosso trabalho.

Apresentação do relatório

“É importante essa iniciativa de reunir tantas instituições, de tantas áreas – educação, saúde, cultura, meio ambiente –, pois a gente acaba formando uma rede, uma espécie de família. O Relatório de Sustentabilidade deve contemplar os efeitos dessas parcerias, pois o resultado de cada instituição presente no processo de consulta certamente foi alterado sensivelmente.”

Ana Márcia Diógenes Lima,
coordenadora do Fundo das Nações
Unidas para a Infância (Unicef), no Ceará

Pelo quarto ano consecutivo, a Endesa Brasil publica seu Relatório de Sustentabilidade com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), que tem o objetivo de padronizar internacionalmente as informações relativas à sustentabilidade empresarial. Este documento consolida dados sobre o desempenho econômico, social e ambiental do período entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010 e engloba informações econômico-financeiras de todas as subsidiárias (Ampla, Coelce, Endesa Cachoeira, Endesa Cien, Endesa Fortaleza, Ampla Investimentos, Prátil e Investluz, no Brasil; e Companhia de Transmisión del Mercosur S.A. e Transportadora de Energía S.A. (Tesa), na Argentina). A edição anterior, referente a 2009, foi publicada em maio de 2010.

[GRI 3.1, 3.2, 3.3, 3.6, 3.7, 3.8]

Os dados financeiros, auditados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, seguem, pelo primeiro ano, as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), o que determinou algumas alterações em resultados publicados em 2009. Outras referências são certificações de qualidade (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001) e normas brasileiras aplicadas a relações trabalhistas. Os indicadores sociais e ambientais referem-se apenas às operações de distribuição, geração e transmissão no Brasil e foram obtidos por levantamentos e verificações internas, sem participação de auditoria externa. Mudanças de dados divulgados anteriormente são devidamente indicadas ao longo do documento. **[GRI 3.9, 3.10, 3.11, 3.13]**

O conteúdo foi organizado com base nos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável da Endesa – Conduta, Pessoas, Clientes, Sociedade, Meio ambiente, Inovação e Acionistas. Uma consulta a representantes dos diferentes públicos de relacionamento da companhia (acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores, governo e comunidade), aos quais o relatório é dirigido, definiu a relevância de 36 temas. Por telefone e e-mail foram ouvidas 25 pessoas (7 de públicos externos e 18 de públicos internos). Esse procedimento seguiu as orientações da GRI e foi realizado por consultoria externa (Editora Contadino). **[GRI 3.5]**

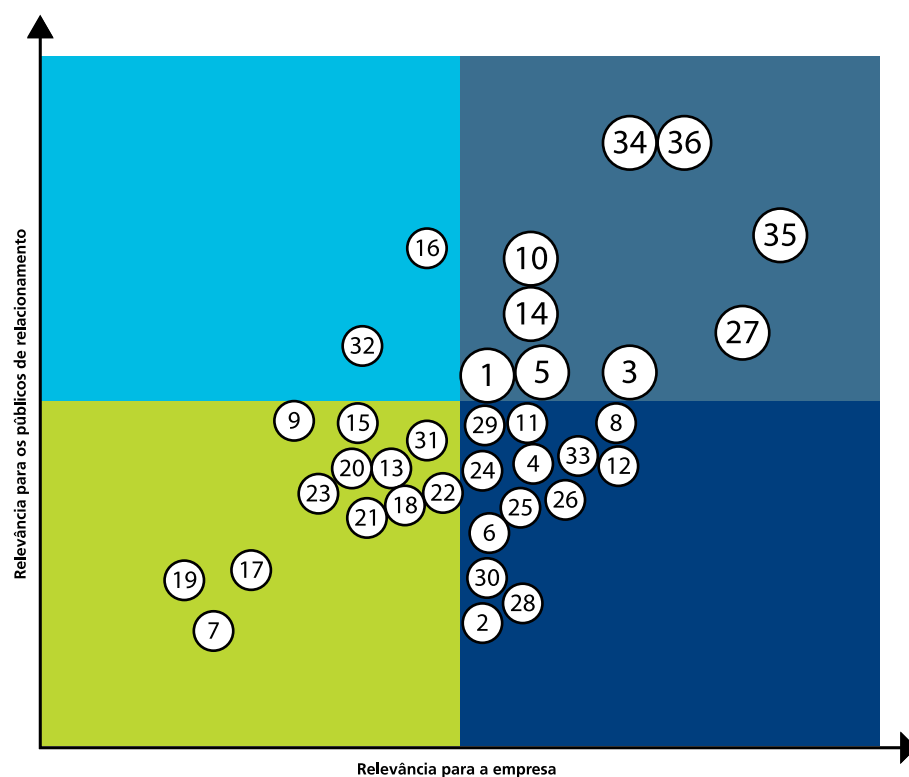
O processo foi iniciado a partir do mapeamento dos principais públicos, levando-se em conta a sua representatividade e a relação com os assuntos relevantes para a sustentabilidade da empresa. Esses aspectos são contemplados na definição dos Sete Princípios para um Desenvolvimento Sustentável que orientam a atuação das empresas Endesa (*mais informações no capítulo Compromissos*).

A seleção dos assuntos submetidos à consulta tomou por base o planejamento estratégico da companhia, preocupações manifestadas em sondagens realizadas em anos anteriores e aspectos destacados pela imprensa em notícias sobre a empresa publicadas em 2010.

Os resultados serviram para formar a matriz de materialidade, que representa graficamente o grau de relevância atribuído a cada assunto. Públicos internos e externos tiveram suas opiniões ponderadas de forma similar, com exceção de membros da diretoria, considerados com o dobro no peso na avaliação. A matriz indica, em seu quadrante superior direito, os temas mais relevantes para a organização, a partir da opinião de seus públicos. Já no quadrante inferior esquerdo estão os itens menos importantes.

Contatos para esclarecimentos sobre o conteúdo desta publicação podem ser feitos com Ana Paula Caporal, da Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Meio Ambiente e Responsabilidade Social Corporativa da Endesa Brasil, pelo telefone (21) 2613-7098 ou e-mail apcaporal@endesabr.com.br. [\[GRI 3.4\]](#)

Matriz de materialidade



Principais temas e preocupações | GRI 4.17 |

	Muito importante	Correlação com indicadores GRI	Princípios do Pacto Global
34	Disponibilidade, qualidade e segurança na oferta de energia	EU11	
35	Satisfação do cliente	PR5, PR9	
36	Relacionamento com os clientes	4.17	
27	Saúde e segurança do colaborador próprio e terceiro	LA6, LA7, LA8, LA9, EU16, EU18	1 e 3
3	Governança corporativa	4.1 a 4.10	1 a 10
10	Resultados econômico-financeiros	EC1	
5	Eficiência do sistema (geração, transmissão, distribuição)	EU6, EU12, EU28, EU29, EU30	
14	Oferta de acesso à energia (tarifa social, Luz para Todos)	EU23	
1	Compromissos com iniciativas externas	4.12	
Importante			
16	Gestão ambiental	EN14, EN26, EN29, EN30	7, 8 e 9
32	Oferta de informações claras e acessíveis	EU24	1 e 2
Medianamente importante			
8	Perdas de energia, regularização de ligações clandestinas	EU12	
12	Gestão dos impactos das operações da empresa sobre a sociedade	SO1	1, 2
11	Investimento na comunidade, em infraestrutura e serviços de benefício público	EC8, EU23	
33	Saúde e segurança do cliente	PR1	1
29	Treinamento e desenvolvimento	LA10, LA11, LA12, EU14	6
4	Práticas anticorrupção	SO2, SO3, SO4	10
26	Qualidade de vida dos colaboradores	LA8	1
25	Diversidade e igualdade de oportunidades, não discriminação	LA13, LA14	1 e 6
24	Geração de emprego	LA1, LA2, EC7	6
6	Impactos riscos e oportunidades para o negócio da empresa	1.2, 4.11, EU6, EU21, EC2	1 a 10
28	Trabalhadores parceiros	LA1, EU16, EU17, HR2, HR5, HR6, HR7	6
30	Acesso a serviços e produtos para clientes especiais	EU24	1 e 2
2	Crítérios na seleção de fornecedores e em investimentos	HR1, HR2, HR5, HR6, HR7, EN27	1 e 2
Pouco importante			
22	Eficiência energética	EU7	7 e 8
18	Investimentos e gastos com proteção ambiental	EN30	7, 8, 9
15	Consumo de recursos naturais (água, energia)	EN1, EN2, EN3, EN4, EN8	7, 8, 9
31	Canais de atendimento	PR5	
13	Direitos humanos	HR1 a HR9	1, 2
21	Fontes renováveis de energia	EN3	7, 8 e 9
9	Pesquisa e desenvolvimento	EU8	
20	Cuidados ambientais na oferta de produtos e serviços	EN26	7, 8 e 9
23	Educação sobre serviços energéticos	EU7	
17	Biodiversidade	EN11 a EN15	7 e 8
19	Mudanças climáticas	EC2, EU5	7
7	Incentivos governamentais	EC4	

Níveis de aplicação

A Endesa Brasil autodeclara que este relatório atende ao Nível A de aplicação das diretrizes GRI G3. Para isso, cumpriu os requisitos apontados no quadro abaixo:

	C	C+	B	B+	A	A+
Perfil da G3 RESULTADO	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8; 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4; 4.14 a 4.15		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13; 4.16 a 4.17		O mesmo exigido para o nível B	
Informações sobre a forma de gestão da G3 RESULTADO	Não exigido	Com verificação externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com verificação externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com verificação externa
Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial RESULTADO	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que Endesa Brasil S.A. apresentou seu relatório "Relatório Anual de Sustentabilidade 2010" para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de Itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3 da GRI.

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 16 de agosto de 2011



Nelmara Arbex
Vice-Presidente
Global Reporting Initiative



A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento de estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usados no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 20 de julho de 2011. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

Estratégia e gestão

O compromisso da Endesa Brasil com a sustentabilidade nos negócios se manifesta em diferentes ações e sistemas, que oferecem precisão na execução e acompanhamento das atividades. Objetivos, metas e indicadores são estabelecidos e monitorados de forma global, por meio de planejamento estratégico, e nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável.

Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade. Mensalmente, uma reunião geral envolve todos os colaboradores na exposição dos resultados da companhia no mês anterior. O encontro valida o compromisso com a transparência na relação com o público interno e representa um espaço em que a comunicação entre os colaboradores e a alta direção acontece livremente. As metas e os objetivos, traçados com base no modelo Balanced ScoreCard (BSC), consideram as perspectivas de colaboradores, clientes, sociedade e acionistas.

Em 2010, a Endesa Brasil iniciou as atividades de introdução do Modelo de Excelência da Gestão, com base no modelo da Fundação Nacional da Qualidade. No gerenciamento de pessoas, iniciou-se o programa de Gestão de Rendimento, ferramenta corporativa que pondera em uma matriz a atuação e os resultados de cada colaborador. A empresa é certificada nas questões relativas a saúde e segurança (OHSAS 18001) e meio ambiente (ISO 14001), que são integradas e possuem sistemas próprios de gestão.

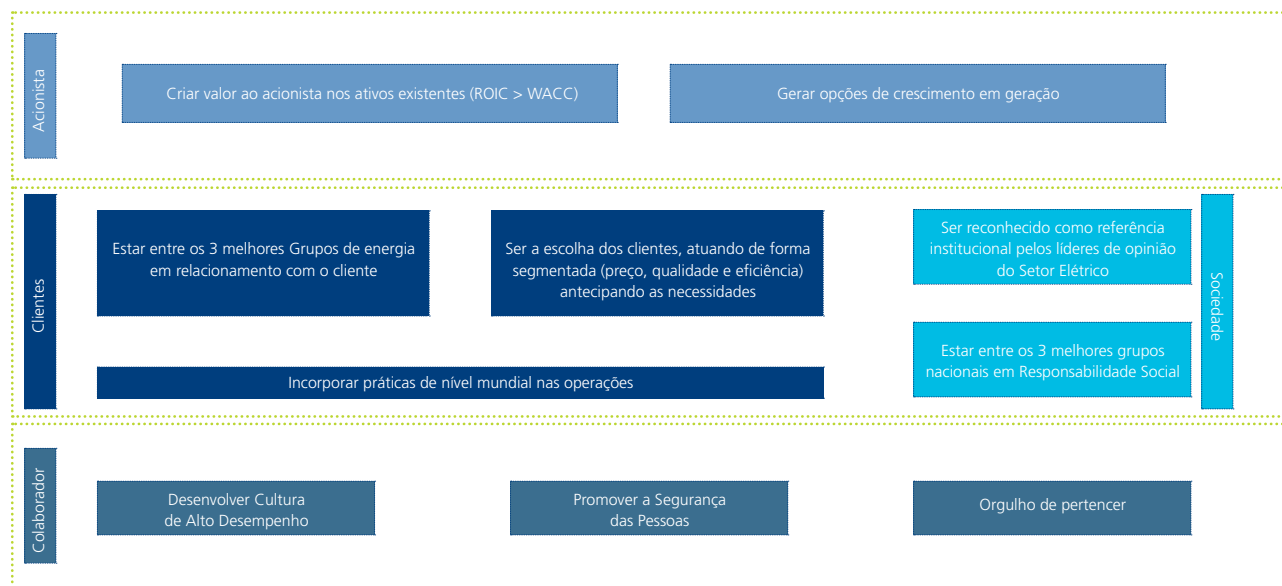
Indicadores da Global Reporting Initiative (GRI) e do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social também servem para mensurar aspectos financeiros, sociais e ambientais. Os projetos sociais da empresa são reportados no modelo do London Benchmarking Group (LBG).

Modelo de Excelência da Gestão

A área de Qualidade da Gestão foi criada em 2010 com o objetivo de conciliar todas as práticas institucionais voltadas ao tema e aprimorar o modelo de gestão com base no Modelo de Excelência da Gestão (MEG®), da Fundação Nacional da Qualidade. Inicialmente, as ações estão focadas nas atividades de distribuição e nas áreas corporativas que atendem a todas as empresas da *holding*.

A iniciativa é permeada por metodologias para a promoção da cultura da Qualidade da Gestão: Gerenciamento pelas Diretrizes, Gerenciamento de Projetos, Gerenciamento da Rotina do Trabalho do Dia a Dia, Lean e Produtividade e Cinco Sentidos da Qualidade. De forma harmônica, tais práticas têm conferido padronização e agilidade de processos, bem como o monitoramento de resultados e consequentes melhorias.

Mapa estratégico Endesa Brasil

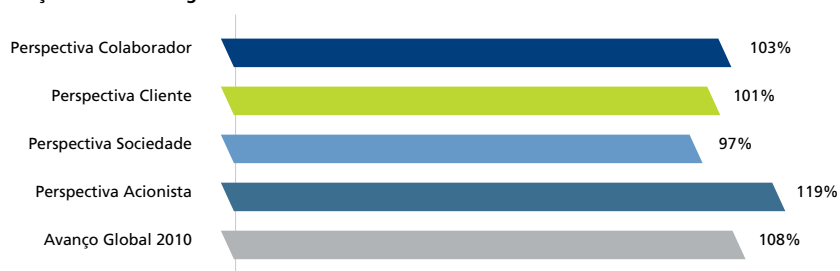


Metas da Endesa Brasil

	Resultado 2010	Meta 2011
Colaboradores		
Promover a segurança das pessoas		
Avanço Coelce (Consolidar a cultura de segurança de trabalho).	84%	100%
Avanço Ampla (Promover a segurança das pessoas).	109%	100%
Avanço Geração (Garantir a excelência em segurança do trabalho).	120%	100%
Desenvolver cultura de alto desempenho		
Avanço Endesa (Desenvolver cultura de alto desempenho).	107%	100%
Orgulho de pertencer		
Avanço Coelce (Felicidade no Trabalho - Satisfação+Orgulho+Compromisso).	93%	100%
Avanço Ampla (Orgulho de pertencer).	83%	100%
Avanço Geração (Orgulhar-se de fazer parte).	120%	100%
Clientes		
Incorporar práticas de nível mundial nas operações		
Avanço Coelce (Ter excelência nos serviços aos nossos clientes).	90%	100%
Avanço Ampla (Ser eficiente e ter qualidade nos processos).	87%	100%
Avanço Geração (Garantir excelência operacional).	120%	100%
Estar entre os 3 melhores grupos de energia em relacionamento com o cliente		
Avanço Coelce (Ser a empresa mais admirada do Ceará).	115%	100%
Avanço Ampla (Estar entre as 3 melhores distribuidoras do Brasil em satisfação do cliente).	89%	100%
Avanço Geração (Obter excelência no relacionamento com clientes).	120%	100%
Ser a escolha dos clientes, atuando de forma segmentada (preço, qualidade e eficiência) antecipando as necessidades		
Avanço Prátil (resultado novos negócios)	100%	R\$ 17,53 milhões
Avanço Geração (Capturar/Manter oportunidades em comercialização, antecipando as necessidades dos clientes).	111%	100%

Sociedade	Resultado 2010	Meta 2011
Ser reconhecido como referência institucional pelos líderes de opinião do setor elétrico		
ILO Externo Endesa Brasil.	8,4	8
ILO Externo das empresas.	110%	100%
Estar entre os 3 melhores grupos nacionais em responsabilidade social		
Pontuação Abradee de responsabilidade social: Coelce e Ampla	85%	100%
ILO Externo de responsabilidade social das usinas de geração	-	8
Acionistas		Meta 2011
Criar valor ao acionista nos ativos existentes (ROIC > WACC)		
Geração de caixa	120%	R\$ 940 milhões
Capital circulante.	120%	R\$ 431 milhões
Gerar opções de crescimento - Geração		
Objetivos de crescimento	118%	300 MW hidráulico 90 MW eólico

Avanços Plano Estratégico



Crescimento |GRI EU10|

O foco do crescimento futuro da Endesa Brasil consiste em desenvolver uma carteira de oportunidades de projetos hidráulicos que permita a participação com sucesso nos leilões de contratação de energia nova nos próximos anos. A empresa obteve o registro ativo de Aneel para realizar os estudos de viabilidade das usinas hidroelétricas do complexo Tapajós – UHEs Jamanxim (881MW) e Cachoeira dos Patos (528MW), com conclusão nos próximos anos. Além desses dois empreendimentos, pretende desenvolver análises de viabilidade de outras duas usinas que deverão ir a leilão em anos posteriores.

Paralelamente, vem desenvolvendo projetos de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), que se mostram investimentos atrativos, por possuírem uma regulação diferenciada. Entre os projetos em estudo destacam-se centrais no Estado do Rio de Janeiro que podem chegar a uma potência instalada de aproximadamente 200 MW. A Endesa Brasil está elaborando também o estudo de inventário de um trecho de um rio no Estado do Rio Grande do Sul onde tem identificado um potencial de até 70 MW, distribuído em até três PCHs.

Em fonte eólica, há dois anos a companhia começou a analisar a construção de parques eólicos, principalmente nos Estados do Ceará, do Rio Grande do Norte e do Rio Grande do Sul. Foram montadas 16 torres de medição e arrendados terrenos potenciais para instalação de aproximadamente 1.000 MW. A antiguidade das medições de vento é de 1 a 5 anos. A Endesa Brasil cadastrou sete projetos com potência instalada de aproximadamente 175 MW para participar no leilão de reserva para fontes renováveis.

O crescimento em fonte hidráulica e eólica precisará de respaldo térmico eficiente. Esse desenvolvimento deverá estar baseado no aumento da produção de gás natural no Brasil. É por isso que a Endesa Brasil está desenvolvendo projetos térmicos de ciclo combinado, que deverão permitir a participação da companhia nos leilões futuros específicos dessa fonte. Neste sentido, está em desenvolvimento um projeto na Região Nordeste, pronto para participar dos leilões assim que dispuser de gás – já conta com terrenos, acesso à rede, autorizações de uso de água e licença ambiental prévia. Como a oferta desse combustível é maior no Sudeste do País, está em preparação um projeto adicional de ciclo combinado nessa região.

Adicionalmente, devido à grande fragmentação do mercado elétrico brasileiro, a Endesa Brasil recebe diversas propostas de compra de usinas ou de distribuidoras, que são avaliadas pontualmente.

Eficiência e produtividade

As empresas que integram a Endesa S.A. consolidaram em 2010 iniciativas de ampliação de eficiência e a produtividade, trabalhando por processos. Alguns projetos iniciados pela controladora, na Espanha, e bem-sucedidos internacionalmente, migraram para outras localidades e foram executados também com sucesso pela equipe da Endesa Brasil.

- **Projeto Lean / Produtividade** – Lançado em 2009, tem o objetivo de eliminar o desperdício nas diversas etapas que compõe a cadeia produtiva do negócio, abrangendo todas as áreas: unidades operacionais, apoio, fornecedores e parceiros. É sustentado por três pilares: sistemas operacionais, sistema de gestão e cultura organizacional. Em longo prazo, o projeto resultará em mais eficiência, produtividade e qualidade nos serviços. No final de 2010, todas as áreas de obras da Coelce desenvolviam atividades dentro dos conceitos do Lean, com resultado na ordem de R\$ 2,8 milhões. Na manutenção, os indicadores adotados pelo conceito de produção enxuta foram produtividade, resserviços e melhoria do *call center*, entre outros, com ganho de R\$ 1,6 milhão no ano. Em 2011, o objetivo é integrar novas áreas da empresa no projeto, consolidando a mudança cultural de eliminação de desperdícios. Na Ampla, a partir de diagnóstico realizado em 2009 e a observação de 1,2 mil horas em campo, foi elaborado um plano de ação com três eixos principais: sistema de informação, procedimentos de atuação e atitude das pessoas. No ano, cerca de 600 pessoas foram capacitadas no conceito de produtividade. Após 42 semanas de projeto, a Ampla obteve melhoria de produtividade das equipes em campo e uma economia de R\$ 15,7 milhões.

- **Centro de Serviços Compartilhados (CSC)** – Essa estrutura corporativa tem como principais objetivos obter ganhos de produtividade, agilidade e flexibilidade para enfrentar os desafios de mercado, bem como prover a excelência operacional e a utilização de melhores práticas nos processos de suporte ao negócio. O modelo de gestão do CSC é amparado por três pilares básicos: Acordos de Nível de Serviços e Acordos de Nível de Serviços Reversos; Apuração e Repasse de Custos; e Relacionamento com Clientes. Desde sua implantação, em 2009, o CSC vem apresentando ganhos de eficiência nos processos que migraram das empresas: pagamentos; administração de folha de pagamentos e benefícios; serviços gerais e patrimônio; e inteligência em segurança empresarial corporativa.
- **Canal de Benchmarking** – Disponível na intranet da Endesa Brasil, foi criado para ajudar os colaboradores a analisar e/ou documentar boas práticas. Reúne as principais análises e indicadores consolidados por trimestre. A ferramenta também permite que qualquer colaborador registre práticas e *benchmarks* observados em visitas a outras empresas ou em levantamentos em associações, fóruns, etc.

Gestão de riscos |GRI 1.2|

A Endesa Brasil segue uma política global de Gestão de Riscos Corporativos. Ferramentas de análise e modelos estatísticos apoiam o processo de decisão e determinam parâmetros para gerenciar, minimizar ou aceitar esses riscos e tratar fatores que podem significar impacto sobre os resultados da companhia. Em dezembro de 2010 foi iniciado o processo para a utilização do módulo de *Governance, Risk and Compliance* (GRC), com segregação de funções para gestão dos perfis de acesso ao sistema SAP, mais uma ferramenta para melhoria da gestão e minimização de riscos de fraudes do grupo Endesa. O processo deve ser finalizado até 2012.

Riscos setoriais

- **Energéticos** – Gerir os riscos energéticos significa buscar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de energia. Como forma de assegurar o fornecimento de energia, a companhia analisa a evolução da demanda com o apoio de modelos econométricos desenvolvidos por sistemas de estatísticas baseadas em cenários divulgados pelos órgãos oficiais do setor de energia. Após avaliação, um comitê interno define a participação em leilões de energia e celebra contratos de médio e longo prazos com empresas de geração e transmissão a um custo previamente estabelecido. A gestão desses contratos garante a realização de registros, pagamentos, reajustes de preço, aditivos e constituição de garantias, assim como a atualização dessas informações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a definição de responsabilidades e a garantia de flexibilidade diante de eventuais mudanças de cenário.

Para as obrigações de longo prazo, há garantias de atendimento à regulação do setor, com minimização de penalidades, modicidade tarifária e melhor emprego dos recursos financeiros da empresa. Na Endesa Cachoeira, os riscos hidrológicos são mitigados por meio do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), já que a receita da venda não é vinculada à energia gerada e sim à energia assegurada em volume determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. **|GRI EU6|**

Gestão da demanda de energia **|GRI EU6|**

Aspecto	Ações
Equilíbrio da oferta e demanda	Elaboração de estudos anuais do sistema de distribuição de alta e média-tensão, com previsão de mercado dentre cinco e dez anos. Também são avaliadas as solicitações de atendimento de acréscimos e de novas cargas, conciliando o aspecto econômico com critérios técnicos e ambientais.
Manutenção	1) Práticas de longo prazo: plano anual de inspeções; plano anual de termografia; monitoramento das condições do óleo isolante dos transformadores; 2) Práticas de curto prazo: retirada de vazamentos em transformadores; atendimento de irregularidades nos equipamentos do sistema elétrico.
Gestão da carga de pico	Acompanhamento sistemático do carregamento máximo em linhas de transmissão, transformadores de potência e alimentadores. A condição dos equipamentos é considerada em previsões para a operação do sistema e planejamento da expansão.
Investimento ou desinvestimento	Estudos de previsão de mercado, oferta e demanda futura de energia.

- **Regulatórios** – A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) é o órgão regulador do setor elétrico. Além de garantir que as premissas estabelecidas nos contratos de concessão das empresas sejam cumpridas e os direitos das partes envolvidas assegurados, a instituição tem o poder de impor alterações na regulamentação. É responsabilidade da área de Regulação da Endesa Brasil acompanhar o cenário e garantir que a atuação da empresa esteja sempre em conformidade com o estabelecido pelo órgão.

Riscos da empresa

Operacionais – Para garantir o fornecimento de energia elétrica para seus clientes, a Endesa Brasil investe na modernização e ampliação de seus sistemas. A distribuição de energia elétrica está sujeita a interrupções por fatores imprevisíveis e acidentais, por falha ou inadequação de processos, sistemas ou pessoas, além do furto de energia e de infraestrutura ou atos de vandalismo. Para minimizar esses riscos, a empresa mantém sistemas de vigilância eletrônica e desenvolve ações conjuntas com órgãos de segurança pública para coibir furtos em sua rede de distribuição. Há manutenção preventiva em todas as unidades, como forma de evitar quebras inesperadas de equipamentos ou falhas de operação. Os riscos operacionais decorrentes de erros ou fraudes são controlados por meio da certificação e do monitoramento de processos de trabalho considerados críticos, de acordo com os preceitos da Lei Sarbanes-Oxley. Para minimizar as perdas de energia causadas por falhas técnicas, a companhia lançou em 2010 o Plano de Qualidade na Ampla, que prevê investimentos tanto em infraestrutura quanto em capacitação de força-tarefa para atendimento a emergências. Os investimentos previstos para os próximos cinco anos somam R\$ 175 milhões, valor que inclui as manutenções preventivas.

“A satisfação do cliente é um ponto muito relevante para a sustentabilidade. Se o cliente não continua satisfeito com a gente, precisamos ver o que está acontecendo e ajustar para manter a qualidade.”

Artur Teixeira,

colaborador, Diretoria de Planejamento e Controle

Nas distribuidoras, além de investimentos em melhorias na operação, é mantido um Plano de Contingência em casos de ocorrências de alto impacto, nos quais um grande número de clientes é atingido pela suspensão do fornecimento. A comunicação sobre o problema é intensificada e os especialistas técnicos e o Comitê de Gestão de Crises são convocados para gerenciar os procedimentos imediatos. As companhias ressarcem os danos por ocorrências elétricas decorrentes de oscilações no sistema de energia. **[GRI EU21]**

A Endesa Geração utiliza o conceito *Reliability Centered Maintenance* (RCM), ou Manutenção Baseada na Confiabilidade (MBC), em seus ativos críticos, reduzindo a probabilidade de falhas e os custos de conservação. Emprega ainda o módulo *Plant Maintenance* (PM) da SAP para armazenar todas as informações referentes à manutenção, de forma integrada com as áreas de almoxarifado, compras, finanças e orçamento.

Financeiros – Uma política de riscos financeiros orienta a atuação de todas as empresas que integram a Endesa Brasil, de modo a resguardar os negócios de possíveis perdas decorrentes de suas transações e operações financeiras passivas e ativas, assim como de *hedge*. A área de finanças, por meio de relatórios periódicos, mostra a posição de risco assumida pelas empresas, subsidiando a decisão sobre operações e eventuais ações corretivas necessárias a mitigação dos riscos. A política estabelece regras para a contratação de operações financeiras, inclusive de *hedge*; elegibilidade de garantias em contratos operacionais; gestão de caixa para administrar riscos de liquidez; cobertura de câmbio; aplicações financeiras exclusivamente em bancos com *rating* de grau de investimento e volume de ativos de no mínimo R\$ 50 bilhões, entre outros aspectos que visam resguardar a companhia das volatilidades de mercado. Os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras seguem as determinações da Lei Sarbanes-Oxley, como forma de assegurar a conformidade dos indicadores.

Crédito – A inadimplência é um risco iminente a qualquer negócio. No setor de energia, a Aneel resguarda para as distribuidoras o direito de interromper o fornecimento de eletricidade aos consumidores que atrasarem em mais de 90 dias o pagamento da fatura, desde que respeitados os prazos de antecedência da notificação.

Sociais e ambientais – O mapeamento de riscos ao meio ambiente e à saúde humana consta do planejamento de todas as operações da Endesa Brasil. A empresa embasa suas atividades no Princípio da Precaução, proposto e divulgado formalmente na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco92). De acordo com esse princípio, a ausência da certeza científica formal quanto à existência de riscos não elimina a necessidade de adotar medidas preventivas, aspecto considerado no Sistema de Gestão Ambiental e na Política de Sustentabilidade da companhia, que é expressa pelos Sete Princípios do Desenvolvimento Sustentável. **[GRI 4.11]**

Seguros – Em tempo de mudanças climáticas constantes e com ativos expostos a avarias, a Endesa Brasil conta com um seguro de risco operacional que garante indenizações proporcionais às coberturas contratadas. Em caso de danos causados a terceiros, mantém ainda um seguro de responsabilidade civil geral para reembolso e reparação de prejuízos decorrentes das atividades da empresa.

Imagem e reputação – A construção da imagem e da reputação é pautada pela percepção de seus serviços por seus públicos de relacionamento. A Endesa Brasil valoriza o diálogo constante com seus públicos, a fim de inserir suas considerações e demandas em planos estratégicos que fortalecerão sua marca, em curto e longo prazos. A empresa reconhece em seus colaboradores a personificação de sua imagem para os clientes e, por isso, investe na disseminação de normas de conduta para que sejam associados ao seu nome atributos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente. Periodicamente, a companhia utiliza análises para avaliar essa percepção. A Pesquisa Abradee de Satisfação do Cliente Residencial permite comparar o desempenho de todas as distribuidoras do País, assim como o Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (Iasc). Ambas as pesquisas são realizadas anualmente. Adicionalmente, é realizado pela própria Endesa o Índice de Líder de Opinião (ILO Externo), que considera as opiniões de diversos segmentos de formadores de opinião. A Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Meio Ambiente e Responsabilidade Social é responsável pela execução dos planos de ação resultantes das pesquisas.

Gestão de ativos intangíveis

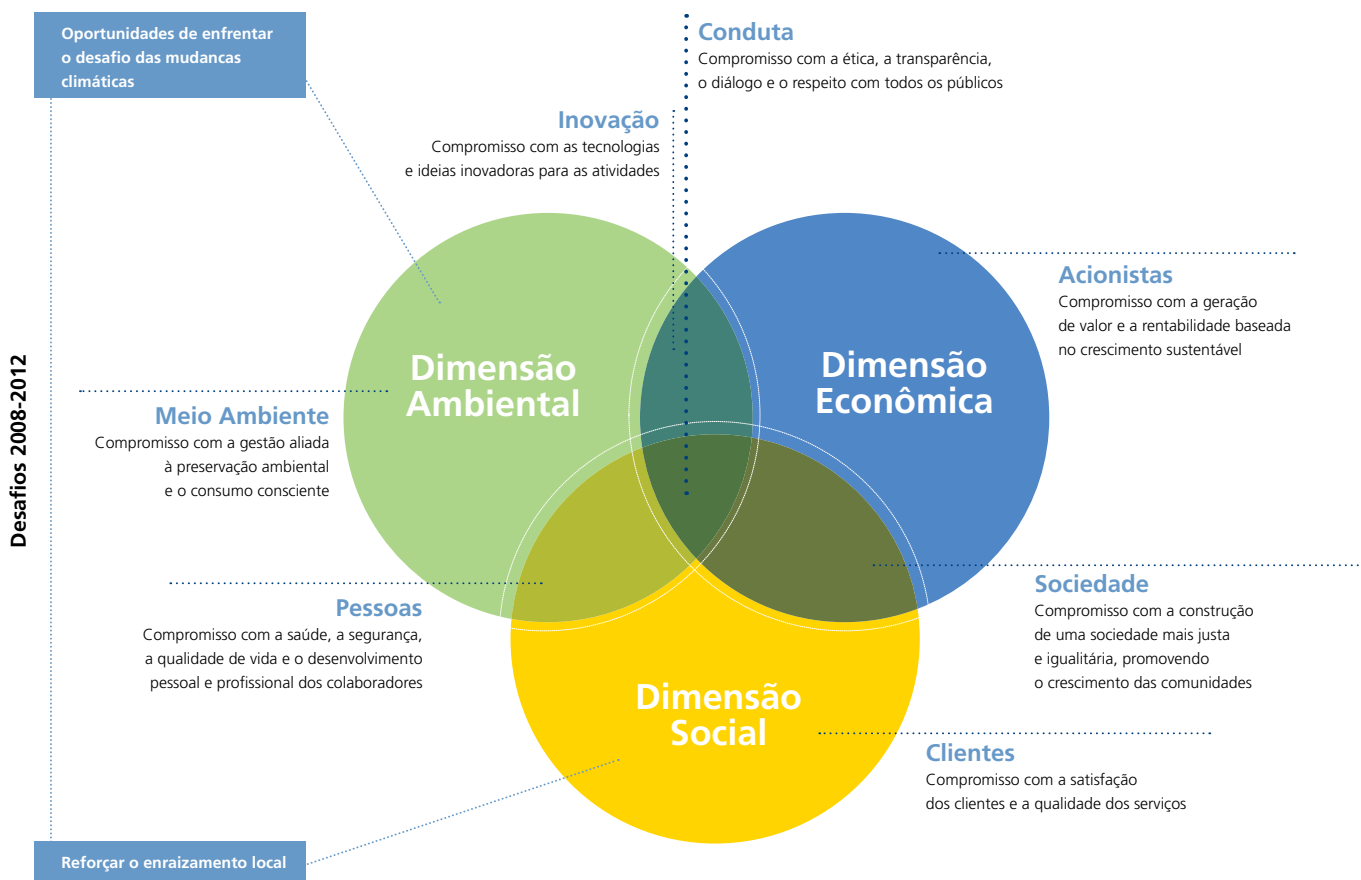
- **Capital humano** – A Endesa Brasil reconhece em seus profissionais seu ativo de maior valor. Para retê-los, monitora o clima laboral a fim de garantir que a motivação e o orgulho de pertencer prevaleçam às instabilidades externas e internas. A partir de pesquisas de clima, a companhia identifica oportunidades de melhoria e elabora programas de treinamento e desenvolvimento que vão ao encontro das demandas e necessidades dos colaboradores. As políticas de recrutamento interno e movimentação horizontal apresentam-se também como ferramentas eficazes para a proteção do capital intelectual.
- **Capital de reputação** – A percepção do público quanto ao comprometimento da companhia com a qualidade dos serviços prestados e com o desenvolvimento das comunidades nas quais atua é fundamental para a Endesa Brasil. Para fomentar essa consciência, investe em campanhas de comunicação e marca presença com projetos sociais nas regiões de atuação. Pesquisas realizadas anualmente, como o Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC), o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) e o Índice de Líder de Opinião (ILO externo), fazem a medição dos ânimos do público e constituem a base para o desenvolvimento de planos de ação.
- **Capital tecnológico** – Tanto externa quanto internamente, a inovação é um atributo dos mais valorizados na Endesa Brasil. A Ampla, que foi pioneira na utilização de ferramenta de medição eletrônica – o Ampla Chip –, estimula o desenvolvimento de projetos inovadores por meio dos programas Inova e de Pesquisa & Desenvolvimento. Em 2010, foram registradas 11 novas ideias e outras 13 estão em andamento. Na Coelce, o Deu Certo também atua como antena de sugestões inovadores por parte dos colaboradores e recebeu em 2010 a inscrição de 57 projetos nos dois ciclos que aconteceram no ano. Nas empresas de geração, projetos de pesquisa e desenvolvimento garantem o avanço constante das operações.

Compromissos [GRI 4.12]

Para a Endesa, sustentabilidade é a integração das oportunidades sociais e ambientais em sua estratégia e seu modelo de gestão, possibilitando o alcance dos objetivos do negócio e a maximização da criação de valor em longo prazo para todos os públicos com os quais se relaciona. Em seu planejamento estratégico, considera os Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável, o Pacto Global e os Oito Objetivos do Milênio.

A Endesa Brasil adota também os indicadores de desempenho propostos pela Global Reporting Initiative (GRI), pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e pelo Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável



A companhia entende sustentabilidade como um conceito tridimensional, em que se integram três linhas que afetam seu comportamento responsável em termos sociais, econômicos e ambientais. Assume que os princípios derivados desse conceito devem integrar-se de forma plena e efetiva nos seus valores, em sua missão e visão de negócios e nos seus processos decisórios.

Essa concepção global e integrada está claramente expressa nos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável da Endesa, que constituem a base de sua Política de Sustentabilidade. São sete linhas básicas, que refletem as obrigações e responsabilidades assumidas voluntariamente em relação a clientes, acionistas, pessoas, sociedade, conduta, inovação e meio ambiente.

O plano estratégico de sustentabilidade das empresas Endesa, estabelecido para o período 2008 a 2012, incluiu dois desafios a serem vencidos: a luta contra as mudanças climáticas e o reforço do enraizamento nos territórios e países em que opera. Essas são consideradas questões críticas em que deve melhorar seu desempenho nos próximos anos para garantir o êxito duradouro da companhia. Esse plano foi baseado em um amplo processo de consulta com públicos internos e externos.

“É grande o desafio de gerar energia sem causar impacto. A proposta é discutir essa necessidade de produzir mais energia, sabendo que há todo um custo e um impacto, para pensar nessa solução como grupo.”

Alexandre Caminha de Brito,
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Compromissos externos

- **Pacto Global** – Pela criação de uma sociedade mais justa, a Endesa Brasil aderiu voluntariamente, em 2005, ao Pacto Global. A iniciativa reúne mais de 5.300 empresas ao redor do mundo, comprometidas com práticas de negócios que levem em conta valores relativos a meio ambiente, direitos humanos, trabalho e combate à corrupção.
- **Oito Objetivos do Milênio** – Denominados, no Brasil, de Oito Jeitos de Mudar o Mundo, os Objetivos do Milênio dão conta de questões como educação, saúde e o fim da miséria e da mortalidade infantil. Foram estabelecidos em 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU). A Endesa apoia os objetivos, também alinhando sua estratégia aos temas, que têm como fim a promoção de um mundo mais igualitário.
- **Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção** – Desde 2007, Ampla e Coelce integram o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras entidades. Com adesão voluntária, o Pacto trata do relacionamento das empresas com o poder público e envolve temas como sonegação fiscal, corrupção de agentes públicos, crime organizado e lavagem de dinheiro.
- **Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil** – Ação do Instituto Ethos em conjunto com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a ONG Repórter Brasil, o Pacto tem o apoio de Ampla e Coelce desde 2006 e engloba empresas comprometidas com a dignidade, formalização, modernização e erradicação do trabalho degradante. O combate ao trabalho escravo faz parte da Política de Recursos Humanos das empresas Endesa e é critério observado na contratação de fornecedores e prestadores de serviços.
- **Fundação Abrinq** – As distribuidoras da Endesa Brasil têm o Selo Empresa Amiga da Criança, conferido pela fundação em reconhecimento às iniciativas que realizam em atenção às crianças e os adolescentes. A Abrinq é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 1990, ano da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o objetivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da infância e da adolescência.

Políticas públicas |GRI SO5|

Com atividades regulamentadas e regidas por políticas públicas, as empresas que compõem a Endesa Brasil participam regularmente de discussões com governos e órgãos públicos sobre iniciativas do setor. Entre as instituições com as quais colaboram e interagem estão a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o Ministério de Minas e Energia (MME), o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). A Endesa Cien teve sua relação intensificada com a Aneel e o MME em 2010, trabalhando para o equilíbrio na regulamentação da lei federal que permitiu sua equiparação a concessionária.

Em 2010, Ampla e Coelce estiveram, ao lado de outras distribuidoras, em reunião com o ministro de Minas e Energia referente à tarifa social para consumidores de baixa renda. As companhias trabalham em cooperação com o Ministério de Desenvolvimento Social para equalizar as informações entre os beneficiários da Bolsa Família e os atendidos pelo Programa Tarifa Social Baixa Renda. A Coelce participa das reuniões mensais do Comitê Gestor Estadual do Programa Luz para Todos; e também da Arce, órgão que acompanha o serviço de distribuição de energia elétrica no Ceará por meio de convênio firmado com a Aneel.

A interação com órgãos públicos se dá, em diversas questões, por meio de entidades representativas de classe e organizações comprometidas com temas sociais e ambientais. A Endesa Brasil e suas subsidiárias apoiam ou participam das seguintes entidades: Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage), Associação dos Produtores Independentes de Energia (Apine), Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE), Associação Brasileira de Conscientização para os Perigos da Eletricidade (Abracopel), Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto (Abrasca), Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa), Associação Brasileira de Contadores de Empresas Elétricas (Abraconee), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec), Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (Ibri), Instituto Brasileiro dos Executivos em Finanças (Ibef), Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) e Instituto Akatu pelo Consumo Consciente. A companhia não participa de órgãos de governança nem contribui com recursos de monta para nenhuma dessas instituições. |GRI 4.13|

Relacionamento com as partes interessadas

A Endesa Brasil identifica como públicos estratégicos seus acionistas, clientes, colaboradores (próprios, parceiros e estagiários), fornecedores, comunidades do entorno, representantes de governo, entidades empresariais, organizações nacionais e internacionais e meios de comunicação. Essa definição é resultado de três aspectos: reflexão interna que permitiu identificar todos os públicos que direta e indiretamente tenham algum vínculo com a companhia; a estratégia da companhia, que estabelece objetivos e metas nas perspectivas de acionistas, clientes, colaboradores e sociedade; e os compromissos assumidos na Política de Sustentabilidade, expressa pelos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável. [\[GRI 4.14\]](#)

Nesse processo, a Endesa Brasil determinou a importância de estabelecer canais de relacionamento para cada público, como reforço à transparência na comunicação e à condição de prestadora de um serviço público essencial para o bem-estar e o desenvolvimento socioeconômico da população. Ações de engajamento são mantidas para todos os públicos, levando-se em conta representatividade e vinculação com os assuntos relevantes para a sustentabilidade da empresa. [\[GRI 4.15\]](#)

Uma ação específica de engajamento integra o processo de preparação do Relatório Anual de Sustentabilidade, quando são convidados representantes das partes interessadas para estabelecer a relevância dos temas abordados (*mais informações no capítulo Sobre o Relatório*). Colaboradores têm participação ativa nos encontros mensais de divulgação de resultados da Endesa Brasil, quando apresentam questionamentos e sugestões sobre aspectos que consideram relevantes para seu relacionamento com a companhia. Fornecedores são convidados para um encontro anual de planejamento estratégico.

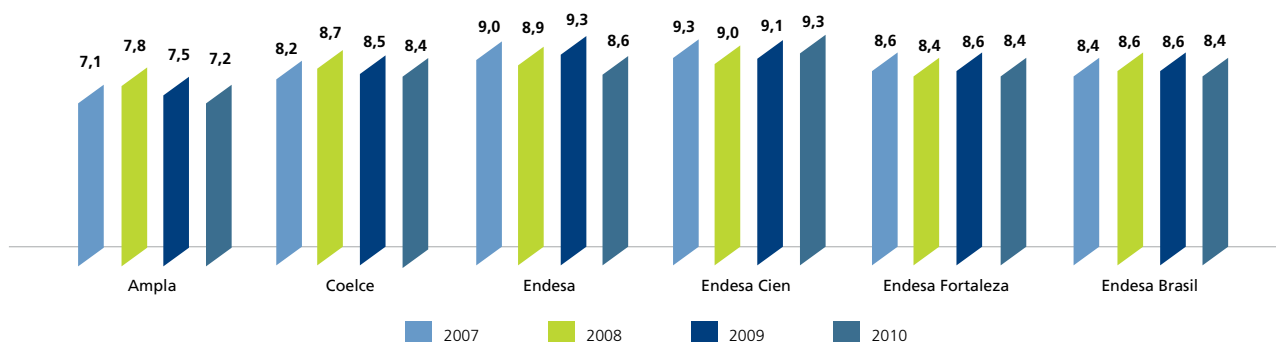
Com as comunidades, o contato é cotidiano e presencial, por meio do intercâmbio com líderes locais para atendimento de demandas das populações atendidas. Os clientes contam com centrais de relacionamento, lojas e postos de atendimento, entre outras formas de relacionamento. Todos os públicos podem acessar as iniciativas da empresa na internet (*sites, blogs, Twitter, Facebook, Slideshare, Youtube e Flickr*). [\[GRI 4.16\]](#)

Percepção dos públicos

A percepção que os diversos públicos têm sobre a empresa é medida anualmente, por meio da ferramenta denominada Índice de Líder de Opinião (ILO).

No ILO Externo, atributos como qualidade dos serviços, investimentos em novas tecnologias e relação da companhia com seu entorno são questionados na pesquisa, conduzida por uma empresa independente. São entrevistados jornalistas, políticos, empresários, especialistas do mercado financeiro, ONGs, lideranças comunitárias e institutos sociais. Em 2010, o questionário foi unificado para todas as empresas da Endesa Brasil, e a média dos resultados ficou em 8,4, apresentando pequena queda em relação ao ano anterior (8,6), justificada principalmente pelo encerramento da campanha de cinquentenário da Endesa Cachoeira.

Estudo da percepção de líderes de opinião
(ILO Externo)



No ILO Interno, é realizada pesquisa anual com os gestores da companhia com o objetivo de avaliar três aspectos: a empresa, identificando pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças; a sua imagem e o seu relacionamento com diversos setores do País; e os meios de comunicação internos. Na avaliação de 2010, 83,07% dos respondentes deram nota acima de 7 para a Endesa Brasil. O estudo é promovido desde 2002.

Relacionamento com as partes interessadas | GRI 4.14, 4.16, 4.17

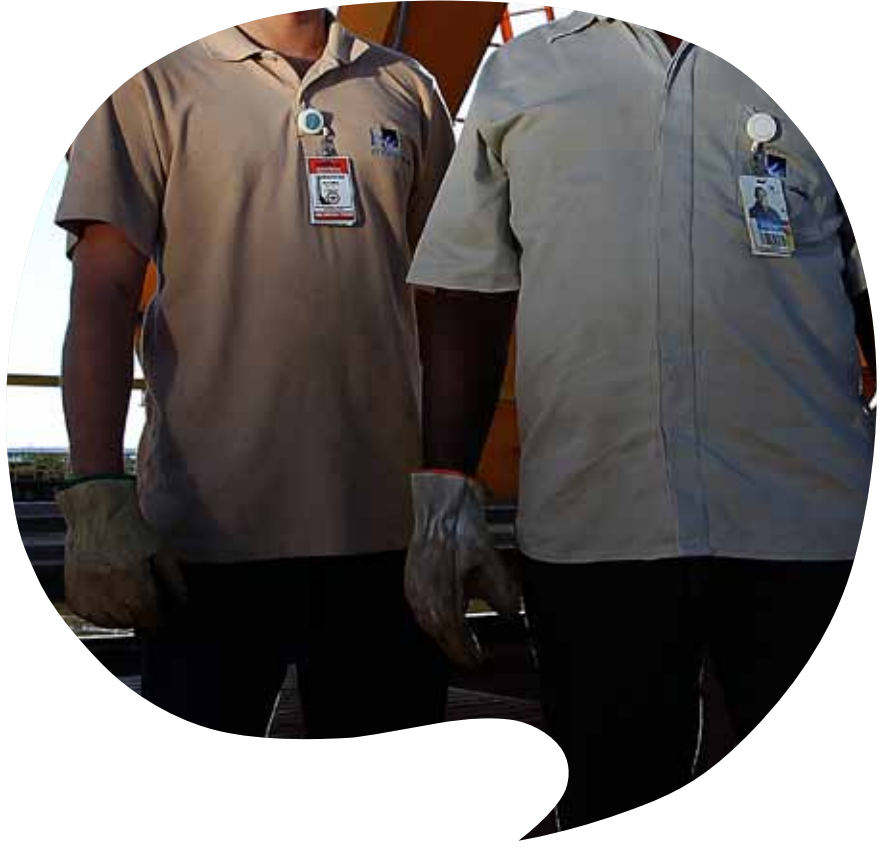
Parte interessada	Identificação	Canais de relacionamento	Principais ações
Acionistas	Chilectra Inversud S.A. Chilectra S.A. Empresa Nacional de Electricidad S.A. Edegel S.A. Endesa Latinoamérica S.A. Enersis S.A. International Finance Corporation (IFC)	Conselho de Administração Diretoria Financeira e de Relações com Investidores Reuniões, áudio e videoconferências com os gestores da empresa Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias Canais de comunicação via intranet e internet Visitas dos acionistas e/ou seus representantes às unidades de negócios Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Relatórios mensais de desempenho econômico-financeiro e de fatos relevantes Informações financeiras trimestrais auditadas das empresas controladas Relatórios periódicos de departamentos Sistema de gestão SAP/R3 Relatório Anual de Sustentabilidade
Clientes	5,6 milhões de clientes na área de distribuição 76 clientes em geração, conversão e transmissão	Centrais de relacionamento (<i>call centers</i>) <i>Websites</i> (<i>chats on-line</i> 24 horas) Redes sociais na internet Lojas e postos de atendimento Celulares (SMS) Ouvidoria Externa Conselho de consumidores Conta de energia Projetos sociais e de relacionamento com os clientes das comunidades Visitas e reuniões com clientes corporativos Pesquisas de satisfação Abradee, Aneel e de universidades Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Investimentos para qualidade dos serviços Campanhas de comunicação sobre consumo consciente e seguro de energia Novos portais de internet de Ampla e Coelce Publicações e folders explicativos



Colaboradores	17.731 colaboradores, sendo 2.731 próprios, 14.525 parceiros, 390 estagiários e 85 jovens-aprendizes 6 sindicatos: Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica (de Niterói, do Norte e Noroeste Fluminense, do Ceará, de Goiás e do Rio Grande do Sul) e dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro	Chat interno com executivos Encontros de Diretivos Conversa com o Presidente Reuniões de diretorias e lideranças Ouvidoria Interna Comunicados e reuniões com sindicatos Pesquisas de clima Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Interno (ILO) Reuniões com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) Canais de comunicação via intranet e internet Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Publicações impressas e informativos via e-mail (<i>Actualidad Endesa, Parceria, Linha Direta, Familia Coelce</i> , entre outros) <i>Clipping</i> de notícias Campanhas internas Grupos de trabalho para objetivos estratégicos Comitês setoriais Introdução do sistema de Gestão do Rendimento Banco de ideias Programas corporativos de formação Espaços Bem-Viver <i>Safety Week</i> , programa de experiência real de comportamento seguro na distribuição <i>Road Show Saber Viver</i> Relatório Anual de Sustentabilidade
Fornecedores	678 empresas fornecedoras de materiais 1.215 empresas fornecedoras de serviços	Website Portal de Relacionamento com Fornecedores Grupos de trabalhos com fornecedores de materiais e serviços Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Ouvidoria de Fornecedores Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Encontro de alinhamento estratégico com empresas parceiras Prêmio Índice da Parceria (Inpar) Seminário de Gestão Social e Ambiental Relatório Anual de Sustentabilidade Ouvidoria de Fornecedores, pelo e-mail fornecedores@endesabr.com.br
Governo	Órgãos da administração direta e indireta nos âmbitos federal, estadual e municipal; órgãos reguladores e de pesquisa; Poder Legislativo e Poder Judiciário	Diretoria e gerências de Regulação e Mercado Reuniões e eventos com autoridades, órgãos e programas públicos Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Website Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Relatórios, comunicados Informações financeiras trimestrais das empresas Relatório Anual de Sustentabilidade
Organizações sociais e ambientais	Entidades parceiras em projetos sociais e de pesquisa e desenvolvimento Organizações comunitárias Universidades Entidades de classe Institutos e fundações com atuação socioambiental	Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Meio Ambiente e Responsabilidade Social Corporativa Reuniões de associações Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Website Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Projetos sociais e ambientais Ouvidoria na Comunidade Relatório Anual de Sustentabilidade
Entidades empresariais e organizações nacionais e internacionais	Entidades do setor (Abradee, Abrage, Apine, ABCE, Abracopel) Federações industriais (Firjan, Fiec) Organismos internacionais (ONU, OIT, GRI)	Reuniões de grupos de trabalho Visitas Website Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Adesão ao Pacto Global Participação em projetos Relatório Anual de Sustentabilidade
Meios de comunicação	Rádios Revistas Jornais Televisão Canais de notícias na internet	Diretoria de Comunicação Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Visitas de jornalistas às empresas Visitas às redações Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Comunicados e coletivas para a imprensa Envio de <i>releases</i> /notas para a imprensa Entrevistas Relatório Anual de Sustentabilidade



CONDUTA



Compromisso com
a ética, a transparência,
o diálogo e o respeito
com todos os públicos

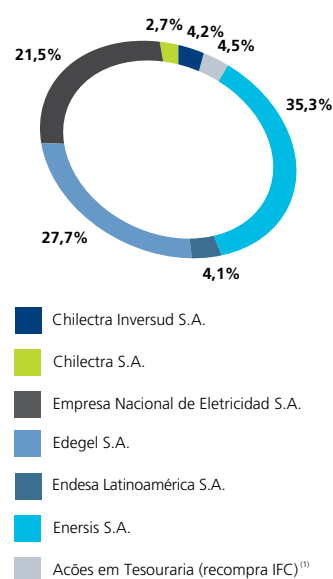
O compromisso com a ética, a transparência, o diálogo e o respeito com todos os públicos pautam a conduta da Endesa. A empresa aplica os princípios da boa governança corporativa e relata com integridade e transparência resultados econômico-financeiros, planos estratégicos, desempenho ambiental e cumprimento das obrigações e responsabilidades com as comunidades em que opera; mantém, assim, um clima de cooperação e diálogo com instituições públicas e organismos reguladores.

Atendendo aos requerimentos da lei norte-americana Sarbanes-Oxley e às recomendações do Committee of Sponsoring Organizations (Coso), a companhia mantém mecanismos de auditoria e segurança em seus controles financeiros, para reduzir riscos, evitar fraudes e garantir transparência. Ainda de acordo com a Sarbanes-Oxley, promove a independência da área de auditoria interna, que é ligada à *holding* Endesa Brasil e à Endesa S.A., na Espanha – em um modelo que favorece o intercâmbio e aproxima a organização dos requisitos de governança corporativa do Novo Mercado da BM&FBovespa.

As práticas de governança seguem as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) – transparência, ampla divulgação de informações e imparcialidade no relacionamento com os acionistas – e são complementadas com as seguintes medidas:

- 1) Todas as ações são ordinárias, com direito a voto;
- 2) Há divulgação do número de ações pertencentes a cada acionista;
- 3) Os balanços e demonstrativos financeiros são analisados por auditoria independente, seguindo os princípios de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, não deve exercer funções gerenciais nem advogar pelo cliente;
- 4) O Estatuto Social tem definições claras sobre normas para convocação de Assembleia Geral, sistema de votação, eleição, destituição e mandato de conselheiros e diretores, assim como atribuições da Assembleia, do Conselho de Administração e da Diretoria-Executiva.

Composição acionária

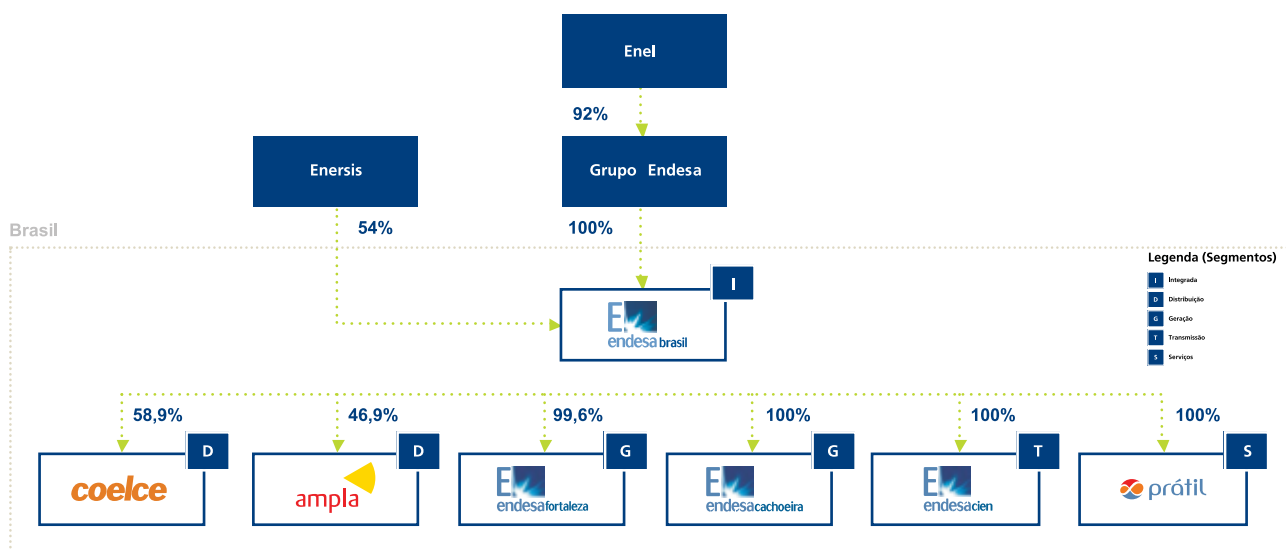


Estrutura acionária

A Endesa S.A. detém 97,3% do capital acionário da Endesa Brasil, dividido entre a Endesa Latinoamérica e suas controladas Enersis, Chilectra, Endesa Chile e Edegel. A International Finance Corporation (IFC), agência do Banco Mundial que investe em iniciativas sustentáveis no setor privado, deteve 2,7% do capital da companhia até 5 de janeiro de 2011, quando a Endesa Brasil fez a recompra das ações. A Endesa S.A., por sua vez, é controlada pela Enel SpA., que tem participação de 92,06% do capital da companhia.

⁽¹⁾ Em 5 de janeiro de 2011, houve recompra das ações anteriormente pertencentes à International Finance Corporation (IFC).

Organograma societário simplificado



Participações acionárias da Endesa Brasil

Controlada	Direta (%)	Indireta (%)	Total (%)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – Endesa Fortaleza	100	-	100
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – Endesa Cachoeira	99,61	-	99,61
Ampla Energia e Serviços S.A. – Ampla	46,89	-	46,89
Companhia de Interconexão Energética – Endesa Cien	100	-	100
Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. – CTM ⁽¹⁾	-	99,99	99,99
Transportadora de Energía S.A. – Tesa ⁽¹⁾	-	100	100
Investluz S.A.	63,57	17,10	80,67
Companhia Energética do Ceará S.A. – Coelce	2,27	45,65	47,92
Ampla Investimentos e Serviços S.A.	46,89	-	46,89
Eólica Fazenda Nova – Geração e Comercialização de Energia S.A.	99,95	-	99,95
En-Brasil Comércio e Serviços S.A.	99,98	-	99,98

(1) Investidas no exterior

Estrutura de governança |GRI 4.1|

As principais estruturas de governança corporativa da Endesa Brasil são a Assembleia de Acionistas, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria-Executiva. Não há Comitês estatutários na estrutura de governança da companhia.

De funcionamento não permanente, o Conselho Fiscal tem as atribuições e os poderes que a lei lhe confere e pode ser instalado a cada exercício social a pedido de acionistas que representem no mínimo 10% das ações com direito a voto. É eleito pela Assembleia Geral de Acionistas, com no mínimo três e no máximo cinco integrantes, e igual número de suplentes, acionistas ou não.

“Desde 2003 a CGU vem realizando diversas ações no âmbito da prevenção da corrupção. Em 2010 buscamos a parceria da Coelce em um evento sobre a ética e o papel das empresas no combate à corrupção e esperamos que os frutos se multipliquem.”

Claudio Henrique Fontenelle Santos,
Controladoria Geral da União (CGU)

Assembleia Geral

Como órgão soberano, a Assembleia Geral é formada pelos acionistas, de acordo com a Lei 6.404/76, das Sociedades Anônimas. O órgão tem a missão de deliberar sobre as matérias de interesse da empresa e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento. Seus membros reúnem-se em caráter ordinário uma vez ao ano e em caráter extraordinário sempre que necessário.

A Assembleia Geral Ordinária ocorre anualmente, quando os acionistas se manifestam acerca das contas dos administradores, das demonstrações financeiras, do Relatório da Administração, da proposta de destinação do lucro líquido e pagamento de dividendos. A cada três anos elege os membros do Conselho de Administração.

Além dessa instância, acionistas, empregados e sociedade podem se comunicar diretamente com o Conselho de Administração da Endesa Brasil por meio de carta ou mensagem eletrônica enviadas para a sede da empresa. Os encontros mensais de avaliação de resultados da Endesa Brasil são ainda espaço para os colaboradores encaminharem questionamentos, dúvidas e sugestões. Outros canais, como reuniões, pesquisas e veículos de comunicação interna, também transmitem ao Conselho opiniões e anseios dos diversos públicos. Os principais temas discutidos em 2010 foram: revisão tarifária das distribuidoras, equiparação da Endesa Cien como transmissora, desempenho operacional, econômico e financeiro, projetos socioambientais, entre outros. Em relação aos colaboradores o tema mais relevante envolveu o novo sistema de avaliação de desempenho, o Gestão de Rendimento. [|GRI 4.4|](#)

Conselho de Administração

Órgão de deliberação colegiada, o Conselho é eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas, sendo responsável por estabelecer as estratégias gerais e comerciais da companhia, supervisionar seu desempenho econômico, ambiental e social, aprovar projetos de investimentos, planos de expansão e reestruturação e orçamento anual, além de eleger os diretores-executivos. Para evitar conflitos de interesses, é encarregado de assegurar que normas legais, regulamentos e disposições contratuais sejam rigorosamente observados, norteando-se também pelos valores de ética e integridade assumidos pela companhia. Da mesma forma, e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os administradores estão proibidos de votar em assembleias de acionistas ou atuar em qualquer negócio ou operação em que possa existir conflito de interesses com a companhia. [|GRI 4.6|](#)

O Conselho é composto por sete membros, eleitos em Assembleia Geral Extraordinária para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição total ou parcial, conforme definido no Estatuto Social da empresa. Todos são brancos, cinco (71% dos conselheiros) têm entre 30 e 50 anos de idade e dois (29%) têm mais de 50 anos. O presidente do Conselho é contratado e exerce exclusivamente essa função. É também presidente dos Conselhos de Administração da Ampla e da Coelce. Não há membros independentes, considerando-se as definições de conselheiro independente da BM&FBOvespa, entre elas a de não manter nenhum vínculo com a sociedade, exceto eventual participação de capital inferior a 5%. [|GRI 4.2, 4.3, LA13|](#)

Os integrantes do Conselho devem reunir as competências necessárias para definir as estratégias da organização segundo os princípios da sustentabilidade empresarial. Os conselheiros possuem uma visão estratégica do setor internacional de energia elétrica por atuarem em diferentes empresas e países, o que contribui para orientar a gestão dos negócios no mercado brasileiro. [|GRI 4.7|](#)

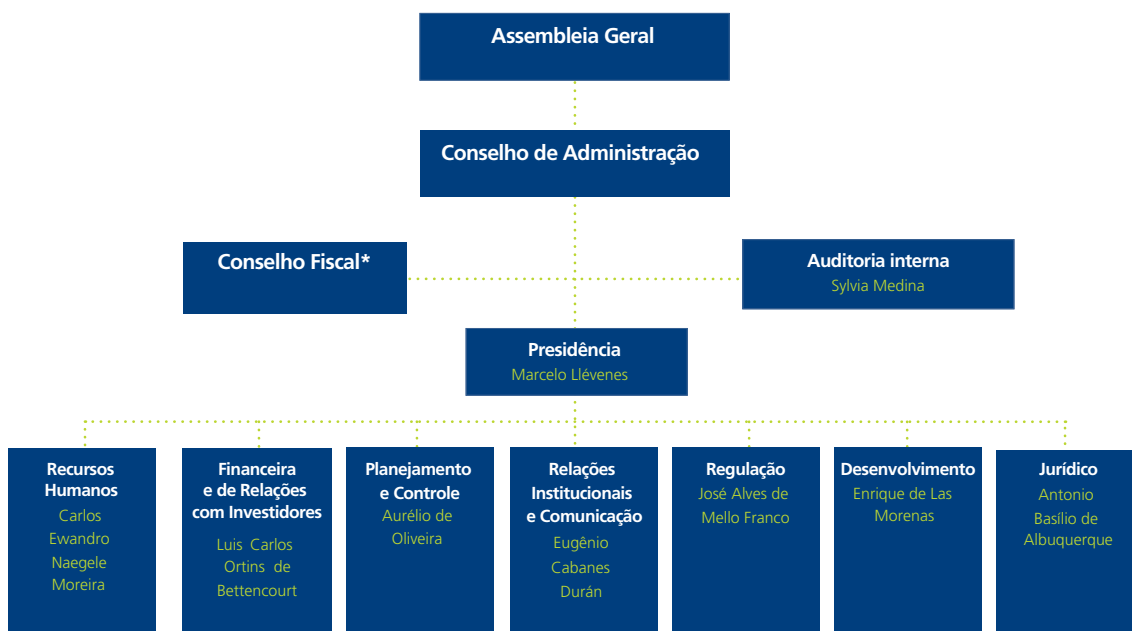
O acompanhamento do desempenho da empresa nas variadas perspectivas é feito mensalmente pelo Conselho de Administração, na apresentação dos resultados do mês anterior. A análise leva em consideração as perspectivas dos principais públicos estratégicos da companhia (acionistas, clientes, colaboradores e sociedade) e o alinhamento aos compromissos com a ética e o desenvolvimento sustentável. Ações ambientais e sociais ganham especial destaque nesses momentos – e são reavaliadas anualmente na aprovação do Relatório de Sustentabilidade. Esse processo inclui a discussão sobre riscos e oportunidades identificados como de maior relevância para o alcance dos resultados. [|GRI 4.9|](#)

Diretoria-Executiva

A Diretoria-Executiva é responsável pela gestão dos negócios, representação da companhia e pelo suporte e acompanhamento do desempenho das empresas controladas. Sua composição permite até dez membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, que exercem funções por um período de dois anos, com possibilidade de reeleição. Em 2010, era integrada por um diretor-presidente e sete diretores: Financeiro e de Relações com Investidores; Planejamento e Controle; Jurídico; Relações Institucionais e Comunicação; Regulação; Desenvolvimento; e Recursos Humanos. Todos são homens e brancos, 50% com idade entre 30 e 50 anos e 50% com mais de 50 anos. [|GRI LA13|](#)

A remuneração dos diretores-executivos é composta de uma parcela fixa e outra variável, atrelada ao comportamento de metas e indicadores estabelecidos para toda a companhia e para as áreas específicas, nas perspectivas de acionistas, colaboradores, clientes e sociedade. A Assembleia Geral Ordinária de maio de 2010 aprovou a remuneração global anual para os administradores, entre valores fixos e variáveis, em 8 milhões. Já os conselheiros não são remunerados pela função. [|GRI 4.5|](#)

Estrutura organizacional



* De funcionamento não permanente.

Comportamento ético |GRI 4.8|

Em dezembro de 2010, os Conselhos de Administração de todas as companhias da Endesa Brasil aderiram às Normas Éticas da Endesa S.A., como complemento ao processo de unificação de códigos de ética e conduta que estava em andamento nas empresas de geração e distribuição. Compostas pelo Código de Ética, pelo Plano de Tolerância Zero à Corrupção e pelas Diretrizes 231, essas regras entram em vigor em 2011.

Esse conjunto, designado Normas Éticas, enfatiza diretrizes de conduta baseadas nos princípios do Pacto Global, compromisso com o profissionalismo e formas de gestão. Mantém a abordagem sobre práticas inaceitáveis em toda a cadeia produtiva – que inclui parceiros e fornecedores –, entre elas a existência de trabalho escravo ou forçado e a exploração de mão de obra infantil, bem como a violação dos direitos da criança e do adolescente.

O Código de Ética da Endesa S.A. define as responsabilidades e os compromissos de tipo ético associados ao desempenho das atividades empresariais por parte dos seus administradores, colaboradores, parceiros e fornecedores. Além disso, apresenta a conduta social da companhia em face dos diferentes públicos com os quais se relaciona (acionistas, clientes, fornecedores e sociedade), tendo como objetivo maior a disseminação e a conscientização desses conceitos.

O Plano de Tolerância Zero à Corrupção consiste no compromisso de lutar contra a corrupção, de acordo com princípios do Pacto Mundial e critérios recomendados pela organização não governamental Transparência Internacional. Já as Diretrizes 231, baseadas no decreto italiano 231/01, estabelecem um Programa de Cumprimento com a identificação dos comportamentos esperados das partes relacionadas das subsidiárias não italianas da Enel.

Adicionalmente, as Normas Éticas abordam princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Declarações de Princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dos Princípios do Pacto Global e dos Objetivos do Milênio, que a companhia divulga e respeita. Também definem as principais políticas que devem ser adotadas no relacionamento com acionistas, clientes, órgãos governamentais e do setor elétrico, fornecedores, empregados, empresas contratadas e seus funcionários e comunidades do entorno. Todas as questões de conformidade com leis e regulamentos são acompanhadas pela Diretoria Jurídica, com a finalidade de avaliar e aplicar a melhor solução na busca da melhoria contínua.

A divulgação e o cumprimento dessas normas estão em processo de preparação e adaptação, tendo em conta sua aplicabilidade em conformidade com a legislação vigente no País.

Boas-Vindas

Para proporcionar a integração dos colaboradores às atividades da Endesa Brasil, bem como promover alinhamento a valores e atitudes empresariais, é realizado o programa Boas-Vindas. A atividade, conduzida pela Diretoria de Recursos Humanos, é direcionada a novos funcionários e também àqueles que buscam reciclagem de conhecimentos.

Em dois dias, os participantes recebem orientações sobre o setor elétrico (regulação, aspectos técnicos e comerciais), comunicação e recursos humanos. Há um módulo específico de comportamento ético, quando os contratados subscrevem as Normas Éticas. No ano, significou o treinamento de 200 pessoas (7,3% do quadro de pessoal). |GRI SO3|

Ferramentas de controle

- **Auditoria interna** – Equipe responsável por prover o Conselho de Administração e a Diretoria-Executiva de uma segurança razoável de que os sistemas de controle interno estão bem-concebidos, efetivamente administrados e contribuem para a criação de valor. Para tanto, possui um programa anual de auditoria coordenado em nível corporativo que fiscaliza o cumprimento de normas e procedimentos, avalia o desenho dos processos nas diferentes áreas da companhia e revisa o funcionamento dos sistemas de apoio, bem como a forma e a fiabilidade da informação de gestão gerada, contribuindo para a supervisão do funcionamento dos sistemas de controle interno. A área conta com autonomia de atuação em relação à Diretoria de cada empresa integrante da Endesa, uma vez que está ligada administrativamente à Presidência do Conselho de Administração da *holding* Endesa Brasil e, desde 1997, atua de forma matricial, com ligação funcional à Endesa S.A., na Espanha. Esse modelo assegura independência da área para o desenvolvimento de suas atividades e permite intercâmbio constante de práticas e conhecimentos.
- **Canal Ético** – Canal de comunicação via *web* para denúncias sobre práticas corporativas inadequadas referentes a contas e auditorias, confidencialidade, apropriação indevida, conflitos de interesses, meio ambiente, saúde e segurança e problemas entre prestadores de serviço e fornecedores. Criado para atender às exigências da Lei Sarbanes-Oxley, é um canal totalmente confidencial.
- **Comitê de Ética** – Formado pelo presidente e por diretores, Auditoria e Ouvidoria Interna, reúne-se sempre que necessário ou a cada semestre para avaliar ocorrências que representem violação ao Código de Ética.
- **Unidade de Controle Interno** – Formada por uma comissão interna, composta por 11 avaliadores (supervisores e analistas técnicos), oito legitimadores (gerentes) e cinco certificadores (diretores), tem como atribuição avaliar, legalizar e certificar os controles internos que afetam as informações dos demonstrativos financeiros da empresa. Foi criada para atender aos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley.

Combate à corrupção

Como signatária e alinhada ao décimo princípio do Pacto Global, a Endesa Brasil combate a corrupção em todas as suas formas e dissemina esse valor em seu Código de Ética e Conduta, em quadros de divulgação nos locais de trabalho, na intranet, no *website* e em anexos aos contratos com seus fornecedores.

As auditorias internas abrangem todas as áreas da companhia e são planejadas considerando, entre outros aspectos, riscos de fraude e corrupção nos processos – 100% das unidades de negócios foram avaliadas no ano. Quando ocorrem casos de fraudes ou corrupção o colaborador é desligado da empresa e, no caso de participação de fornecedores, o contrato é rescindido, com aplicação das medidas legais cabíveis. Em 2010, a Coelce recebeu uma denúncia de corrupção envolvendo empresa prestadora de serviços e, por não conformidade com os seus princípios éticos, não renovou o contrato. Nenhum outro caso dessa natureza foi registrado nas empresas do grupo no ano.

[GRI SO2, SO4]

No Dia Internacional Contra a Corrupção (9 de dezembro), a Endesa Brasil uniu-se à Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) na Oficina de Diálogos sobre Práticas Empresariais Anticorrupção. O evento foi destinado a colaboradores e fornecedores das empresas signatárias do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e teve a parceria da Controladoria Geral da União.



PESSOAS



Compromisso com
a saúde, a segurança,
a qualidade de vida
e o desenvolvimento
pessoal e profissional
dos colaboradores

Os funcionários da Endesa Brasil são parte de uma comunidade de milhares de pessoas que querem colocar o melhor de si em um projeto empresarial atrativo, participativo e comprometido com a saúde, a segurança e o progresso pessoal e profissional daqueles que nela trabalham ao redor do mundo. A valorização da vida é uma prioridade para toda a companhia.

A Endesa está ciente de que, para o sucesso de seu projeto empresarial, é essencial levar em conta as aspirações de seus funcionários e promover sua adesão entusiasmada a esse projeto. Por isso, compromete-se em zelar pela igualdade de oportunidades entre seus empregados, desenvolver seus talentos e carreiras profissionais, sem qualquer discriminação por motivos de raça, sexo, convicção política ou crença religiosa. Procura ainda assegurar condições de trabalho seguras e saudáveis, promover a conciliação da vida profissional e familiar, o trabalho em equipe e o compartilhamento de conhecimento, em um ambiente de trabalho que recompensa o diálogo, a criatividade e a iniciativa.

Com as áreas de apoio integradas, a gestão de recursos humanos é corporativa, seguindo-se a mesma política em todas as companhias do grupo. No período em que se notou uma forte agressividade no mercado de trabalho, como efeito direto do crescimento da economia, a empresa manteve-se capaz de identificar, selecionar e reter talentos, apoiada por programas maduros de benefícios e desenvolvimento de carreira.

Gestão de rendimento

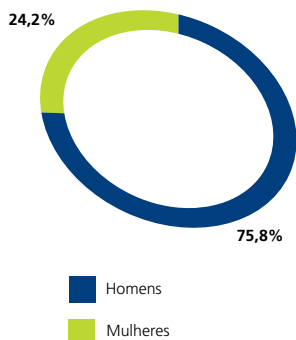
Para incentivar o desenvolvimento das pessoas que compõem a Endesa Brasil, foi adotada, em 2010, a ferramenta corporativa Gestão de Rendimento, desenvolvida por Enel/Endesa. Uma matriz pondera a atuação e os resultados obtidos pelos colaboradores. Em um eixo as pessoas são avaliadas por suas atitudes de comunicação, trabalho em equipe, comportamento geral. O outro eixo diz respeito aos resultados alcançados, de acordo com os objetivos previamente estabelecidos.

A meta era envolver 10% do total de colaboradores em 2010, ou seja, 270 pessoas. Superando expectativas, a Endesa Brasil adotou o modelo de avaliação comportamental para todos os seus empregados já na fase inicial. **[GRI LA12]**

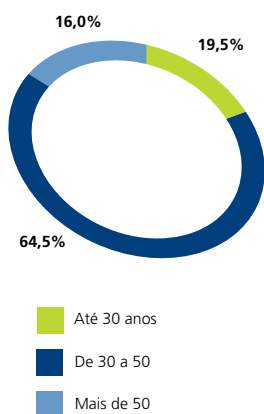
Além de futuramente dar suporte à definição de remuneração e planos de desenvolvimento, a ferramenta oferece ganho adicional ao permitir a comparação entre os profissionais da Endesa no mundo inteiro, por apresentar modelo uniforme.

O ciclo de avaliação é anual. A avaliação comportamental do colaborador, confidencial e feita por seu gestor direto, é calibrada por um conjunto de gestores, para evitar disparidades de julgamento.

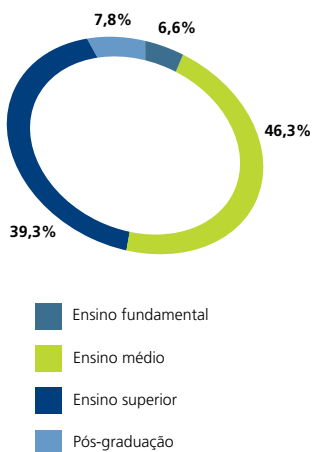
Perfil por gênero |GRI LA13|



Perfil por idade |GRI LA13|



Perfil por escolaridade



Com base na satisfação de seus colaboradores, a Coelce figurou novamente no *ranking* divulgado pelo *Guia Exame-Você S.A.* Em 2010, conquistou o nono lugar entre as melhores empresas para trabalhar do Brasil, sendo a única do setor elétrico e do Nordeste a figurar entre as dez melhores. A companhia também foi classificada no *ranking* do Instituto *Great Place to Work* entre as 100 Melhores Empresas para se trabalhar no Brasil (55ª posição).

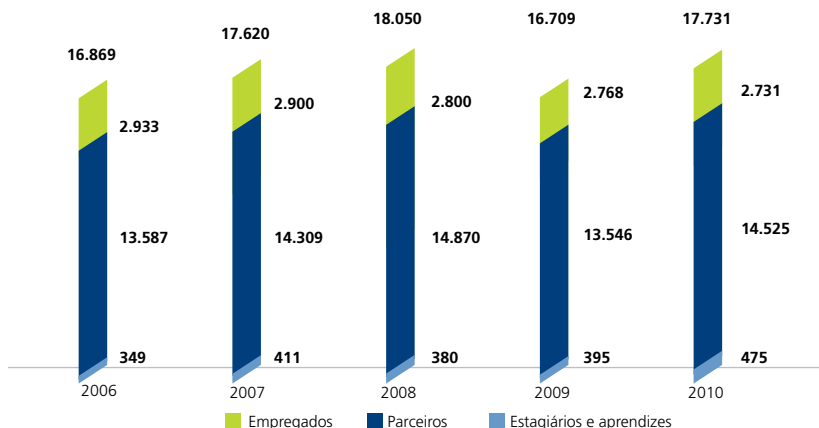
Três novas iniciativas de gestão de pessoal serão postas em prática em 2011. Uma delas, de *assessment* (avaliação) para executivos, vai identificar e diagnosticar as lideranças da empresa. Já o projeto de Gestão da Rotina, desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Gerencial (INDG), servirá para avaliar e organizar a sistemática de reuniões e comunicação entre as equipes da empresa, desde a alta direção até os polos operacionais. Além disso, no final de 2010, a Endesa Brasil deu início a estudos para a adoção do Plano Senda, uma iniciativa da Endesa S.A. que envolve ações de responsabilidade social em Recursos Humanos e tem implantação prevista para 2011 e 2012. Entre as principais iniciativas estão aumentar o percentual de mulheres no quadro de pessoal, com a meta de preencher pelo menos 25% das vagas; estabelecer políticas formais de prevenção do assédio moral, sexual e por razão de gênero; e ampliar a contratação de portadores de necessidades especiais.

Perfil dos colaboradores

Nas contratações, além das competências técnicas específicas necessárias para o cargo, a Endesa Brasil considera o perfil comportamental alinhado aos valores da companhia. A empresa busca pessoas que mostrem atitude, determinação e comprometimento em relação à vida e ao trabalho, procurem oportunidades de realização pessoal e profissional, sejam responsáveis, vibrem com as conquistas e demonstrem habilidades para trabalho em equipe.

Em dezembro de 2010, o grupo contava com 17.731 colaboradores, sendo 2.731 empregados, 475 estagiários e aprendizes e 14.525 parceiros. Para a contratação dos profissionais, a companhia não faz distinção quanto a etnia, sexo ou idade. Devido à natureza operacional do negócio, no entanto, 75,8% das posições são ocupadas por homens. As empresas reúnem profissionais jovens (19,5% têm até 30 anos de idade) e maduros (16% acima de 50 anos), contando com significativo nível de qualificação (47,1% têm formação superior, sendo 7,8% com pós-graduação, mestrado ou doutorado).

Colaboradores por tipo de emprego |GRI LA1|



OBS: todos os empregados atuam em período integral e com contrato permanente

Trabalhadores por região |GRI LA1|

	Rio de Janeiro	Ceará	Rio Grande do Sul	Goiás	Total
Próprios	1.325	1.331	24	51	2.731
Parceiros	6.977	7.370	75	103	14.525
Estagiários	159	205	19	7	390
Jovens-aprendizes	54	31	0	0	85
Total	8.522	8.928	118	161	17.731

OBS: todos os empregados atuam em período integral e com contrato permanente

Composição do quadro de empregados |GRI LA13|

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil	Holding	Total	% do total
Categoria funcional⁽¹⁾									
Diretoria	7	5	2	3	2	1	5	25	0,9%
Gerência e supervisores	110	72	6	7	4	5	8	212	7,8%
Profissionais	481	387	37	32	31	9	23	1.000	36,6%
Administrativos	104	196	5	8	2	3	4	322	11,8%
Técnicos e operários	474	648	16	10	24	0	0	1.172	42,9%
Gênero									
Homens	895	1.003	55	37	49	13	19	2.071	75,8%
Mulheres	281	305	11	23	14	5	21	660	24,2%
Cor / raça									
Branca	921	963	61	57	54	18	39	2.113	77,4%
Negra	255	344	5	3	9	0	1	617	22,6%
Indígena	0	1	0	0	0	0	0	1	0,0%
Faixa etária									
Até 30 anos	259	207	12	17	22	7	9	533	19,5%
De 30 a 50 anos	776	834	41	34	38	11	27	1.761	64,5%
Mais de 50 anos	141	267	13	9	3	0	4	437	16,0%

⁽¹⁾ A Diretoria-Executiva de cada empresa é formada por integrantes do grupo Endesa Brasil; portanto, o número de executivos não necessariamente se reflete nos quadros individuais de empregados

OBS.: Diretores: profissionais responsáveis pelas diretorias da empresa / Gerência e supervisores: coordenam equipes, responsáveis / Profissionais: analistas e especialistas, profissionais graduados / Administrativos: secretárias, assistentes e auxiliares administrativos / Técnicos e operários: pessoal com formação fundamental, média ou técnica

Emprego

A centralização das áreas de apoio da Endesa Brasil, efetivada em 2009, permitiu a ampla divulgação das oportunidades de emprego em todo o País. Essa integração impulsionou também o intercâmbio profissional entre as empresas de Enel e Endesa, lançando novas perspectivas e desafios aos colaboradores.

Em 2010, a proporção do perfil de contratações do grupo no Brasil apresentou equilíbrio entre estagiários (33,76%), colaboradores de empresas parceiras (31,84%) e profissionais recrutados no mercado (34,40%). Essa estratégia favorece a manutenção da cultura institucional, graças ao conhecimento e ao vínculo de estagiários e parceiros, ao mesmo tempo em que diversifica o ambiente laboral com a incorporação de colaboradores vindos de outras empresas. O contato de profissionais jovens com aqueles que já têm mais experiência na empresa permite a retenção do conhecimento, necessária à sustentabilidade.

Nas contratações, é dada prioridade ao recrutamento interno, incluindo pessoas de outras empresas do grupo, bem como à seleção de trabalhadores residentes na região em que a companhia está localizada, para assim favorecer o desenvolvimento do entorno. No encerramento do ano, pessoas nascidas nas regiões de operação representavam 20% dos cargos gerenciais e de responsáveis na Endesa Fortaleza, 12,5% na Endesa Cachoeira e 9,1% na Endesa Cien. Na Ampla, 70% dos 103 gestores que compõem a alta direção e média gerência moram na área de concessão da companhia; e, na Coelce, 7 dos 11 diretores-executivos (63,6%) residem no Estado do Ceará. **[GRI EC7]**

Rotatividade **[GRI LA2]**

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil	Holding	Total
Varição de quadro								
Número de admitidos	117	64	4	4	2	4	5	200
Número de demitidos	283	78	5	1	10	0	7	384
Taxa de rotatividade	17,0%	5,4%	6,8%	4,2%	9,5%	11,1%	15,0%	10,7%
Rotatividade por gênero								
Homens								
Número de admitidos	70	47	2	3	0	2	1	125
Número de demitidos	158	63	1	0	6	0	5	233
Taxa de rotatividade	12,7%	5,5%	2,7%	4,1%	6,1%	7,7%	15,8%	8,6%
Mulheres								
Número de admitidas	47	17	2	1	2	2	4	75
Número de demitidas	125	15	4	1	4	0	2	151
Taxa de rotatividade	30,6%	5,2%	27,3%	4,3%	21,4%	20,0%	14,3%	17,1%



	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil	Holding	Total
Rotatividade por faixa etária								
Até 30 anos								
Número de admitidos	54	51	4	1	2	4	1	117
Número de demitidos	45	17	3	0	2	0	3	70
Taxa de rotatividade	19,1%	16,4%	29,5%	2,9%	9,1%	28,6%	22,2%	17,6%
De 30 a 50 anos								
Número de admitidos	16	12	0	3	0	0	4	35
Número de demitidos	72	30	2	1	7	0	4	116
Taxa de rotatividade	5,7%	2,5%	2,4%	5,9%	9,2%	0,0%	14,8%	4,3%
Mais de 50 anos								
Número de admitidos	0	1	0	0	0	0	0	1
Número de demitidos	41	31	2	0	1	0	0	75
Taxa de rotatividade	14,5%	6,0%	7,6%	0,0%	16,5%	0,0%	0,0%	8,7%
Rotatividade por região								
Rio de Janeiro								
Número de admitidos	70	NA	0	4	1	1	4	80
Número de demitidos	158	NA	5	1	3	0	6	173
Taxa de rotatividade	9,7%	NA	16,7%	6,9%	8,7%	5,6%	12,8%	9,5%
Ceará								
Número de admitidos	0	64	NA	NA	1	3	1	69
Número de demitidos	0	78	NA	NA	7	0	1	86
Taxa de rotatividade	0,0%	5,6%	NA	NA	10,0%	16,7%	100,0%	5,8%
Rio Grande do Sul								
Número de admitidos	NA	NA	NA	0	NA	NA	NA	0
Número de demitidos	NA	NA	NA	0	NA	NA	NA	0
Taxa de rotatividade	NA	NA	NA	0,0%	NA	NA	NA	0,0%
Goiás								
Número de admitidos	NA	NA	4	NA	NA	NA	NA	4
Número de demitidos	NA	NA	0	NA	NA	NA	NA	0
Taxa de rotatividade	NA	NA	3,9%	NA	NA	NA	NA	3,9%

OBS.: A maior parte do quadro funcional da Prátil foi constituída por funcionários oriundos de outras empresas do grupo.

Tempo de atuação dos empregados que deixaram a empresa no ano |GRI LA2|

Tempo médio (em meses)	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Holding
Homens	175	232	28	0	79	27
Mulheres	105	133	20	126	48	16
Até 30 anos de idade	40	24	18	0	77	28
De 30 a 50 anos	127	194	29	126	57	19
Mais de 50 anos	352	336	0	0	100	0

Em 2010, 4,9% dos empregados do grupo tinham direito à aposentadoria nos próximos 5 e 10 anos. Não há um planejamento específico para aposentadoria, mas a empresa indeniza por demissão, levando em conta idade e tempo de serviço, além de orientar os desligados para serviços de recolocação no mercado de trabalho. A Coelce financia cursos de capacitação para colaboradores aposentados e demitidos sem justa causa, realizados em parceria com diversas instituições de ensino (como Universidade Sem Fronteiras, Senai, Sebrae, Senac, dentre outras). Outras ações incluem: serviços de recolocação no mercado de trabalho, com o pagamento uma consultoria para executivos e assistência, que inclui uma entrevista de desligamento e aconselhamento com todos os empregados aposentados ou demitidos. **[GRI LA11]**

Aposentadoria nos próximos 5 e 10 anos **[GRI EU15]**

	Rio de Janeiro	Ceará	Goiás	Rio G. do Sul	5 anos	10 anos	Total
Eletricista	1	7	0	0	1	7	8
Técnico eletrotécnico	13	11	1	1	1	25	26
Assistente administrativo	10	16	0	0	6	20	26
Analista	9	5	2	2	3	15	18
Especialista	13	17	2	2	7	27	34
Responsável	4	6	2	2	2	12	14
Diretor	4	5	0	0	2	7	9
Total	54	67	7	7	22	113	135
% dos empregados	4,1%	5,0%	13,7%	29,2%	0,8%	4,1%	4,9%

Remuneração e benefícios

A política de remuneração estabelece diretrizes e regras para reajuste e enquadramento de cargos e remuneração dos empregados, com uma combinação de parcela fixa e variável. Há constante pesquisa de salários com empresas semelhantes em tamanho, segmento, abrangência e localização, para promover remuneração compatível com a média do mercado.

A Endesa Brasil mantém uma política de benefícios com o objetivo de estabelecer relações de médio e longo prazos com os colaboradores. Possui programas diferenciados em comparação ao mercado, que são destinados exclusivamente a empregados próprios com contrato de trabalho permanente. Os principais benefícios são seguro de vida, previdência privada, participação nos resultados, auxílio-funeral, complemento salarial em caso de auxílio-doença, empréstimo, auxílio a pais de filhos portadores de necessidades especiais, licença-maternidade de 180 dias, licença-paternidade por cinco dias úteis, descontos em produtos e serviços, benefícios para o empregado acidentado do trabalho, programa de readaptação profissional, vale-refeição, vale-transporte, plano de saúde e auxílio-creche especial. A relação com os colaboradores também é estimulada pela Nossa Marca, loja corporativa na qual todos os colaboradores, em qualquer localidade, podem adquirir produtos personalizados da empresa. **[GRI LA3]**

Remuneração e benefícios (R\$ mil)

	2007	2008	2009	2010
Folha de pagamento bruta (FPB)	275.503	353.862	275.855	273.605
Alimentação	15.291	15.321	15.752	15.576
Encargos sociais compulsórios	56.123	59.202	61.893	68.700
Previdência privada	14.147	15.634	11.154	13.892
Saúde	17.495	19.410	20.841	22.360
Segurança e saúde no trabalho	693	1.322	1.787	1.759
Educação	1.244	1.063	437	587
Cultura	729	1.787	964	983
Capacitação e desenvolvimento profissional	5.730	6.595	5.443	6.077
Auxílio-creche	1.397	1.650	1.403	1.951
Participação nos resultados	15.851	17.894	24.924	22.872
Outros	7.524	8.013	4.803	3.924
Total - Indicadores sociais internos	136.237	147.894	149.402	158.684

Relações salariais |GRI EC5|

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil	Holding
Divisão da menor remuneração da empresa pelo salário mínimo vigente ⁽¹⁾	4,8	1,6	6,3	5,3	3,7	3,7	3,3

⁽¹⁾ Cálculo com base no salário mínimo nacional, de R\$ 510,00 no final de 2010.

Salário por gênero - Proporção homem/mulher |GRI LA14|

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil	Holding
Diretoria/gerência	1,13	1,31	1,35	1,59	1,89	1,69	1,19
Profissionais	1,08	1,16	1,37	1,12	1,09	1,38	1,19
Administrativos	1,08	1	1,19	0,51	-	0,91	0,25
Técnicos e operacionais	1,06	1	-	-	-	-	-

Os colaboradores podem participar de planos de previdência privada oferecidos por todas as empresas, com o objetivo de complementar a aposentadoria paga pela previdência social. Em 2010, esses planos receberam aportes de R\$ 14 milhões por parte das patrocinadoras. Os planos são de benefício definido e contribuição definida, sendo os últimos fechados para novas adesões.

Para empregados que se aposentam ou são demitidos, as empresas pagam indenização que leva em conta idade e tempo de serviço e, no caso de responsáveis, também apoio para recolocação no mercado de trabalho.

Previdência complementar |GRI EC3|

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira ⁽¹⁾	Endesa Cien ⁽¹⁾	Endesa Fortaleza ⁽¹⁾	Holding ⁽¹⁾
Contribuição da patrocinadora (R\$ mil)	3.853	8.958	424	251	406	91
Participantes ativos	1.295	3.369	57	42	45	24
Valor presente das obrigações atuariais – planos de aposentadoria (R\$ mil)	653.709	660.876	-	-	-	-
Valor justo dos ativos (R\$ mil)	434.015	679.082	-	-	-	-

⁽¹⁾ Os planos de previdência são de contribuição definida, sem passivo para a patrocinadora

“Faço parte de uma empresa parceira da Ampla para projetos de redes aéreas e subterrâneas, que têm muita influência na qualidade do serviço. É a primeira vez que a gente participa de um encontro para discutir essas questões de sustentabilidade e acho que vai ajudar muito no nosso trabalho.”

Maria das Graças Martins,
da empresa Montacon

Treinamento e desenvolvimento

O desenvolvimento de carreira é reconhecido pelos colaboradores como um diferencial da Endesa Brasil. Em 2010, foram destinados R\$ 6 milhões às atividades de capacitação e desenvolvimento, traduzidas em 198.500 horas de treinamento, com a média de 72,7 horas por colaborador próprio.

Importantes ações de mapeamento, relativas à gestão do conhecimento, foram iniciadas em 2010, com a identificação de cargos, pessoas e conteúdos críticos. Cargos críticos são aqueles cujos ocupantes contribuem diretamente para o negócio principal da empresa e precisam de formação específica prolongada. As atividades desses cargos têm impacto direto no cumprimento dos objetivos estratégicos da empresa, e os profissionais que exercem as funções são mais disputados pelo mercado, por apresentarem maior capacitação.

A catalogação dessas posições e das pessoas que as ocupam dá subsídio às políticas de retenção de funcionários e propicia a elaboração de um plano de sucessão. Estimando as lacunas entre o ocupante atual do cargo e seus potenciais substitutos, é possível compor planos de desenvolvimento focalizados. De outra parte, inventariar os conteúdos necessários para a manutenção do negócio permite que seja construída uma grade curricular de formação e treinamento com o conhecimento técnico fundamental do setor de distribuição, o que contribui para a sustentabilidade da empresa.

Também em 2010 foi implantada ferramenta de *e-learning*, destinada, inicialmente, a treinamento técnico. A empresa investiu na formação de gerências e lideranças médias, promovendo a participação em cursos de MBA e desenvolvimento de lideranças, realizados com parceiros reconhecidos no mercado.

Com o objetivo de estimular o autodesenvolvimento dos colaboradores, a Endesa mantém espaços de desenvolvimento concebidos para alinhar o conceito de gestão de pessoas à formação de equipes de alto desempenho. Ficam disponíveis aos colaboradores no Rio de Janeiro e no Ceará e dispõem de recursos propícios à aquisição de conhecimentos: computadores com acesso à internet, biblioteca para consulta ou empréstimo de livros, salas de treinamento e de atendimento individual.

Segurança e otimismo

O dia 16 de abril de 2010 era para ser rotineiro para o eletricista Rogério Cícero Agostinho de Aquino, que trabalha na B&Q, empresa parceira da Coelce. Um imprevisto no sistema elétrico, entretanto, quase lhe provocou um acidente fatal. “Estávamos fazendo um decréscimo de carga e, na puxada do eletroduto, aconteceu uma explosão. Graças à minha experiência, a todos os cursos que já fiz sobre segurança do trabalho, aos equipamentos que usava e por estar bem-posicionado na escada, só sofri queimaduras no rosto”, conta.

Rogério passou a ser protagonista do vídeo que dissemina o programa Saber Viver, ajudando a reforçar a mensagem de que trabalhar com segurança é respeitar a vida. Em seu depoimento, faz um apelo para que todos os eletricistas usem sempre todos os equipamentos de proteção e adotem uma postura preventiva.

Capacitação e treinamento | GRI LA10|

Categoria funcional	Diretoria	Gerentes e supervisores	Profissionais	Administrativo	Técnicos e operários	Total
Ampla						
Nº de funcionários	15	106	497	94	427	1.139
Horas	2.355,3	14.273,4	24.904,3	6.214,7	13.139,2	60.887,0
Horas/funcionário	157	134,7	50,1	66,1	30,8	53,5
Coelce						
Nº de funcionários	18	64	383	171	644	1.280
Horas	1.679,3	6.774,6	37.683	27.155	40.821	114.113,0
Horas/funcionário	93,3	105,9	98,4	158,8	63,4	89,2
Endesa Cachoeira						
Nº de funcionários	2	6	35	7	6	56
Horas	69	825	4.022	362	896	6.174,0
Horas/funcionário	34,4	137,5	114,9	51,7	149,3	110,2
Endesa Cien						
Nº de funcionários	4	6	6	33	5	54
Horas	429,6	1.012,5	639	3.107,7	2.464,0	7.652,8
Horas/funcionário	107,4	168,8	106,4	94,2	492,8	141,7
Endesa Fortaleza						
Nº de funcionários	2	4	26	1	10	43
Horas	325,4	257,1	2.276,70	219,1	901	3.979,3
Horas/funcionário	162,7	64,3	87,6	219,1	90,1	92,5
Prátil						
Nº de funcionários	1	4	8	1	0	14
Horas	157,0	208,6	165,2	24,0	0,0	554,8
Horas/funcionário	157,0	52,2	20,7	24,0	0,0	39,6
 Holding						
Nº de funcionários	7	6	28	4	0	45
Horas	704,4	1.007,5	2.932,0	496,0	0,0	5.139,9
Horas/funcionário	100,6	167,9	104,7	124,0	0,0	114,2
Total						
Nº de funcionários	49	196	983	311	1.092	2.631
Horas	5.720,0	24.358,7	72.622,2	37.578,5	58.221,2	198.500,6
Horas/funcionário	116,7	124,3	73,9	120,8	53,3	72,7

Programas de desenvolvimento |GRI LA11, EU14|

Programa	Parceria	Objetivo
Semear Talentos	Multiplicadores internos	Formar futuros profissionais que atendam às metas de crescimento do negócio em médio e longo prazos. O programa coloca o estudante em contato com o mercado de trabalho e complementa sua formação acadêmica.
Sombra – Realidade Real	Multiplicadores internos	Promover uma visão global do negócio por meio da interface com outras áreas da empresa e estimular o desenvolvimento de novas competências. Consiste em um, dois ou três dias de visita, segundo as necessidades do funcionário.
Conhecendo Melhor a Endesa Brasil	Multiplicadores internos	Ciclo de palestras para proporcionar conhecimento atualizado sobre as empresas, além de refletir sobre suas metas estratégicas e formas de funcionamento para o alcance dos objetivos.
Idiomas (inglês, espanhol e português)	Professores contratados	Oferecer as ferramentas necessárias para que os funcionários sejam capazes de compreender, ler e escrever nas línguas usadas pelas empresas Endesa no mundo.
Comunicação Interpessoal	Parceiros reconhecidos no mercado	Proporcionar ferramentas para que as pessoas transmitam a sua ideia com clareza, segurança e credibilidade.
Oficinas de carreira	Multiplicadores internos	Orientar o Plano de Desenvolvimento de Carreira dos funcionários.
Café da manhã com o presidente	Multiplicadores internos	Aproximar os funcionários da alta direção da empresa em um encontro que informa sobre as diferentes empresas da Endesa Brasil.
Palestras, seminários, congressos, minicursos	Parceiros reconhecidos no mercado	Possibilitar ao funcionário aprofundamento e/ou atualização sobre temas que, direta ou indiretamente, impactam o negócio.
Programa de Desenvolvimento Internacional (PDI)	Empresas da Endesa no mundo	Dar ao funcionário a oportunidade de conhecer outras empresas Endesa no mundo, sobretudo na Espanha e Itália, atuando em áreas afins à sua. A permanência no exterior varia de 3 a 18 meses.
Junior Energy Training International (JET)	Empresas da Endesa no mundo	Reforçar o desenvolvimento de identidade multicultural e internacional da Enel e dar as bases para a compreensão das dinâmicas culturais, organizacionais e econômicas de uma empresa multinacional. É dedicado à retenção de profissionais da geração Y, que se caracterizam pelo uso intensivo de tecnologia, perfil irrequieto e interesse em aprendizado e relações humanas.
Programas para lideranças		
Programa Básico para Desenvolvimento de Liderança	Parceiros reconhecidos no mercado	Fornecer ferramentas de desenvolvimento para que os novos responsáveis aprendam a obter resultados por intermédio das pessoas. Visa também formar profissionais com potencial para assumir posições de liderança.
Programa Executivo de Desenvolvimento de Liderança	Parceiros reconhecidos no mercado	Participação dos executivos em Programas da Amana-Key, de padrão mundial de qualidade. O objetivo é preparar os profissionais para os desafios futuros, por meio do intercâmbio de experiências com empresas conceituadas de mercado e do acesso a um vasto conhecimento e ferramental.
Coaching in company	Parceiros reconhecidos no mercado	Sessões individuais de <i>coaching</i> com base no autoconhecimento, com o objetivo de desenvolver competências de liderança.
Encontro de Diretivos	Parceiros reconhecidos no mercado	Discutir, definir e alinhar o Plano Estratégico (BSC) das empresas Endesa, com o apoio de instituições externas.
Job rotation	Multiplicadores internos	Gestores trocam de lugar com seus pares nas empresas do grupo. O programa possibilita o conhecimento in loco da realidade de outra unidade de negócios, com troca de experiências e ampliação da capacidade de resolver situações diversas.
MBA em Gestão de Negócios	Parceiros reconhecidos no mercado	Ampliar e potencializar a visão do negócio, com estímulo ao surgimento de ideias e alcance de melhores resultados para a empresa. A companhia cobre 75% do custo.
APG da Amana Key	Amana Key	Pelo período de uma semana, em regime de imersão, responsáveis são estimulados a refletir sobre os aspectos essenciais para a formação da liderança.
Programas de competências técnicas		
Finanças	Parceiros reconhecidos no mercado	Fazer com que o funcionário seja capaz de identificar possibilidades de melhoria de suas operações por meio da análise de indicadores financeiros gerenciais.
Informática	Parceiros reconhecidos no mercado	Capacitar funcionários em ferramentas de informática como Excel e Power Point.
Saiba Mais sobre o Setor Elétrico	Multiplicadores internos	Oferecer conhecimentos básicos sobre: energia e economia no Brasil e no mundo, energia elétrica, fontes alternativas, entre outros temas.
Técnicas de Negociação	Parceiros reconhecidos no mercado	Desenvolver habilidade de argumentação para obter a adesão e a cooperação das pessoas e assim atingir os objetivos esperados.
Acadêmicos		
Graduações, pós-graduações, MBAs	Parceiros reconhecidos no mercado	Diferentes oportunidades são oferecidas aos funcionários das várias empresas Endesa, segundo as suas necessidades de desenvolvimento. A empresa cobre 75% do custo.

“A gente tem trabalhado muito forte o tema segurança, analisando a causa dos acidentes, traçando planos de ação e inovações ou modificações em processos de trabalho, para consolidar uma cultura de segurança, que é o programa Saber Viver.”

Harley Albuquerque,
colaborador, Diretoria
de Recursos Humanos

Valorização da vida

A base das ações de saúde e segurança está no programa corporativo Saber Viver, que desenvolve atividades de mudança de comportamento para a valorização da vida. Criado em 2009 nas empresas de distribuição e já disseminado entre seus colaboradores e parceiros, em 2010 o programa foi estendido às empresas de geração. Formatado de acordo com as características locais, engloba ações de avaliação, disseminação e reforço da cultura de segurança. A iniciativa consiste na observação de atitudes rotineiras e, quando necessário, culmina em posterior correção para adequá-las aos padrões de segurança desejados.

Como principais ações em 2010, destacaram-se:

- **Disseminação** – Dividida em duas fases, teve a participação de colaboradores em todas as regiões atendidas pelas empresas de distribuição.
- **Road show** – Conduzido pelos diretores de Ampla e Coelce, realizado nas diversas unidades e em algumas sedes das empresas parceiras, com o objetivo de disseminar os princípios do Saber Viver.
- **Integração das empresas parceiras** – Premiação e reuniões com empresários com o intuito de sensibilizá-los sobre a iniciativa.

O saldo em 2010 foi positivo: a Ampla alcançou a meta de zero acidentes fatais, reduziu em 30% o número de acidentes com afastamento e em 26% a frequência dos acidentes. Os investimentos na valorização da vida também renderam à empresa o reconhecimento da Enel em 2010: a Endesa Cachoeira recebeu o prêmio *Safety Recognition Award* 2010 na categoria “Zero Acidente”, pois desde 2007 não apresenta acidentes com afastamento de colaboradores próprios e de empresas parceiras.

Um dos destaques do ano foi a *Safety Week*, uma semana em que todos os colaboradores das distribuidoras, independentemente da função, foram às ruas acompanhar o trabalho de instalação e manutenção de redes, encarregados de observar o comportamento seguro dos colegas.

As empresas de geração, conversão e transmissão de energia possuem a certificação OHSAS 18001, que atesta as boas práticas de saúde e segurança e o atendimento à legislação. Têm sido mantido índices reduzidos de frequência e gravidade de acidentes, resultado de iniciativas constantes de conscientização sobre práticas seguras de trabalho. Dois óbitos foram registrados no ano, na Coelce, por choque elétrico. Em um deles o colaborador estava corretamente equipado, mas a luminária permanecera indevidamente energizada; para evitar outras ocorrências, foram modificados os procedimentos de trabalho. No outro acidente, o colaborador executou instalação sem luvas isolantes. Foram adquiridas câmeras veiculares para fiscalizar o cumprimento das normas de segurança.

As Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) são formadas paritariamente por colaboradores e representantes da empresa e têm atuação em todas as áreas operacionais e administrativas – 100% dos empregados são representados nos comitês de segurança e saúde nas empresas do grupo, com exceção da Endesa Fortaleza, em que esse percentual é de 75%. [|GRI LA6|](#)

Empregados e subcontratados, de áreas administrativas e de campo, recebem formação de saúde e segurança do trabalho (SST) conforme suas atribuições e os riscos gerenciados; o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) varia de

acordo com a instalação e atividade. Os sistemas de acompanhamento se dão por meio de inspeções, treinamentos e programas de SST. Os visitantes são orientados sobre o tema. Em 2010, 100% dos contratados e subcontratados receberam treinamentos na área. A companhia exige das empresas parceiras todos os documentos necessários, como registros de empregados, atestados de saúde ocupacional, ordens de serviço por função, entre outros, além da obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção individual. **[GRI EU16, EU18]**

Acidentes de trabalho ⁽¹⁾ [GRI LA7]

	Rio de Janeiro	Ceará	Goiás	Rio G. do Sul	Total
Nº total de acidentes	247	129	0	0	376
Empregados	12	24	0	0	36
Parceiros	235	105	0	0	340
Nº acidentes com afastamento	55	88	0	0	143
Empregados	4	8	0	0	12
Parceiros	51	80	0	0	131
Nº acidentes sem afastamento	192	41	0	0	233
Empregados	8	16	0	0	24
Parceiros	184	25	0	0	209
Nº de óbitos	0	2	0	0	2
Empregados	0	0	0	0	0
Parceiros	0	2	0	0	2
Nº dias perdidos ⁽²⁾	1.937	982	0	0	2.919
Taxa de absenteísmo					
Empregados	2,00%	2,80%	ND	ND	ND
Parceiros	ND	ND	ND	ND	ND
Taxa global	ND	ND	ND	ND	ND
Taxa de Frequência de Acidentes					
Empregados	1,22	2,31	0	0	-
Parceiros	3,07	4,63	0	0	-
Taxa global	2,77	0	0	0	-
Taxa de Gravidade de Acidentes					
Empregados	93,4	66,61	0	0	-
Parceiros	118	720,67	0	0	-
Taxa global	98	0	0	0	-

⁽¹⁾Dados com base na NR 10, Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

⁽²⁾Dias perdidos: critério de dias de calendário, com contagem a partir do dia imediatamente posterior ao do acidente com afastamento

Qualidade de vida

Os programas de assistência aos colaboradores nos casos de doenças graves incluem educação, aconselhamento, prevenção e controle de riscos e tratamento. Familiares têm acesso a atividades de aconselhamento e controle de riscos, enquanto membros da comunidade são assistidos em prevenção. **[GRI LA8]**

O programa corporativo Bem-Viver, dedicado à qualidade de vida, busca reeducar os hábitos de vida dos colaboradores (próprios e parceiros), bem como de seus familiares, a fim de conscientizá-los sobre a importância do equilíbrio entre vida pessoal e profissional. É integrado por diversas ações organizadas em torno dos pilares Saúde,

Família, Esporte, Cultura e Cidadania. O objetivo principal é promover o bem-estar físico e mental e a integração dos colaboradores por meio de ações diversificadas, que abrangem desde espaços físicos dedicados ao esporte e lazer, até palestras, atendimentos de saúde e eventos comemorativos. Além das atividades do programa, há iniciativas específicas de cada empresa, adaptadas à realidade local.

Foi criado, em 2010, o Canal Você, que tem o objetivo de dar suporte aos colaboradores em situações de ordem emocional, jurídica e financeira, bem como apoio de serviço social – o canal é gerenciado por consultoria externa, garantindo a confidencialidade das informações.

Programa Bem-Viver |GRI LA8|

Atividades	Descrição
Nutrir	Nutricionistas orientam sobre alimentação saudável, prevenção da obesidade, doenças cardiovasculares e gastrointestinais. Também são realizadas regularmente campanhas educativas e feitos encaminhamentos pela medicina ocupacional.
Gestação Saúde	Reuniões mensais para conversar sobre a saúde da gestante e do bebê, tirar dúvidas e trocar experiências. Além das colaboradoras, podem participar as esposas de colaboradores e os futuros pais.
Programa Equilíbrio	Atividades de ergonomia visando à prevenção de lesões osteomusculares.
Programa Ambiente Livre do Tabaco	Profissionais especializados orientam e acompanham os empregados que desejam parar de fumar por meio de atendimento individual ou em grupo.
Acompanhamento de grupos de risco	Identificação e acompanhamento de colaboradores que apresentem riscos de saúde (cardiopatias, diabetes, colesterol).
Check-up de executivos	Realizado anualmente em clínica especializada com o intuito de acompanhar a saúde e prevenir doenças.
Vacinação contra gripe	Objetiva diminuir os casos de estados gripais, assim como os casos mais graves de infecções respiratórias, como sinusite, amigdalite e pneumonias.
Saúde em Linha (Coelce)	Orientação para a prevenção dos fatores de risco à saúde, como obesidade, hipertensão, diabetes e sedentarismo, além de incentivar a busca de hábitos saudáveis.
Campanhas preventivas	Realização de campanhas com comunicados e palestras em datas como Dia de Combate à Hipertensão e Dia Mundial da Luta contra a Aids. Medicina preventiva com realização de exames de glicemia, colesterol e pressão arterial. Orientações médica, odontológica e social. Prevenção de doenças específicas de homens e mulheres.
Ginástica Laboral (Coelce)	Realizada diariamente nas áreas de trabalho, para minimizar e prevenir as lesões musculares.
Espaço Bem-Viver	Os Espaços Bem-Viver foram desenvolvidos para os colaboradores cuidarem de si próprios e relaxarem com descontração. Em Niterói e Fortaleza, os colaboradores contam com academia, salão de beleza e restaurante.
Acompanhamento de empregados afastados	Serviço social acompanha afastados por auxílio-doença e auxílio-doença acidentário.
Jogos Bem-Viver	Inspirados nas Olimpíadas, os jogos são abertos a empregados e parceiros de todas as empresas da Endesa Brasil. Realizados a cada dois anos, contam com oito modalidades de esportes.
Canal Você	Apoio e aconselhamento em casos jurídicos, planejamento financeiro, psicológico e assistência social. Dirigido a colaboradores e dependentes.
Incentivo à educação (Coelce)	Homenagem a filhos dos colaboradores que atingiram as melhores médias escolares no ano, com o objetivo de estimular o desenvolvimento e amor pelo saber.
Festa das Conquistas (Coelce)	Evento que comemora os resultados e as premiações obtidas ao longo do ano.
Visita das crianças (Ampla)	Com o objetivo de se aproximar das famílias de seus colaboradores, a Ampla convida a todos para uma visita à sede da empresa, permitindo que eles conheçam o local de trabalho dos funcionários, a Central de Relacionamento e o Centro de Operação do Sistema (COS).
Orientando o futuro (Ampla)	O programa consiste em um bate-papo com filhos e familiares de funcionários e parceiros que estejam cursando o ensino médio, tenham entre 15 e 22 anos e interesse em conhecer um pouco mais de diversas profissões.
Doação de sangue e medula óssea	Campanha para incentivar a doação e cadastro no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea.
Campanha Criança Feliz (Coelce)	Ação realizada em outubro, em comemoração ao Dia das Crianças. Recolhimento de doações de colaboradores entregues a instituições sociais.

Relações com a empresa

Com exceção da Diretoria e das gerências, 100% dos empregados das empresas de geração são contemplados por acordos de negociação coletiva. Na Ampla, 90,4% dos empregados foram alcançados pelas negociações. Na Coelce, 96,0%. A Endesa Brasil defende a livre associação sindical e está aberta ao diálogo permanente com as representações de trabalhadores. Os dirigentes das empresas se reúnem com os sindicatos para negociar reivindicações e fornecer informações que possam subsidiar as discussões. Durante o período de negociação, os sindicatos têm permissão para realizar encontros periódicos na sede das companhias, mantendo contato direto com os colaboradores. As normas internas e os acordos coletivos seguem as convenções 87 e 98 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). [|GRI LA4, HR5|](#)

Os acordos incluem cláusulas específicas de segurança e saúde ocupacional, detalhando critérios para assistência médica ao empregado, seus dependentes, agregados, pensionistas, aposentados e dependentes legais. Não contemplam cláusulas a respeito de forma ou periodicidade previamente estipuladas de notificações sobre mudanças operacionais significativas. Em casos de mudanças operacionais ou estruturais significativas, a comunicação é feita diretamente aos empregados. As empresas também informam periodicamente os rumos dos negócios pelo *Linha Direta*, meio de informação disponível na intranet e enviado por e-mail aos colaboradores, além de reunião mensal de prestação de contas do planejamento estratégico. [|GRI LA5, LA9|](#)

Parceiros e fornecedores

O relacionamento da Endesa Brasil com seus fornecedores e parceiros é baseado em confiança e lealdade. A empresa procura estender os impactos positivos destinados ao seu público interno, como os cuidados envolvendo ergonomia, treinamento, capacitações e ambiente saudável de trabalho, para toda a sua cadeia de negócio. Exige que as empresas parceiras e os fornecedores de materiais sigam essas mesmas diretrizes e seus valores corporativos, de forma a agir com simplicidade e proximidade nas relações de trabalho, incentivar o desenvolvimento de competências e conquistar excelência no desempenho operacional e no atendimento aos clientes.

Além disso, é exigido respeito e cumprimento a práticas de investimento e processos de compra. A empresa não possui uma política formal de concentrar compras em fornecedores locais (dos estados de suas áreas de atuação), mas privilegia os parceiros comerciais localizados nas proximidades em condições de preço e qualidade equivalentes. [|GRI EC6|](#)

Participação no valor total das compras [|GRI EC6|](#)

Empresa	Locais	Nacionais	Globais
Ampla	43%	55%	2%
Coelce	28%	65%	7%
Endesa Cachoeira	31,5%	68,3%	0,2%
Endesa Cien	17,2%	82,4%	0,4%
Endesa Fortaleza	87,6%	6,8%	5,6%

“A forma como a Endesa abraça seus parceiros é muito boa e gratificante. Com certeza está plantando uma parceria duradoura. E a gente espera, como empresa, estar cada vez mais unidos e aumentar cada vez mais a nossa parceria.”

Guilherme Guimarães,
da empresa Indica

São consideradas como práticas inaceitáveis em toda a cadeia produtiva: comercialização de produtos ilegais; existência de trabalho escravo, forçado ou infantil; violação dos direitos das crianças e dos adolescentes; assédio sexual e/ou moral; corrupção em todas as suas formas; exploração da imagem de crianças, adolescentes, mulheres e outros grupos em condições de desfavorecimento econômico ou social.

As empresas contratadas estão sujeitas a auditorias trabalhista, fiscal e financeira, que consistem na revisão do processamento, pagamento e adequação às obrigações referentes aos empregados, incluindo aspectos relativos a direitos humanos. Em 2010, foram auditados 100% dos contratos firmados com parceiros pela Ampla, estando todos de acordo com os critérios estabelecidos. Na Coelce, a prática de inspeções relativas ao cumprimento da legislação trabalhista e da garantia dos direitos humanos abrangeu 25% das empresas de serviços, representando 90% dos fornecedores de serviços significativos. Durante as inspeções realizadas em campo, ficou comprovada a não ocorrência de trabalho infantil e forçado, assim como não foram identificados riscos de limitação ao direito de livre associação sindical dos colaboradores parceiros. **[GRI HR5]**

O Código de Ética da empresa é anexado a todos os contratos assinados, nos quais também estão incluídos os dez princípios do Pacto Global. O uso de mão de obra infantil é praticamente nulo nas atividades dos fornecedores da companhia, mas há o risco de essas empresas manterem seus empregados em más condições de trabalho. Por essa razão, 100% dos contratos com fornecedores englobaram cláusulas de direitos humanos, proibindo o trabalho forçado e infantil. O contrato para a prestação de serviços também exige compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. **[GRI HR2, HR6, HR7]**

Os contratos de investimentos considerados significativos se referem a obras de expansão e melhoramento da rede, a exemplo do Programa Luz para Todos e dos projetos de combate às perdas. Na Coelce, isso significou 24 contratos, todos com cláusulas trabalhistas e de direitos humanos, enquanto 21 (91%) possuem cláusulas de defesa da ética. Na Ampla, foram 100% dos 893 contratos firmados. **[GRI HR1]**

Com o objetivo de garantir boas práticas, é adotado um cadastro único de fornecedores, com informações técnicas, comerciais, jurídicas e socioambientais de todos os parceiros de compras. No ano, foi dado andamento a integração com o cadastro mundial da Enel. Para tanto, iniciou-se trabalho de qualificação dos fornecedores, por meio de avaliação técnica com critérios socioambientais, de sustentabilidade financeira e qualidade do produto, entre outros. A inspeção é feita *in loco* e o fornecedor é qualificado por três anos, quando há novo ciclo de avaliação. Direcionada a parceiros e fornecedores estratégicos, a integração deve ser concluída em 2013.

Atividades de parceiros **[GRI EU17]**

Área de atuação / média de dias trabalhados por parceiro no ano	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza
Construção (construção da rede elétrica, modernização de instalações)	288	211	260	45	57
Operação (leitura e entrega de contas, atendimento em agências, teleatendimento, administrativos, transportes, logística, tecnologia da informação, zeladoria, reprografia, segurança patrimonial e serviços advocatícios)	253	211	0	188	169
Manutenção (inspeção, manutenção preventiva e corretiva, normalização, ligação nova, poda, corte e religação)	270	211	287	279	73

Desenvolvimento e reconhecimento

De forma sustentável, a Endesa Brasil promove o desenvolvimento de parceiros locais e a capacitação dos fornecedores, incentivando a ampliação de seu escopo de atuação. Essa estratégia assume especial relevância nos negócios de geração, localizados fora das grandes cidades, em regiões que podem apresentar carência de certos serviços.

A companhia busca o alinhamento das empresas fornecedoras de serviços à estratégia do grupo, incluindo modelos de gestão. O Índice de Parceria (Inpar), introduzido também na Endesa Geração em 2010, promove a avaliação completa das empresas prestadoras de serviços, seguindo a metodologia do Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ). São acompanhados indicadores relativos a adimplência, satisfação dos clientes, sustentabilidade, meio ambiente, segurança, entre outros. A Endesa Brasil viabiliza aos parceiros a realização de pesquisa de clima e solicita relatório anual no formato do PNQ. A partir dessas avaliações são elaborados planos de ação e melhorias. Todo o processo é auditado por consultoria externa. A empresa mantém ainda uma Ouvidoria de Fornecedores (fornecedores@endesabr.com.br), pela qual recebe sugestões e comentários de seus parceiros comerciais.

Associados à avaliação anual dos fornecedores de produtos, os resultados do Inpar compõem a premiação anual promovida pela Endesa. Além de reconhecer os fornecedores de serviços e materiais a partir de critérios gerais, as empresas foram homenageadas nas categorias responsabilidade social, segurança do trabalho e ação humanitária.

Prêmio Qualidade 2010 – Endesa Brasil

Categoria	Empresa
Prestador de serviços – Ampla	
1º lugar	Soter
2º lugar	Landis+Gyr
3º lugar	Nova Rio
Prestador de serviços – Coelce	
1º lugar	Kosmos Construtora
2º lugar	Meireles e Freitas
3º lugar	Ceneged - Companhia Eletromecânica e Gerenciamento de Dados
Prestador de serviços – Geração	
1º lugar	Alstom Brasil Energia e Transporte
2º lugar	Cotesa Engenharia
3º lugar	Resgate Clínica de Medicina e Segurança do Trabalho
Fornecedor de material	
Grupo I	Incesa Indústria e Componentes Elétricos
Grupo II	Cooper Power Systems do Brasil
Grupo III	Frontec Ind. Comp. de Fixação
Destaques	
Responsabilidade social	Siemens
Segurança do trabalho	Alstom Brasil Energia e Transporte
Ação humanitária	Lumen, Creative, Cosampa, Loprese, Soter, AV Produções, Medral, Gemon e Compel

CLIENTES





Compromisso com
a satisfação dos clientes
e com a qualidade
dos serviços

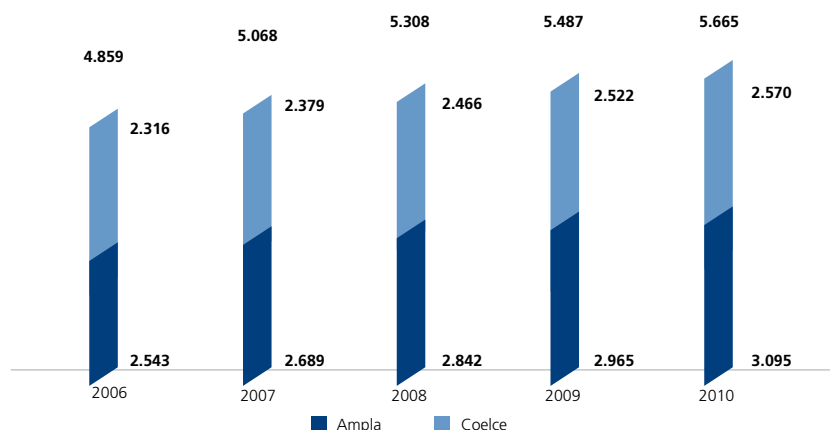
“Tenho percebido em todas as iniciativas da Ampla essa preocupação na parceria consumidor, cliente, Ampla e o Codecon. Com isso, a empresa vem melhorando a olhos vistos.”

Marta Menezes,
representante do Codecon
de Niterói e presidente do Conselho
de Consumidores da Ampla

A Endesa busca a contínua da excelência no atendimento aos clientes, comprometendo-se com eles e suas necessidades. Mais do que qualidade de vida, o acesso à energia elétrica é essencial para o crescimento socioeconômico e é um dos itens considerados pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao estabelecer o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de um país. A companhia entende que atuar na concessão de um serviço público consiste, mais do que tudo, em respeitar o cliente.

No encerramento de 2010, a Endesa Brasil contava com 5,7 milhões de clientes na distribuição, 3,2% a mais que em 2009. O aumento mais significativo foi concentrado na classe residencial, com destaque para a categoria convencional, que cresceu 6,6%.

Número de clientes (mil)



Número de clientes |GRI EU3|

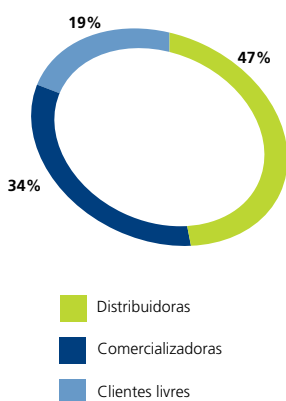
Classe de clientes	2009			2010		
	Ampla	Coelce	Total	Ampla	Coelce	Total
Residencial	2.266.524	2.219.849	4.486.373	2.314.996	2.326.112	4.641.108
Convencional	1.546.340	562.265	2.108.605	1.625.339	621.432	2.246.771
Baixa Renda	720.184	1.657.584	2.377.768	689.657	1.704.680	2.394.337
Industrial	5.616	5.874	11.490	5.520	5.814	11.334
Comercial	168.266	154.746	323.012	166.845	159.487	326.332
Rural	65.280	320.736	386.016	66.538	325.140	391.678
Setor público	15.832	37.650	53.482	16.238	39.665	55.903
Subtotal	2.521.158	2.738.855	5.260.013	2.570.137	2.856.218	5.426.355
Clientes livres	18	14	32	23	19	42
Revenda	5	2	7	13	2	15
Consumo próprio	434	231	665	445	221	666
Consumidores ativos sem fornecimento	-	226.381	226.381	0	238.140	238.140
Total de consumidores	2.521.615	2.965.483	5.487.098	2.570.595	3.094.600	5.665.195

Novos serviços

A Prátil, nova empresa da Endesa Brasil com foco em negócios não regulados, foi inaugurada no primeiro semestre de 2010. Com sede em Niterói (RJ) e filial em Fortaleza (CE), tem como objetivo criar satisfação e fidelização dos clientes com outros produtos e serviços complementares ao fornecimento de energia.

Para clientes empresariais, elabora e executa projetos de subestações e linhas de transmissão, redes subterrâneas internas e aéreas, além de iniciativas de eficiência energética, geração de energia, bombas de calor e painéis de medição compactos. Para o segmento governamental, também são oferecidas soluções de iluminação pública. Clientes residenciais e pequenos comércios contam com produtos como seguros, planos odontológicos e títulos de capitalização.

Carteira de clientes - Endesa Cachoeira



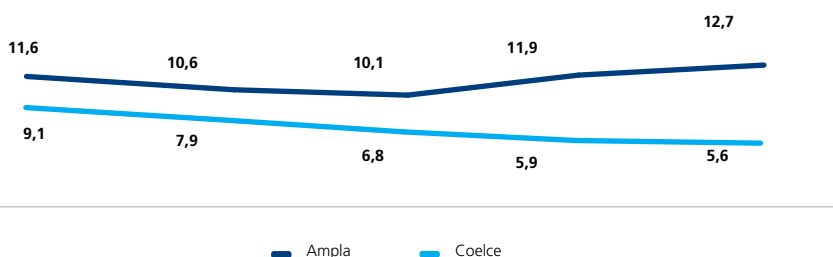
Nas atividades de geração, conversão e transmissão, a Endesa Brasil possuía ao final do exercício 76 clientes. A Endesa Fortaleza comercializa energia para a Companhia Energética do Ceará (Coelce); a Endesa Cien atua na conversão e transmissão de energia entre o Brasil e a Argentina, tendo o governo deste país como cliente. Com 74 clientes, a Endesa Cachoeira atende 34 distribuidoras de energia, 25 comercializadoras e 14 clientes livres.

Nas atividades de distribuição, os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição. Eles refletem:

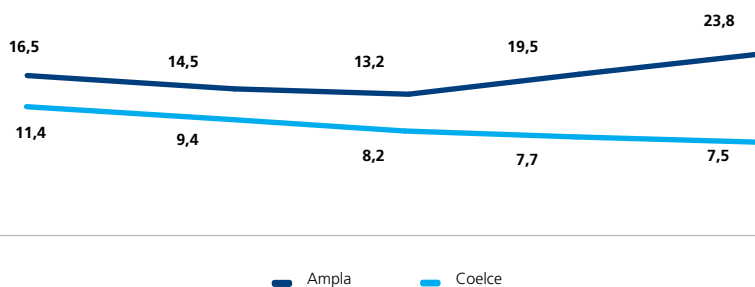
- DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): Horas por ano em que os consumidores tiveram o seu fornecimento de energia interrompido.
- FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): Vezes por ano em que os consumidores tiveram o seu fornecimento de energia interrompido.

A Coelce encerrou o ano com DEC em 7,54 horas, índice 6,2% melhor do que o registrado em 2009 (7,67 horas). O FEC alcançou 5,61 vezes, o que representa evolução de 5,1% em relação a 2009 (5,91 vezes). A Ampla, em razão das graves alterações climáticas ocorridas em 2010, teve seus serviços prejudicados; os índices foram inferiores aos de 2009: o DEC ficou em 23,81 e o FEC em 12,74. Amparado pelo novo Plano de Qualidade nos Serviços, o fornecimento de energia registrou avanços significativos de julho a dezembro, como consequência das ações já realizadas. |GRI EU28, EU29 |

Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC - vezes) | GRI EU28 |

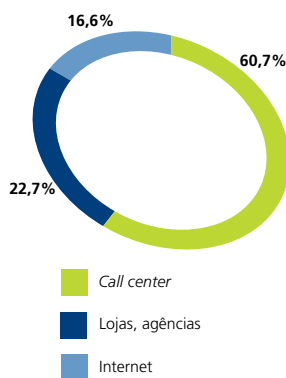


Duração Equivalente de Interrupção por Cliente
(DEC - vezes) | **GRI EU29**

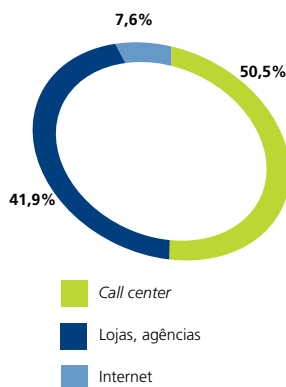


Canais de atendimento

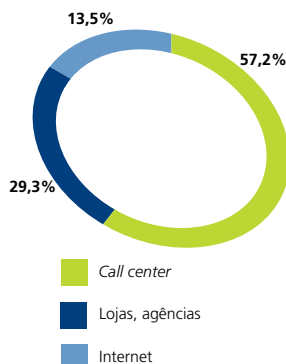
Ampla



Coelce



Canais de atendimento (consolidado)



Atendimento

Para garantir clareza, coerência, autenticidade e conteúdo adequado, as comunicações com os públicos de relacionamento seguem normas de conduta ética, em consonância com o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Antes de serem publicadas, todas as campanhas são submetidas a comitês internos responsáveis pela avaliação final. Pela natureza do serviço prestado, todos os contratos seguem as determinações da Aneel, órgão que regula o setor elétrico no Brasil. As companhias que compõem a Endesa Brasil colocam à disposição da sociedade diversos canais de comunicação, por meio dos quais são prestadas informações e esclarecidas dúvidas referentes aos serviços prestados. **[GRI PR6]**

Em 100% dos contratos de adesão e prestação de serviços, todas as características e condições particulares de uso são expressas de forma clara. Ampla e Coelce cumprem as instruções e normas contidas na Resolução 414/2010 da Aneel, como a discriminação de dados como indicadores de qualidade do fornecimento, telefones de contato para esclarecimentos ou reclamações, data de leitura do consumo, valor da tarifa e dos impostos, valor total a pagar, entre outros. A companhia também utiliza a conta para divulgar campanhas sobre o uso seguro de energia. **[GRI PR3]**

Pessoalmente, por telefone ou pela internet, os clientes da distribuição podem selecionar diferentes ferramentas de atendimento com pessoal capacitado. Além dos canais convencionais de relacionamento (lojas, centrais de atendimento telefônico e portais na internet), Ampla e Coelce possuem Ouvidoria, Conselho de Consumidores e ferramentas de contato com o presidente das empresas. A comunicação com os consumidores é ainda ampliada pelos projetos sociais realizados nas comunidades atendidas e pelas redes sociais on-line. A empresa acompanha periodicamente o desempenho de seus canais de comunicação com o cliente, mensurando atendimento, prazos, realização de serviços e equipes técnicas.

Em várias lojas há atendimento em inglês e em espanhol, assim como na Língua Brasileira dos Sinais (Libras), especial para portadores de deficiência auditiva. Visando à inclusão, as distribuidoras também mantêm atendimento telefônico especial para esses clientes. Na Coelce, as pessoas com deficiências visuais também podem solicitar a conta de energia em versão braille. As lojas das distribuidoras estão passando por adaptação estrutural, com a instalação de rampas de acesso para deficientes físicos. **[GRI EU24]**

Número de atendimentos

Canais	2009			2010			Variação 2010/2009
	Ampla	Coelce	Total	Ampla	Coelce	Total	
Call center	6.688.071	3.000.638	9.688.709	7.088.006	3.107.712	10.195.718	5,2%
Lojas, agências	2.522.358	2.150.142	4.672.500	2.652.726	2.578.064	5.230.790	11,9%
Internet	1.015.840	807.147	1.822.987	1.938.786	468.150	2.406.936	32,0%
Total	10.226.269	5.957.927	16.184.196	11.679.518	6.153.926	17.833.444	10,2%

Número de atendimentos pela Ouvidoria do Cliente

	2009	2010	Variação (%)
Ampla	13.127	10.542	-19,7%
Coelce ⁽¹⁾	13.032	24.134	85,2%
Total	26.159	34.676	32,6%

⁽¹⁾ O aumento significativo na quantidade de atendimentos teve início em outubro de 2010, quando o telefone da Ouvidoria passou a ser impresso na conta de energia, conforme estabelece a nova Resolução nº. 414 / 2010 da Aneel, o que gerou uma maior quantidade de clientes procurando a Ouvidoria no primeiro contato

Desligamentos residenciais – número de clientes |GRI EU27|

	Ampla		Coelce	
Entre desconexão e regularização do pagamento	2009	2010	2009	2010
Menos de 48 horas	319.477	388.657	188.323	190.819
48 horas a 1 semana	88.392	90.974	66.067	49.835
1 semana a 1 mês	73.450	74.373	36.777	48.889
1 mês a 1 ano	81.319	64.520	47	-
Mais de um ano	837	673	-	-
Reconexão após regularização do pagamento	2009	2010	2009	2010
Menos de 48 horas	712.134	776.734	423.072	424.841
48 horas a 1 semana	4.157	250	29.898	25.771
1 semana a 1 mês	14	6	68	28

“Temos aproximação com a Coelce há aproximadamente dois anos e no balanço que fizemos dá para ver como o bairro mudou com essas ações, na questão do social, da eficiência energética e da regularização das residências.”

Marcos Aurélio Martins Batista,
presidente da Associação Comunitária
Parque Leblon, em Caucaia

Satisfação do cliente |GRI PR5|

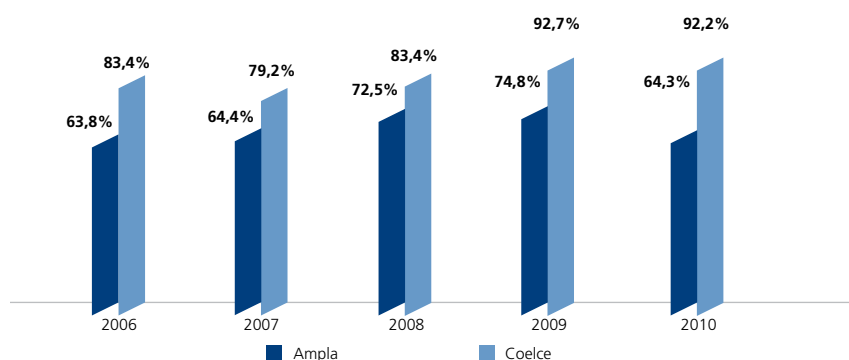
Para monitorar a satisfação e a percepção de seus clientes, a Endesa Brasil acompanha o resultado de diversas pesquisas, realizadas pelos órgãos reguladores, institutos e internamente pelas próprias áreas. O principal objetivo desse gerenciamento é aprimorar constantemente os serviços e atendimentos prestados pelas empresas do grupo.

Em 2010, o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP), medido pela pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), ficou em 64,3% na Ampla. A queda em comparação a 2009 foi influenciada pelo desempenho no fornecimento de energia do início do ano, prejudicado pelas fortes chuvas. Preocupada com a satisfação dos seus clientes, a empresa desenvolveu, desde setembro, uma pesquisa adaptada da metodologia da Abradee para controlar mensalmente a percepção dos seus clientes. A partir das avaliações, são elaboradas melhorias focadas no fortalecimento da imagem da companhia. Diante das dificuldades ocasionadas pelos eventos climáticos, a Ampla colocou em prática em 2010 um Plano de Qualidade dos Serviços para fortalecer sua infraestrutura e prevenir danos causados por descargas elétricas e chuvas fortes. Os investimentos serão de R\$ 175 milhões até 2014.

Os clientes da Coelce foram novamente considerados os mais satisfeitos do País em 2010, de acordo com a pesquisa da Abradee, com foco no segmento residencial urbano. Pelo segundo ano consecutivo, a companhia foi classificada como Melhor Distribuidora de Energia Elétrica do Brasil, além de ocupar a liderança na categoria de Avaliação do Cliente. Pela excelência de seus programas de relacionamento com os consumidores, conseguiu alcançar o melhor ISQP, de 92,2%. A Coelce também comemorou a conquista de ser eleita como a Melhor Distribuidora do Nordeste (quinta vez consecutiva) e primeiro lugar em Gestão Operacional do País, que avalia os indicadores técnicos, como DEC e FEC.

Em 2010 foi realizada nova pesquisa de satisfação dos clientes na Endesa Cachoeira, com o objetivo de obter subsídios para adequada administração do desempenho e da imagem da companhia, bem como para aprimorar os processos de gestão comercial. A nova edição foi ampliada e realizada com três segmentos distintos de clientes (Longo Prazo, Curto Prazo e Representação). O resultado global foi de 87,8% – esse foi o índice de respostas que classificaram os serviços como “bom” ou “muito bom”. Considerando apenas o resultado do segmento de clientes de longo prazo, é possível fazer a comparação com a pesquisa anterior, de 2008: o crescimento da satisfação foi de 3,2 pontos percentuais, passando de 87% para 90,2%.

Índice de satisfação da qualidade percebida (ISQP)



Conformidade |GRI PR9|

A Aneel prevê limites para os indicadores de duração, frequência e continuidade de interrupção de energia por unidade consumidora (DIC, FIC e DMIC) e, em caso de transgressão de tais limites, a distribuidora deve compensar financeiramente o cliente atingido. Em 2010, o montante desembolsado pela Ampla totalizou R\$ 17,0 milhões.

A Coelce foi do 9º para o 38º lugar na *ranking* de reclamações do Procon, apesar de aumento no saldo de reclamações, que passou de 293, em 2009, para 392. Do total, 252 (80%) foram consideradas improcedentes. Em 2009, a empresa passou por um processo de fiscalização da Aneel, que determinou multa referente aos serviços do Coelce Plus. A Coelce considerou o valor desproporcional e, em julho de 2010, conseguiu reduzir o valor da multa de R\$ 19,9 milhões para R\$ 2,6 milhões.

Número de reclamações encaminhadas

	2009			2010			Variação 2010/ 2009
	Ampla	Coelce	Total	Ampla ⁽¹⁾	Coelce	Total	
À empresa	152.241	396.725	548.966	1.949.484	382.438	2.331.922	324,8%
À Aneel/Arce	4.856	910	5.766	7.406	1.056	8.462	46,8%
Ao Procon/Decon	375	293	668	489	268	757	13,3%
Justiça	22.238	1.065	23.303	25.936	954	26.890	15,4%
Total	179.710	398.993	578.703	1.983.315	384.716	2.368.031	309,2%

(1) De acordo com novas regras da Aneel, vários atendimentos passaram a ser registrados como reclamação, o que inclui o atendimento de emergência. Aplicando a mesma orientação para 2009, o número de reclamações passaria para 1.567.052

O contrato de concessão prevê que as distribuidoras se responsabilizem pelo ressarcimento de prejuízos causados aos clientes por acidentes ou intempéries climáticas envolvendo a rede elétrica. Em 2010, foram registrados 26.766 pedidos na Ampla. Deles, 13.574 foram deferidos e o montante pago atingiu R\$ 5,0 milhões. A Coelce registrou quase 26% de aumento de pedidos de ressarcimento por aparelhos queimados entre 2009 e 2010, que passaram de 7.193 para 9.059 solicitações. Do total, 3.957 foram considerados procedentes, resultando no custo de R\$ 1,7 milhão em ressarcimento.

Saúde e segurança

As distribuidoras cumprem de forma rigorosa todas as normas e os padrões técnicos estabelecidos pela legislação, além de investirem fortemente na manutenção preventiva das instalações e equipamentos. Informam constantemente seus consumidores sobre o uso seguro e racional de energia elétrica por meio de mensagens impressas nas contas de energia e em folhetos disponíveis nas lojas de atendimento. Além disso, utilizam os principais veículos de comunicação (rádio, jornal e televisão) para alertar sobre os riscos do contato com redes energizadas.

Em conformidade com as decisões judiciais, as companhias indenizam os prejuízos à comunidade decorridos de acidentes, tais como invalidez, morte, degradação de instalações, incêndios e danos ambientais.

Na geração de energia, todas as instalações da empresa seguem elevados padrões de saúde e segurança, ao meio ambiente e às comunidades do entorno. Para prevenir acidentes e responder a eventuais situações de emergência, são seguidas diretrizes da norma ISO 14001, integrada à norma OHSAS 18001, utilizando procedimentos que auxiliam na prevenção e redução dos impactos que envolvam explosão ou risco potencial de incêndios e vazamento de produtos químicos, de gases ou de óleos.

Acidentes com a população ⁽¹⁾ |GRI EU25|

	Ampla	Coelce
Lesões	29	23
Leves	15	20
Graves	7	3
Mortes	7	19
Montante reivindicado em processos judiciais (R\$ mil) ⁽²⁾	23.726	135,82
Valor provisionado no passivo (R\$ mil) ⁽²⁾	0 ⁽³⁾	14,72
Número de processos judiciais existentes ⁽²⁾	47	183
Número de pessoas vinculadas nos processos ⁽²⁾	47	183

⁽¹⁾ Não foram registrados acidentes nas empresas de geração e transmissão de energia

⁽²⁾ Em Coelce, foi considerado o estoque ao final de cada período; em Ampla, os processos de cada ano.

⁽³⁾ O valor provisionado no passivo de 2010 está zerado porque os processos não tiveram sentença de mérito.

Atenção a saúde e segurança |GRI PR1|

Fase	Percentual de serviços	Ações
Planejamento de recursos do setor elétrico	100%	Na elaboração dos projetos de construção de linhas de transmissão e subestações são realizados estudos e elaborado um relatório de impacto ambiental, os quais são apresentados ao órgão ambiental para análise e aprovação.
Distribuição de energia	100%	Inspeções e manutenções preventivas e corretivas para reduzir a duração e quantidade de interrupção, que podem afetar a saúde e a segurança da população. Busca-se identificar e evitar a ruptura de cabos elétricos, mas caso elas ocorram o sistema elétrico possui mecanismos de automação que desenergizam a rede da área afetada. Para responder às eventuais ocorrências de interrupção de grande porte no sistema elétrico, que causam sérios impactos sociais, dispõe de planos de emergência e contingência.
Desenvolvimento do conceito do produto e/ou serviço	100%	Educação para o uso seguro da energia elétrica realizada pelos projetos sociais bem como por meio das campanhas de comunicação e marketing.
Utilização	100%	
Certificação	100%	Processos de planejamento e engenharia, operação técnica e comercial, que possuem normas e procedimentos certificados pela norma OHSAS 18001.
Marketing e promoção	100%	Iniciativas de orientação para o uso seguro da energia elétrica. São acompanhados os índices de acidentes com a população e, de forma proativa, elaborados campanhas e materiais educativos sobre o uso seguro da energia elétrica. Incluem mensagens em veículos de comunicação (rádio, jornal e televisão), na conta de energia, em folhetos disponíveis nas lojas de atendimento, em espaços nos sites na internet e em redes sociais (Twitter, Facebook, Orkut, Youtube). Campanhas periódicas destacam aspectos como o risco de soltar pipas ou executar obras de construção civil, consertos de telhado, etc. nas proximidades das redes.
Disposição, reutilização ou reciclagem	100%	Por meio da descontaminação das lâmpadas de prédios próprios e de iluminação pública, acondicionamento correto dos gases dos equipamentos de refrigeração de uso interno e dos refrigeradores trocados pelos projetos de eficiência energética.



SOCIEDADE

EM
endesafortaleza
uma empresa endesa brasil

Projeto
Inovação
Prof. Maurício Castela

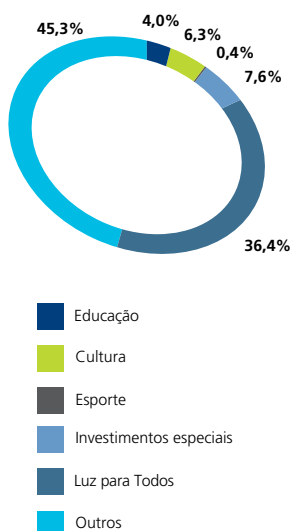
Um Tocar de
Alcides

Secretaria de Educação de Caucaia



Compromisso com
a construção de uma
sociedade mais justa e
igualitária, promovendo
o crescimento das
comunidades

Distribuição do investimento



A inserção nos territórios em que atua é um elemento essencial da cultura empresarial da Endesa Brasil. Nesse sentido, o reforço do enraizamento nas comunidades do entorno é um dos desafios que pretende vencer em médio prazo, como parte do plano estratégico de sustentabilidade que direciona a ação de todas as empresas Endesa.

Para atender às obrigações próprias de seus serviços, a empresa esforça-se para oferecer as melhores condições possíveis de segurança e qualidade. Ao mesmo tempo, cumpre seu propósito de contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural de seu entorno, sempre partindo do respeito aos seus valores culturais.

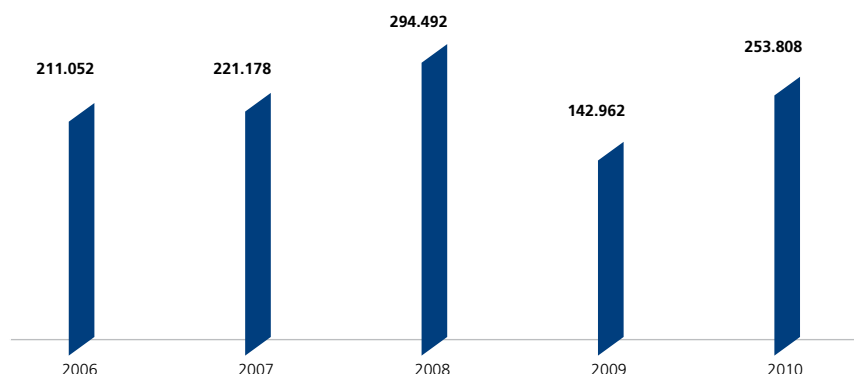
Mais do que levar energia elétrica, a companhia busca proporcionar mais qualidade de vida para a população. Para 2011, o desafio de todas as empresas Endesa é potencializar suas iniciativas em uma plataforma interligada de projetos. As ações ainda terão focos específicos, respeitando a cultura e as necessidades locais, mas haverá uma troca maior entre as companhias, com o objetivo de disseminar as boas práticas.

Investimentos |GRI EC8|

Em 2010, as empresas do grupo destinaram R\$ 253,8 milhões a projetos sociais, que beneficiaram direta ou indiretamente mais de 4 milhões de pessoas, incluindo 2,4 milhões de consumidores atendidos com tarifa social (baixa renda). As iniciativas abrangem projetos de interação com a sociedade cidadania, eficiência energética e programas de acesso à energia. A maior parte dos recursos foi destinada a ações educacionais e culturais e ao programa Luz para Todos, visando proporcionar um futuro mais igualitário e o crescimento das comunidades das áreas de atuação das controladas da Endesa Brasil.

A gestão desses programas é realizada por áreas mantidas em todas as empresas, com coordenação da Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Meio Ambiente e Responsabilidade Social Corporativa da *holding*. As atividades possuem método para verificar e coordenar as necessidades da população envolvida, por meio da interação direta com as comunidades. Na Ampla, encontros mensais das Redes de Lideranças são utilizados para debate de temas relevantes para as áreas atendidas, havendo troca de experiências e informações, que também servem de base para avaliação e seleção de atividades prioritárias dos programas sociais da empresa. Já o Coelce nos Bairros é um forte canal de comunicação com a comunidade para identificar demandas e necessidades locais. |GRI SO1|

Investimento social externo (R\$ mil)



Público beneficiado em 2010 (mil)

Nº de beneficiados	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Holding	Total
Projetos socioambientais	465.296	932.299	14.000	6.220	200.000	700	1.617.815
Consumidores baixa renda	689.657	1.704.680	-	-	-	-	2.394.337
Luz para Todos	2.252	66.740	-	-	-	-	68.992
Total	1.157.205	2.703.719	14.000	6.220	200.000	700	4.081.144

Investimento social externo em 2010 (R\$ mil)

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Holding	Total
Educação	8.845	379	252	98	503	984	11.061
Cultura	3.015	12.919	25	325	837	122	17.243
Esporte	320	834	3	0	0	-	1.157
Luz Para Todos	4.199	95.754	-	-	-	-	99.953
Outros	35.120	89.066	-	8	200	-	124.394
Total	51.499	198.952	280	431	1.540	1.106	253.808

Recursos incentivados em 2010⁽¹⁾ (R\$ mil) |GRI EC4|

	Ampla	Coelce	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Holding	Total
Fundo Estadual da Cultura - FEC	780	3.949	-	-	-	4.729
Sistema Estadual de Cultura - Siec	-	5.446	-	-	-	5.446
Lei Rouanet	450	3.374	325	880	158	5.187
Lei de Incentivo ao Esporte	-	783	-	222	28	1.033
Fundos para a Criança e o Adolescente	335	834	-	-	56	1.225
Total	1.565	14.386	325	1.102	242	17.620

⁽¹⁾ A Endesa Cachoeira não utiliza recursos incentivados.

Investimento social externo (R\$ mil)

Ano	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Holding	Total
2006	55.964	54.546	147	199	196	-	211.052
2007	67.244	153.314	444	114	62	-	221.178
2008	68.859	223.886	241	144	1.362	-	294.492
2009	50.313	90.236	477	107	1.416	413	142.962
2010	17.401	132.722	280	431	1.540	1.106	253.808

Gestão dos impactos |GRI SO1|

Por meio de suas controladas, a Endesa Brasil gera, converte e distribui um bem essencial, a energia, indispensável ao desenvolvimento econômico e que contribui para o bem-estar social e acesso a saúde, educação e moradias mais dignas. As atividades do setor elétrico, no entanto, também podem causar impactos negativos para o meio ambiente e a população, principalmente durante a construção ou ampliação de infraestrutura das redes.

É premissa fundamental da Endesa Brasil identificar, monitorar de forma constante e minimizar ao máximo os impactos de seu negócio, antes da instalação e durante a efetivação de todas as suas operações – a empresa, pela características de seus negócios, não se retira das comunidades onde está instalada. Há atenção especial em áreas com problemas técnicos recorrentes e de difícil acesso das equipes de eletricitas, além de comunidades com elevado estado de vulnerabilidade social, nas quais são registrados muitos furtos de energia e acidentes envolvendo segurança da população.

Os riscos existentes nas operações têm seus efeitos minimizados e controlados a partir de diferentes práticas, resumidas no quadro abaixo.

Gestão dos principais impactos |GRI 1.2|

Impacto social	Controle operacional	Objetivo
Interrupção programada e não programada do fornecimento		
Riscos à saúde para consumidores	Emissão de avisos de desligamento para hospitais por meio de cartas	Preparar o hospital antecipadamente para o uso do gerador e evitar a interrupção do consumo de consumidores dependentes de aparelhos essenciais à vida
	Atendimento à solicitação de restrição de corte por utilização de equipamentos indispensáveis à vida	Evitar a interrupção do consumo de clientes dependentes
	Instalação de geradores para manutenção do fornecimento em residências com equipamentos indispensáveis à vida	
	Manutenção e construção com rede de média e alta-tensão energizada visando a garantir uniformidade, qualidade e segurança dos serviços realizados	Reduzir a quantidade e o tempo da interrupção do fornecimento
Contingências com impactos em parcela significativa da população	Plano para Ocorrência de Emergência Máxima	Reduzir impactos adversos em ocorrências de emergências máximas
Variação do nível de tensão da energia distribuída		
Danos materiais e outros danos	Atendimento de indenização por ocorrência do sistema elétrico	Reduzir prejuízos financeiros
	Execução de medições instantâneas e gráficas em subestações e instalações de média e baixa-tensão	Monitorar a qualidade do serviço e intervir antecipadamente em potenciais problemas
	Manutenção preventiva conforme Plano Anual de Inspeções	Garantir o bom funcionamento das instalações reduzindo a probabilidade de interrupções programadas
Suspensão do fornecimento por não pagamento da conta de energia		
Prejuízos financeiros em atividades econômicas	Aviso antecipado em conta de energia para informar ao cliente que existe um débito que culminará com a suspensão do fornecimento, caso não ocorra o pagamento no período determinado	Minimizar os transtornos e possibilitar o planejamento financeiro
	Reaviso de vencimento por meio de cartas entregues três dias antes do corte	
	Telecobrança – acionamentos por telefone com cinco dias antes do corte	
	Monitoramento horário do pagamento de clientes listados para suspensão do fornecimento para cancelamento das ordens de corte	Minimizar possíveis transtornos aos clientes
	Envio automático (via <i>palm top</i>) de ordem de religação	Recuperar dívidas de clientes de baixa renda
Programa de Recuperação de Clientes		



Uso de cabos nus em redes de baixa-tensão e ruptura de cabos elétricos		
	Registro de acidentes	Análise de causas dos acidentes para adoção de ações corretivas e preventivas de novos acidentes
Choque elétrico	Inspeção em redes de média e baixa-tensão	Identificação prévia de potenciais rupturas de cabos condutores de energia
	Atendimento prioritário no processo de atendimento emergencial	Minimizar riscos de acidentes com a população e incêndios
	Instalação de seccionadores e aterramentos de cercas	
Incêndios	Inspeção em redes de média e baixa-tensão	Identificação prévia de potenciais rupturas de cabos condutores
Ligação irregular		
Redução da qualidade do fornecimento de energia	Normalização de clientes com construção de rede	Combate às perdas comerciais
Aumento da tarifa		

Todos esses aspectos e impactos são monitorados pelas áreas técnicas e de Responsabilidade Social Corporativa e Meio Ambiente. Órgãos governamentais reguladores, entidades não governamentais e a própria população também acompanham e denunciam possíveis irregularidades.

Todas as decisões de planejamento energético e infraestrutura do negócio das empresas de geração da Endesa Brasil são coordenadas pela *holding*, por meio da área de Desenvolvimento Energético Brasil. Em 2010, não houve a execução de nenhum projeto de crescimento de geração, mantendo-se a mesma infraestrutura existente. Foram realizados diversos estudos, mas que ainda não se encontram em fase de envolvimento abrangente das partes interessadas. Isso ocorrerá à medida que os projetos forem desenvolvidos. Nas atividades de distribuição, o processo inclui contato com órgãos ambientais estaduais e prefeituras municipais, responsáveis também pelo licenciamento das instalações de subestações e linhas de transmissão. **[GRI EU19]**

Abordagem e medidas em caso de deslocamento **[GRI EU20]**

Medidas adotadas	Descrição
Identificação das pessoas afetadas	É realizada por um profissional que, durante o processo topográfico, pede permissão para o acesso, fornece informações sobre a construção e condições de deslocamento da população afetada
Contexto jurídico e abordagem adotada para resolver de forma consensual o deslocamento físico e econômico involuntário	Em casos de acordos judiciais, a empresa utiliza-se da Declaração de Utilidade Pública, emitida pela Aneel, por meio da apresentação do projeto, laudo técnico de avaliação de imóveis e licença prévia, para negociar valores de indenização da propriedade e benfeitorias para os proprietários atingidos
Avaliação dos impactos psicológicos e sociais dos indivíduos e das comunidades afetadas	Até 2010 não existia programa específico
Discussão de como a organização busca evitar deslocamentos e alternativas que estão sendo considerados	Na análise do projeto, são construídas estratégias para que nenhuma edificação se localize na faixa de servidão, de forma a não ocorrer deslocamento da população
Natureza do processo de consulta (por exemplo, papel formal da população local em consulta e participação na decisão)	É contratada empresa para realizar consultas e acordos com a população, por meio dos cadastradores. Pode ocorrer audiência pública em casos de solicitação da população atingida
Elaboração do plano de reassentamento e orçamento dentro de um calendário específico, além de mecanismos para avaliar a execução	A empresa não realiza plano de reassentamento, pois a rede elétrica é planejada para não atingir uma edificação, portanto não é comum ter deslocamento de pessoas. Nos poucos casos já ocorridos, os proprietários foram apenas indenizados
Remunerações e outras formas de ajuda para o reassentamento, incluindo comparação com níveis de vida na situação anterior	É contratada empresa para avaliação imobiliária para estipulação da remuneração. Em casos de negociação jurídica, a indenização é realizada por meio do acordo judicial estabelecido entre as partes, ou o estabelecido pelo juiz do caso
Mecanismos para atender a queixas e responder às preocupações sobre indenização, deslocamento e reinstalação	Quando há queixas sobre o tema, o autor é encaminhado ao responsável pelo respectivo processo, sendo feitos assim todos os esclarecimentos necessários
Avaliação dos custos sociais e psicológicos para os indivíduos e as comunidades afetadas	Até 2010 não existia programa específico
Programas para comunidades que busquem garantir a integração social e proteção de identidades culturais	Até 2010 não existia programa específico
Com quais <i>players</i> a organização está atuando no processo de deslocamento e como as responsabilidades são compartilhadas	Em 2010, não foi realizado nenhum deslocamento, por isso não houve nenhum processo em andamento [GRI EU22]

Acesso à energia |GRI EU23|

As distribuidoras Ampla e a Coelce têm suas atividades reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que exige das empresas de energia o desenvolvimento de programas para visam facilitar o acesso à eletricidade para famílias de baixa renda. As companhias consideram essas ações prioritárias em seu planejamento, como forma de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico em diferentes regiões do País.

A Aneel determina que as distribuidoras ofereçam, sem ônus de qualquer espécie, aumento de carga ou novas ligações para unidades consumidoras com carga instalada de até 50 kW atendidas em tensão secundária. Ampla e Coelce cumpriram as metas de universalização no atendimento, uma vez que suas redes de distribuição estão presentes em todos os municípios das áreas de atuação desde 2005 e 2008, respectivamente.

Luz para todos

No Programa Nacional de Eletrificação Rural (Luz para Todos), a ligação de energia elétrica nos domicílios é gratuita e a tarifa é reduzida em até 65% para clientes classificados como de baixa renda, de acordo com os critérios estabelecidos pelo órgão regulador. O repasse do benefício é transferido para as outras classes de consumo, que financiam, em média, 75% do projeto. Os demais recursos para o investimento provêm dos governos federal (15%) e estadual (10%) e das distribuidoras. O aporte financeiro dos governos foi prorrogado até o final de 2011.

Os prazos de encerramento do programa foram dilatados até o final de 2011. Em 2010, a Coelce, com subsídios federais, atendeu aproximadamente 17 mil unidades consumidoras. Serão outras 15 mil em 2011, quando mais de 150 mil famílias no Estado do Ceará terão sido beneficiadas. Em 2010, 583 novas unidades rurais foram ligadas pela Ampla e representaram investimento total de R\$ 4.199 mil. Para 2011, a previsão é de que sejam ligadas outras 2.015 famílias.

Programa Luz para Todos |GRI EU23|

	Ampla		Coelce	
	2009	2010	2009	2010
População não atendida – área rural GRI EU26	5.800	8.060	95.791	32.456
% da população ⁽¹⁾	0,1%	0,1%	1,2%	0,4%
Número de atendimentos efetuados	1.131	563	20.410	16.865
Origem dos recursos investidos (R\$ mil) ⁽²⁾				
Governo federal GRI EC4 				
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	1.336,59	629,87	39.684	53.286
Reserva Global de Reversão (RGR)	4.900,83	2.309,52	9.921	13.321
Governo estadual GRI EC4 	1.336,59	629,87	12.480	27.404
Próprios	1.336,59	629,87	28.167	82.433
Total dos recursos aplicados	8.910,61	4.199,12	90.252	176.444

⁽¹⁾ Com base em indicadores de população apurados pelo IBGE

⁽²⁾ Dados referentes a 2009 foram atualizados

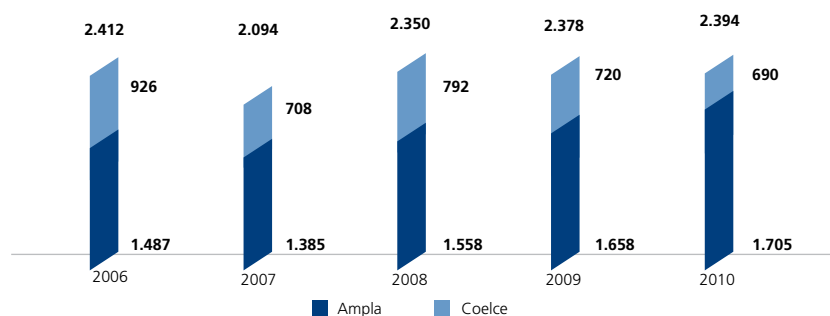
“A Coelce não está levando só a luz elétrica; ela está levando a luz do saber a muitas comunidades a muitas instituições e principalmente tem demonstrado uma profunda sensibilidade com a questão ambiental. Que bom a Coelce estar fazendo este trabalho e que isso seja um exemplo para outras instituições.”

Lucia Helena Fonseca Grangeiro,
do Instituto de Estudos, Pesquisas
e Projetos da Universidade Estadual
do Ceará - Uece

Tarifa social

Segundo regulamentação da Aneel, de julho de 2010, passam a ser classificados como clientes de baixa renda os consumidores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal ou comprovadamente favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (idosos ou deficientes físicos com renda per capita inferior a um quarto de salário mínimo). Clientes identificados conforme essas características serão incluídos no Programa Tarifa Social Baixa Renda e terão redução de até 65% na tarifa.

Baixa renda - Clientes cadastrados (mil)



Aos consumidores rurais em nível de alta-tensão é fixada tarifa social 10% menor do que a aplicada às demais classes (indústria e comércio) com a mesma tensão, podendo chegar a até 90% o desconto para atividades de irrigação e aquicultura entre 21h30 e 6h. Para os rurais de baixa-tensão, a tarifa normal é cerca de 40% mais baixa do que a dos outros segmentos com o mesmo nível de tensão. O desconto pode ser de até 73% no caso de irrigante ou aquicultor que utiliza energia no horário entre 21h30 e 6h. Dessa forma, além de democratizar o acesso ao insumo, o programa contribui para criar condições mais acessíveis para o pagamento da conta de energia. Em 2010, 689.657 clientes da Ampla foram beneficiados. Indígenas e quilombolas tem direito à isenção de 100% na parcela de consumo até 50 kWh/mês.

Programa de Investimentos Especiais

Pelo contrato de concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, a Coelce é responsável pela execução de obras e serviços contemplados pelo Programa Anual de Investimentos Especiais do Estado do Ceará, que busca propiciar infraestrutura aos projetos industriais, turísticos, de irrigação, abastecimento de água, iluminação pública e eletrificação rural e urbana. Em 2010, a companhia destinou R\$ 20,8 milhões e essas ações, com execução de obras em 60 municípios.

Ações sociais

Educação para o consumo consciente

- **Ecoelce e Consciência EcoAmpla:** Como incentivo a atitudes conscientes, as distribuidoras premiam os clientes que compartilham de sua responsabilidade socioambiental, oferecendo bônus na conta de luz para aqueles que levam materiais recicláveis a postos de coleta das empresas.
- **Consciência Ampla Futuro:** Forma jovens multiplicadores nas escolas para disseminar a importância do consumo consciente da energia elétrica e dos recursos naturais.
- **Consciência Ampla Saber:** Capacita jovens por meio de ações práticas e educativas sobre o consumo consciente e seguro de energia elétrica.
- **Consciência Ampla Eficiente:** Visa reduzir o consumo e educar para o uso eficiente de energia por meio da reforma das instalações elétricas residenciais de famílias de baixa renda, creches, asilos e hospitais públicos, entre outros, além da trocas de geladeiras e inovações de baixo custo, como a iluminação de residências com garrafas PET e trocadores de calor para aquecer chuveiros.
- **Consciência Ampla SuperAção:** Abrange palestras e oficinas sobre consumo consciente de energia e o atendimento comercial para negociação de parcelamento de dívidas, cadastramento no programa Baixa Renda e no Bolsa Família, entre outros serviços de utilidade pública oferecidos pela Ampla em parceria com agentes locais.
- **Ampla Cidadania:** Acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade social por assistentes sociais. Incentiva o reconhecimento da cidadania e a promoção de ações para a redução de consumo de energia.
- **Consciência Ampla Sobre Rodas:** Carreta itinerante que percorre a área de concessão da Ampla levando conceitos de uso eficiente de energia, segurança com a rede elétrica e preservação do meio ambiente. Oferece cursos a estudantes de escolas públicas e forma monitores para orientação sobre o consumo consciente de energia.

Cidadania e voluntariado

- **Ampla em Ação:** Da sinergia das diferentes áreas da companhia e das informações obtidas interna e externamente, nasceu, em maio de 2010, o projeto Ampla em Ação. Ele consiste na execução, durante cinco dias, de serviços multidisciplinares em regiões selecionadas: atendimentos a emergências, manutenção na rede, troca de equipamentos, mutirão de poda, negociação de dívidas e parcelamentos, novas ligações, entre outros. As regiões são definidas a partir de critérios estratégicos, como a alta concentração de clientes de baixa renda e a quantidade de reclamações.
- **Programa Desenvolver (Ampla):** Ação social em parceria com a Casa Amarela e a Pastoral da Criança, atende famílias que vivem em situação de risco social. Por meio do acompanhamento de profissionais especializados, propicia o desenvolvimento integral

dessas famílias, estimulando sua autonomia. Os recursos para o desenvolvimento do programa são obtidos por meio de doações financeiras, a partir de R\$ 1,00, de colaboradores e clientes, com desconto direto em folha de pagamento e conta de energia, respectivamente.

- **Arrecadação por meio da conta de energia (Coelce):** Programa que prevê a arrecadação de recursos doados por clientes por meio da conta de energia e repasse para entidades que atendem públicos em elevado estado de vulnerabilidade social.
- **Coelce Voluntários (Coelce):** Promoção de ações pontuais para a arrecadação de alimentos e de apoio a entidades sem fins lucrativos ou de educação ambiental. Em 2010, destaca-se a mobilização para a doação de tampas plásticas para reciclagem e de cupons fiscais revertidos em dinheiro (R\$ 15 mil no ano) para várias entidades, beneficiando 1.115 pessoas.
- **Programa Compartilhar (Ampla):** Criado em 2004 para estimular a realização de práticas solidárias entre os colaboradores, o programa inclui dias de ação voluntária e campanhas de doações para instituições sociais, além de apoiar projetos do Programa Consciência Ampla. Em 2009 foram realizados dois mutirões e duas campanhas de doações, entre outras iniciativas. Ao todo 141 voluntários participaram das atividades, que beneficiaram mais de mil pessoas.
- **Programa Luz Solidária (Coelce):** Estimula a troca de eletrodomésticos usados com alto consumo de energia por equipamentos novos e econômicos (condicionador de ar, máquina de lavar roupa, geladeira, freezer, etc.). Lançado em 2009, concede descontos na compra de aparelhos eficientes, desde que o cliente realize uma doação para um dos projetos sociais cadastrados no programa.
- **Apoio à busca de crianças desaparecidas (Coelce):** A Coelce oferece um espaço na conta de energia elétrica mensal para a divulgação de até duas imagens de crianças desaparecidas, que integram o cadastro da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Ceará.
- **Programas de Apoio aos Direitos da Criança e do Adolescente (Ampla e Coelce):** Doações de recursos, com o objetivo de promover o crescimento das comunidades atendidas, com apoio a ações de educação, saúde e inclusão social do público infanto-juvenil de diversos municípios das áreas de concessão.
- **Coelce nos Bairros:** Além de ser um importante canal de comunicação, a iniciativa em caráter educativo, envolvendo crianças e adolescentes, e econômico, por meio de parcelamento de dívidas, regularização de serviços e apoio à obtenção de documentos oficiais.
- **Ajuda humanitária (Ampla):** Auxílio aos clientes atingidos pelas chuvas de 2010, em ação que contou com o apoio de agentes comunitários. Incluiu doação de água potável, cestas básicas e refrigeradores, assim como acompanhamento das instituições públicas no atendimento e cadastro das famílias atingidas.
- **Repasse de verbas (Coelce):** Duas instituições sem fins lucrativos de Fortaleza foram beneficiadas com 2,5% do valor bruto do Seguro ACE Garantia, Vida e Assistência-Funeral Pleno e Vida e Assistência-Funeral Sênior. O Instituto de Prevenção à Desnutrição e Excepcionalidade (Iprede) e o Hospital Batista Memorial receberam R\$ 31.078,38 cada um.

“Peço carinho e atenção para ações sociais e culturais também em Cachoeira Dourada de Minas Gerais, separada de Cachoeira de Goiás pelo represamento do Rio Paranaíba.”

Ana Maria Moya Rogrigues,
Hidrosal Empreendimentos Gerais,
Cachoeira Dourada (MG)

- **Doação de móveis e equipamentos (Coelce):** Anualmente é realizada uma doação de móveis e equipamentos de informática para entidades sem fins lucrativos, a fim de auxiliar na manutenção de seus projetos. Em 2010, foram doados 796 móveis.
- **Sala de Fisioterapia (Endesa Cachoeira):** Apoio na construção da sala de fisioterapia de Cachoeira Dourada de Minas Gerais.
- **Criança Feliz (Endesa Cien):** Em 2010, contou com Dia da Cidadania (feiras de artesanato e produtos coloniais) e diversas oficinas (leitura, pintura, fabricação de brinquedos com materiais recicláveis).
- **Livros Superfilho (Endesa Fortaleza):** Edição e distribuição de três livros (Papai no trabalho, Papai no trânsito e Papai na comunidade), com o objetivo de estimular nas crianças a consciência a respeito da segurança no trabalho, trânsito e meio ambiente.

Educação e cultura

- **Baú da Leitura (Coelce):** Promove a disseminação do conhecimento em comunidades com baixo desenvolvimento socioeconômico. Cada localidade atendida recebe um acervo com 300 livros infantis e infanto-juvenis. Com investimento de R\$ 43 mil em 2010, a iniciativa beneficiou 35 instituições situadas em 11 municípios cearenses.
- **Educação infantil:** A importância da preservação ambiental, os riscos de brincar com pipas próximas às redes elétricas e outras dicas de segurança foram disseminados por meio dos projetos Brincando na Praça (quatro eventos em 2010) e Teatro de fantoches (15 apresentações). A Coelce também patrocinou 10 ações de resgate de brincadeiras e jogos populares, a fim de valorizar a cultura popular.
- **Consciência Ampla Cultural (Ampla):** Festival de educação e cultura, com entrada gratuita para toda a população cliente. Oferece atividades diferenciadas de cultura e educação para o consumo consciente e seguro de energia, como debates, shows, espetáculos de circo, teatro, dança, contadores de histórias, oficinas de pintura e de criação de brinquedos com material reciclável, exposições de artes e exibição de filmes premiados.
- **Audiovisual – Cine Coelce (Coelce):** Oficinas de animação em bairros da periferia de Fortaleza, a partir das quais os jovens artistas desenvolvem filmes de animação sobre educação. O programa também financiou pequenas mostras em localidades com dificuldade de acesso às salas de exibição comerciais. Em 2010, foram realizadas 10 oficinas de animação para 200 crianças de 10 comunidades.
- **Consciência Ampla na Tela (Ampla):** Cinema montado ao ar livre para exibir, gratuitamente, as mais recentes produções nacionais.
- **Apoio a projetos culturais (Coelce):** Por meio de incentivos fiscais, a Coelce destinou R\$ 12,8 milhões para apoiar projetos de fomento à cultura cearense, valorizando a literatura, dança, audiovisual, música e patrimônio imaterial. Do total, 99% representam recursos oriundos de incentivos fiscais. Entre os projetos apoiados em 2010, destacam-se a manutenção da Orquestra Filarmônica do Ceará e a realização da 9ª Bienal Internacional do Livro do Ceará e do 20º Cine Ceará 2010 – Festival Ibero Americano de Cinema.

- **Canto de Natal (Ampla):** Projeto com o objetivo de levar o espírito do Natal para várias comunidades. As atividades compreenderam apresentações do Coral Mané Garrincha, que é apoiado pela Ampla, doação de brinquedos e oportunidade de as crianças tirarem fotos com o Papai Noel. Foram realizadas 22 apresentações em 2010, em 20 localidades, atingindo cerca de 6,6 mil pessoas.
- **Ceará Natal de Luz II (Endesa Fortaleza):** Patrocínio ao principal evento de Natal nas cidades de Fortaleza, Sobral e Juazeiro. Parceria importante com comerciantes, governo do Estado e do Município.
- **Melhorias escolares (Endesa Cachoeira):** Apoio à Escola Municipal Instituto Novo Goiás (Ingo) para manutenção da qualidade do ensino; Projeto Agrinho, de restauração da horta da Ingo; e construção de refeitório na Escola Modelo 14 de Maio.
- **Lar Escola (Endesa Cien):** Construção da quadra de esportes. Em 2010, foi feito o planejamento, elaboração e fechamento de contrato, para obras que serão executadas em 2011.
- **Dia do Livro (Endesa Cachoeira):** Evento comemorativo do Dia Mundial do Livro, com atividade de contação de histórias e oficinas para estimular técnicas de leitura e narração de histórias entre alunos, com auxílio de professores e equipe treinada.
- **Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás (Endesa Cachoeira):** Patrocínio à Orquestra, que treina e capacita jovens talentos na prática da música clássica. Em 2010, foram realizadas 11 apresentações em escolas de municípios de Goiás.
- **Contadores de Histórias Encantadas:** Criação de grupo de contadores de histórias formados por estudantes e professores em todas as áreas de atuação da Endesa Brasil – Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. O projeto será executado em 2011, com recursos pagos em 2010.
- **Feira do Livro de São Luiz Gonzaga (Endesa Cien):** Apoio à realização do evento, que contou também com palestras, apresentações musicais e saraus.
- **Usina de Leitura (Endesa Fortaleza):** Desperta o amor pela leitura e mobiliza a cidade por meio de eventos artísticos, acesso aos livros e cursos para professores, estudantes e moradores da comunidade. Há formação para jovens e adultos voluntários da comunidade e treinamento para professores da rede pública sobre o mundo da memória popular, identidade cultural e literatura em sala de aula e na comunidade.
- **Cine Endesa Fortaleza (Endesa Fortaleza):** Oficinas de cinema e 500 exibições públicas de filmes nacionais, em cinco cidades do Ceará.
- **Feira do Livro Infantil (Endesa Fortaleza):** Apoio ao evento que constou de exposição de livros infantis, palestras, debates com autores e ilustradores, saraus literários e contação de histórias.
- **Banda de Caucaia (Endesa Fortaleza):** Renovação da banda marcial da cidade, com apresentações gratuitas para a comunidade.

- **Lamparina da Leitura (Endesa Fortaleza):** Evento que reúne narradores tradicionais e amantes da arte de contar histórias para a celebração da palavra por intermédio de causos, lendas, adivinhações, crendices e canções pertencentes à cultura popular.
- **Ceará Terra de Luz (Endesa Fortaleza):** Edição de um livro que retrata as belezas naturais do Estado do Ceará. Projeto desenvolvido em parceria com a Secretaria de Turismo de Fortaleza, iniciado em 2009 e concluído em 2010.
- **Museu da Indústria do Ceará (Endesa Fortaleza):** Apoio à formação de acervo histórico sobre a indústria do Estado do Ceará.

Geração de renda |GRI EC9|

- **Energia Social (Coelce):** O programa tem como objetivo desenvolver ações para reduzir perdas em comunidades com baixo desenvolvimento socioeconômico. Visa à geração de renda por meio da capacitação, treinamento e difusão – entre os próprios membros das comunidades, após o aprendizado – de técnicas de artesanato e artísticas em papel e mosaico, da criação de hortas comunitárias, da produção de moda e da serigrafia. Em 2010, com investimento de R\$ 422 mil, o Energia Social contribuiu em projetos de empreendedorismo (Prata da Casa), horta comunitária, serigrafia, artes plásticas, moda e artefatos de decoração, beneficiando diretamente 413 pessoas.
- **Consciência Ampla Oportunidade (Ampla):** Realização de palestras e dinâmicas sobre técnicas de entrevista e ética profissional. Os participantes são capacitados para o consumo responsável de energia elétrica e muitos são contratados por empresas parceiras.
- **Consciência Ampla com Arte (Ampla):** Criado em parceria com a ONG Casa Amarela, oferece cursos com materiais recicláveis e cartonagem para jovens e adultos, incentivando a formação de cooperativas locais.
- **Cursos Senai (Endesa Geração):** Promoção de três cursos profissionalizantes em Goiás (Informática, Recepção e Camareira). No Rio Grande do Sul, cursos de Pontos de Tear, Corte e Costura e Arte Final em Serigrafia, além de cinco turmas para formação básica em informática. No Ceará, turma de Doceria.
- **Mulheres Integradas (Endesa Cien):** Incentivo ao trabalho realizado pela cooperativa local por meio do qual se fomenta a formação profissional e a criação de renda das mulheres da região. Em 2010, foi doada máquina de tear para melhoria no desenvolvimento de peças.

Interação com a sociedade

- **Redes de Lideranças Comunitárias (Ampla):** Manutenção de canal de comunicação direta com as lideranças para identificar as demandas relacionadas à melhoria da qualidade dos serviços, além das necessidades e temas relevantes para as comunidades. A iniciativa permite compartilhar conhecimentos sobre a elaboração de projetos sociais, consumo responsável de energia, segurança da população em relação à rede de distribuição e outros temas relevantes para o fortalecimento de organizações comunitárias.

“A Ampla entrou na minha comunidade com o Consciência Ampla, transformando a mentalidade pela educação na comunidade. Isso tem contribuído muito para a comunidade, com informação, conscientização sobre como economizar energia, meio ambiente, cidadania, pois só podemos crescer pelo conhecimento.”

Maria Theresa Fortunato dos Santos,
Relações Públicas da Associação dos
Moradores da Vila Brasil, em Itaboraí (RJ)

- **Rodada de Negociações (Coelce):** Estabelecido como projeto-piloto em 2010, a iniciativa promove encontros com duração média de três dias nas associações com clientes que estão inadimplentes e usando a energia de forma irregular. Participam do encontro negociadores e especialistas em orçamento familiar, que buscam adequar os parcelamentos das faturas de energia ao orçamento dos consumidores. No ano, foram atendidas cinco comunidades: Rosalina, Autran Nunes, Jangurussu, Parque Leblon e Planalto Vitória.
- **Encontros com lideranças comunitárias (Coelce):** Com investimento de aproximadamente R\$ 75 mil no ano, busca propiciar mais proximidade e parceria com os clientes residentes em comunidades de regiões de periferia e contribuir para a redução de conflitos de interesses. No ano, foram formados 18 líderes como multiplicadores da Coelce e realizados 12 encontros na capital e região metropolitana, 11 em Itapipoca e 8 em Sobral.

Esportes e meio ambiente

- **Projetos esportivos (Coelce):** A Coelce ampliou em 2010 o seu apoio aos projetos esportivos, beneficiando 1.182 crianças e adolescentes do projeto Novo Amanhã – Esporte Paradesportivo, com o objetivo de inserir deficientes físicos por meio de aulas e treinos esportivos. Outros projetos são: Jogos de Aprender, realizado pela Associação Recreativa e Esportiva para Crianças e Adolescentes (Arca), que beneficia 600 crianças, e Jogos da Vida, promovido pela Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza (Secel) para a instalação de equipamentos esportivos.
- **Consciência Ampla / Esporte (Ampla, Coelce e holding):** Dirigido a adolescentes e comunidade, tem o objetivo de inclusão por meio do esporte. Maior integração dos jovens com a comunidade, com seus familiares que assistem aos torneios, além de participarem das oficinas para o desenvolvimento do consumo consciente de água e energia. Em 2010, teve a participação de cerca de 2 mil pessoas.
- **Revelando Talentos (Endesa Fortaleza):** Manutenção da escola de futebol de salão, com o objetivo de promover, por meio do esporte, a inclusão social de adolescentes e jovens.

Banda de Caucaia

Apoiando a iniciativa do maestro Maurício Gadelha, a Endesa Fortaleza passou a patrocinar em 2010 a Banda Municipal de Caucaia, cidade onde fica a sede da empresa. O principal objetivo do projeto é desenvolver talentos locais e incentivar a cultura e a educação dos jovens da região. Aproximadamente 40 crianças e adolescentes do município compõem a banda.

Antes de receber o apoio da usina, a iniciativa de formação dependia de liberação dos antigos instrumentos pela banda local. Além da compra dos instrumentos musicais, a Endesa auxilia na capacitação dos músicos por meio de cursos de teoria, leitura métrica, estudo de partituras e história da música. O grupo se apresenta em praças públicas de Caucaia e entorno, em eventos de escolas municipais e prefeituras, beneficiando os moradores de toda a região.



MEIO AMBIENTE



Compromisso com
a gestão alinhada
à preservação ambiental
e ao consumo consciente

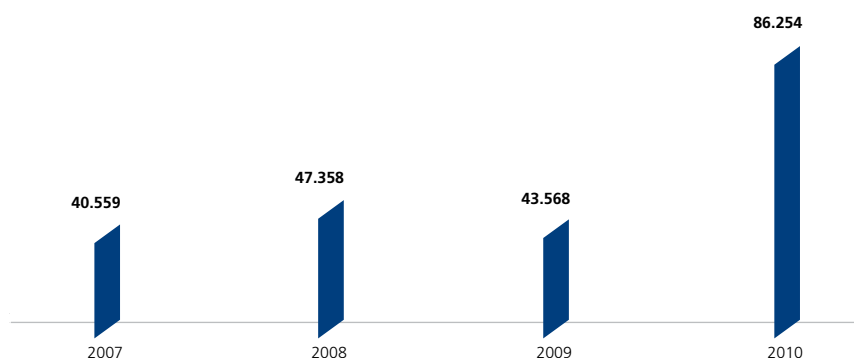
“A arborização urbana convive diariamente com a energia elétrica. Espero que a capacitação das pessoas que lidam no dia a dia com a poda seja cada vez mais uma meta maior da companhia, assim como acrescentar outras árvores, para deixar a cidade mais verde, pois todo mundo vai ganhar com isso.”

Valdir Augusto da Silva,
representante de órgãos públicos
no Conselho de Consumidores
da Coelce (Conerge)

A preservação do meio ambiente é um critério permanentemente integrado à gestão da empresa e a seus processos de tomada de decisão. Os impactos ambientais das atividades são identificados, avaliados e controlados, com esforços para minimizá-los, especialmente no que se refere ao uso de energia primária. Isso faz parte do compromisso de garantir a máxima segurança e qualidade dos serviços e contribuir para a competitividade da indústria e o bem-estar da sociedade. Em 2010, a Endesa Brasil implantou o Sistema de Informações Ambientais Mensais (Siam), plataforma computacional que visa qualificar o acompanhamento de indicadores ambientais.

O Sistema de Gestão Ambiental implantado nas empresas é parte de um sistema global de gerenciamento de Enel/Endesa, que inclui estrutura organizacional adequada, atividades de planejamento ambiental, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos necessários para o desenvolvimento e implementação de práticas ambientais. Todas as empresas têm certificação da ISO 14001, periodicamente renovada, apresentando total controle dos impactos ambientais oriundos de suas atividades. Os investimentos em meio ambiente chegaram a R\$ 86,3 milhões, 98% mais que no ano anterior, em razão principalmente de melhorias de rede compacta ou isolada, eficiência energética e atividades de poda de árvores.

Investimento em meio ambiente (R\$ mil)



Investimentos e gastos ambientais (R\$ mil)

	2006	2007	2008	2009	2010
Ampla	13.808	17.821	18.645	21.884	39.470
Coelce	17.821	21.022	27.419	18.578	42.538
Endesa Cachoeira	539	542	600	655	611
Endesa Cien	829	807	556	1.109	2.061
Endesa Fortaleza	343	368	138	1.360	1.574
Total	32.548	40.560	47.358	43.586	86.254

Total de gastos em proteção ambiental |GRI EN30|

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Fortaleza	Endesa Cien	Total
Gestão de resíduos	1.428	44	4	-	-	1.476
Remediação	35	-	-	-	-	35
Prevenção	43	37	-	-	-	80
Gestão ambiental	60	70	-	-	-	130
Melhoria ambiental da operação	24.412	23.225	159	1.574	1.804	51.174
Programas de eficiência energética	13.404	18.131	-	-	-	31.535
Outros programas externos	88	1.031	448	-	257	1.824
Total	39.470	42.538	611	1.574	2.061	86.254

Gestão de impactos |GRI EN26|

Aspecto	Iniciativa para mitigar possíveis impactos ambientais
Supressão da vegetação, fragmentação e isolamento de áreas (poda e desmatamento) GRI EN12	Cabos aéreos protegidos (chamados <i>spacer</i>) minimizam a necessidade de podas em redes de média-tensão. Desde 2002, tornou-se padrão a instalação de cabos pré-reunidos (trançados) e cabo concêntricos na baixa-tensão que oferecem segurança e menor poluição visual, além de reduzirem a supressão vegetal. As atividades são realizadas tendo em vista o menor impacto ambiental. Todos os colaboradores envolvidos na poda passam por treinamentos específicos.
Uso não rotineiro de explosivos	Para o uso e manuseio desse material é exigido que a empresa parceira atenda a todos os requisitos legais. Não houve acidentes ambientais com manuseio de explosivos em 2010.
Poluição sonora GRI EN12	Há medição e monitoramento do ruído nas subestações e nas geradoras. A companhia cumpre de forma rigorosa a NBR 10.151 e licenças de operações vigentes. Todas as instalações estão dentro dos padrões exigidos, de forma a não perturbar a comunidade nem interferir no ciclo natural do meio ambiente.
Campos eletromagnéticos	Pesquisa realizada em parceria com o Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento (Lactec), em 2005, concluiu que os campos eletromagnéticos não apresentam risco à saúde ou à segurança da população residente nas proximidades. Todas as instalações estão dentro dos padrões técnicos legais.
Emissão veicular de gases da combustão	Há medição e monitoramento semestral de gases de combustão emitidos pelos veículos movidos a diesel. Caso estejam acima dos padrões de qualidade do ar, os veículos são encaminhados para manutenção. Novos veículos utilizam combustíveis menos poluentes.
Possibilidade de vazamento de gás SF6	Inspeção mensal nos equipamentos que contêm esse produto.
Possibilidade de vazamento de óleo mineral GRI EN12	De forma preventiva, é feita inspeção semanal nos equipamentos que contêm esse produto para evitar qualquer vazamento. Há procedimentos ambientais para manuseio e comercialização de óleo, além de medidas em caso de vazamento. Todos os colaboradores envolvidos nessas atividades passam por treinamentos específicos. Todos os centros administrativos possuem uma Equipe de Emergência Ambiental. A equipe passa por treinamentos anuais e por simulados de controle de emergências ambientais. Não houve derramamento de óleo significativo em 2010. No ano, a Coelce também investiu no projeto-piloto de produção em série do óleo ecológico para transformadores. Feito a partir da mistura do líquido da castanha de caju com óleo de mamona, o óleo isolante ecológico não oferece riscos ao meio ambiente em caso de vazamento.
Possibilidade de incêndio	Todos os centros administrativos possuem uma Equipe de Emergência Ambiental. A equipe passa por treinamentos anuais e por simulados de controle de emergências ambientais. Verificação periódica dos equipamentos de atuação em caso de incêndio.
Geração de resíduos (Classe I, IIA e IIB)	Há procedimento para gestão de resíduos sólidos (coleta seletiva e destinação diferenciada). Campanhas de consumo consciente e treinamentos sobre gerenciamento de resíduos, conforme SGA. Em sua maioria são reciclados, reduzindo a extração de matéria-prima e prolongando a vida útil dos aterros.
Consumo de recursos naturais (papel, água e energia)	A Endesa Brasil adquire produtos e serviços de fornecedores em conformidade com a legislação ambiental. Produtos de fácil destinação, biodegradáveis ou recicláveis/reutilizáveis têm preferência. Campanhas e treinamentos alertam colaboradores e parceiros sobre consumo consciente.

Mudanças climáticas |GRI EC2|

O tema mudanças climáticas foi agregado aos Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável como desafio a ser enfrentado no período 2008-2012 pelas empresas Endesa de todo o mundo. A produção de energia elétrica no Brasil é predominantemente de origem hídrica, com 85% da matriz energética representada por geração hidrelétrica, de acordo com o Balanço Energético Nacional de 2010, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Mudanças no regime de chuvas podem afetar a capacidade de geração baseada nessa fonte. Como consequência, as distribuidoras de energia podem enfrentar interrupção do fornecimento de energia. Outro risco é o aumento do custo da geração de energia, com reflexos nos resultados econômicos e no repasse aos clientes.

Em 2010, a Ampla deu início ao Plano de Qualidade, com o objetivo de mitigar os impactos causados pelas mudanças climáticas e reforçar estruturas para garantir a qualidade no fornecimento de eletricidade, mas sem ainda calcular o impacto financeiro atribuído especificamente a essas alterações. Com o objetivo de minimizar a vulnerabilidade de suas redes, a Coelce desenvolveu Sistema de Monitoramento de Raios, com aproximadamente R\$ 600 mil em investimento. O sistema já está em funcionamento, contribuindo para identificar locais de queda de raios na rede elétrica, prever tempestades e conseguir minimizar o tempo de atendimento de eventuais ocorrências.

Impactos das mudanças climáticas

	Riscos	Oportunidades
Impacto das estações do ano	<ul style="list-style-type: none"> Nos períodos de seca e de chuva, a concentração maior de calor ou de água pode afetar a qualidade dos serviços, diante das dificuldades de operação Perdas econômico-financeiras 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar tecnologias mais avançadas para diminuir a queda da qualidade do serviço durante as fases críticas Manter o seguro da Endesa Brasil, que oferece cobertura para caso de terremotos e inundações
Novas exigências regulatórias	<ul style="list-style-type: none"> Custo elevado para implantar novos procedimentos, equipamentos ou sistemas Caso a nova regulamentação não seja prontamente atendida, existe a possibilidade de receber multas ou perder o certificado da ISO 14001 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer um histórico de Gases de Efeito Estufa (GEE) para permitir que as organizações adotem medidas voluntárias de melhoria em seus processos, antecipando obrigatoriedade legal Aumento do número de treinamentos referentes aos aspectos e impactos ambientais para colaboradores e empresas parceiras, promovendo aumento da conscientização ambiental
Necessidade de novas tecnologias, produtos ou serviços para enfrentar desafios relacionados às mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Competitividade entre as empresas para conseguir a tecnologia mais avançada. Alto custo de implantação, que não proporciona retorno econômico imediato 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento permanente em inovação, a fim de melhorar a qualidade dos serviços Monitorar grupo de <i>benchmarking</i> do setor e aprimorar o gerenciamento de emissões de GEE, a fim de garantir a sustentabilidade dos negócios

Emissões |GRI EN16, EN17|

A atividade de distribuição de energia elétrica não constitui fonte primária de emissões de gases de efeito estufa (GEE), e, devido a isso, não há emissões atmosféricas diretas significativas de CO₂ (dióxido de carbono). Para o fornecimento de energia elétrica, não há emissão dos gases N₂O (óxido nitroso), SO₂ (óxido de enxofre) e CH₄ (metano). A Endesa Cien, bem como a Endesa Cachoeira, não gera poluentes orgânicos persistentes e não está submetida a programas de redução obrigatória de GEE. A atividade de transmissão de energia não produz emissões diretas ou indiretas significativas e, por essa razão, a companhia não faz inventário.

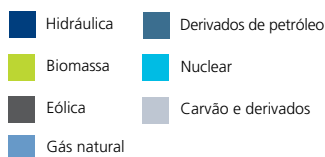
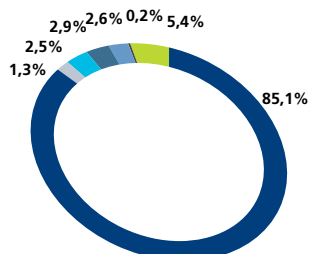
A Endesa Fortaleza monitora a emissão de gases oriundos da combustão do gás natural de forma contínua. Emitiu 563,1 mil toneladas CO₂ equivalentes referentes a GEE no ano, decorrentes da queima do gás natural utilizado para a geração de energia elétrica – com 322,1 g/KWh de CO₂. Em virtude das características menos poluentes do combustível empregado, os valores de concentração das emissões de gases com risco de contaminação são relativamente baixos, bem como a quantidade total emitida. Outras emissões indiretas relevantes de GEE resultaram do uso de óleo diesel nos geradores de emergência, no total de 3,4 toneladas. A frota de veículos próprios e contratados (serviços permanentes) emituiu outras 106 toneladas.

Mesmo sem obrigatoriedade, a Coelce iniciou o inventário dessas emissões em 2009. Em 2010, usou a metodologia do Greenhouse Gas Protocol, abrangendo sua sede em Fortaleza, sendo que as emissões diretas e indiretas de compra de energia totalizaram 2.083,28 tCO₂e. A Ampla também abraçou a iniciativa: faz um inventário de suas emissões diretas e indiretas de GEE de acordo com padrões internacionais definidos pela norma ISO 14064. Baseada na avaliação, a companhia desenvolve planos de ação para neutralizar o volume inventariado; em 2010, as emissões foram avaliadas em 3.948 toneladas de carbono equivalente. O escopo do inventário abrange o edifício-sede, a frota operacional e as viagens aéreas. Serão plantadas mudas nativas da Mata Atlântica em 2011 para neutralizar esse volume inventariado.

No que se refere a substâncias destruidoras da camada de ozônio, NOx e SOx, Ampla, Coelce, Endesa Cien e Endesa Cachoeira não apresentam emissões significativas em seus processos. Durante o ano, a Endesa Fortaleza emitiu 190 toneladas de NOx (óxido de nitrogênio) e 0,19 tonelada de SOx (óxido de enxofre), para produção líquida de 1.697,08 GWh de energia. Em 2010, utilizou 0,056 tonelada de clorodifluorometano (R22) para condicionadores de ar ou 1,33 tonelada de CFC equivalente. Também emprega quantidades não significativas de SF₆ (hexafluoreto de enxofre), substância comum a todas as empresas do setor elétrico. [|GRI EN19, EN20|](#)

Em seu plano de monitoramento ambiental, a empresa define a sistemática de controle e os indicadores de desempenho, com o objetivo de assegurar o atendimento às condicionantes do licenciamento e às exigências legais. Há sistema de monitoramento contínuo das emissões atmosféricas, com pontos de amostragens nas chaminés da Endesa Fortaleza e equipamentos de medição da qualidade dos gases de exaustão. O volume de emissões varia de acordo com o consumo de gás natural utilizado na geração de energia elétrica. Em 2010, a Ampla e Coelce deram continuidade à iniciativa de utilização de carros elétricos (quatro veículos na Ampla, dois na Coelce). O custo operacional é inferior ao dos carros movidos a álcool ou gasolina, pois os modelos elétricos são mais econômicos. Considerando-se o consumo de gasolina, os veículos da Ampla deixaram de eliminar 2,44 toneladas de CO₂ na atmosfera, o equivalente ao plantio de 13 árvores para compensar tais emissões. [|GRI EN18|](#)

Matriz brasileira de energia elétrica por fonte - 2010 ⁽¹⁾



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
⁽¹⁾Dados preliminares - hidráulica inclui importação

Uso eficiente de recursos

Os esforços da Endesa Brasil para disseminar a cultura de racionalização do consumo de recursos naturais baseiam-se no incentivo ao despertar da consciência de seus colaboradores próprios e parceiros. Mensagens sobre o consumo consciente de energia elétrica, de água e de combustíveis são divulgadas em campanhas de comunicação interna e estimulam a mudança de comportamento na rotina: redução de viagens, racionalização do uso dos elevadores, desligamento de computadores no caso períodos extensos de ausência, entre outras medidas. [|GRI EN7|](#)

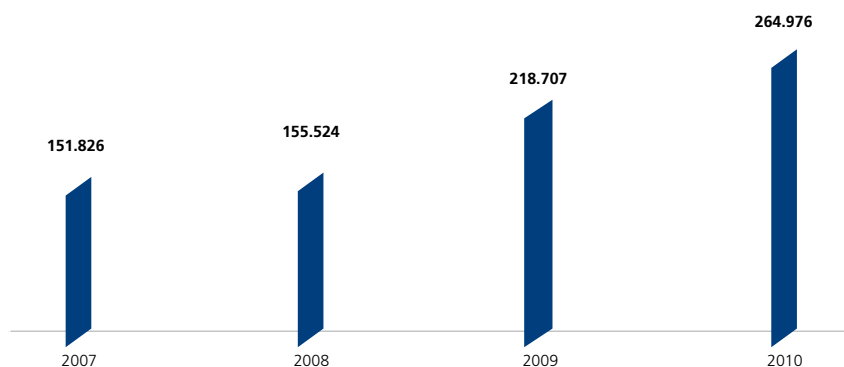
Energia

O consumo de energia elétrica na Endesa Brasil chegou em 2010 a 264.976 GJ, o que representa acréscimo de 21% em relação aos 218.706 GJ de 2009. A evolução decorre do aumento de atividades internas em todas as empresas, e em especial de Endesa Fortaleza – que bateu recorde de produção em 2010. As fontes de suprimento de energia elétrica seguem a matriz energética brasileira, com predominância hidráulica (85%). O consumo de energia direta foi de 87.625.411 GJ, incluindo energia adquirida (combustíveis) e energia contratada para posterior distribuição. [|GRI EN3, EN4|](#)

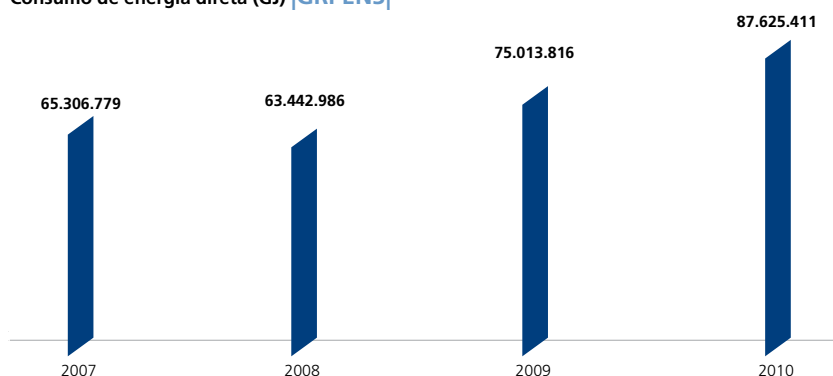
Consumo de energia direta, por fonte [|GRI EN3|](#)

	Ampla		Coelce		Endesa Cachoeira		Endesa Cien		Endesa Fortaleza		Total	
	Consumo (volume)	Energia (GJ)	Consumo (volume)	Energia (GJ)	Consumo (volume)	Energia (GJ)	Consumo (volume)	Energia (GJ)	Consumo (volume)	Energia (GJ)	Consumo (volume)	Energia (GJ)
Energia para distribuição	-	40.662.383	-	33.460.670	-	-	-	-	-	-	0	74.123.053
Renovável											0	0
Álcool	3.397.834	15.290	3.089	66	2.604	56	-	-	2.500	54	3.406.027	15.465
Não renovável											0	0
Gasolina	822.935	27.156	253.526	8.385	4.450	161	-	-	20.446	738	1.101.357	36.440
Diesel	129.702	4.710	474.050	17.093	7.731	318	22.500	926	4	168	611.487	22.289
Gás natural (m ³)	653	25	-	-	-	-	-	-	344.197	13.427.162	344.850	13.427.187
Óleo combustível (para aeradores) (mil t)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00119	51	0,00119	51
Total	4.351.124	40.709.564	730.665	33.486.214	14.785	535	22.500	926	367.147	13.427.187	5.463.721	87.625.411

Consumo de energia indireta (GJ) |GRI EN4|



Consumo de energia direta (GJ) |GRI EN3|



Consumo de energia indireta (GJ) |GRI EN4|

	2007	2008	2009	2010
Ampla	68.383	70.519	75.910	77.460
Coelce	39.005	39.645	41.323	45.270
Endesa Cachoeira	18.782	13.811	18.203	21.782
Endesa Cien	74	86	86	65
Endesa Fortaleza	25.582	31.463,0	83.184	120.399
Total	151.826	155.524	218.706	264.976

Água

As empresas que integram a Endesa Brasil consumiram 2.355 mil metros cúbicos em 2010, ante 796 mil metros cúbicos no ano anterior. Desse total, 2.211 mil metros cúbicos foram utilizados pela Endesa Fortaleza, que teve grande acréscimo na geração de energia no ano.

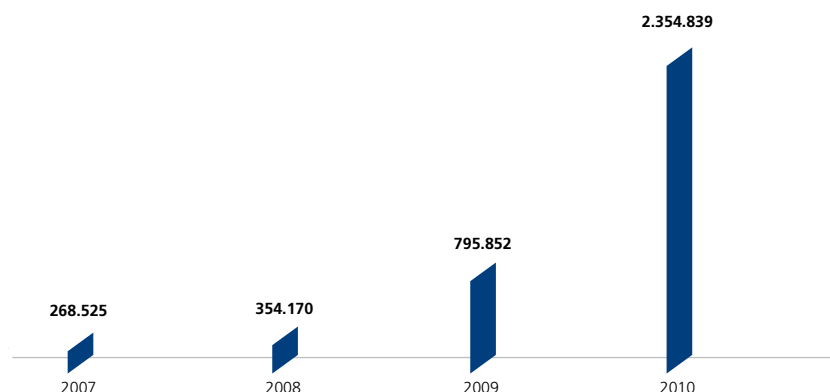
As empresas não afetam significativamente nenhuma fonte hídrica; o recurso utilizado no processo de geração de energia elétrica na Endesa Fortaleza é fornecido sem tratamento prévio pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos a partir do açude artificial Sítios Novos, construído para abastecer as indústrias instaladas no complexo do Pecém. |GRI EN9|

Ampla, Coelce e Endesa Cachoeira não reciclam água. Na Endesa Fortaleza, 1.232 mil metros cúbicos foram reciclados, representando 61% da água consumida. Na Cien, as operações das conversoras de Garabi utilizam um sistema fechado para resfriamento do conjunto de válvulas dos controles de temperatura das estações, com reaproveitamento quase total da água que, por sua vez, é novamente resfriada, por meio de trocadores de calor, com o uso de ventiladores. **[GRI EN10]**

Consumo de água (m³) |GRI EN8|

	2007	2008	2009	2010	Fonte
Ampla	109.051	102.002	87.578	94.397	Rede pública
Coelce	38.057	40.399	37.107	42.900	Rede pública
	83	1.099	578	627	Poços artesanais
Endesa Cachoeira	3.928	2.206	3.966	4.725	Rede pública
Endesa Cien	2.106	4.158	1.654	1.190	Poços artesanais
	0	6	9	0	Empresa especializada
Endesa Fortaleza	115.300	204.300	664.960	2.211.000	Açude
Total	268.525	354.170,0	795.852	2.354.839	

Consumo de água (mil m³)



Materiais

A Endesa Brasil incentiva o uso de produtos sustentáveis, recicláveis ou com certificação de origem. Além de gerenciar os resíduos de acordo com determinações legais, trabalha o conceito da valorização de materiais reciclados com seus colaboradores e parceiros. Campanhas internas de incentivo promovem a coleta de materiais que são posteriormente doados para famílias carentes participantes dos programas sociais da companhia. Na geração, não são utilizados materiais provenientes de reciclagem em seus processos produtivos; na distribuição, 100% do óleo mineral utilizado nos transformadores é reciclado, o que significou 519.344 litros em 2010. Na área administrativa de todas as empresas, papel reciclado é utilizado em faturas e material de comunicação. **[GRI EN2]**

Materiais utilizados – Distribuição |GRI EN1|

	Medida	Ampla	Coelce
Materiais diretos			
Transformadores	Unidade	9.400	10.662
Ferragens	Unidade	0	-
Postes	Unidade	55.109	95.156
Cabos	Metros	19.431.648	-
Cabos	Quiilos	333.349	1.994.766
Medidores	Unidade	0	220.078
Abraçadeiras	Unidade	2.034.089	781.419
Conectores	Unidade	0	1.320.553
Capacitores	Unidade	0	364
Caixas	Unidade	0	159.556
Elos-fusíveis	Unidade	269.833	201.995
Materiais de iluminação pública	Unidade	73.820	175.920
Cruzetas	Unidade	64.184	88.089
Para-raios	Unidade	21.296	24.651
Disjuntores	Unidade	-	51.647
Isoladores	Unidade	-	717.189
Seccionadores	Unidade	-	229.953
Condutores	Quiilos	344.029,42	10.418.886
Religadores	Unidade	-	13
Materiais não renováveis			
Óleo mineral para transformadores ⁽¹⁾	Litros	363.690	155.654

⁽¹⁾ Ampla e Coelce não utilizam óleo PCB

Materiais utilizados – Geração |GRI EN1|

	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza
Materiais diretos			
Soda cáustica (t)	-	-	43,9
Ácido clorídrico (t)	-	-	61,4
Materiais não renováveis ⁽¹⁾			
Resinas (kg)	-	804	-
Óleos lubrificantes (kg)	7.200	20	-
Óleos isolantes (kg)	-	576	-
Óleos lubrificantes (litros)	-	-	112
Combustíveis (litros)	-	-	25.993
Tintas (kg)	2.402	-	-

⁽¹⁾ As empresas de geração não utilizam óleo PCB

Resíduos e efluentes

Os resíduos provenientes das áreas administrativas e operacionais das empresas da Endesa Brasil são geridos em conformidade com as determinações do Sistema de Gestão Ambiental, o que prevê o acompanhamento desde a sua geração e transporte até a disposição final, assegurando que as práticas estão em conformidade com os requisitos da legislação ambiental. Todos os resíduos seguem procedimentos específicos para o seu descarte. Os produtos recicláveis são direcionados a empresas especializadas. [|GRI EN22|](#)

Em 2010, as empresas de geração e distribuição geraram 434 toneladas de resíduos perigosos, que foram transportados por empresas credenciadas e tratados externamente. As empresas de Endesa Brasil não importam nem exportam resíduos perigosos. Os resíduos transportados no País seguem as mais rígidas normas de segurança, e os considerados perigosos pela legislação brasileira ou pela Convenção de Basileia são manejados por empresas licenciadas e especializadas nesses procedimentos. [|GRI EN24|](#)

Disposição de resíduos [|GRI EN22|](#)

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Método de disposição
Resíduos perigosos (t)	413,8	7,1	4,41	1,14	7,51	
Óleos usados	363,7	-	1,05	0,61	0,19	Reutilização
Lâmpadas	27	-	0,97	0,02	0,08	Armazenagem na empresa / Trituração / Captura do material pesado
Lâmpadas (unidades)	-	8.342	-	-	-	Armazenagem na empresa / Trituração / Captura do material pesado
Cartuchos e tonners	-	0,5	0,01	.	-	Reutilização pelo fornecedor / Incineração
Baterias de chumbo	3,8	-	-	-	-	Reprocessamento
Baterias e pilhas	-	3,4	-	0,02	-	Reciclagem
Resíduos médicos	-	-	-	-	0,02	Incineração
Materiais contaminados	19,5	3,2	2,38	0,49	7,22	Coprocessamento / Aterro sanitário / Incineração
Resíduos não perigosos (t)	1.373,7	4.586,3	2,81	4,00	538,0	

Ampla, Coelce, Cachoeira e Cien não geram efluentes significativos, e os descartes sanitários são realizados em rede pública, que trata 100% dos efluentes. Na Endesa Fortaleza, não houve desvios qualitativos e quantitativos com relação ao efluente industrial, com atendimento do requisito legal. As descargas a partir dos sistemas de refrigeração e geração de vapor da central são monitoradas periodicamente. Após neutralização, o efluente é enviado ao emissário da Companhia de Água e Esgoto do Ceará, empresa que é responsável pelo monitoramento dos impactos associados. Todas as descargas provenientes de sistemas de refrigeração, unidade de tratamento de água e caldeiras são tratadas na própria usina. [|GRI EN21|](#)

Descarte de água – Endesa Fortaleza [|GRI EN21|](#)

	2008	2009	2010
Volume total do descarte (m³/ano)	78.391	174.950	415.000
Destinação	Emissário	Emissário	Emissário
Método de tratamento	Neutralização	Neutralização	Neutralização
Descargas térmicas – temperatura média	32°C	32°C	32°C
Demanda Química de Oxigênio (DQO)	-	68,79	105,00
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)	-	55,29	58,40
Nitrogênio (kg)	-	75,27	373,00
Sólidos Suspensos Totais (SST)	0,00	0,00	0,00
Percentual de efluentes tratados (%)	100	100	100

“Todos nós trabalhamos para o que os impactos sejam positivos. Estamos todos muito focados na proteção ambiental, na gestão de resíduos e na busca da sustentabilidade. A Endesa Brasil leva tudo isso muito a sério.”

Zacarias Lopes de Freitas,
parceiro, da empresa Frontec

Ecoelce e Consciência EcoAmpla

Programas desenvolvidos pelas distribuidoras, o Ecoelce e o Consciência EcoAmpla mobilizam milhares de pessoas nas áreas de atuação das empresas e funcionam como difusores da conscientização ambiental. Materiais recicláveis são trocados por descontos na conta de energia. Por meio da coleta seletiva, os resíduos são levados a postos de coleta, pesados e transformados em bônus na conta de energia elétrica.

A partir de 2010, o Consciência EcoAmpla, que anteriormente era voltado apenas para clientes residenciais, abriu as portas para a participação de grandes clientes. Desde julho, as empresas utilizam os postos da Ampla para trocar resíduos por bônus nas faturas e, caso o volume entregue seja superior a 30 toneladas mensais, o cliente é incentivado a disponibilizar espaço para armazenamento dos materiais em suas instalações, beneficiando também as comunidades do entorno. O programa recebeu em 2010 um aporte de R\$ 300 mil do Edital Senai-Sesi de Inovação, por impactar positivamente as condições de trabalho e qualidade de vida de populações. Entre 2008, quando foi introduzido, e o final de 2010, o EcoAmpla proporcionou R\$ 194 mil em bônus concedidos nas faturas de energia elétrica de 45 mil clientes cadastrados e 1.195 toneladas de resíduos recicladas. Apenas em 2010 foram R\$ 79,3 mil em bônus e 493 toneladas recicladas.

Em quatro anos de existência, o Ecoelce contribuiu para destinar corretamente 10.426 mil toneladas de lixo. O incentivo à coleta seletiva e à reciclagem contribui de forma significativa para a conservação ambiental e a melhoria de vida da população. No encerramento de 2010, a iniciativa contava com 311.245 clientes cadastrados. Reconhecido pelo seu caráter inovador, o Ecoelce apresentou no ano o primeiro ponto de autoatendimento para a coleta de resíduos recicláveis do Ceará. Batizado de Auto Ecoelce, o equipamento é capaz de identificar, separar e registrar três tipos de resíduos: garrafas PET, latinhas de alumínio e de aço. O programa foi contemplado, em 2010, com prêmios concedidos pelo Instituto Chico Mendes e Fundación Corresponsables. Em 2008, havia sido um dos dez ganhadores do prêmio World Business and Development Awards, que reconhece a contribuição do setor privado no alcance dos Objetivos do Milênio da ONU. [|GRI EC9|](#)

Biodiversidade

As empresas da Endesa Geração não possuem nem arrendam terras em áreas protegidas, Unidades de Conservação ou Áreas de Proteção Ambiental (APA), e suas atividades operacionais atuais não causam impactos significativos sobre o meio ambiente e a biodiversidade local, nem causam alterações de habitats. Para que seja possível a chegada da energia elétrica aos destinos mais remotos da área de concessão da distribuição, as redes atravessam parques, reservas e estações ecológicas. O principal impacto sobre a biodiversidade envolve principalmente a supressão vegetal na instalação e manutenção das linhas, e/ou a utilização e descarte de equipamentos com óleo mineral isolante, que oferecem riscos de vazamento. [|GRI EN11, EN12, EN13, EU13|](#)

Propriedades em áreas protegidas ou de alta biodiversidade ⁽¹⁾ |GRI EN11|

	Ampla	Coelce
Área ocupada (km ²)	0,048 (dentro das áreas); 0,065 (adjacências das áreas)	4,0947 (dentro das áreas)
Localização	Araruama, Cachoeira de Macacu, Guapimirim, Itaboraí, Macacu, Niterói, Petrópolis, Rio das Ostras, São Gonçalo, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Silva Jardim e Teresópolis	Guaramiranga, Ibiapina, Inhuçu, Tianguá e Viçosa do Ceará
Tipo de operação	Subestações	Subestações
Valor da biodiversidade	Ecosistemas terrestres	Ecosistemas terrestres
Estado de conservação	Reservas e parques estaduais e municipais	Reservas e parques estaduais e municipais

(1) As empresas de geração e transmissão não mantêm ativos em áreas protegidas ou na proximidades dessas áreas

Todas as etapas do licenciamento ambiental na construção e manutenção de linhas e subestações observam os requisitos dos órgãos ambientais. Iniciativas da Endesa Brasil denotam seu compromisso em minimizar esses riscos e são traduzidas pela utilização de equipamentos e materiais ecológicos, como as chamadas linhas verdes (com cabos aéreos protegidos que minimizam a necessidade de podas) e postes de eucalipto, ambos com rede isolada, além do manejo sustentável da vegetação.

Em áreas de subestações, o controle de vegetação é feito manualmente, para evitar o uso de pesticidas ou agrotóxicos, minimizando o impacto sobre fauna e flora. Na expansão das redes de distribuição, a empresa escolhe estradas já abertas para colocar os postes, a fim de evitar o corte de árvores em mata fechada. Além disso, quando não é possível desviar de árvores nativas, é utilizada a cruzeta beco que dispõe os cabos somente no lado oposto ao da vegetação, de forma a evitar a supressão vegetal. |GRI EN14|

Espécies citada na Lista Vermelha da IUCN⁽¹⁾ |GRI EN15|

Empresa	Espécie	Níveis de risco de extinção
Endesa Cachoeira	lobo-guará (<i>Chrysocyon brachyurus</i>)	quase ameaçado
	tamanduá-bandeira (<i>Myrmecophaga tridactyla</i>)	vulnerável
Endesa Cien	lobo-guará (<i>Chrysocyon brachyurus</i>)	quase ameaçado
	puma ou leão-baixo (<i>Puma concolor</i>)	mínimo de preocupação
	pinheiro-do-paraná (<i>Araucaria angustifolia</i>)	criticamente ameaçada
Endesa Fortaleza	jararaca-da-seca (<i>Bothrops erythromelas</i>)	pouco preocupante

⁽¹⁾ Espécies animais e vegetais ameaçadas ou em risco de extinção no Brasil presentes no entorno das empresas do grupo. As atividades da Endesa Brasil não impactam diretamente essas espécies e seus habitats. Na distribuição, o impacto das operações é pouco significativo e não há monitoramento.

Mais diversidade

De forma voluntária, a Endesa Cachoeira promove desde 2009 o reflorestamento do entorno do reservatório e já recuperou 54 hectares da mata ciliar, com o plantio de 90 mil mudas nativas do Cerrado. As áreas em processo de recuperação não foram prejudicadas pela usina – a região é historicamente ocupada e aproveitada para atividades agropastoris, principais responsáveis pela degradação do bioma cerrado. O programa se dá em áreas pré-selecionadas em parceria com os respectivos proprietários.

Em 2010, a recuperação atingiu 30 hectares, com o plantio de 50 mil mudas de espécies arbóreas e arborescentes nativas, em áreas localizadas nos Estados de Goiás e de Minas Gerais. O objetivo do programa, que tem duração prevista de cinco anos, é recuperar 100 hectares, totalizando cerca de 166 mil mudas plantadas, de mais de 80 diferentes espécies nativas do cerrado. Serão criados, ainda, corredores ecológicos interligando fragmentos de mata nativa preservados.

Eficiência energética |GRI EN6, EU7|

Além dos projetos de Pesquisa & Desenvolvimento, a legislação do setor elétrico determina que 0,25% da receita operacional líquida das distribuidoras sejam destinados, anualmente, a programas de eficiência energética. Ao longo dos anos, Ampla e Coelce desenvolvem programas em suas áreas de concessão, apostando na eficiência energética como a forma mais econômica e eficaz de minimizar os impactos ambientais da utilização da energia e reduzir emissões de dióxido de carbono (CO₂).

No ano, essas iniciativas receberam recursos de R\$ 18,7 milhões na Coelce, divididas em dois grupos: ações educativas para a população e investimentos em equipamentos e instalações. O conjunto de projetos permitiu a economia de 38.125,6 MWh em 2010, o equivalente a um custo de cerca de R\$ 6,7 milhões. Na Ampla, foram beneficiados 18 hospitais, com a instalação de 31 sistemas para aquecimento de água por energia solar e adequação dos sistemas de iluminação e climatização; 8 escolas, com a adequação dos sistemas de iluminação; e 32.201 pessoas, com a troca de 9.888 refrigeradores e 362 mil lâmpadas, proporcionando economia de 22.116 MWh/ano e redução na demanda de ponta de 10,63 MW.

Energia economizada |GRI EU7|

	Ampla			Coelce			Total		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Residencial (MWh/ano)	254	2.078	5.436	4.600	9.500	20.305	4.854	11.578	25.741
Residencial Baixa Renda (MWh/ano)	9.893	19.859	11.552	6.226	7.053	14.914	16.119	26.912	26.466
Poder público (prédios públicos, como escolas, hospitais) (MWh/ano)	1.649	391	4.516	2.165	269	2.906	3.814	660	7.422
Total de energia economizada (MWh)	12.112	22.328	22.116	12.991	16.822	38.126	25.103	39.150	60.242
Redução de demanda no horário de ponta (MW)	5,5	8,2	10,6	2,7	3,0	6,7	8,2	11,2	17,3
Custo evitado com energia economizada (R\$ mil)	1.588	3.656	3.617	2.100	2.970	6.740	3.688	6.626	10.357

- **Consciência Ampla Eficiente** – Ações para o uso eficiente de energia, que incluem instalações elétricas residenciais em creches comunitárias, asilos, batalhões da polícia militar, delegacias e clientes residenciais de baixo poder aquisitivo. A troca de geladeiras promovida pelo projeto foi um dos quatro projetos mundiais escolhidos entre 2.729 ações de 120 países para divulgação no relatório do biênio 2009/2010 elaborado pelo PNUD. O Consciência Ampla Eficiente é citado como um caso de sucesso no que diz respeito à contribuição ambiental resultante do consumo eficiente de energia elétrica e do descarte correto tanto do gás clorofluorcarbono (CFC) como da geladeira. O projeto da Ampla foi apresentado durante a Cúpula do Clima realizada em Copenhague (COP 15), em 2010.
- **Consciência Ampla Sobre Rodas** – Carreta itinerante que percorre a área de concessão levando conceitos de uso eficiente de energia, segurança com a rede elétrica e preservação do meio ambiente. Oferece cursos a estudantes de escolas públicas e forma monitores para orientação sobre o consumo consciente de energia. A carreta é uma verdadeira oficina que fica aberta à visita da comunidade.

“A gente tem um programa de eficiência energética bem consolidado em comunidades com vulnerabilidade social, escolas públicas e casas de saúde. A empresa tem investido muito nesses projetos e conseguido bons resultados.”

Maurício Braga Vasconcelos,
colaborador, Diretoria de Recuperação
de Mercado da Ampla

- **Eficiência energética para clientes residenciais** – Os projetos Troca Eficiente e Escola Coelce Caminhos Eficientes atuam em conjunto para promover a eficiência energética da população de baixa renda, por meio da troca de geladeiras e lâmpadas dos clientes bem como orientando para o uso adequado da energia. Uma geladeira nova, por exemplo, pode consumir até 70% menos que um equipamento antigo, menos ecoeficiente. Em 2010, a Coelce beneficiou 10.592 pessoas com a troca de geladeiras e 20.732 com a substituição de lâmpadas. Os itens recolhidos recebem descarte ambientalmente correto.
- **Coelce Solidária com a Saúde Pública** – Em 2010 foi concluído o projeto de eficiência energética do Hospital de Saúde Mental de Messejana, iniciado no ano anterior, com a substituição de lâmpadas e fios elétricos, melhoria da rede e troca do sistema de ar-condicionado.
- **Coelce Solidária com Prédios Públicos** – A companhia também promove ações de melhorias voltadas à redução do consumo de energia em prédios públicos do Estado do Ceará. Em 2010, R\$ 3.021 mil foram investidos em ações de melhorias voltadas à redução do consumo de energia do Fórum Clóvis Beviláqua, com obras de modernização dos sistemas de refrigeração e de iluminação.

Conformidade

Em 2010, Endesa Cachoeira, Endesa Cien, Endesa Fortaleza e Coelce não receberam sanções ou multas relacionadas ao não cumprimento de leis e regulamentos ambientais. A Ampla responde a ações referentes a aspectos como poda de árvores. No ano, foram 11 processos administrativos e dois judiciais, e o valor de multas pagas totalizou R\$ 59,7 mil, com mais três sanções não monetárias. As companhias vêm trabalhando na revisão constante dos seus procedimentos ambientais para que a aplicação esteja sempre alinhada aos parâmetros legais pertinentes. [|GRI EN28|](#)

A photograph of a modern control room or office environment. In the foreground, a person wearing a light blue shirt is seated at a desk, viewed from the side, looking at several computer monitors displaying data. The desk is light-colored wood. The room features a curved ceiling with recessed lighting and blue accents on the walls. A white circular graphic is overlaid on the image, containing the word 'INOVAÇÃO' in blue capital letters.

INOVAÇÃO



Compromisso com as
tecnologias e as ideias
inovadoras para as atividades

A Endesa tem consciência de que usa recursos naturais muito valiosos e que os processos inerentes às suas atividades representam um inevitável impacto sobre o meio ambiente. Por isso, procura utilizar as tecnologias mais limpas e eficientes e orientar as atividades pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica para reduzir esses efeitos à escala local e global. Esses avanços também proporcionam mais competitividade ao negócio.

Os projetos desenvolvidos pela Endesa Brasil seguem a metodologia regulamentada pela Aneel e são previamente avaliados por meio de ferramenta de gestão de portfólio, que leva em consideração todos os itens relevantes como riscos financeiros, riscos de sucesso, aplicabilidade e inovação, entre outros. Os projetos mais bem avaliados no portfólio são encaminhados à Aneel para avaliação inicial, e posteriormente submetidos à análise interna de um comitê executivo da empresa, que define a prioridade da execução. Os responsáveis pela concretização do projeto utilizam a metodologia específica de Gestão de Projetos de P&D para acompanhamento dos resultados previstos.

Inovação recompensada

Na Ampla, o incentivo à criatividade é um dos atributos mais valorizados pelos colaboradores e a base da política de inovação está expressa no Programa Inova. Com a mudança na metodologia, que passou a estabelecer metas financeiras e não quantitativas, os resultados em 2009 superaram as expectativas, e o ano de 2010 surpreendeu até os mais otimistas: foram R\$ 3 milhões em novas receitas ou economias. Ao todo, o programa premiou 11 ideias de 22 autores, volume 10% acima do ano anterior. A metodologia do Inova consiste no reconhecimento dos participantes desde o início do processo: R\$ 300 pela ideia, R\$ 1 mil pela execução do piloto e 10% do retorno econômico do projeto quando executado em campo, sendo que o valor máximo não ultrapassa R\$ 10 mil por projeto.

Estabelecido em 2008, o programa Deu Certo – gente que acredita e faz, da Coelce, incentiva o desenvolvimento e a difusão de melhorias nas práticas e processos, por meio da criatividade e do empreendedorismo. São premiadas iniciativas que comprovaram resultados efetivos para a companhia, divididas em duas categorias: produtos e serviços. Todos os projetos inscritos constam no banco de dados disponível em www.deucertocoelce.com.br. Em 2010, foram inscritos 57 projetos nos dois ciclos que aconteceram no ano.

No mês de abril, foi realizado o 2º Encontro de Pesquisa & Desenvolvimento Endesa Brasil, em Fortaleza (CE). O evento reuniu representantes de universidades, fornecedores e a Aneel, além de responsáveis por P&D das empresas do grupo, com aproximadamente 150 participantes. Sessões técnicas serviram para apresentação dos principais projetos de P&D, troca de experiências e de informações.

Pela primeira vez, a Mostra Ampla de Cultura, Tecnologia e Inovação, realizada anualmente, foi aberta ao público. O evento reuniu mais de 1.136 visitantes e, patrocinado pela Lei de Incentivo à Cultura do Rio de Janeiro, expôs projetos de arte e cultura misturados às iniciativas de tecnologia desenvolvidas pela Ampla e seus parceiros, como a medição eletrônica.

Pesquisa e desenvolvimento | GRI EU8|

A aplicação de recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) por parte das controladas da Endesa Brasil segue cláusulas específicas das leis e contratos de concessão das empresas do setor elétrico. A Endesa Cien é a única que não possui a obrigatoriedade de destinar investimentos para pesquisa e desenvolvimento, conforme as resoluções da Aneel 219 e 316. O órgão determina que 1% da receita líquida seja destinado a projetos de inovação tecnológica, dos quais, para as empresas de distribuição, 0,2% são para pesquisa e desenvolvimento, 0,5% para projetos de eficiência energética, 0,2% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (FNDT) e 0,1% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Para as empresas de geração, os percentuais são 0,4% para pesquisa e desenvolvimento, 0,4% para o FNDT e e 0,2% para o MME.

Na Coelce, um dos destaques do ano foi a conclusão do Sistema de Caracterização de Perdas Comerciais, projeto iniciado em novembro de 2007. Ao empregar a tecnologia computacional, conhecida como redes neurais artificiais, o sistema possibilita um aumento no índice de acerto das inspeções de fraude. Para isso, utiliza as informações disponíveis nos medidores de memória da massa de clientes do Grupo A e o histórico de eventos relacionados ao processo de faturamento, arrecadação e fiscalização de clientes do Grupo B.

Principais projetos P&D 2010

Projeto	Empresa	Instituição parceira	Investimento (R\$ mil)
Piloto para aplicação em série de óleos ecológicos	Coelce	-	1.735,29
Desenvolvimento de metodologia para produção de biomassa densificada	Coelce	-	201,84
Processador autônomo de picagem, compactação e enfardamento de podas de árvores	Coelce	-	153,89
Cabeça de série do indicador de conformidade de níveis de tensão	Coelce	-	595,89
Análise da sobrecarga de transformadores de distribuição pela imagem térmica dos cabos de baixa-tensão	Coelce	-	278,77
Desenvolvimento de tecnologia de combate a fraude e furto: maleta de inspeção para medidores de energia elétrica	Coelce	-	180,00
Defesa acoplada ao poste com dimensão e formato permitido pelo código municipal	Coelce	-	207,77
Posto de atendimento por videoconferência	Coelce	-	86,54
Poda de Árvores – Vegetação Integrada: utilização de inibidores de crescimento vegetal na vegetação urbana adjacente às redes de distribuição, incluindo adaptação de instrumentos e ferramentas	Ampla	Coppe/UFRJ	1.279,00
Proteção para geração distribuída: equipamento para proteger a rede de distribuição e uma fonte alternativa para conexão	Ampla	Latec	2.496,00
Solução comunicação <i>smart grid</i> (redes inteligentes): sistema piloto de rede de comunicação (400 pts), com desenvolvimento de módulos de pequenas dimensões e baixo custo	Ampla	Latec	2.258,00
Identificador de cargas: equipamento para levantamento da curva de consumo de cada aparelho elétrico residencial ou grupo de aparelhos semelhantes, a partir das formas de ondas de corrente e tensão geradas pela sua utilização, sem acessar as instalações internas do cliente	Ampla	Coppe/UFRJ	1.394,00
MonoTrimotores: protótipo laboratorial de um conversor monofásico-trifásico de baixo custo para acionamento de motores trifásicos em eletroeletrônicos	Ampla	Coppe/UFRJ	1.320,00
Helicóptero Inspeção de linhas de transmissão: sistema de inspeção de linhas de transmissão utilizando helicóptero de pequeno porte (minicóptero) não tripulado	Ampla	USP-SC	1.074,00



Projeto	Empresa	Instituição parceira	Investimento (R\$ mil)
Novos materiais aterramento: Componentes de sistemas de aterramento com novas geometrias, mais eficientes e utilizando materiais com menor valor no mercado de recicláveis	Ampla	Matrix	1.011,00
Concentrador fotovoltaico: Sistema para aumento do rendimento de painéis fotovoltaicos (PV) utilizando concentração de raios solares, refrigeração dos painéis, inversores com impedância dinâmica e de eletrônica de potência para controle da impedância de carga do PV	Ampla	Coppe/UFRJ	2.474,00
Girassol eletrônico: protótipo funcional de dispositivo que permita o aproveitamento da luz solar para iluminação de ambientes durante o dia, evitando o desperdício de energia elétrica	Ampla	Latec	1.827,00
Óleo ecológico: desenvolver a cadeia produtiva de óleos Isolantes ecológicos em escala piloto, envolvendo a produção para fins de certificação e adequação para uso em transformadores de distribuição e força	Ampla	UFC	1.069,00
Desenvolvimento de um sistema para inspeção de grades em túneis de adução de unidades geradoras	Cachoeira	-	378,32
Tecnologia para fonte de energia alternativa células a combustível e produção de hidrogênio empregando líquidos iônicos	Cachoeira	-	416,12
Efeitos da instalação de equipamentos <i>soft-starters</i> e inversores na qualidade da tensão de sistemas elétricos	Cachoeira	-	329,24
Desenvolvimento de dispositivo eletrônico inteligente (IED) de comunicação padrão IEC61850 nacional para ambiente de subestações	Cachoeira e Fortaleza	-	2.161,46
Desenvolvimento de simulador interativo de usinas termelétricas de ciclo combinado para treinamento de operadores e mantenedores	Fortaleza	-	533,68
Proposta de projeto para geração de energia elétrica de fonte alternativa por correntes de marés	Fortaleza	-	318,67
Monitoramento de desempenho de ciclos combinados para manutenção preditiva	Fortaleza	-	435,82
Despacho conjunto de máquinas com previsão de vazão	Fortaleza	-	398,40
Geração de energia sustentável através da avaliação de sistemas alternativos para a produção de biomassa em regiões de limitado uso agrícola e baixa atividade econômica no semiárido	Fortaleza	-	1.339,83
Alocação dos custos de transmissão: pretende a decomposição de tarifas nodais via subsistemas	Cachoeira e Fortaleza (via Apine)	Fadepe, Andrade e Canellas	65,20

The image features a sunset background with a silhouette of a power plant. A large white speech bubble is centered in the foreground, containing the word 'ACIONISTAS' in blue capital letters. The sun is low on the horizon, casting a warm orange glow across the sky and the power plant structures. The sky is filled with scattered clouds, some of which are illuminated by the setting sun. The power plant consists of several tall metal towers and a complex network of power lines stretching across the horizon.

ACIONISTAS



Compromisso com
a geração de valor
e a rentabilidade baseada
no crescimento sustentável

Mercado de energia

O consumo de energia elétrica no mercado brasileiro registrou expansão de 7,8% ante 2009, totalizando o montante de 419.016 gigawatts-hora (GWh), segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O consumo industrial liderou a expansão do setor, consolidando recuperação iniciada no segundo semestre de 2009 após a crise deflagrada em 2008, totalizando 183.743 GWh. O aumento registrado no consumo foi de 10,6% sobre 2009.

O consumo residencial encerrou 2010 com ampliação de 6,3%, mantendo o índice registrado em 2009 (6,4%). A evolução nos últimos anos tem sido favorecida por um mercado de trabalho aquecido e pela oferta de crédito, que tem estimulado a aquisição de aparelhos eletrodomésticos com decorrente demanda adicional de eletricidade. O emprego formal, de acordo com o Ministério do Trabalho, aumentou significativamente em 2010, com saldo de 2,52 milhões de novos postos de trabalho.

A ampliação do consumo residencial, que passou de 150,1 para 153,9 kWh/mês de 2009 para 2010, é consequência do aumento da demanda média no País e da base de consumidores conectados à rede — entre dezembro de 2009 e de 2010 foram realizados 2 milhões de ligações. O consumo comercial também registrou expansão de 5,9% no ano.

Ambiente regulatório

Desde o início do ano, 2010 foi marcado por alterações regulatórias. A primeira mudança envolveu a assinatura entre Aneel e distribuidoras de um aditivo ao contrato de concessão com novo tratamento para os ganhos ou as perdas referentes aos encargos setoriais cobrados nas tarifas. Outra iniciativa da Aneel, expressa na Resolução 414/2010, consolidou direitos e deveres dos consumidores e das distribuidoras, especialmente no que se refere à oferta de atendimento presencial de clientes e à definição de novos prazos para o atendimento das solicitações de ligação e religação de unidades consumidoras. Para as distribuidoras da Endesa Brasil, os impactos dessas exigências são considerados pouco significativos.

A Resolução 414 também incorpora a Resolução 407/2010, que trata de novo critério para a concessão de tarifa social, que passou a ser oferecida somente aos consumidores inscritos no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que atendam a condições específicas. Essa mudança, embora ocasione ajuste significativo nos cadastros, auxilia no combate a fraudes e perdas comerciais, pois proporciona maior acesso à tarifa social pelos consumidores de baixa renda. Os impactos, em uma primeira avaliação, serão acomodados na operação normal da empresa.

Terceiro ciclo de revisão tarifária

Em setembro de 2010, a Aneel abriu audiência pública para propor alteração metodológica no cálculo da receita das distribuidoras de energia elétrica. As mudanças refletem, principalmente, no cálculo dos custos operacionais (Empresa de Referência), do custo de capital (remuneração dos ativos) e do fator X (repasso dos ganhos de produtividade aos consumidores). Essas mudanças estão previstas para o terceiro ciclo de revisão tarifária, que acontece em 2011. De acordo com o marco regulatório, essa revisão ocorre a cada quatro anos no caso de Coelce e de cinco em cinco anos para a Ampla, com o objetivo de reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão e repassar ao consumidor os ganhos de eficiência e produtividade alcançados pelas concessionárias por meio do realinhamento das tarifas.

Como o modelo apresentado pela Aneel ainda deve sofrer mudanças, o órgão regulador decidiu manter inalteradas as tarifas das distribuidoras com revisão em 2011, até que a metodologia do terceiro ciclo se torne definitiva. Quando isso ocorrer, a Aneel fará a revisão tarifária de forma retroativa à data legal para ajustes de tarifas.

Desempenho dos negócios

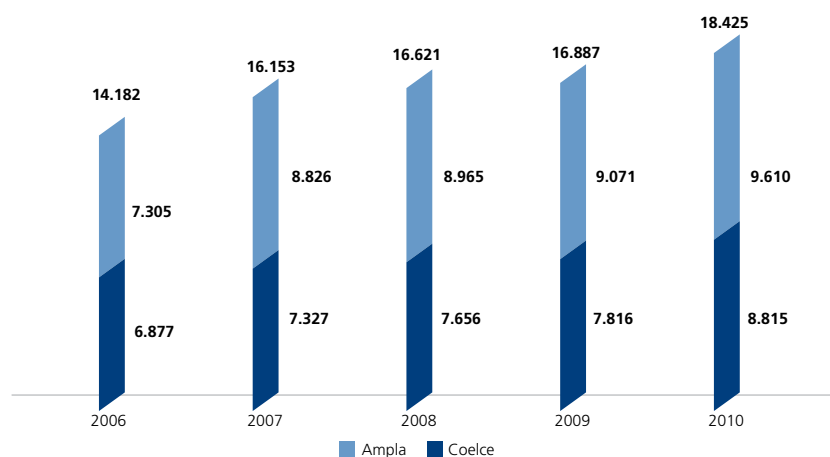
Distribuição

A energia total requerida nas áreas de concessão das distribuidoras da Endesa Brasil foi de 22.560 GWh, 8,4% acima do volume de 2009. Na região da Ampla, o acréscimo foi de 4,7%, abaixo do incremento da energia distribuída pelo sistema, de 5,7%, tendo em vista a redução nas perdas de energia (20,51% ante 21,24% em 2009). A Coelce, o incremento de 13,3%, ocasionado pela evolução do mercado.

Na região da Coelce, o volume total de venda e transporte de energia foi de 8.815 GWh, evolução de 12,8% em relação ao ano anterior (7.816 GWh). Esse incremento está concentrado no mercado cativo, com mais 12,6%. Essa evolução também foi impulsionada pelo volume 14,8% maior de energia transportada para os clientes livres, que proporcionam receita de Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição (Tusd).

A Ampla comercializou e transportou 9.610 GWh, com incremento concentrado no mercado cativo da companhia, que cresceu 4,7%. Houve adição de 48.998 novos consumidores efetivos à base comercial e aumento de 2,7% na venda de energia per capita no mercado cativo. O desempenho também foi impulsionado, em menor escala, pelo maior volume de energia transportado para os clientes livres (16,0% superior ao registrado em 2009).

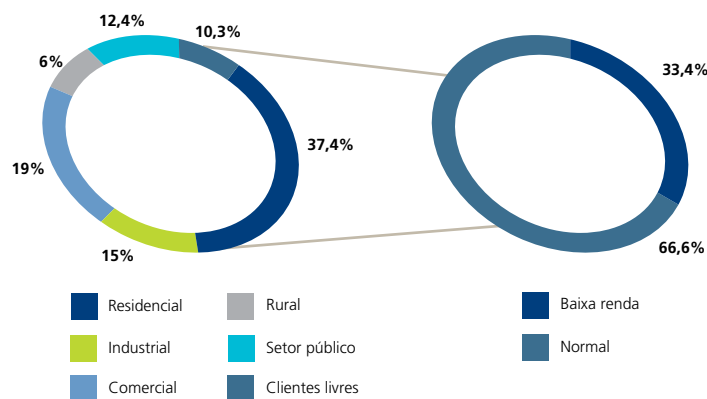
Energia vendida - distribuição (GWh)



Balço de energia | GRI EU10

	Ampla		Coelce		Consolidado		Var.%
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	
Demanda máxima de energia (MW)	1.915	2.058	5.310	5.972	7.225	8.030	11,1%
Energia requerida (GWh)	11.927	12.489	8.888	10.071	20.815	22.560	8,4%
Energia distribuída (GWh)	9.394	9.927	7.860	8.850	17.254	18.777	8,8%
Residencial convencional	2.859	3.033	1.303	1.445	4.162	4.478	7,6%
Residencial baixa renda	720	727	1.317	1.518	2.037	2.245	10,2%
Industrial	1.075	1.143	1.361	1.472	2.436	2.615	7,3%
Comercial	1.818	1.840	1.510	1.654	3.328	3.494	5,0%
Rural	216	218	695	882	911	1.100	20,7%
Setor público	1.137	1.184	1.015	1.121	2.152	2.305	7,1%
Cientes livres	1.204	1.392	635	731	1.839	2.123	15,4%
Revenda	342	369	12	14	354	383	8,2%
Consumo próprio	22	22	12	13	34	35	2,9%

Participação por classe de consumo (Volume de energia vendida e transportada)

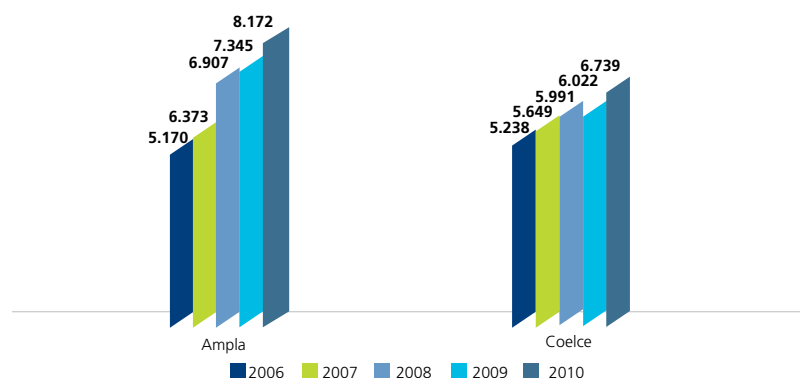


Mercado de distribuição

Estado	Ampla	Coelce
	Rio de Janeiro	Ceará
Municípios atendidos	66	184
Habitantes (milhões)	6,6	8,5
Cientes (mil)	2.570	3.094
Área de concessão (mil km ²)	32,2	149,0
Energia faturada (GWh)	9.610	8.815
Nº total de colaboradores ⁽¹⁾	8.338	8.793

⁽¹⁾ Inclui próprios, parceiros, estagiários e jovens-aprendizes

Energia vendida por empregado (MWh) ⁽¹⁾



Infraestrutura de distribuição

	Ampla		Coelce	
	2009	2010	2009	2010
Nº de subestações	117	116	97	98
Capacidade instalada (MVA)	4.434	4.386	2.202	2.298
Transformadores de distribuição	105.308	107.669	116.786	120.745
Linhas de transmissão e distribuição [GRI EU4]	Aéreas	Subterrâneas	Aéreas	Subterrâneas
Linhas de transmissão (km)				
Alta-tensão (acima de 69 kV)	3.722	53	4.351	0
Média-tensão (15 ou 25 kV)	-	-	-	-
Linhas de distribuição (km)				
Baixa-tensão (127 a 220 v)	17.257	20	45.170	10
Média-tensão (15 ou 25 kV)	32.506	57	77.243	4

Perdas de energia

As perdas consolidadas de energia foram equivalentes a 16,8% da energia adquirida durante o ano, em comparação a 17,1% no ano anterior. A redução deve-se basicamente ao resultado observado em Ampla, que passou de um índice de perdas de 21,2% em 2009 para 20,5% em 2010. Na Coelce houve acréscimo de 11,6% para 12,1%.

A recuperação na Ampla foi consequência da combinação de fatores como: bons resultados dos projetos de combate ao furto de energia e de medição eletrônica; volta do faturamento eletrônico dos clientes polifásicos; e aumento do consumo de clientes industriais.

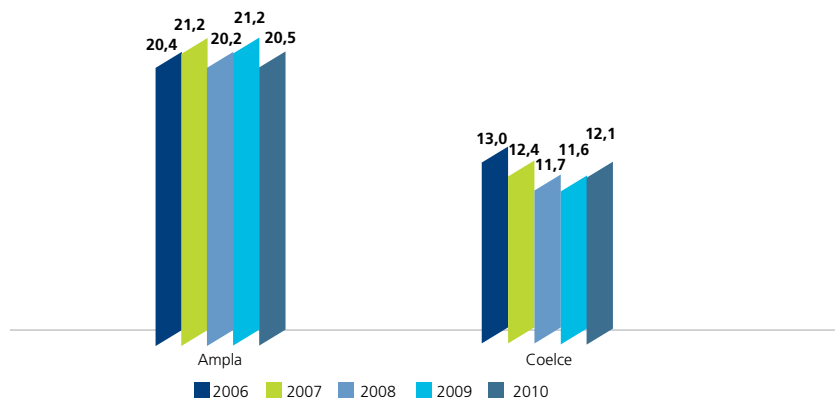
Com a aprovação pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) para a medição eletrônica, a companhia passou a faturar pelo medidor eletrônico os novos clientes e parte dos clientes polifásicos. Em 2010, foram instalados 125.092 equipamentos. O Ampla Chip, desenvolvido pioneiramente pela distribuidora, foi considerado em 2007 uma das dez maiores inovações brasileiras da última década, de acordo com pesquisa da revista Exame e da consultoria Monitor. Nos anos de 2008 e 2009, entretanto, por determinação da Aneel, foi necessário aguardar que a tecnologia fosse referendada pela entidade normatizadora, período que em que as perdas evoluíram.

Desde 2003, o combate às perdas de energia está no centro das preocupações da distribuidora. Além de significarem prejuízos econômicos tanto para a empresa quanto para a sociedade, que paga pelo consumo de furtadores, as perdas representam um grave problema social. Considerando essa realidade, a Ampla atua em duas frentes distintas: contribui para a disseminação do consumo consciente de energia, por meio de soluções eficientes e projetos sociais que fomentam a geração de renda, e investe em tecnologias que fortaleçam sua infraestrutura. Os investimentos no combate ao furto de energia, em 2010, foram de aproximadamente R\$ 170 milhões.

Perdas elétricas globais (GWh) [GRI EU12]

	2008		2009		2010	
	GWh	%	GWh	%	GWh	%
Ampla	2.309	20,2%	2.533	21,2%	2.562	20,5%
Coelce	1.003	11,7%	1.028	11,6%	1.221	12,1%
Total	3.314	17,3%	3.561	17,1%	3.783	16,8%

Perdas de energia (%)



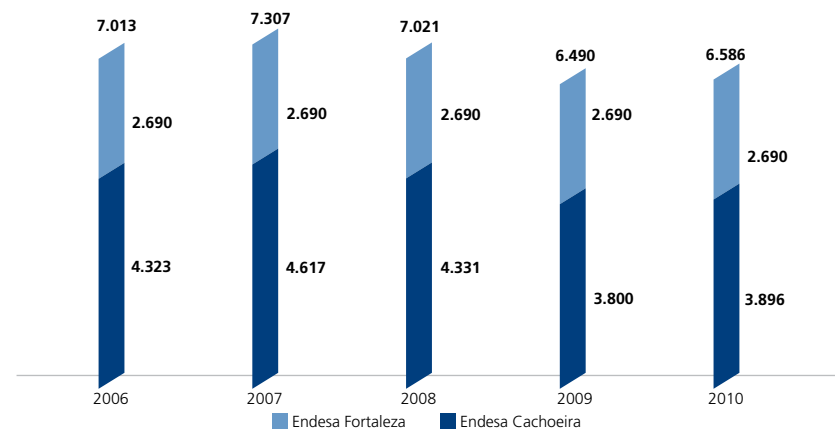
Geração e transmissão

As empresas Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza geraram 5.183 GWh em 2010, em comparação a 3.464 GWh no ano anterior, ou mais 49,6%. Esse acréscimo deve-se ao recorde de geração registrado pela termelétrica Endesa Fortaleza, decorrente da segurança no fornecimento de gás. O faturamento totalizou 6.586 GWh (6.490 GWh em 2009) nas atividades de geração (Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza) e 1.270 em transmissão entre Brasil e Argentina (Endesa Cien).

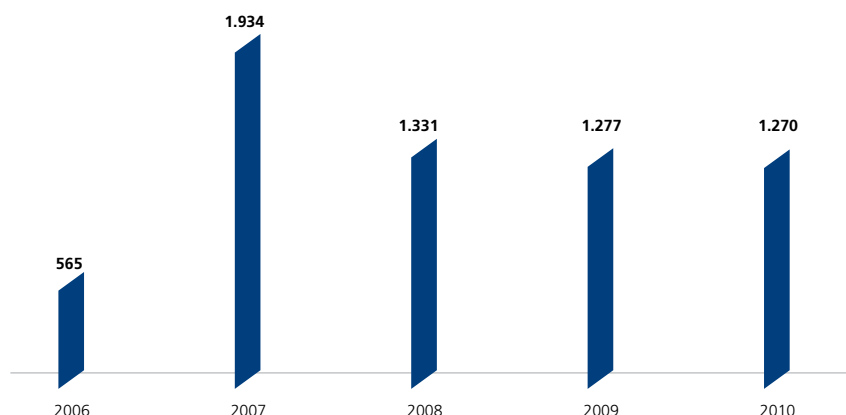
Infraestrutura de geração e transmissão

	Endesa Cachoeira (hidrelétrica)	Endesa Fortaleza (termelétrica)	Endesa Cien
Capacidade GRI EU1 			
Potência instalada (MW)	658,0	346,6	2.200,0
Energia assegurada (MW)	415,0	318,5	-
Linhas de transmissão (km) GRI EU4 			
Média-tensão (13,8 kV)	2,8	-	-
Alta-tensão (acima de 69 kV)	3,5	1,2	1.000,0
Energia gerada (GWh) GRI EU2	3.486	1.697,08	-
Disponibilidade (%) GRI EU30	96,23%	98,92%	-
Nível eficiência em geração térmica GRI EU11	-	46,72%	-
Perdas na transmissão GRI EU12	3,0%	0,59%	2,93%

Energia faturada - Geração (GWh)



Energia transmitida do Brasil para a Argentina (GWh)⁽¹⁾



⁽¹⁾ Inclui energia transmitida para o Uruguai, via Argentina

Desempenho econômico-financeiro

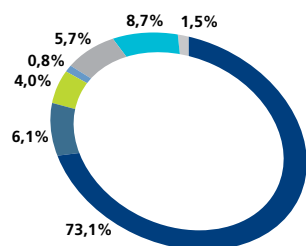
Resultados

A receita operacional bruta da companhia totalizou 9.481,8 milhões, 10,4% superior à registrada em 2009. A receita líquida somou R\$ 6.702,5 milhões, acréscimo de 9,0% em relação ao ano anterior. Comparativamente, o maior acréscimo foi registrado no item suprimento de energia elétrica (mais 58,5%), em decorrência do aumento da venda de energia no mercado spot (à vista), seguido pelo atendimento a clientes livres (mais 34,2%), referente à Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição (Tusd).

O item de maior peso na composição das receitas refere-se ao fornecimento de energia a consumidores, concessionários e permissionários, equivalente a 73,1% do total, e registrou evolução de 7,1% em comparação ao ano anterior. Os principais fatores que impulsionaram a receita foram:

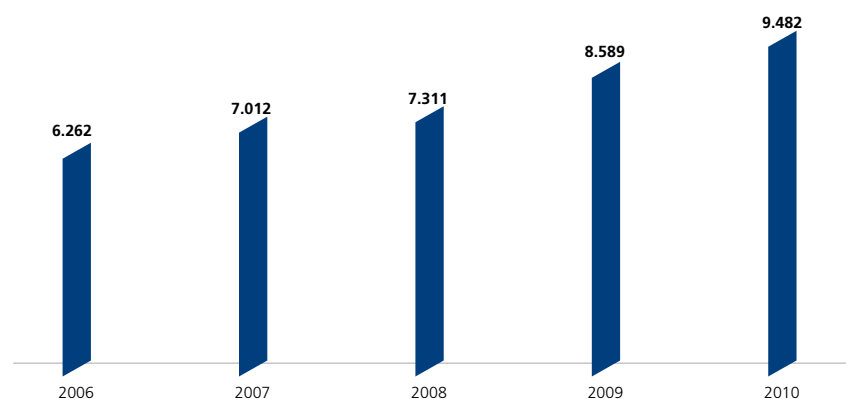
- Crescimento da energia faturada no mercado cativo das distribuidoras (mais 4,7% em Ampla e 12,6% em Coelce);
- Reclassificação contábil das Contas de Compensação de Variação de Valores de itens da parcela A (CVAs) de Ampla e Coelce, de acordo com o despacho nº 4.722 da Aneel. A CVA registra a variação dos custos de aquisição de energia elétrica ocorrida entre o valor homologado no reajuste ou na revisão tarifária e os efetivamente pagos pela concessionária.
- Aplicação do ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis), que estabelece padrões para o registro e a mensuração de serviços de construção ou melhoria e serviços de operação e fornecimento de energia elétrica, com incremento na receita operacional bruta.

Composição da receita bruta

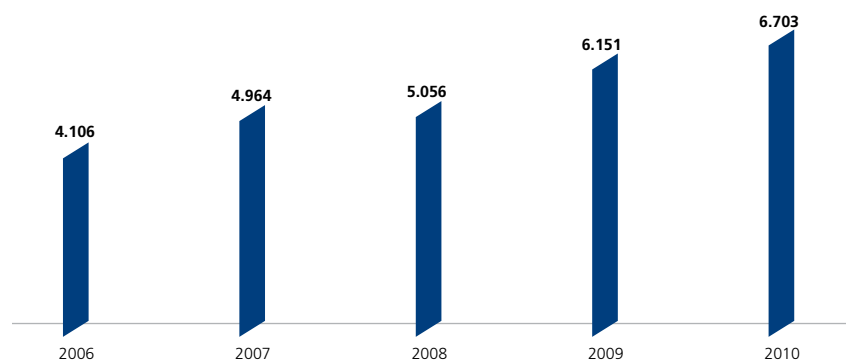


- Consumidores, concessionários e permissionários
- Suprimento de energia elétrica
- Baixa renda
- Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda
- Disponibilidade da rede elétrica
- Receita de construção
- Outras receitas

Receita operacional bruta (R\$ milhões)



Receita operacional líquida (R\$ milhões)



Composição da receita (R\$ mil)

	2009 (Reclassificado)	2010	Varição 10/09
Receita bruta	8.589.193	9.481.763	10,4%
Fornecimento de energia elétrica:			
Consumidores, concessionários e permissionários			
Residencial	2.930.806	3.166.891	8,1%
Industrial	898.536	947.147	5,4%
Comércio, serviços e outras	1.629.767	1.719.591	5,5%
Rural	206.809	248.800	20,3%
Poder público	382.000	429.938	12,5%
Iluminação pública	233.159	244.111	4,7%
Serviços públicos	148.538	158.030	6,4%
Consumo Próprio	8.050	7.715	-4,2%
Suprimento de energia elétrica	367.030	581.741	58,5%
Baixa renda	359.065	379.363	5,7%
Receita de uso da rede elétrica (consumidores livres-revenda)	56.651	80.518	42,1%
Disponibilidade da rede elétrica	516.858	538.330	4,2%
Receita de construção	614.202	823.962	34,2%
Fornecimento não faturado	32.303	11.422	-64,6%
(+) Estorno provisão refaturamento prefeituras	873	(841)	
Outras receitas	204.546	145.045	-29,1%

Deduções da receita

As deduções das receitas tiveram acréscimo de 14,0% em relação a 2009, principalmente devido a:

- Conta Consumo de Combustíveis (CCC) e Conta Desenvolvimento Energético (CDE): A CCC refere-se aos custos de operação das usinas dos sistemas interligados e isolado brasileiro, localizados principalmente na Região Norte, que são rateados pela Aneel entre as distribuidoras. Já a CDE é utilizada pelo governo para promover a competitividade da energia produzida por meio de fontes alternativas e o desenvolvimento energético do País por intermédio do Programa de Universalização. Essa linha apresentou incremento de 34,9%, encerrando o ano em R\$ 297,8 milhões, diante de R\$ 220,8 milhões em 2009.
- PIS, Cofins: acréscimos de 22,5% e 21,4%, respectivamente, oriundos do aumento da base de cálculo para apuração
- Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética: mais 25,4%, reflexo de maiores investimentos pelas empresas nesses setores.

Deduções da receita (R\$ mil)

	2009 (Reclassificado)	2010	Variação 10/09
Deduções da receita bruta			
ICMS	(1.601.037)	(1.741.693)	8,8%
PIS	(77.420)	(94.855)	22,5%
Cofins	(363.107)	(440.807)	21,4%
ISS	(2.498)	(3.300)	32,1%
Quota para reserva global de reversão	(100.380)	(97.464)	-2,9%
Subvenções CCC/CDE	(220.760)	(297.775)	34,9%
P&D e eficiência energética	(54.193)	(67.941)	25,4%
Encargo ex-isolados	-	(8.046)	-
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	(18.519)	(27.343)	47,6%
Total de deduções de receita	(2.437.914)	(2.779.223)	14,0%
Receita líquida	6.151.279	6.702.540	9,0%

Custos e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais alcançaram R\$ 5.048,9 milhões, aumento de 14,8% em relação ao ano anterior (R\$ 4.398,6 milhões). Esse incremento decorre, especialmente, das seguintes variações:

- Aumento de 267% (R\$ 119,8 milhões, passando de R\$ 44,9 milhões para R\$ 164,7 milhões) nas provisões para créditos de liquidação duvidosa de clientes, devido principalmente à provisão de saldos acumulados de outras contas a receber, além de as reversões em 2009 serem relativamente altas se comparadas a 2010;
- Acréscimo de 7,1% (ou R\$ 129,4 milhões na energia elétrica comprada para revenda, devido à elevação no volume de compra associado à mudança do critério contábil para o IFRS;
- Incremento de 34,2% (equivalente a R\$ 209,9 milhões) em custo de construção, oriundo da aplicação do ICPC 01, com novos padrões para o registro e a mensuração de serviços de construção.

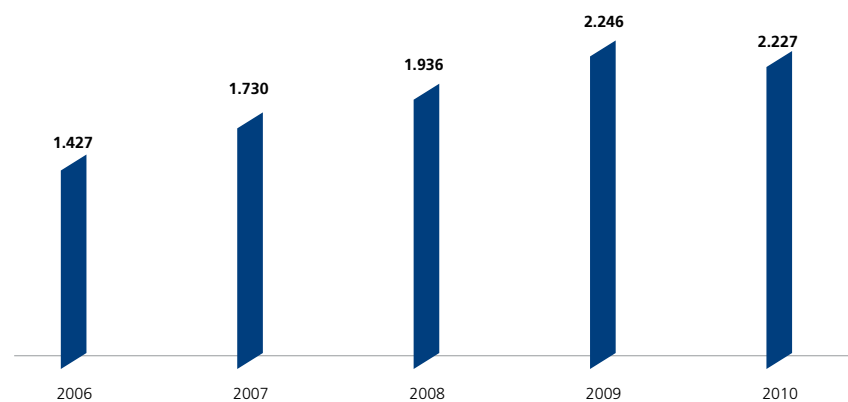
Custos e despesas operacionais (R\$ mil)

Descrição	2009	2010				Total
	Total (Reclassificado)	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	
Pessoal (inclusive previdência privada)	(297.237)	(148.706)	(15.692)	(129.153)	-	(293.551)
Material	(39.039)	(18.378)	(3.611)	(786)	-	(22.775)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(85.389)	(133.411)	-	-	-	(133.411)
Serviços de terceiros	(464.465)	(408.637)	(11.868)	(65.738)	-	(486.243)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.829.185)	(1.958.597)	-	-	-	(1.958.597)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(329.048)	(417.460)	-	-	-	(417.460)
Encargos dos serviços de sistema	(83.252)	(46.568)	-	-	-	(46.568)
Depreciação e amortização	(458.429)	(531.705)	-	(9.416)	-	514.121
Compensação financeira ou utilização de recursos hídricos	(11.936)	(15.737)	-	-	-	(15.737)
Perdas com desativação	(7.523)	(16.770)	-	-	-	(16.770)
PCLD – Clientes	(44.066)	-	(164.796)	-	-	(164.796)
PCLD – Outros créditos	(809)	-	115	-	-	115
Taxa de fiscalização da Aneel	(13.725)	(10.024)	-	(4.307)	-	(14.331)
Custo de construção	(613.963)	(823.961)	-	-	1	(823.961)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.298	-	-	(21.541)	-	(21.541)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	(35.240)	-	-	-	(32.253)	(32.253)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(99.596)	(1.406)	(354)	(19.371)	(38.900)	(58.879)
Total	(4.398.604)	(4.531.208)	(196.206)	(250.312)	(71.153)	(5.048.880)

Geração de caixa (EBITDA)

O EBITDA totalizou R\$ 2.227,0 milhões diante de R\$ 2.246,3 milhões do ano anterior, com margem de 33,2% (36,5% em 2009). Esse desempenho é consequência das variações de custos e despesas explicadas anteriormente.

EBITDA (R\$ milhões)

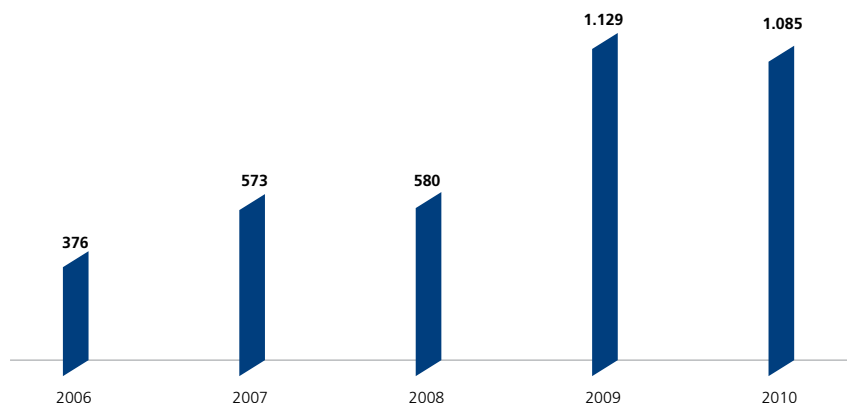


Obs.: Dado de 2009 ajustado, pela adoção do IFRS

Resultado

O resultado consolidado do exercício foi um lucro líquido de R\$ 1.085,4 milhões, ante R\$ 1.128,6 milhões no ano anterior, variação de - 3,8%. A margem líquida atingiu 16,2% (18,3% no ano anterior).

Lucro líquido (R\$ milhões)

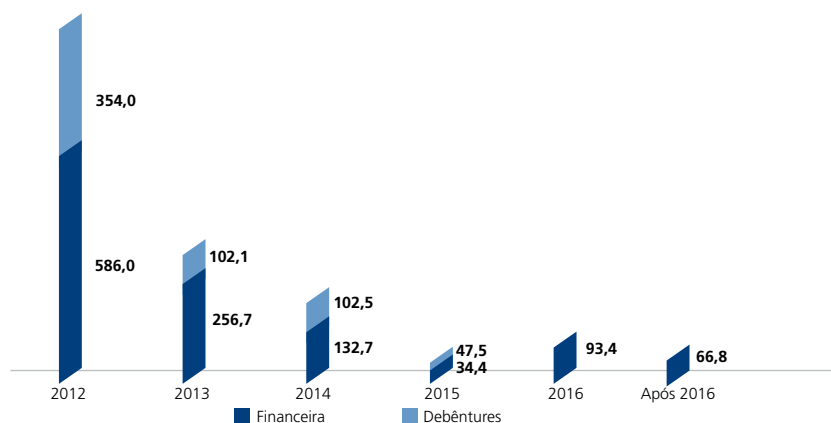


Obs.: Dado de 2009 ajustado, pela adoção do IFRS

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2010, a dívida bruta somava R\$ 2.654,0 milhões, em comparação a R\$ 3.176,0 milhões no final do ano anterior. A redução de 16,4% reflete as amortizações ocorridas no período. A dívida líquida, de R\$ 1.550,9 milhões (R\$ 1.976,8 milhões), era equivalente a um índice de alavancagem de 0,7 vez o EBITDA (0,9 vez no ano anterior).

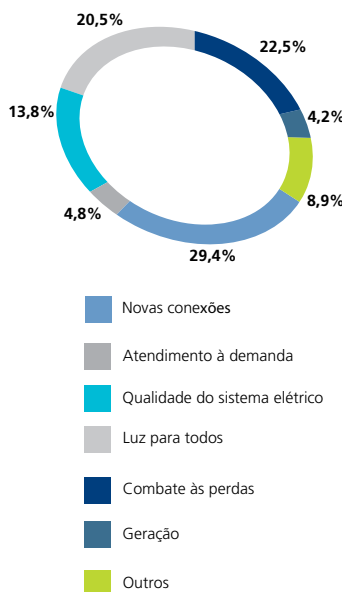
Cronograma de amortização da dívida (R\$ milhões)



Remuneração dos acionistas

Em 2010, a companhia distribuiu R\$ 676,2 milhões em dividendos aos seus acionistas, superando os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações que perfazeriam R\$ 169,1 milhões.

Distribuição de investimentos



Investimentos

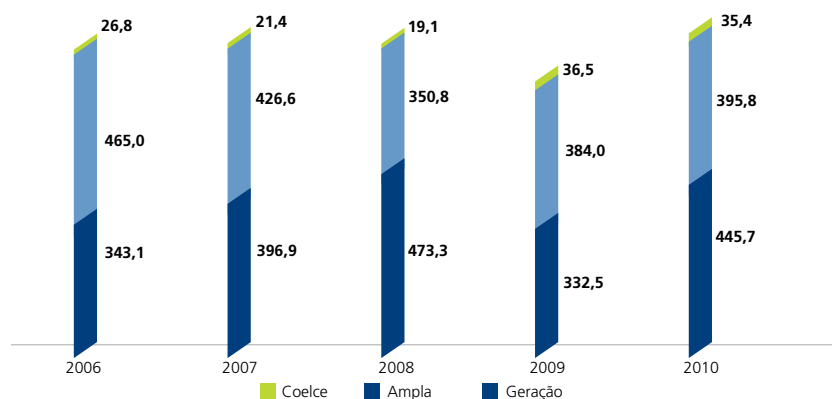
Os investimentos totalizaram R\$ 876,9 milhões no ano, 16,5% acima do valor aplicado em 2009. O maior volume (29,4%) foi destinado a novas conexões de clientes das distribuidoras, seguido de combate a perdas (22,5%), recursos destinados ao Programa Luz para Todos (20,5%) e qualidade do sistema elétrico (13,8%). Nos últimos cinco anos, as empresas da Endesa Brasil investiram R\$ 4.152,8 milhões, com ênfase nesses programas e à universalização do acesso à energia.

Na Ampla, os investimentos alcançaram R\$ 395,8 milhões, incremento de 3,1% em relação ao ano anterior. Essa evolução está concentrada, basicamente, em novas conexões, que apresentaram incremento de R\$ 31 milhões (mais 31,4%) entre 2010 e 2009. O maior volume, em 2010, foi direcionado ao programa de combate às perdas, que representou 42,3% (R\$ 167,4 milhões) de todo o valor investido no período.

Os investimentos realizados pela Coelce somaram R\$ 445,7 milhões, incremento de 34,1% em relação a 2009. O maior volume, em 2010, foi direcionado ao programa Luz para Todos, que representou 37,1% (R\$ 165,5 milhões) de todo o valor investido no período e com um incremento de R\$ 83 milhões entre 2010 e 2009.

Em geração, foram aplicados R\$ 35,3 milhões (R\$ 36,5 milhões em 2009), com ênfase às atividades de manutenção e modernização dos equipamentos.

Investimentos (R\$ milhões)



Investimentos em distribuição (R\$ mil)

	Ampla		Coelce		Total	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Novas conexões	98.924	130.016	96.160	117.643	195.084	247.659
Atendimento à demanda	16.959	6.694	32.390	33.704	49.349	40.398
Qualidade do sistema elétrico	49.786	55.235	60.132	61.322	109.918	116.557
Programa Luz para Todos	12.767	7.191	82.040	165.535	94.807	172.726
Combate às perdas	178.511	167.351	9.694	21.920	188.205	189.271
Outros	27.018	29.333	52.098	45.623	79.116	74.956
Total	383.965	395.820	332.514	445.747	716.479	841.567

Investimentos em geração (R\$ milhões)

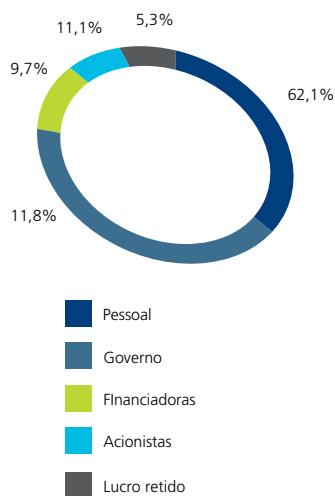
	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Total
2008	10,4	4,4	4,3	19,1
2009	17,2	13,5	5,8	36,5
2010	12,6	5,4	17,3	35,3

Criação de valor

A Endesa Brasil distribuiu R\$ 5.240 milhões como valor adicionado em 2010, em comparação a R\$ 4.897 milhões no ano anterior. O valor adicionado representa a diferença entre a receita bruta do ano e os gastos com aquisição de materiais e serviços de terceiros e deduções de depreciação e amortização. É, assim, um indicador de agregação de riqueza proporcionada pela atividade da companhia.

A maior parcela (62,1%) foi transferida aos governos federal, estaduais e municipais, na forma de impostos, taxas e contribuições. A remuneração de capitais de terceiros, relativa ao pagamento de juros, despesas financeiras e aluguéis, representou 11,8%. Colaboradores receberam 5,3% e acionistas, 9,7%, além de 11,1% como lucros retidos.

Distribuição do Valor Adicionado



Demonstração do valor adicionado (R\$ mil) |GRI EC1|

	2009 ⁽¹⁾	2010
Receitas	8.562.817	9.349.551
Vendas de energia e serviços	7.178.723	7.766.026
Disponibilização da rede de transmissão	711.667	801.921
Receitas relativas à construção de ativos próprios	641.324	842.535
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(44.875)	(164.682)
Outras receitas	75.978	103.751
Insumos adquiridos de terceiros	(3.365.322)	(3.909.620)
Compra de energia	(1.936.901)	(2.043.925)
Custo do sistema de transmissão e CFRH	-	(15.737)
Encargos de uso da rede elétrica	(67.829)	(175.877)
Custo de construção	(443.885)	(661.788)
Material e serviços de terceiros	(834.447)	(906.930)
Recuperação de despesas - risco regulatório	(5.924)	(7.086)
Outras despesas operacionais	(76.336)	(98.277)
Valor adicionado bruto	5.197.495	5.439.931
Depreciação, amortização do ágio e outras amortizações	(477.084)	(542.114)
Valor adicionado líquido	4.720.411	4.897.817
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	176.367	342.131
Valor adicionado recebido em transferência	176.367	342.131
Valor adicionado a distribuir	4.896.778	5.239.948
Distribuição do valor adicionado	4.896.777	5.239.948



Pessoal	284.747	279.609
Impostos, taxas e contribuições	3.061.234	3.255.321
Federais	1.499.222	1.585.011
Estaduais	1.629.789	1.753.953
Municipais	5.728	7.052
(-) Incentivos fiscais	(73.505)	(90.695)
Remuneração de capitais de terceiros	422.179	619.580
Juros e variações cambiais	355.232	444.510
Outras despesas financeiras	46.523	151.340
Aluguéis	20.424	23.730
Remuneração de capitais próprios	1.128.618	1.085.438
Participação dos não controladores	375.303	337.957
Dividendo mínimo obrigatório	162.387	169.061
Dividendos adicionais	276.923	-
Dividendos intercalares	210.240	-
Reserva legal	34.187	35.592
Reserva de reforço de capital de giro	-	472.470
Absorção de prejuízos	69.648	70.384
Reversão de dividendos prescritos	(70)	(26)

⁽¹⁾Dados de 2009 e 2010 de acordo com o padrão internacional de contabilidade (IFRS)

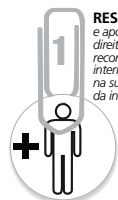
Conformidade |GRI 508|

Em Endesa Cien, foram registradas multas de mora e multas punitivas em autos de infração e em execução fiscal, no valor de R\$ 3.723.507,00. Em Endesa Fortaleza e Endesa Cachoeira, multas de mora por questões tributárias atingiram R\$ 768.486,00. Na Ampla, foram 29 processos administrativos e 6 judiciais, com multas de R\$ 7.305.000,00. Em Coelce, não foram registradas sanções por não conformidade.

Práticas de cumprimento do Pacto Global

Princípios do Pacto Global

Direitos humanos



RESPEITAR
e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência



ASSEGURAR
a não participação da empresa em violações dos direitos humanos

Objetivos do Milênio



Ações

- Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável
- Missão, Visão e Valores
- Normas Éticas da Endesa S.A.
- Inclusão de cláusulas referente a direitos humanos nos contratos de fornecedores de materiais e serviços
- Índice de Parceria (Inpar) para acompanhamento da gestão de empresas parceiras
- Investimento em projetos culturais
- Investimento em Fundos para Infância e Adolescência
- Parceria com a Fundação Abrinq
- Programas de voluntariado
- Atendimento especial para clientes com deficiência auditiva

Saúde

- Doação de equipamentos de fisioterapia para unidade de saúde do município de Cachoeira Dourada
- Projeto Geração Saúde
- Licença-maternidade de 180 dias

Geração de renda

- Consciência Ampla Oportunidade
- Consciência Ampla com Arte
- Consciência Ampla Digital
- Programa Energia Social - Educar para Crescer
- Luz Solidária
- Cursos de profissionalização para jovens
- Mulheres Integradas

Eficiência energética

- Consciência Ampla Eficiente
- Projetos de educação para o consumo consciente
- Consciência Ampla Futuro
- Consciência Ampla Saber
- Consciência Ampla SuperAção
- Consciência Ampla Eficiente
- Consciência EcoAmpla
- Troca Eficiente Coelce

Projetos culturais

- Espaço Endesa de Meio Ambiente e Cultura (Cachoeira Dourada)
- Consciência Ampla Cultural
- Consciência Ampla na Tela
- Programa Consciência Ampla, para as comunidades
- Cine Coelce
- Jornada Endesa Fortaleza do Conhecimento
- Descobrimdo a Música
- Dia do Livro
- Orquestra Sinfônica Jovem de Goiás
- Feira do Livro Infantil
- Usina da Leitura
- Cine Endesa Fortaleza
- Revelando Talentos
- Banda de Caucaia
- Lanterna da Leitura
- Feira do Livro de São Luiz Gonzaga
- Criança Feliz – Dia da Cidadania

Educação

- Instituto Novo Goiás (Ingo)
- Usina da Leitura
- Baú de Leitura
- Consciência Ampla Futuro
- Consciência Ampla Saber
- SuperAção
- Construção da quadra de esportes Lar Escola



Práticas de cumprimento do Pacto Global

Princípios do Pacto Global

Objetivos do Milênio

Ações

Direitos do trabalho



- Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável
- Normas Éticas da Endesa S.A.
- Comissão de Ética
- Modelo de Gestão do Rendimento
- Canais confidenciais de denúncia de irregularidades e
- Projetos de Recursos Humanos direcionados à qualidade de vida, treinamento e saúde e segurança
- Certificação OHSAS 18001
- Índice de Parceria (Inpar) para acompanhamento da gestão de empresas parceiras
- Bom relacionamento com sindicatos
- Investimento em Fundos para a Infância e a Adolescência
- Parceria com a Fundação Abrinq
- Livros Superfilho

Saúde e qualidade de vida

- Programa Saber Viver
- Programa Bem-Viver
- Gestão Saúde
- Programa Nutrir
- Saúde em Linha
- Campanha de vacinação antigripe
- Semana Viva Mais
- Programa Equilíbrio

Meio ambiente



- Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável
- Normas Éticas da Endesa S.A.
- Inclusão de cláusulas referentes a meio ambiente nos contratos de fornecedores de materiais e serviços
- Controle de gestão ambiental de fornecedores
- Programa de reciclagem Ecoelce e EcoAmpla
- Projetos de P&D com foco em meio ambiente
- Espaço Endesa de Meio Ambiente e Cultura (Cachoeira Dourada)
- Origem certificada da madeira utilizada nas cruzetas
- Programa para melhorias de processos Deu Certo
- Comitê de Sustentabilidade
- Modelo de otimização para despacho hidrotérmico
- Projeto para geração de energia elétrica de fonte alternativa por correntes de marés



Práticas de cumprimento do Pacto Global

Princípios do Pacto Global

Objetivos do Milênio

Ações

Meio ambiente



Gestão ambiental

- Política ambiental
- Sistema de Gestão Ambiental
- Certificação ISO 14001
- Investimentos de R\$ 47,8 milhões em ações ambientais
- Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa
- Coleta seletiva
- Papa-lâmpadas
- Contas de energia e folheteria em papel reciclado
- Projetos de educação ambiental
- Veículos elétricos
- Programa de Eficiência Energética
- Revegetação de matas ciliares

Educação para o consumo consciente

- Consciência Ampla Futuro
- Consciência Ampla Saber
- Consciência SuperAção
- Consciência EcoAmpla
- Consciência Ampla Eficiente
- Troca Eficiente Coelce
- Programa Energia Social - Educar para Crescer

Anticorrupção



- Sete Compromissos para um Desenvolvimento Sustentável
- Normas Éticas da Endesa S.A.
- Missão, Visão e Valores
- Canal Ético
- Comissão de Ética
- Governança corporativa
- Auditoria externa para validação dos dados econômico-financeiros
- Auditoria interna
- Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção
- Oficina de Diálogos sobre Práticas Empresariais Anticorrupção
- Seminário Rio Unido Contra a Corrupção

Balanço Social Ibase

1 - Base de Cálculo	2010 Valor (Mil reais)			2009 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL) ⁽¹⁾	6.702.540			6.151.279		
Resultado operacional (RO) ⁽¹⁾	1.653.661			1.752.675		
Folha de pagamento bruta (FPB)	273.605			275.855		
2 - Indicadores sociais internos	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R\$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	15.576	5,69%	0,23%	15.752	5,71%	0,26%
Encargos sociais compulsórios	68.700	25,11%	1,02%	61.893	22,44%	1,01%
Previdência privada	13.892	5,08%	0,21%	11.154	4,04%	0,18%
Saúde	22.360	8,17%	0,33%	20.841	7,56%	0,34%
Segurança e saúde no trabalho	1.759	0,64%	0,03%	1.787	0,65%	0,03%
Educação	587	0,21%	0,01%	437	0,16%	0,01%
Cultura	983	0,36%	0,01%	964	0,35%	0,02%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.077	2,22%	0,09%	5.443	1,97%	0,09%
Creches ou auxílio-creche	1.951	0,71%	0,03%	1.403	0,51%	0,02%
Participação nos lucros ou resultados	22.872	8,36%	0,34%	24.924	9,04%	0,41%
Outros	3.924	1,43%	0,06%	4.803	1,74%	0,08%
Total - Indicadores sociais internos	158.684	58,00%	2,37%	149.402	54,16%	2,43%
3 - Indicadores sociais externos	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil) (2)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	11.061	0,67%	0,17%	8.007	0,46%	0,13%
Cultura	17.243	1,04%	0,26%	12.497	0,71%	0,20%
Esporte	1.157	0,07%	0,02%	630	0,04%	0,01%
Outros	224.347	13,57%	3,35%	121.828	6,95%	1,98%
Total das contribuições para a sociedade	253.808	15,35%	3,79%	142.962	8,16%	2,32%
Tributos (excluídos encargos sociais)	3.255.321	198,86%	48,57%	3.061.234	174,66%	49,77%
Total - Indicadores sociais externos	3.509.129	212,20%	52,36%	3.204.196	182,82%	52,09%
4 - Indicadores ambientais	Valor (R\$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R\$ mil) (3)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	52.895	3,20%	0,79%	23.536	1,34%	0,38%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	33.359	2,02%	0,50%	20.050	1,14%	0,33%
Total dos investimentos em meio ambiente	86.254	5,22%	1,29%	43.586	2,49%	0,71%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 75% () cumpre de 0 a 50% (x) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2010			2009		
Nº de empregados(as) ao final do período	2.731			2.768		
Nº de admissões durante o período	200			164		
Nº de empregados(as) parceiros(as)	14.525			13.546		
Nº de estagiários(as)	390			359		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.106			999		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	660			641		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	27,4%			26,2%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	617			630		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	11,0%			10,7%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	65			59		



6- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2010	Meta 2011
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	44	44
Número total de acidentes de trabalho ⁽²⁾	376	ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentivar e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados <input type="checkbox"/> serão sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> apoiará <input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivar
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa NA; no Procon NA; na Justiça NA	na empresa NA; no Procon NA; na Justiça NA
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa NA; no Procon NA; na Justiça NA	na empresa NA; no Procon NA; na Justiça NA
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2010: 5.239.948	Em 2009: 4.896.777
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	62,1% governo / 5,3% colaboradores(as) / 9,7% acionistas / 11,8% terceiros / 11,1% retido	62,5% governo / 5,8% colaboradores(as) / 21,0% acionistas / 8,6% terceiros / 2,1% retido

7. Outras informações

⁽¹⁾ Dados de 2009 revistos em decorrência da introdução das normas internacionais de contabilidade (IFRS)

⁽²⁾ Considera empregados próprios e parceiros

Setor econômico: *Holding* de empresas de energia elétrica – UF – Sede: Rio de Janeiro – CNPJ: nº 07.523.555/0001-67 – Para esclarecimento sobre as informações declaradas: Viviane de Oliveira Martins - tel: (85) 3453-4632 - e-mail: vmartins@endesabr.com.br

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Sumário GRI |GRI 3.12|

ES	Indicador essencial
AD	Indicador adicional
SU	Indicador do suplemento setorial de energia
	Correlação com o Pacto Global

Nível de informação:

- **Informado totalmente**
- **Informado parcialmente**
- ✘ **Não informado**

		Princípio do Pacto Global	Nível de informação	Página / Comentário
ESTRATÉGIA E ANÁLISE				
1.1	Declaração sobre a relevância da sustentabilidade		•	12, 13
1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades		•	22-25, 71, 72
PERFIL ORGANIZACIONAL				
2.1	Nome da organização		•	5
2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços		•	6
2.3	Estrutura operacional		•	6
2.4	Localização da sede		•	5, 220
2.5	Número de países em que a organização opera		•	5
2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade		•	5
2.7	Mercados atendidos (regiões, setores e tipos de clientes/ beneficiários)		•	5
2.8	Porte da organização		•	4, 5
2.9	Principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referentes a porte, estrutura ou participação acionária		•	5
2.10	Prêmios recebidos no período coberto pelo relatório		•	8-10
EU1	Capacidade instalada (MW), por fonte de energia primária		•	106
EU2	Produção líquida de energia, por fonte de energia primária		•	106
EU3	Número de unidades residenciais, industriais, institucionais e comerciais		•	60
EU4	Comprimento de linhas de transmissão e distribuição		•	105, 106
EU5	Permissões de alocações de equivalentes de CO ₂		•	Não foram comercializadas
PERFIL DO RELATÓRIO				
3.1	Período coberto pelo relatório para as informações apresentadas		•	14
3.2	Data do relatório anterior mais recente		•	14
3.3	Ciclo de emissão de relatórios (anual, bienal)		•	14
3.4	Dados para contato		•	15
Escopo e limite do relatório				
3.5	Processo para definição do conteúdo		•	14
3.6	Limite do relatório (países, divisões, subsidiárias, fornecedores)		•	14
3.7	Declaração sobre quaisquer limitações específicas quanto ao escopo ou ao limite do relatório		•	14
3.8	Base para a elaboração do relatório no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, etc.		•	14
3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculos		•	14
3.10	Consequências de quaisquer reformulações de informações anteriores		•	14
3.11	Mudanças significativas em comparação com anos anteriores		•	14
3.12	Tabela que identifica a localização das informações no relatório		•	120
Verificação				
3.13	Política e prática atual relativa à busca de verificação externa para o relatório		•	14



GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO

Governança

4.1	Estrutura de governança	1 a 10	•	35-37
4.2	Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja diretor	1 a 10	•	36
4.3	Membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança	1 a 10	•	36
4.4	Mecanismos para que acionistas e empregados façam recomendações	1 a 10	•	36
4.5	Relação entre remuneração e o desempenho	1 a 10	•	37
4.6	Processos em vigor para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	1 a 10	•	36
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos conselheiros	1 a 10	•	36
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação	1 a 10	•	7, 38
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios	1 a 10	•	37
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social	1 a 10	•	Não há ainda processo estruturado

Compromissos com iniciativas externas

4.11	Princípio da precaução	7	•	24
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas externas subscritas ou endossadas		•	26, 27
4.13	Participação em associações e/ou organismos nacionais/ internacionais		•	28

Engajamento dos stakeholders

4.14	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização.		•	29, 30, 31
4.15	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar		•	29
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i>		•	29, 30, 31
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i>		•	16, 30, 31

FORMA DE GESTÃO

Nível de informação

Página / Comentário

	DESEMPENHO ECONÔMICO		•	23, 45, 48, 69-70, 79, 84, 91, 98, 105-106, 113
	Desempenho econômico		•	48, 70, 84, 113
	Presença no mercado		•	45, 48, 55
	Impactos econômicos indiretos		•	69, 79, 91
	Disponibilidade e confiabilidade		•	23
EU6	Gestão para assegurar disponibilidade e confiabilidade do fornecimento		•	23
	Gerenciamento pelo lado da demanda		•	93
EU7	Programas de gerenciamento de consumo		•	93
	Eficiência do sistema		•	23, 105, 106
	Pesquisa e desenvolvimento		•	98
EU8	Atividades e despesas de P&D		•	98
	Descomissionamento de usinas		•	As fontes de geração são hidráulica e térmica
EU9	Provisão para descomissionamento de usinas nucleares		•	
	DESEMPENHO AMBIENTAL		•	18-22, 24, 83, 84, 86-93
	Materiais		•	88, 89
	Energia		•	86, 87, 93
	Água		•	87, 88
	Biodiversidade		•	84, 91, 92
	Emissões, efluentes e resíduos		•	85, 86, 90



	Produtos e serviços	•	84
	Conformidade	•	38
	Transporte	•	83
	Geral	•	83
	PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	•	18-22, 42-47, 51-55
	Emprego	•	43-47, 53, 56
EU14	Programas e processos que asseguram a oferta de mão de obra qualificada	•	51
EU15	Porcentagem de empregados com direito a aposentadoria nos próximos 5 e 10 anos, discriminada por categoria funcional e região	•	47
EU16	Políticas e exigências referentes a saúde e segurança de empregados e de trabalhadores parceiros e subcontratados	•	53
	Relações entre os trabalhadores e a governança	•	55
	Saúde e segurança no trabalho	•	52-55
	Treinamento e educação	•	42, 47, 50, 51
	Diversidade e igualdade de oportunidades	•	42, 43, 48
	DIREITOS HUMANOS	•	27, 38, 39, 55, 56
	Práticas de investimento e de processos de compra	•	56
	Não discriminação	•	27
	Liberdade de associação e negociação coletiva	•	55, 56
	Trabalho infantil	•	27, 56
	Trabalho forçado ou análogo ao escravo	•	27, 56
	Práticas de segurança	•	27
	Direitos indígenas	•	Não são registrados conflitos
	SOCIEDADE	•	24, 28, 38, 39, 69, 71, 72
	Comunidade	•	69, 71, 72
EU19	Participação de stakeholders em decisões de planejamento energético e infraestrutura	•	72
EU20	Abordagem para gestão de impactos de deslocamento	•	72
	Corrupção	•	38, 39
	Políticas públicas	•	28
	Concorrência desleal	•	38, 39
	Conformidade	•	38
	Prevenção e preparação para emergências e desastres	•	24
EU21	Medidas e planos de contingência para desastres/emergências	•	24
	RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO	•	18-22, 23, 60-63, 66, 73, 74
	Saúde e segurança do cliente	•	66
	Rotulagem de produtos e serviços	•	62
	Comunicações de marketing	•	62
	Privacidade do cliente	•	60
	Conformidade	•	38
	Acesso	•	73, 74
EU23	Programas para melhorar ou manter o acesso à eletricidade	•	73, 74
	Prestação de informações	•	62
EU24	Práticas para lidar com barreiras de acesso (escolaridade, necessidades especiais, etc.)	•	62



INDICADORES DE DESEMPENHO			Princípio do Pacto Global	Nível de informação	Página / Comentário
DESEMPENHO ECONÔMICO					
Desempenho econômico					
ES	EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído (DVA)		•	113, 114
ES	EC2	Implicações financeiras, riscos e oportunidades de mudanças climáticas	7	•	84, 85
ES	EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido		•	48, 210
ES	EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo		•	70, 73
Presença no mercado					
AD	EC5	Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local	1	•	48
ES	EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais		•	55
ES	EC7	Procedimentos para contratação local	6	•	45
Impactos econômicos indiretos					
ES	EC8	Investimentos em infraestrutura e serviços na comunidade		•	69, 70
AD	EC9	Impactos econômicos indiretos significativos		•	79, 91
Disponibilidade e confiabilidade					
SU	EU10	Capacidade planejada em comparação à projeção de demanda de energia		•	20, 104
Eficiência do sistema					
SU	EU11	Eficiência média de geração de usinas termelétricas		•	106
SU	EU12	Perdas de transmissão e distribuição em relação ao total de energia		•	105, 106
DESEMPENHO AMBIENTAL					
Materiais					
ES	EN1	Materiais usados por peso ou volume	8	•	89
ES	EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	8, 9	•	88
Energia					
ES	EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	8	•	86, 87
ES	EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	8	•	86, 87
AD	EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	8, 9	•	Não houve economia
AD	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia		•	93, 94
AD	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	8, 9	•	86
Água					
ES	EN8	Total de retirada de água por fonte	8	•	88
AD	EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água		•	87
AD	EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada		•	88
Biodiversidade					
ES	EN11	Localização e tamanho da área da empresa em áreas protegidas ou alta biodiversidade	8	•	91, 92
ES	EN12	Descrição de impactos significativos sobre a biodiversidade	8	•	84, 91
SU	EU13	Biodiversidade de <i>habitats</i> de substituição	0	•	91
AD	EN13	Habitats protegidos ou restaurados		•	91
AD	EN14	Gestão de impactos na biodiversidade		•	92
AD	EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação		•	92



Emissões, efluentes e resíduos

ES	EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso	8	•	85, 86
ES	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso	8	•	85, 86
ES	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	7, 8, 9	•	86
ES	EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	8	•	86
ES	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	8	•	86
ES	EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	8	•	90
ES	EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	8	•	90
ES	EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	8	•	Não foram registrados
AD	EN24	Peso de resíduos perigosos transportados, importados, exportados ou tratados		•	90
AD	EN25	Biodiversidade de corpos d'água e habitats afetados por descartes de água e drenagem		•	Não ocorrem descartes significativos

Produtos e serviços

ES	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	7, 8, 9	•	84
ES	EN27	Percentual recuperado de produtos e suas embalagens	8, 9	•	Não há embalagem em geração, transmissão e distribuição de energia

Conformidade

ES	EN28	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais	8	•	94
----	------	--	---	---	----

Transporte

AD	EN29	Impactos ambientais do transporte de produtos, bens e materiais e trabalhadores		•	Não são significativos
----	------	---	--	---	------------------------

Geral

AD	EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	7, 8, 9	•	83
----	------	---	---------	---	----

PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE

Emprego

ES	LA1	Trabalhadores por tipo de emprego contrato de trabalho e região		•	43, 44
ES	LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região	6	•	45, 46
SU	EU17	Dias trabalhados por parceiros (atividades de construção, operação e manutenção)		•	56
SU	EU18	Treinamento em saúde e segurança de trabalhadores parceiros e subcontratados		•	53
AD	LA3	Benefícios que não são oferecidos a empregados temporários ou de meio período		•	47

Relações entre os trabalhadores e a governança

ES	LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	1, 3	•	55
ES	LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais	3	•	55

Saúde e segurança no trabalho

AD	LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde	1	•	52
ES	LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	1	•	53
ES	LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco	1	•	53, 54
AD	LA9	Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	1	•	55



Treinamento e educação

ES	LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, por categoria funcional	6	•	50
AD	LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua e fim da carreira		•	47, 51
AD	LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho		•	42

Diversidade e igualdade de oportunidades

ES	LA13	Responsáveis pela governança e empregados por gênero, faixa etária, minorias	1, 6	•	36, 37, 43, 44
ES	LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional	1, 6	•	48

DIREITOS HUMANOS

Práticas de investimento e de processos de compra

ES	HR1	Contratos de investimentos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos	1 a 6	•	56
ES	HR2	Fornecedores submetidos a avaliações direitos humanos	1 a 6	•	56
AD	HR3	Treinamento para empregados em direitos humanos	1	•	Não há programas formais de treinamento em direitos humanos

Não discriminação

ES	HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	1, 2, 6	•	Não foram registrados
		Liberdade de associação e negociação coletiva			
ES	HR5	Operações com risco ao direito de exercer a liberdade de associação	1, 2, 3	•	55, 56
		Trabalho infantil			
ES	HR6	Operações com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	1, 2, 5	•	56
		Trabalho forçado ou análogo ao escravo			
ES	HR7	Operações identificadas com risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo	1, 2, 4	•	56

Práticas de segurança

AD	HR8	Pessoal de segurança treinado em direitos humanos	1	•	Não há programas formais de treinamento em direitos humanos
		Direitos indígenas			
AD	HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	1	•	Não foram registrados

SOCIEDADE

Comunidade

ES	SO1	Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades		•	69, 71, 72
SU	EU22	Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização		•	72

Corrupção

ES	SO2	Unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	10	•	39
ES	SO3	Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção	10	•	38
ES	SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	10	•	39



Políticas públicas

ES	SO5	Posições e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i>	1 a 10	•	28
AD	SO6	Contribuições para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas	10	•	Como concessionária de serviço público, não é permitido que estabeleça vínculos partidários de qualquer origem e tampouco ofereça, em negociações, vantagens a agentes do governo

Concorrência desleal

AD	SO7	Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio		•	Não foram registradas
----	-----	--	--	---	-----------------------

Conformidade

ES	SO8	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos		•	114
----	-----	---	--	---	-----

RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO

Saúde e segurança do cliente

ES	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que são avaliados impactos de saúde e segurança	1	•	66
AD	PR2	Conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos à saúde e segurança		•	Não foram registrados
SU	EU25	Acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa		•	66

Rotulagem de produtos e serviços

ES	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem	8	•	62
AD	PR4	Casos de não conformidade relacionados a informações e rotulagem		•	Não foram registrados
AD	PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas		•	63, 64

Comunicações de marketing

ES	PR6	Adesão às leis, normas e códigos voluntários de comunicações de marketing		•	62
AD	PR7	Casos de não conformidade com comunicações de marketing		•	Não foram registrados

Privacidade do cliente

AD	PR8	Reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes		•	Não foram registrados
----	-----	--	--	---	-----------------------

Conformidade

ES	PR9	Multas por não conformidade no fornecimento e uso de produtos e serviços		•	64, 65
----	-----	--	--	---	--------

Acesso

SU	EU26	População não atendida em áreas com distribuição ou serviço regulamentados		•	73
SU	EU27	Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento		•	63
SU	EU28	Frequência das interrupções no fornecimento de energia		•	61
SU	EU29	Duração média das interrupções no fornecimento de energia		•	61, 62
SU	EU30	Fator de disponibilidade média das usinas de geração		•	106

Demonstrações financeiras

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Endesa Brasil S.A.**
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Endesa Brasil ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 1, a Companhia está discutindo com os Órgãos Reguladores a alteração de suas atividades de “comercializadora” para “transmissora”, com o objetivo de obter uma Receita Anual Permitida (RAP).

Rio de Janeiro 26 de abril de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC- nº 2SP 011.609/O-8-“F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 65.976/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)	31/12/2010	31/12/2009 (Reapresentado)	01/01/2009 (Reapresentado)
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4	275.213	174.057	162.118	508.163	811.882	819.048
Outros ativos financeiros	5	356.258	3.351	5.745	594.895	387.362	289.417
Consumidores, concessionários e permissionários	6	-	-	-	1.121.937	1.160.413	1.081.896
Tributos a compensar	7	11.614	8.892	12.882	163.031	195.788	210.578
Dividendos a receber	14	62.024	59.113	56.553	-	-	-
Cauções e depósitos	8	-	-	-	40.666	22.277	25.341
Energia livre	9	-	-	-	3.181	4.141	54.463
Partes relacionadas	24	-	-	-	9	1.598	443
Créditos luz para todos	17	-	-	-	13.837	88.345	181.547
Outros créditos	13	6.393	4.863	4.359	256.190	241.751	169.542
Total do ativo circulante		711.502	250.276	241.657	2.701.909	2.913.557	2.832.275
NÃO CIRCULANTE							
Consumidores, concessionários e permissionários	6	-	-	-	128.921	143.647	161.620
Tributos a compensar	7	22.898	27.114	25.855	202.973	207.723	172.253
Depósitos vinculados a litígios	10	-	-	-	278.853	292.571	259.962
Cauções e depósitos	8	-	-	-	83.843	95.842	80.784
Tributos diferidos	11	-	-	-	667.757	615.097	716.509
Benefício fiscal - ágio incorporado	12	-	-	-	105.032	117.569	131.267
Partes relacionadas	24	283.447	452.720	481.133	89.558	77.176	80.746
Ativo indenizável (concessão)	15	-	-	-	527.794	351.445	264.111
Outros créditos	13	-	-	-	19.622	8.732	7.131
Investimentos	14	3.594.866	3.624.972	3.502.002	-	-	-
Imobilizado	16	6.323	6.745	5.896	2.241.281	2.401.798	2.537.081
Intangível	17	-	-	-	4.649.232	4.318.631	4.099.164
Total do ativo não circulante		3.907.534	4.111.551	4.014.886	8.994.866	8.630.231	8.510.628
TOTAL DOS ATIVOS		4.619.036	4.361.827	4.256.543	11.696.775	11.543.788	11.342.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(valores expressos em milhares de reais)

PASSIVOS	Nota explicativa	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
CIRCULANTE							
Fornecedores	18	13.859	13.182	12.866	638.868	489.631	451.787
Encargos de dívidas	19	-	-	-	19.304	16.283	44.007
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	618.753	502.710	645.671
Debêntures	20	-	-	-	302.110	170.386	34.508
Folha de pagamento		1.827	1.489	388	56.990	49.765	38.579
Tributos a pagar	22	5.808	2.941	4.804	248.623	159.830	133.506
Taxas regulamentares	23	-	-	-	61.437	36.077	41.410
Dividendos a pagar		169.072	162.395	104.690	229.906	221.986	168.140
Contribuição de iluminação pública arrecadada	-	-	-	15.638	53.272	52.907	-
Obrigações com benefícios pós emprego	30	-	-	-	10.752	10.142	11.023
Parcelamento especial	22	-	-	-	62.586	34.943	31.494
Partes relacionadas	24	1.175	762	28.608	107.234	106.862	56.840
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	25	-	-	-	135.625	70.713	82.792
Energia livre	9	-	-	-	5.671	5.580	16.147
Provisões luz para todos	-	-	-	12.452	16.406	-	-
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	-	-	-	140.793	106.843	773
Obrigações com o IFC - capital	28	184.065	190.355	-	184.065	190.355	-
Outras obrigações	27	-	-	-	44.530	60.796	60.946
Total do passivo circulante		375.806	371.124	151.356	2.895.337	2.302.580	1.870.530
					4.304	2.595	150
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	18	-	-	-	4.304	2.595	150
Empréstimos e financiamentos	19	-	-	-	1.107.715	1.628.197	1.993.865
Debêntures	20	-	-	-	606.091	858.448	505.846
Tributos a pagar	22	-	-	-	6.182	26.720	8.421
Tributos diferidos	11	-	-	-	154.001	130.226	120.188
Obrigações com benefícios pós-emprego	30	-	-	-	392.097	271.657	266.971
Partes relacionadas	24	424	549	427	126.500	132.427	194.653
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	25	-	-	-	12.287	52.401	40.075
Parcelamento especial	22	-	-	-	75.090	87.184	113.128
Energia livre	9	-	-	-	15.877	15.877	22.196
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	-	-	-	522.329	574.113	711.981
Provisões luz para todos	-	-	-	-	-	5.257	-
Obrigações com o IFC - capital	28	-	-	170.714	-	-	170.714
Outras obrigações	27	-	-	-	31.363	93.171	97.038
Total do passivo não circulante		424	549	171.141	3.053.836	3.873.016	4.250.483
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		916.879	916.879	916.879	916.879	916.879	916.879
Ações resgatáveis		(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Reserva de capital		2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370
Reserva de lucros		91.818	56.226	336.096	91.818	56.226	336.096
Ajustes de avaliação patrimonial		333.581	368.553	406.641	333.581	368.553	406.641
Prejuízos acumulados		-	(21.772)	(118.915)	-	(21.772)	(118.915)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		507.183	276.923	-	507.183	276.923	-
Atribuível aos acionistas da empresa controladora		4.242.806	3.990.154	3.934.046	4.242.806	3.990.154	3.934.046
Participações do Grupo Endesa, em controladas, ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A		-	-	-	799.330	770.401	739.624
Atribuível aos acionistas não controladores		705.466	607.637	548.220	-	-	-
Total do patrimônio líquido		4.242.806	3.990.154	3.934.046	5.747.602	5.368.192	5.221.890
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.619.036	4.361.827	4.256.543	11.696.775	11.543.788	11.342.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA LÍQUIDA	32	-	-	6.702.540	6.151.279
CUSTO DO SERVIÇO	33	-	-	(4.531.208)	(3.886.650)
LUCRO BRUTO		-	-	2.171.332	2.264.629
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	33	-	-	(196.206)	(85.238)
Despesas gerais e administrativas	33	(27.203)	(25.534)	(250.312)	(330.573)
Amortização e reversão de ágio oriundo da incorporação	33	-	-	(32.253)	(35.240)
Resultado de equivalência patrimonial	14	714.746	735.394	-	-
Outras despesas operacionais	33	-	-	(38.900)	(60.903)
Total despesas operacionais		687.543	709.860	(517.671)	(511.954)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		687.543	709.860	1.653.661	1.752.675
RESULTADO FINANCEIRO					
Receita financeira	34	78.679	97.668	389.649	365.520
Despesa financeira	34	(3.502)	(22.967)	(643.366)	(590.909)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		762.720	784.561	1.399.944	1.527.286
Corrente	31	(15.239)	(21.246)	(292.438)	(267.488)
Diferido	11	-	-	(22.073)	(131.180)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		747.481	763.315	1.085.433	1.128.618
LUCRO ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				868.696	933.393
Participações não controladoras				216.737	195.225

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADO ABRANGENTES PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		747.481	763.315	1.085.433	1.128.618
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Perda atuarial em controlada indireta		73.655	10.936	(156.857)	(23.238)
Tributos diferidos em controlada indireta		(25.043)	(3.718)	53.331	7.901
Ajuste acumulado de conversão	14	(259)	(3.375)	(259)	(3.375)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		795.834	767.158	981.648	1.109.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de capital											Total		
	Reservas de Lucros							Patrimônio líquido atribuível aos:						
	Nota Explicativa	Capital Social	Ações resgatáveis no futuro	Remuneração Ágio na emissão de ações	Reserva legal	Estatutária reforço de capital de giro	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Acionistas Endesa Brasil		Demais acionista Grupo Endesa controladoras	Acionistas não controladoras
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009 (reapresentado)		916.879	(111.025)	2.504.370	22.039	314.057	-	406.641	(118.915)	-	3.934.046	739.624	548.220	5.221.890
Reversão de dividendos prescritos em controladas		-	-	-	-	-	-	-	70	-	70	-	-	70
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	(34.713)	34.713	-	-	-	-	-
Aprovação de dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.961)	(82.865)	(94.826)	-
Dividendos propostos de reservas	28	-	-	-	-	(314.057)	-	-	-	(314.057)	(104.722)	(19.200)	(437.979)	-
Dividendos intermediários	28	-	-	-	-	-	-	-	(210.240)	-	(210.240)	-	(210.240)	-
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	30	-	-	-	-	-	(7.218)	-	-	-	(7.218)	(5.999)	(2.120)	(15.337)
Transferência para lucros acumulados		-	-	-	-	-	7.218	-	(7.218)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	753.315	-	753.315	180.078	195.225	1.128.618
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:														
Reserva legal	28	-	-	-	34.187	-	-	-	(34.187)	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	28	-	-	-	-	-	-	-	(162.387)	-	(162.387)	(26.619)	(31.623)	(220.629)
Dividendos adicionais	28	-	-	-	-	-	-	-	(276.923)	276.923	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	-	(3.375)	-	-	(3.375)	-	-	(3.375)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 (reapresentado)		916.879	(111.025)	2.504.370	56.226	-	-	368.553	(21.772)	276.923	3.990.154	770.401	607.637	5.368.192
Reversão de dividendos prescritos em controladas		-	-	-	-	-	-	-	26	-	26	-	-	26
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	(34.713)	34.713	-	-	-	-	-
Aprovação de dividendos propostos	28	-	-	-	-	-	-	-	(276.923)	(276.923)	(29.637)	(66.638)	(373.198)	-
Dividendos intercalares		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(655)	(655)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	747.481	-	747.481	121.215	216.741	1.085.437
Perda atuarial em fundo de pensão de controlada	30	-	-	-	-	-	(48.612)	-	-	-	(48.612)	(44.356)	(10.558)	(103.526)
Transferência para lucros acumulados		-	-	-	-	-	48.612	-	(48.612)	-	-	-	-	-
Proposta da administração para destinação do lucro líquido:														
Reserva legal	28	-	-	-	35.592	-	-	-	(35.592)	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	28	-	-	-	-	-	-	-	(169.061)	-	(169.061)	(18.293)	(41.061)	(228.415)
Dividendos adicionais	28	-	-	-	-	-	-	-	(507.183)	507.183	-	-	-	-
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	-	(259)	-	-	(259)	-	-	(259)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		916.879	(111.025)	2.504.370	91.818	-	-	333.581	-	507.183	4.242.806	799.330	705.466	5.747.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2010	31/12/2009 (Reapresentado)	31/12/2010	31/12/2009 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		747.481	763.315	1.085.433	1.128.618
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com os recursos provenientes de atividades operacionais:					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - clientes	33	-	-	164.796	44.066
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - outros créditos	33	-	-	(115)	809
Amortização e depreciação	33	1.057	943	541.121	458.429
Equivalência patrimonial	14	(714.746)	(735.394)	-	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		3.502	22.967	389.321	409.918
Baixas de intangível em serviço e de ativo financeiro	19 e 20	-	-	11.930	12.256
Receita ativo indenizável	33	-	-	(31.634)	913
Tributos e contribuições social diferidos	11	-	-	22.072	131.180
Provisões (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	26	-	-	51.458	20.114
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	33	-	-	32.253	35.240
Benefício fiscal ágio incorporado	31	-	-	12.537	13.698
Provisão (Reversão) Luz para Todos		-	-	(5.685)	9.418
Recuperação de despesas risco regulatório	26	-	-	-	(109.896)
Fundo de pensão		-	-	3.309	40.445
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Consumidores, concessionários e permissionários		-	-	(116.325)	(85.638)
Serviços em curso		-	-	(9.369)	(2.137)
Partes relacionadas		-	-	1.598	(1.132)
Tributos a compensar		1.494	2.731	37.507	(20.680)
Estoques		-	-	825	(974)
Dividendos recebidos		-	693.070	603.222	-
Créditos luz para todos	17	-	-	74.508	93.202
Outros		(5.006)	(890)	(6.143)	8.258
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		677	316	(46.976)	(36.652)
Folha de pagamento		338	1.101	6.483	8.413
Tributos a pagar		2.867	(1.863)	141.212	85.399
Taxas regulamentares		-	-	25.360	(5.333)
Partes relacionadas		288	-	(49.023)	13.857
Obrigações com benefícios pós emprego		-	-	(34.664)	(44.369)
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	24.798	247
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	27	-	-	(129.537)	(80.884)
Outros		-	-	(90.637)	(29.468)
Pagamento imposto de renda e contribuição social		-	-	(60.238)	(57.632)
Pagamentos de juros de empréstimos, financiamentos e mútos		-	-	(213.994)	(303.481)
Pagamentos de juros de debêntures	20	-	-	(95.340)	(61.973)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		731.022	656.448	1.736.841	1.674.231
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Empréstimos de mútuos concedidos		169.273	15.192	-	-
Investimentos		-	(3.600)	-	(3.600)
Aplicações no intangível		-	-	(627.748)	(539.367)
Aplicações no imobilizado		(635)	(1.792)	(47.185)	(52.886)
(Aplicações) resgate de aplicações financeiras		(352.907)	2.394	(207.533)	(97.945)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		(184.269)	12.194	(882.466)	(693.798)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Emissão de debêntures	20	-	-	-	495.603
Pagamento de debentures	20	-	-	(135.927)	-
Pagamento de parcelas de tributos	22	-	-	(30.328)	(26.810)
Captação de empréstimos e financiamentos	19	-	-	75.793	476.936
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(6.290)	(27.724)	(447.463)	(900.880)
Pagamento contrato de dívida Faelce		-	-	(10.636)	(14.928)
Pagamento de dividendos		(439.307)	(628.979)	(609.533)	(1.017.520)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(445.597)	(656.703)	(1.158.094)	(987.599)
		101.156	11.939	(303.719)	(7.166)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		174.057	162.118	811.882	819.048
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		275.213	174.057	508.163	811.882
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		101.156	11.939	(303.719)	(7.166)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Informações gerais

Contexto operacional

A Endesa Brasil S.A. ("Endesa Brasil" ou "Sociedade" ou "Grupo") tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins.

A Sociedade possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento:

a) Atividade de distribuição de energia elétrica

Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla")

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, que tem por objeto a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cuja concessão vigora até 09 de dezembro de 2026. A área de concessão da Ampla contempla 66 municípios e aproximadamente 2.317 mil consumidores (*). A Endesa Brasil possui participação direta de 46,89% na Ampla e mais 45,05% que pertencem a empresas controladas direta ou indiretamente pelo Grupo Endesa na Espanha.

Companhia Energética do Ceará S.A. ("Coelce")

A Companhia Energética do Ceará S.A. ("Coelce") é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária do serviço público de energia elétrica, cujo contrato de concessão é válido até 12 de maio de 2028. A área de concessão da Coelce abrange todo o Estado do Ceará e atendendo aproximadamente 2.856 mil* consumidores. A Endesa Brasil possui, entre participações diretas e indiretas, 47,92% do capital da Coelce.

b) Atividade de geração de energia elétrica

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. ("CDSA")

As Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. ("Endesa Cachoeira" ou "CDSA") é uma sociedade por ações de capital fechado, cuja concessão de geração de energia elétrica vigora até 12 de setembro de 2027, possuindo uma hidrelétrica no Estado de Goiás, com 658 MW(*) anual de potência instalada definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), fruto de cisão da Companhia Energética de Goiás (Celg). A Endesa Brasil detém participação direta de 99,61% na Endesa Cachoeira.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Companhia Geradora Térmica Fortaleza S.A. ("CGTF")

A Companhia Geradora Térmica Fortaleza ("Endesa Fortaleza" ou "CGTF") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de agosto de 2001. A

Companhia possui uma Termoelétrica no Estado do Ceará com capacidade instalada anual de 307 MW(*) definida pela Aneel, e está incluída no Programa Prioritário de Termoeletricidade ("PPT") do Governo Federal. A energia produzida pela Endesa Fortaleza é vendida à Coelce, com base em um contrato de *take or pay* de 20 anos, aprovado pela Aneel em agosto de 2001. A Endesa Fortaleza é controlada integral da Endesa Brasil.

Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia S.A.

Em 30 de setembro de 2009, a Sociedade concluiu a aquisição de 99,95% do capital acionário da Eólica Fazenda Nova pelo montante de R\$ 3.942. A investida está em fase pré-operacional e foi constituída para participar dos leilões de energia eólica. A eólica está situada no Estado do Rio Grande do Norte.

c) Atividades de transmissão e comercialização

Companhia de Interconexão Energética ("Cien")

A Companhia de Interconexão Energética ("Cien" ou Endesa "Cien") é uma sociedade anônima de capital fechado cuja atividade principal atual é a transmissão de energia entre o Brasil e a Argentina. A Endesa Cien é controlada integral da Endesa Brasil.

A controlada foi vencedora de concorrência internacional referente à Interligação Brasil-Argentina, sendo portanto autorizada a construir um sistema de interconexão de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina, composto de um sistema HVDC *back to back* de conversão de frequência, com capacidade de 1.100 MW(*), e linha de transmissão de energia elétrica entre a subestação de Rincón de Santa María (Argentina) e Itá (Brasil), e importar 1.000 MW(*) de energia elétrica procedente da Argentina pelo período de 20 anos.

Em 13 de dezembro de 1999, foi firmado um contrato para a venda de energia elétrica de 800 MW com a Copel Distribuição S.A. e, em consequência, iniciou-se a construção de um segundo sistema de interconexão com as mesmas características e capacidade do primeiro sistema, iniciando suas operações em maio de 2002.

A controlada detém sistema de transmissão de interconexão internacional através de suas controladas integrais: Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A (CTM) e Transportadora de Energia S.A (Tesa), as quais têm como atividade fim a prestação do Serviço Público de Transporte de Energia Elétrica de Interconexão Internacional. O referido sistema tem início em Rincón Santa María, Província de Corrientes, e se estende por 125 quilômetros até Garabi, no Estado do Rio Grande do Sul, fixado no limite internacional do Rio Uruguai no Cruzamento Colônia Garabi, Província de Corrientes e Garabi, Brasil, onde entrega a energia elétrica a uma empresa brasileira, transmissora também, que continua com o transporte do produto ao longo de 375 quilômetros até à cidade de Itá, localizada no Estado de Santa Catarina, no Brasil.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Por razões contratuais para os contratos com Furnas e Tractebel, a Cien era obrigada a importar energia do mercado argentino, significando que não existia a possibilidade de comprar energia no mercado brasileiro para compensar a falta de entrega por parte da CEMSA, que alegaram razões de força maior decorrentes de mudanças na regulamentação da Argentina, que a obrigava a abastecer o mercado argentino em detrimento do brasileiro. É importante ressaltar que a ocorrência de força maior, embora exima a Cien da responsabilidade pelo não cumprimento das obrigações, permite a rescisão do contrato.

Os contratos de suprimento de 1000 MW de energia proveniente da Argentina, associados à linha 1, prevê a opção de compra dos ativos pelos compradores da energia, no caso de descumprimento do contrato pela Cien e com o exclusivo objeto de dar continuidade às importações. A controlada entende que a dita opção é inaplicável.

A controlada Cien está discutindo com os Órgãos Reguladores a alteração de suas atividades de “comercializadora” para “equiparada a transmissora”, com o objetivo de obter uma Receita Anual Permitida (RAP). Através da Portaria nº 1004, de 28/12/2010, emitida pelo Ministério de Minas e Energia, a Cien foi equiparada a uma concessionária de transmissão de energia, fazendo jus à Receita Anual Permitida – RAP. A evolução deste processo está descrito nos eventos subsequentes deste relatório.

d) Holdings

Ampla Investimentos e Serviços S.A.

A Ampla Investimentos e Serviços S.A. (“Ampla Investimentos”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 29 de dezembro de 2005 com o intuito de receber a parcela cindida do patrimônio líquido da Ampla não oriunda de sua atividade de distribuição de energia elétrica, por conta das determinações da Lei nº 10.848/04, que estabeleceu a obrigatoriedade de segregação das atividades de distribuição daquelas de geração, transmissão e outras.

A Endesa Brasil possui participação direta de 46,89% da Ampla Investimentos. Outros 45,05% pertencem a empresas controladas direta ou indiretamente pelo Grupo Endesa na Espanha.

A Ampla Investimentos atua como empresa *holding*, possuindo basicamente a participação societária de 36,43% no capital da Investluz S.A., transferida da Ampla. A Investluz S.A., por sua vez, possui 56,59% do capital da Coelce.

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

Investluz S.A.

A Investluz S.A. (“Investluz”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 5 de março de 1999, que tem como objeto social participar do capital da Coelce e em outras sociedades, no Brasil e no exterior. Atualmente, a Investluz detém participação no capital da Coelce em percentual de 56,59%. A Endesa Brasil possui participação direta na Investluz em percentual de 63,57%.

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. (“En-Brasil”) é uma sociedade anônima, constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

2. Principais políticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

2.2 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus

valores justos quando requerido nas normas.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Sociedade adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na Nota explicativa nº 3.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Controladora Endesa Brasil S.A., e os ativos, passivos e resultados das seguintes controladas em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009:

Controlada	Percentual de participação (%)	Direta	Indireta
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. – Endesa Fortaleza	100	100	-
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – Endesa Cachoeira	99,61	99,61	-
Ampla Energia e Serviços S.A. – Ampla	46,89	46,89	-
Companhia de Inteconexão Energética – Endesa Cien	100	100	-
Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. – CTM (**)	99,99	-	99,99
Transportadora de Energía S.A. – Tesa (**)	100	-	100
Investluz S.A.	80,67	63,57	17,10
Companhia Energética do Ceará S.A. – Coelce	47,92	2,27	45,65
Ampla Investimentos e Serviços S.A.	46,89	46,89	-
EM-Brasil Investimentos e Serviços - Prátil	99,99	99,99	-
Eólica Fazenda Nova S.A. – Fazenda Nova	99,95	99,95	-
Itaú – Trento (*)	100	18,91	81,09
Bradesco – Compostela (*)	100	1,24	98,75

(*) Fundo de investimento exclusivo da Endesa Brasil e suas controladas

(**) Investidas no exterior.

A Sociedade e suas controladas mantêm práticas contábeis uniformes. Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Endesa Brasil S.A.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Sociedade e controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável.

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas Controladas Coelce e Ampla Energia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.5.1 Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.5.2 Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

As controladas Coelce e Ampla Energia contabilizam receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim das Controladas Coelce e Ampla Energia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Sociedade e suas controladas terceirizam a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.5.3 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Sociedade ou suas controladas forem parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.6.1 Ativo financeiro

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual, ou um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (os mantidos para negociação e os designados assim no reconhecimento inicial); ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes (consumidores concessionários permissionários), concessão de serviço público (ativo indenizável), cauções e instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de hedge.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

b) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Sociedade e suas controladas tiverem manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

c) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive caixa e equivalentes de caixa, Consumidores, concessionários e

permissionários e outros) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

e) Baixa de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Sociedade e suas controladas transferiram os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (i) A Sociedade e suas controladas transferiram substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) A Sociedade e suas controladas não transferiram nem retiveram substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

2.6.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com baixo risco de variação no seu valor. Estão registrados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento financeiro. Os juros e atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação do valor justo são reconhecidos no resultado quando incorrido.

2.6.1.2 Consumidores, concessionários e permissionários

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada, disponibilização da rede de transmissão de energia elétrica e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência e são demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.6.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

Para as distribuidoras é calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração das Controladas Coelce e Ampla Energia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

2.6.1.4 Provisão para redução ao provável valor recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada data de balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.6.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.6.2.1. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Sociedade e suas controladas, e quando as informações a respeito da S e suas controladas forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro sendo incluídos na demonstração do resultado.

2.6.2.2. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.6.2.3. Baixa de passivos financeiros

A Sociedade e suas controladas baixam passivos financeiros somente quando as obrigações da Sociedade e suas controladas são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.6.2.4. Instrumentos financeiros derivativo

As controladas Coelce, Ampla Energia e Endesa Fortaleza possuem instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua carteira de investimentos de fundos exclusivos utilizando contratos futuros de taxa de juros. A Nota explicativa nº 22 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos. O montante desses contratos futuros em 31 de dezembro de 2010 na controladora é de R\$ 65.303 e no consolidado é de R\$ 70.147.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

2.7 Ativo indenizável (concessão)

Referem-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que no entendimento das Controladas Coelce e Ampla Energia assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente (Aneel). Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Coelce e a Ampla Energia pelos investimentos efetuados em infra-estrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a Coelce e a Ampla Energia utilizam a premissa de que o valor da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro e cinco anos para Coelce e Ampla Energia respectivamente considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes dessa infraestrutura (ativo físico).

A remuneração desse ativo financeiro é baseada no WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, cujo montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente. Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para a negociação desse ativo financeiro, a Coelce e Ampla Energia mensuram o seu valor justo utilizando os mesmos componentes que da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela Aneel (WACC Regulatório).

Esses componentes atualizados na data do balanço determinam a nova taxa de juros utilizada pela Coelce e Ampla Energia para trazer a valor presente os fluxos de caixa fixos estabelecidos na última revisão tarifária e previstos até a próxima revisão em 2011.

Devido a natureza deste ativo financeiro, a Coelce e a Ampla Energia entendem que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela Aneel leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

2.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são registrados e avaliados com base no método de equivalência patrimonial reconhecida no resultado como receita ou despesa operacional, utilizando as demonstrações financeiras das controladas elaboradas na mesma data, com base em práticas contábeis consistentes com as práticas contábeis da Sociedade.

2.9 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O processo de avaliação dos ativos de acordo com as regras do CPC e IFRS na data de transição foi realizado através da segregação em dois grupos:

- Ativos avaliados pelo custo atribuído na data de transição: modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço a longa data em que não seja possível a reconstrução da formação de seu custo ou em que o custo associado a este levantamento não traga um benefício para a apresentação destas demonstrações financeiras. Desta forma, o custo destes ativos imobilizados na data de transição foi determinado de acordo com o seu respectivo valor de mercado ("custo atribuído") e os valores reavaliados estão sendo apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

- Ativos avaliados pelo custo histórico: modelo adotado pela Sociedade para ativos construídos em que a base de formação do custo é comprovada e que os valores a custos históricos estejam próximos de seus respectivos valores de mercado. Para estes casos, as controladas procederam análise de modo a assegurar que a composição do custo esteja em consonância com as atuais práticas contábeis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

2.10 Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o CPC 04 – Ativos Intangíveis, o ICPC 01 – Contratos de Concessão e o OCPC05 – Contratos de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O ágio registrado no Balanço Patrimonial da Controlada Investluz tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada Coelce, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 dezembro de 2027.

O ativo intangível adquirido separadamente é reconhecido pelo custo, menos a amortização acumulada e as perdas acumuladas por redução no valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear ao longo da vida útil estimada do intangível. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

2.11 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes

No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil dos seus ativos não circulantes para determinar se há alguma indicação de que esse ativo sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Nos balanços apresentados não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.12.1 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos cuja probabilidade de ocorrer é maior que a de não ocorrer, conforme critério estabelecido pelo CPC 25 (provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

2.13 Tributação

2.13.1 Impostos correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as subsidiárias da Sociedade operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias.

As controladas Coelce e Endesa Fortaleza gozam de incentivos fiscais com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2013 para Endesa Fortaleza. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal", no grupo de Reserva de lucros.

Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente,

a Sociedade e suas controladas adotam o Regime Tributário de Transição – RTT, que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

2.13.2 Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultado preparados pela Administração.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

2.14 Taxas regulamentares

As controladas Coelce e Ampla Energia, por atuarem em um setor regulado, estão sujeitas ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais são:

2.14.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, calculadas à base de 2,5% sobre o imobilizado (conforme definido pela Aneel), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da Aneel.

2.14.2 Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

2.14.3 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas

atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela Aneel.

2.14.4 Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela Aneel para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.14.5 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela Aneel, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.14.6 Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.15 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.16 Participação nos resultados

A Sociedade reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

2.17 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, os quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Sociedade estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual sejam distribuídos a título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Sociedade registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

2.18 Obrigações com benefícios pós-emprego

As controladas Coelce e Ampla Energia possuem plano de benefício a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota explicativa nº 30.

2.19 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Sociedade e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações contábeis estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade e suas controladas reconhecem ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Sociedade e suas controladas revisam regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa nº 26. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis mais do que não e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis.

c) Obrigações com benefício pós-emprego

O valor atual do plano de benefício pós-emprego depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e outras, as quais estão divulgadas na Nota explicativa nº 30. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

d) Ativo indenizável (concessão)

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na Nota explicativa nº 16 e item 3 da nota de reconciliação.

e) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

Paras a atividade de distribuição é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável.

2.20 Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Sociedade e suas controladas

As seguintes normas e interpretações, novas e revisadas, não foram adotadas nestas demonstrações financeiras. A Administração prevê que elas serão adotadas no período que se iniciará em 1º de janeiro de 2011. A Administração ainda não teve a oportunidade de avaliar o possível impacto da adoção dessas alterações.

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
Alterações no IAS 24 - Divulgação de Partes Relacionadas (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011)	Alteram a definição de parte relacionada e modificam certas exigências de divulgação de partes relacionadas para entidades governamentais.
Alterações no IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2013)	O IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um processo mais amplo para substituir o IAS 39. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A orientação do IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável. Não há necessidade de reapresentar os períodos anteriores caso a entidade adote a norma para exercícios iniciados antes de 1º de janeiro de 2012.
Alterações do IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações (no contexto das Melhorias do IFRS emitidas em 2010)	As alterações do IFRS 7 esclarecem o nível exigido de divulgações sobre risco de crédito e garantias mantidas, reduzindo as divulgações anteriormente exigidas sobre empréstimos renegociados.
Alterações do IFRS 7 - Divulgações: Transferência de Ativos Financeiros (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011)	Dá ênfase à interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados a instrumentos financeiros.
Alteração do IFRIC 14, IAS 19 - O Limite de um ativo de benefício definido, requisitos de fundamento mínimo e sua interação (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011)	Retira as consequências não intencionais do tratamento de antecipações em que existe uma exigência de financiamento mínimo. Resulta em antecipações de contribuições sendo reconhecidas, em certas circunstâncias, como ativo e não como despesa.
Alteração do IAS 32, "Instrumentos financeiros: Apresentação - Classificação de emissões de direitos" (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de fevereiro de 2010)	O IASB alterou o IAS 32 para permitir que direitos, opções ou bônus de subscrição para adquirir um número fixo de instrumentos de capital da própria entidade por um valor fixo de qualquer moeda sejam classificados como instrumentos de capital desde que a entidade ofereça direitos, opções ou bônus de subscrição proporcionais a todos os detentores da mesma classe de instrumentos de capital não derivativos.

IFRIC 19, "Extinção de passivos financeiros com instrumentos de capital" (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010)	Esclarece os requisitos do IFRS quando uma entidade renegocia as condições de um passivo financeiro com o seu credor e o credor aceita as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar total ou parcialmente o passivo financeiro.
IAS 34, "Demonstrações financeiras intermediárias" (em vigor para exercícios iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2011)	Fornece orientações que ilustram como aplicar os princípios de divulgação da IAS 34 e acrescentar exigências de divulgação sobre: (a) as circunstâncias que podem afetar o valor justo de instrumentos financeiros e sua classificação; (b) transferências de instrumentos financeiros entre diferentes níveis de hierarquias de valor justo; (c) mudanças na classificação de ativos financeiros; e (d) mudanças em passivos e ativos contingentes.
IAS 12, Imposto de Renda, "Recuperação de tributos diferidos dos ativos subjacentes" (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012)	Prevê uma abordagem prática de mensuração de passivos e ativos fiscais diferidos quando o imóvel de investimento é avaliado pelo modelo de valor justo previsto no IAS 40 - Propriedade para Investimento. A Sociedade não espera que a sua adoção afete as suas demonstrações financeiras.
IAS 1, "Apresentação das demonstrações financeiras" (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011)	Esclarece que uma entidade deverá apresentar uma análise do outro resultado abrangente para cada componente do patrimônio líquido, seja na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou em notas explicativas.
IAS 27, "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" (em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2010)	Esclarece que o reflexo das alterações do IAS 27 no IAS 21, "O efeito das mudanças nas taxas de câmbio", no IAS 28, "Investimentos em coligadas" e no IAS 31, "Participações em joint ventures", aplica-se prospectivamente aos exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2009, ou anteriormente caso o IAS 27 seja aplicado antecipadamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* - Iasb, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

3. Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC

3.1 Efeitos da adoção das CPCs nas demonstrações financeiras

Aplicação dos CPCs

Na preparação das suas demonstrações financeiras a Sociedade e suas controladas adotaram todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Sociedade e suas controladas aplicaram as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Sociedade aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40, ajustando as suas demonstrações financeiras de tal forma que elas produzissem os mesmos valores de patrimônio líquido e resultado em relação conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

3.2 Conciliações para as práticas contábeis anteriores (BR GAAP anterior)

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil no balanço patrimonial

ATIVO	Referência para ajuste	Controladora				Consolidado			
		Publicado 01/01/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 01/01/2009	Publicado 01/01/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 01/01/2009
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa		162.118	-	-	162.118	819.048	-	-	819.048
Títulos e valores mobiliários		5.745	-	-	5.745	289.417	-	-	289.417
Consumidores, concessionários e permissionários	1	-	-	-	-	1.082.363	-	(467)	1.081.896
Tributos a compensar		12.882	-	-	12.882	210.578	-	-	210.578
Dividendos a receber	2	251.062	(194.509)	-	56.533	-	-	-	-
Cauções e depósitos		-	-	-	-	25.341	-	-	25.341
Energia livre	1	-	-	-	-	138.861	-	(84.398)	54.463
Tributos diferidos	7	-	-	-	-	102.042	(102.042)	-	-
Partes relacionadas		-	-	-	-	443	-	-	443
Créditos Luz para Todos		-	-	-	-	181.547	-	-	181.547
Outros créditos		4.359	-	-	4.359	255.469	-	(85.927)	169.542
Total do ativo circulante		436.166	(194.509)	-	241.657	3.105.109	(102.042)	(170.792)	2.832.275
NÃO CIRCULANTE									
Consumidores, concessionários e permissionários		-	-	-	-	161.620	-	-	161.620
Tributos a compensar		25.855	-	-	25.855	172.253	-	-	172.253
Depósitos vinculados a litígios	7	-	-	-	-	250.808	9.154	-	259.962
Cauções e depósitos		-	-	-	-	80.784	-	-	80.784
Tributos diferidos	6 e 7	-	-	-	-	474.641	102.042	139.826	716.509
Benefício fiscal – ágio incorporado		-	-	-	-	131.267	-	-	131.267
Partes relacionadas		481.133	-	-	481.133	80.746	-	-	80.746
Ativo indenizável (concessão)	3	-	-	-	-	-	-	264.111	264.111
Outros créditos		-	-	-	-	223.898	-	(216.884)	7.014
Investimentos	1, 2, 3 e 6	3.157.919	194.509	149.691	3.502.119	117	-	-	117
Imobilizado	3	5.779	-	-	5.779	6.218.935	-	(3.681.854)	2.537.081
Intangível	3	-	-	-	-	424.924	-	3.674.240	4.099.164
Total do ativo não circulante		3.670.686	194.509	149.691	4.104.886	8.219.993	111.196	179.439	8.510.628
Total do ativo		4.106.852	-	149.691	4.256.543	11.325.102	9.154	8.647	11.342.903

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Referência para ajuste	Controladora			Consolidado				
		Publicado 01/01/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 01/01/2009	Publicado 01/01/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 01/01/2009
CIRCULANTE									
Fornecedores		12.866	-	-	12.866	451.787	-	-	451.787
Encargos da dívida		-	-	-	-	44.007	-	-	44.007
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-	645.671	-	-	645.671
Debêntures		-	-	-	-	34.508	-	-	34.508
Folha de pagamento		388	-	-	388	38.579	-	-	38.579
Trinbuto a pagar		4.804	-	-	4.804	133.506	-	-	133.506
Taxas regulamentares		-	-	-	-	41.410	-	-	41.410
Dividendos a pagar	2	104.690	-	-	104.690	262.664	-	(94.524)	168.140
Contribuição de iluminação pública arrecadada		-	-	-	-	52.907	-	-	52.907
Obrigações com benefícios pós-emprego		-	-	-	-	11.023	-	-	11.023
Parcelamento especial		-	-	-	-	31.494	-	-	31.494
Partes relacionadas		28.608	-	-	28.608	56.840	-	-	56.840
Tributos diferidos	7	-	-	-	-	26.632	(26.632)	-	-
Programa de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	-	-	82.792	-	-	82.792
Energia livre	1	-	-	-	-	67.801	-	(51.654)	16.147
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		-	-	-	-	773	-	-	773
Outras obrigações	1	-	-	-	-	79.315	-	(18.369)	60.946
Total do passivo circulante		151.356	-	-	151.356	2.061.709	(26.632)	(164.547)	1.870.530
NÃO CIRCULANTE									
Fornecedores		-	-	-	-	150	-	-	150
Tributos a pagar		-	-	-	-	8.421	-	-	8.421
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-	1.993.865	-	-	1.993.865
Debêntures		-	-	-	-	505.846	-	-	505.846
Tributos diferidos	6 e 7	-	-	-	-	57.463	26.632	36.093	120.188
Obrigações com benefícios pós-emprego		-	-	-	-	266.971	-	-	266.971
Partes relacionadas		427	-	-	427	194.653	-	-	194.653
Programa de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	-	-	40.075	-	-	40.075
Parcelamento especial		-	-	-	-	113.128	-	-	113.128
Energia livre		-	-	-	-	22.196	-	-	22.196
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7	-	-	-	-	702.827	9.154	-	711.981
Provisão Luz para Todos		-	-	-	-	5.257	-	-	5.257
Obtigações com o IFC – capital		170.714	-	-	170.714	170.714	-	-	170.714
Outras obrigações		-	-	-	-	97.038	-	-	97.038
Total do passivo não circulante		171.141	-	-	171.141	4.178.604	35.786	36.093	4.250.483
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Atribuível aos acionistas da empresa controladora									
Capital social		916.879	-	-	916.879	916.879	-	-	916.879
Ações resgatáveis no futuro		(111.025)	-	-	(111.025)	(111.025)	-	-	(111.025)
Reserva de capital		2.504.370	-	-	2.504.370	2.504.370	-	-	2.504.370
Reserva de lucros		336.096	-	-	336.096	336.096	-	-	336.096
Ajustes de avaliação patrimonial		3.724	-	402.917	406.641	3.724	-	402.917	406.641
Prejuízos acumulados	1, 3 e 6	134.311	-	(253.226)	(118.915)	134.311	-	(253.226)	(118.915)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-	-	-
		3.784.355	-	149.691	3.934.046	3.784.355	-	149.691	3.934.046
Atribuível aos acionistas não controladores	1, 3, 6 e 7	-	-	-	-	1.300.434	-	(12.591)	1.297.844
Total do patrimônio líquido		3.784.355	-	149.691	3.934.046	5.084.789	-	137.100	5.221.890
Total do passivo e patrimônio líquido		4.106.852	-	149.691	4.256.543	11.325.102	9.154	8.647	11.342.903

ATIVO	Referência para ajuste	Controladora			Consolidado				
		Publicado 31/12/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009	Publicado 31/12/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa		174.057	-	-	174.057	811.882	-	-	811.882
Títulos e valores mobiliários		3.351	-	-	3.351	387.362	-	-	387.362
Consumidores, concessionários e permissionários	1	-	-	-	-	1.160.413	-	-	1.160.413
Tributos a compensar		8.892	-	-	8.892	195.788	-	-	195.788
Dividendos a receber	2	393.879	-	(334.766)	59.113	-	-	-	-
Cauções e depósitos		-	-	-	-	22.277	-	(135.326)	22.277
Energia livre	1	-	-	-	-	81.813	(81.813)	-	-
Tributos diferidos	7	-	-	-	-	139.467	-	-	4.141
Partes relacionadas		-	-	-	-	1.598	-	-	1.598
Créditos Luz para Todos		-	-	-	-	88.345	-	-	88.345
Outros créditos		4.863	-	-	4.863	322.276	-	(80.525)	241.751
Total do ativo circulante		585.042	-	(334.766)	250.276	3.211.221	(81.813)	(215.851)	2.913.557
NÃO CIRCULANTE									
Consumidores, concessionários e permissionários		-	-	-	-	143.647	-	-	143.647
Tributos a compensar		27.114	-	-	27.114	207.723	-	-	207.723
Depósitos vinculados a litígios	7	-	-	-	-	285.237	7.334	-	292.571
Cauções e depósitos		-	-	-	-	95.842	-	-	95.842
Tributos diferidos	6 e 7	-	-	-	-	450.567	81.813	82.717	615.097
Benefício fiscal – ágio incorporado		-	-	-	-	117.569	-	-	117.569
Partes relacionadas		452.720	-	-	452.720	77.176	-	-	77.176
Ativo indenizável (concessão)	3	-	-	-	-	-	-	351.445	351.445
Outros créditos		-	-	-	-	79.035	-	(70.303)	8.372
Investimentos	1, 2, 3 e 6	3.078.085	-	546.887	3.642.972	-	-	-	-
Imobilizado	3	6.745	-	-	6.745	6.433.267	-	(4.041.469)	2.401.798
Intangível	3	-	-	-	-	391.964	-	3.926.667	4.318.631
Total do ativo não circulante		3.564.664	-	546.887	4.111.551	8.292.027	89.147	249.057	8.630.231
Total do ativo		4.149.706	-	212.121	4.361.827	11.503.248	7.334	33.206	11.543.788

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Referência para ajuste	Controladora			Consolidado				
		Publicado 31/12/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009	Publicado 01/01/2009	Reclassificação	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009
CIRCULANTE									
Fornecedores		13.182	-	-	13.182	489.631	-	-	489.631
Encargos da dívida		-	-	-	-	16.283	-	-	16.283
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-	502.710	-	-	502.710
Debêntures		-	-	-	-	170.396	-	-	170.396
Folha de pagamento		1.489	-	-	1.489	49.765	-	-	49.765
Trinbuto a pagar		2.941	-	-	2.941	165.607	-	-	165.607
Taxas regulamentares		-	-	-	-	36.077	-	-	36.077
Dividendos a pagar	2	439.318	-	(276.923)	162.395	629.910	-	(407.924)	221.986
Contribuição de iluminação pública arrecadada		-	-	-	-	53.272	-	-	53.272
Obrigações com benefícios pós-emprego		-	-	-	-	10.142	-	-	10.142
Parcelamento especial		-	-	-	-	29.166	-	-	29.166
Partes relacionadas		762	-	-	762	106.862	-	-	106.862
Tributos diferidos	7	-	-	-	-	26.887	(26.887)	-	-
Provisões Luz para Todos		-	-	-	-	16.406	-	-	16.406
Programa de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	-	-	70.713	-	-	70.713
Energia livre	1	-	-	-	-	174.802	-	(169.222)	5.580
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		-	-	-	-	106.843	-	-	106.843
Obrigações com o IFC - capital		190.355	-	-	190.355	190.355	-	-	190.355
Outras obrigações	1	-	-	-	-	80.989	-	(20.193)	60.796
Total do passivo circulante		648.047	-	(276.923)	371.124	2.926.806	(26.887)	(597.339)	2.302.580
NÃO CIRCULANTE									
Fornecedores		-	-	-	-	2.595	-	-	2.595
Tributos a pagar		-	-	-	-	26.720	-	-	26.720
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-	1.628.197	-	-	1.628.197
Debêntures		-	-	-	-	858.448	-	-	858.448
Tributos diferidos	6 e 7	-	-	-	-	37.547	26.887	65.792	130.226
Obrigações com benefícios pós-emprego	5	-	-	-	-	267.613	-	4.044	271.657
Partes relacionadas		549	-	-	549	132.427	-	-	132.427
Programa de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética		-	-	-	-	52.401	-	-	52.401
Parcelamento especial		-	-	-	-	87.184	-	-	87.184
Energia livre	1	-	-	-	-	41.889	-	(26.012)	15.877
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7	-	-	-	-	566.779	7.334	-	574.113
Obrigações com o IFC - capital		-	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações	1	-	-	-	-	116.133	-	(22.962)	93.171
Total do passivo não circulante		549	-	-	549	3.817.933	34.221	20.862	3.873.016
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Atribuível aos acionistas da empresa controladora							-	-	-
Capital social		916.879	-	-	916.879	916.879	-	-	916.879
Ações resgatáveis no futuro		(111.025)	-	-	(111.025)	(111.025)	-	-	(111.025)
Reserva de capital		2.504.370	-	-	2.504.370	2.504.370	-	-	2.504.370
Reserva de lucros	1, 3, 5 e 6	190.537	-	(134.311)	56.226	190.537	-	(134.311)	56.226
Prejuízos acumulados		-	-	(21.772)	(21.772)	-	-	(21.772)	(21.772)
Ajustes acumulados de conversão		349	-	368.204	368.553	349	-	368.204	368.553
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	2	-	-	276.923	276.923	-	-	276.923	276.923
		3.501.100		489.044	3.990.154	3.501.110	-	489.044	3.990.154
Atribuível aos acionistas não controladores	1, 3, 5, 6 e 7	-	-	-	-	1.257.399	-	120.639	1.378.038
Total do patrimônio líquido		3.501.100		489.044	3.990.154	4.758.509	-	609.683	5.368.192
Total do passivo e patrimônio líquido		4.149.706	-	212.121	4.361.827	11.503.248	7.334	33.206	11.543.788

Conciliação do patrimônio líquido

	01/01/2009		31/12/2009	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Total do patrimônio de acordo com as práticas contábeis anteriores	3.784.355	5.084.789	3.501.110	4.758.509
Equivalência patrimonial sobre ajustes em controladas	(253.226)	-	(154.805)	-
Ativo indenizável	-	4.292	-	3.379
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	-	(317.653)	-	(47.765)
Variação cambial de ativo imobilizado	-	(235.000)	-	(219.092)
Tributos diferidos	-	103.733	-	15.923
Ajuste de avaliação patrimonial em controlada	402.917	487.205	368.204	450.592
Perda passivo atuarial em controlada indireta	-	-	(1.278)	(1.278)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	-	94.524	276.923	407.924
Total dos ajustes no patrimônio líquido	149.691	137.101	489.044	609.683
Total do patrimônio líquido ajustado	3.934.046	5.221.890	3.990.154	5.368.192

Efeitos da adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil na demonstração do resultado

	Controladora				Consolidado			
	Referência para ajustes	Publicado 31/12/2009	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009	Publicado 31/12/2009	Ajustes	Reapresentação 31/12/2009	
Receita bruta	1 e 4	-	-	-	7.928.518	659.177	8.587.695	
(-) Deduções da receita bruta	1	-	-	-	(2.461.052)	24.636	-	
Receita líquida		-	-	-	5.467.466	683.813	-	
Custo do serviço	1, 4 e 5	-	-	-	(3.444.722)	(441.928)	-	
Lucro bruto		-	-	-	2.022.744	241.885	2.264.629	
Despesas operacionais								
Despesas com vendas		-	-	-	(85.238)	-	(85.238)	
Despesas gerais e administrativas		(25.531)	-	(25.531)	(330.573)	-	(330.573)	
Amortização de ágio oriundo da incorporação		-	-	-	(35.240)	-	(35.240)	
Resultado da equivalência patrimonial	1, 3, 5 e 6	665.613	69.778	735.391	-	-	-	
Outras despesas operacionais		-	-	-	(60.903)	-	(60.903)	
		640.082	69.778	709.860	(511.954)	-	(511.954)	
Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		640.082	69.778	709.860	1.510.790	241.885	1.752.675	
Resultado financeiro								
Receita financeira	1 e 3	85.213	-	85.213	234.191	17.943	252.134	
Despesas financeiras	1 e 3	(20.512)	-	(20.512)	(495.602)	18.079	(477.523)	
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		704.783	69.778	774.561	1.249.379	277.907	1.527.286	
Correntes		(21.246)	-	(21.246)	(267.488)	-	(267.488)	
Diferidos	6	-	-	-	(27.793)	(103.387)	(131.180)	
Lucro líquido do exercício		683.537	69.778	753.315	954.098	174.520	1.128.618	

Conciliação do resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2009		31/12/2009	
	Resultado antes dos impostos	Resultado do exercício	Resultado antes dos impostos	Resultado do exercício
De acordo com as práticas contábeis anteriores	704.783	683.537	1.249.379	954.098
Equivalência patrimonial sobre ajustes em controladas	69.778	69.778	-	-
Avaliação valor justo - ativo indenizável	-	-	(4.687)	(4.687)
Atualização monetária - ativo indenizável	-	-	3.774	3.774
Benefício pós-emprego	-	-	19.194	19.194
Desreconhecimento de ativos e passivos regulatórios	-	-	278.567	278.567
Ajustes de avaliação patrimonial em controlada	-	-	(34.849)	(34.849)
Custo do serviço (depreciação) em controlada	-	-	15.908	15.908
Tributos diferidos	-	-	-	(102.387)
Total dos ajustes no resultado	69.778	69.778	277.907	174.520
De acordo com as IFRS	774.561	753.315	1.527.286	1.128.618

Notas às reconciliações

A adoção dos CPC 15 ao 43 (Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade) resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

(1) Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis (CPC Estrutura Conceitual). As demonstrações financeiras devem ser elaboradas de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica

e os efetivamente incorridos pelas Controladas Coelce e Ampla Energia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos pronunciamentos foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

(2) Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08) – Esta interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem às demonstrações contábeis não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações contábeis como definido no pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos.

Os dividendos declarados e não pagos, excedentes ao mínimo obrigatório, referentes aos exercícios de 2008 e 2009 foram reconhecidos como ajuste na mutação do patrimônio líquido e foram revertidos na conta de dividendos a pagar, no balanço patrimonial, onde estavam originalmente apresentados de acordo com as regras anteriores.

(3) Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05) - Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, as Controladas Coelce e Ampla Energia reconheceram: (i) um ativo intangível que correspondente à cessão de uso dos bens que compõem a infraestrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondente ao valor devido, direta ou indiretamente, pelo concedente.

O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo.

O ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa de que o valor da indenização ao final do contrato de concessão será calculado pelo órgão concedente em função da Base de Remuneração Regulatória (BRR).

O valor justo do ativo financeiro está sendo revisado trimestralmente, considerado a atualização pelo IGPM. Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado serão reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Considerando que o ativo financeiro é remunerado pelo WACC regulatório e que esta remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor.

(4) Contratos de Construção (CPC 17) – Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis para determinar o momento em que a receita do contrato e a despesa a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico as Controladas Coelce e Ampla Energia contabilizaram receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria. Pelo fato de quase a totalidade de construções de ativos ser terceirizado, a administração da Sociedade conclui que não há margem própria a ser aplicada. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual a zero.

(5) Benefícios a empregados (CPC 33) – Este pronunciamento técnico fornece orientações sobre o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos benefícios concedidos aos empregados.

A controlada Coelce anteriormente efetuava o registro Plano de Benefícios Previdenciários – Benefício Definido, utilizando a regra do “corredor”. Com a adoção dos CPCs a Sociedade deixou de utilizar a regra do “corredor”.

Anteriormente os efeitos de ganhos e perdas atuariais eram registrados diretamente no resultado do exercício. Com a adoção dos novos Pronunciamentos Contábeis esses efeitos passaram a ser contabilizados em outros resultados abrangentes.

(6) Imposto de renda e contribuição social: os impostos diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias relacionadas às diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC e IFRS, considerando os critérios expostos na nota explicativa nº 2.

(7) Reclassificações: De acordo com os novos pronunciamentos contábeis foram efetuadas as seguintes reclassificações às demonstrações financeiras das Controladas Coelce e Ampla Energia:

a) Os depósitos judiciais relacionados a contingências prováveis e anteriormente registrados como redução das respectivas provisões foram reclassificados para o ativo não circulante.

b) Os impostos diferidos anteriormente apresentados no circulante foram reclassificados para o não circulante.

c) As participações dos acionistas não controladores eram apresentadas como passivos não circulantes, nas novas práticas são apresentadas no patrimônio líquido. No resultado eram apresentadas antes do lucro líquido, mas novas práticas são incluídas no resultado consolidado do Grupo (CPC 26).

(8) A controlada CDSA optou por efetuar uma avaliação para determinar o valor justo dos seus ativos na data de transição, bem como determinar as vidas úteis dos seus ativos imobilizados. Este valor foi considerado a partir de então como o custo atribuído (deemed cost) do ativo imobilizado, conforme CPC 27 e ICPC 10. A mais valia do ativo imobilizado, no montante de R\$ 487.205, foi registrada em contrapartida a “ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A mais valia registrada no patrimônio líquido é realizada proporcionalmente à depreciação do ativo imobilizado, sendo a contrapartida dessa realização registrada na conta de lucros acumulados e, portanto, integrando o valor base para apuração dos dividendos. O efeito tributário de 34% sobre a mais valia, no montante de R\$ 82.710, registrada no patrimônio líquido gerou saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo, o qual foi registrado a débito em ajustes de avaliação patrimonial e a crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, no passivo não circulante. O efeito do imposto diferido registrado contempla somente ao montante correspondente ao período (a partir de 2016) em que a CDSA adotará o lucro real como regime de tributação.

(9) De acordo com as disposições do CPC 27 (Ativo Imobilizado), o ativo imobilizado de uma empresa deve conter os conceitos autorizados para formar o custo inicial de construção, quando a própria empresa constrói sua infraestrutura. A controlada Cien entende que os custos inicialmente ativados, correspondentes a variações cambiais de créditos utilizados durante o período de construção, deveriam ser baixados do saldo do ativo imobilizado na data de transição, toda vez que sua ativação não é permitida pelas disposições do CPC 20 (Custos de empréstimos). Por esta razão, os efeitos dos ajustes foram efetuados ao custo e depreciação acumulado no ativo imobilizado, tributos diferidos e reserva de lucros na data de transição.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Caixa e contas correntes bancárias	266	115	170	75.457	36.272	44.251
Aplicações financeiras	274.947	173.942	161.948	432.706	775.610	774.797
Total	275.213	174.057	162.118	508.163	811.882	819.048

Os investimentos dos excedentes de caixa são aplicados em bancos considerados pela Administração como de primeira linha e possuem alta liquidez, ou seja, são prontamente conversíveis em recursos disponíveis em caixa de acordo com as necessidades do Grupo.

Segue abaixo a composição dos saldos aplicados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009:

Banco	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fundos de investimentos exclusivos	230.258	78.108	48.554	339.664	543.800	420.235
Total fundos exclusivos	230.258	78.108	48.554	339.664	543.800	420.235
Outras aplicações financeiras						
CBD - Certificado de Depósito Bancário	44.689	95.834	113.394	82.138	223.906	331.673
Fundo de investimento	-	-	-	10.904	7.904	22.889
Total de outras aplicações financeiras	44.689	95.834	113.394	93.042	231.810	354.562
Total	274.947	173.942	161.948	432.706	775.610	774.797

A Sociedade é participante de fundos de investimentos exclusivos do Grupo Endesa Brasil. Sua carteira tem por objetivo seguir a variação do CDI, investindo basicamente em títulos públicos e CDB's – certificados de depósitos bancários – A Sociedade manteve como equivalente de caixa a parcela das aplicações dos fundos exclusivos que se referem a CDB's com compromisso de recompra por parte das instituições financeiras, sem perda de rendimento auferido. O rendimento desses títulos está entre 8,39% a 10,56%.

5. Outros ativos financeiros

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fundos de investimentos exclusivos						
Títulos públicos	221.359	1.334	3.578	387.162	211.817	140.548
Operações compromissadas	107.304	2.015	2.167	149.954	171.515	119.615
Outros	27.595	2	-	57.778	4.030	29.254
Total	356.258	3.351	5.745	594.895	387.362	289.417

Os saldos de aplicações financeiras em fundos exclusivos compostos por títulos públicos pré e pós- fixados de Letra Financeira do Tesouro (LFT) e Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), Letra do Tesouro Nacional (LTF) os quais possuem um rendimento entre 9,34% e 10,52%.

As operações compromissadas estão entre rendimentos de 8,39% a 10,56%.

6. Consumidores, concessionários e permissionários

	Consolidado			Total		
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
I) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante						
Classe de consumidores:						
Residencial	157.975	109.918	44.012	311.905	329.346	312.624
Industrial	33.672	9.490	19.109	62.271	85.554	83.392
Comercial	47.772	23.338	23.876	94.986	129.339	140.554
Rural	20.173	8.091	11.855	40.119	50.308	47.721
Poder público - Iluminação pública	59.734	19.996	91.786	171.516	170.186	150.618
Serviço público	7.923	468	2.336	10.727	12.593	19.113
Revenda	3.817	299	199	4.315	5.302	3.907
Subtotal	331.066	171.600	193.173	695.839	782.628	757.929
Receita não faturada (f)	274.185	-	-	274.185	262.764	230.461
Consumidores livres	25.868	-	232	26.100	17.849	14.456
CAMMESA	76.211	-	-	76.211	-	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (b)	38.968	-	4.136	43.104	7.423	7.552
Parcelamento de débitos (e)	26.229	-	-	26.229	33.384	44.946
Legião Energia - CCEAR	10.539	-	-	10.539	13.248	12.361
Encargo emergencial (c)	-	1.541	936	2.477	2.498	2.523
Companhia Energética do Estado de Goiás (Celg) (a)	-	-	147.658	147.658	147.658	141.744
Créditos junto a clientes com ações judiciais (d)	30.429	2.240	33.869	66.538	62.140	61.450
Outros créditos	20.933	1.828	457	23.218	51.643	88.768
Total ativo circulante	834.428	177.209	380.461	1.392.098	1.381.235	1.362.190
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (g)				(270.161)	(220.822)	(280.294)
	834.428	177.209	380.461	1.121.937	1.160.413	1.081.896
II) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo não circulante						
Comercialização na CCEE (b)	-	-	15.289	15.289	15.158	12.917
Furnas Centrais Elétricas S.A. (h)	-	-	127.926	127.926	121.437	121.437
Tractebel Energia S.A. (h)	-	-	74.415	74.415	74.415	74.415
Parcelamento de débitos (e)	88.683	-	-	88.683	51.369	49.868
Outros créditos	-	-	9.467	9.467	9.447	9.458
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (g)	-	-	-	(186.859)	(128.179)	(106.475)
Total do ativo não circulante	88.683	-	227.097	128.921	143.647	161.620

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte.

Consolidado	
Saldo em 1º de janeiro de 2009	(386.769)
(Adições) reversão	(44.066)
Variação cambial	(21.345)
Baixas	103.179
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(349.001)
(Adições) reversão	(164.796)
Variação cambial	(9.176)
Baixas	65.953
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(457.020)

a) Cia Energética de Goiás - Celg

Em 31 de dezembro de 2010, a controlada CDSA possui ativo total atualizado a receber de R\$ 231.220 com a Companhia Energética de Goiás ("Celg") oriundo das vendas de energia elétrica para esta empresa realizadas até 2008, que está registrado contabilmente pelo valor líquido R\$ 136.485 (sendo R\$ 147.658 milhões deduzidos de R\$ 11.173 da provisão para crédito de liquidação duvidosa), representando aproximadamente 60% do crédito total. A Celg tem como seu principal controlador o Estado de Goiás, e através dele vem procurando construir uma operação de saneamento da empresa, a qual contempla financiamentos com recursos federais para o pagamento de suas dívidas.

Nos últimos exercícios, a controlada CDSA vem realizando sucessivos acordos e em 29 de agosto de 2008, a mesma recebeu uma carta da Administração da Celg que reconhece a dívida, bem como indica o plano de obter financiamentos para quitá-la. Em

31 de dezembro de 2010, as negociações continuam avançando e no início de 2011 a Celg procurou a administração da controlada CDSA para ratificar o seu compromisso e o valor total da dívida, além de buscar uma alternativa para a sua liquidação.

A Administração da controlada CDSA, com base em uma melhor avaliação de recuperabilidade deste saldo a receber, realizou uma análise do balanço da Celg, e concluiu que o índice de cobertura dos ativos sobre os passivos é superior a 0,7, o que respalda o valor líquido reconhecido no ativo, portanto, não havendo necessidade de constituir provisão para crédito de liquidação duvidosa adicional. Além disso, a administração da Sociedade, baseada no andamento das negociações com a Celg, espera concluir acordo de recebimento até o fim de 2011.

b) Comercialização no âmbito da CCEE

(*) O montante de R\$ 12.917, registrado no não circulante, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE.

(**) O montante de R\$ 2.372, referente à venda de energia efetuadas na liquidação financeira especial AES Sul (R\$ 2.031) e DFESA (R\$ 341) no âmbito da CCEE ainda encontram-se pendente de recebimento, transferidos em 31 de dezembro de 2010 para o não circulante.

c) Encargo emergencial

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa Aneel nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

d) Créditos junto a clientes com ações judiciais – Controlada Coelce

O montante de R\$ 66.538 (R\$ 62.140 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 61.450 em 1º de janeiro de 2009) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 24.103 (R\$ 23.506 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 22.947 em 1º de janeiro de 2009) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A controlada Coelce mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 47.930 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 46.783 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 46.168 em 1º de janeiro de 2009) julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a essas ações.

e) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre as Controladas Coelce e Ampla Energia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados *pro-rata* e correção monetária com base na variação do IGPM. Após referida atualização do montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m.

f) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica das distribuidoras Ampla e Coelce, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória e por análise dos riscos específicos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Administração das Controladas para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

h) Furnas Centrais Elétricas S.A. e Tractebel Energia S.A.

Os saldos das contas de Furnas e Tractebel estão líquidos de provisão para crédito de liquidação duvidosa, correspondentes ao faturamento dos encargos de transporte, os quais não foram pagos em anos anteriores. A parcela residual a receber corresponde ao repasse aos geradores de energia na Argentina. Caso a controlada Cien não receba os créditos acima, a Administração e seus assessores jurídicos entendem que não haverá perdas acima do saldo de provisão, pois os valores registrados no passivo no mesmo montante também não serão devidos.

O saldo de contas a receber da Tractebel Energia S.A. ainda inclui o montante de R\$ 11.071, registrados no ativo não circulante, correspondente as faturas emitidas entre 2003 e 2004 oriundas do repasse contratual da variação cambial daquele período. A Administração da controlada Cien com base no andamento processual entende não ser necessária a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa já que considera o seu direito como líquido e certo.

7. Tributos a compensar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
IR e CSLL a compensar	34.512	36.006	38.737	85.488	129.041	132.077
ICMS a compensar	-	-	-	212.646	196.062	188.795
PIS e COFINS a compensar	-	-	-	56.183	56.433	40.279
Outros tributos a compensar	-	-	-	11.687	21.975	21.680
	34.512	36.006	38.737	366.004	403.511	382.831
Circulante	11.614	8.892	12.882	163.031	195.788	210.578
Não circulante	22.898	27.114	25.855	202.973	207.723	172.253

IR e CSLL a compensar

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte – IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e o saldo do imposto de renda antecipado relativo aos anos calendários de 2006 a 2009.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da CSLL antecipado relativo aos anos calendários de 2006 e 2007, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

ICMS a compensar

O saldo de ICMS refere-se basicamente aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos. Este saldo também se compõe do ICMS parcelamento ativo da controlada Coelce referente a crédito de diferencial de alíquota do ativo imobilizado, objeto dos Autos de Infração nºs 2008.03699-4, 2007.01902-8 e 2006.25755-6 e da Confissão Espontânea de Débito conforme protocolo nº 096.40949-5, cujos montantes somam R\$ 11.056 e foram incluídos no parcelamento previsto no “Refis do Ceará – 2009” através do Termo de Concessão nº 197588 e conforme nota explicativa nº 23.

Em 2004, a receita decorrente de venda de energia para a Coelce passou a estar sujeita às regras da não-cumulatividade para fins de apuração do PIS/Cofins, conforme legislação fiscal pertinente. Assim, a partir de fevereiro de 2004, a controlada pagou referidas contribuições à alíquota de 9,25% sobre a receita de venda de energia líquida dos créditos decorrentes dos respectivos custos operacionais. Todavia, em novembro de 2005, modificou-se novamente a legislação do PIS/Cofins, determinando que as receitas de venda de produtos e serviços originados por contratos celebrados antes do mês de outubro de 2003 e com preços determinados deveriam ter a incidência de tais contribuições, segundo as regras da cumulatividade, a partir de novembro de 2003. Neste cenário, incluem-se as receitas auferidas pelas vendas de energia elétrica à Coelce. Com base nesta nova regra, a controlada recalculou o valor de PIS/Cofins sobre as receitas geradas pelas vendas de energia a Coelce de acordo com a sistemática cumulativa, ou seja, aplicando-se a alíquota de 3,65% sobre receitas citadas, no período de fevereiro de 2004 a outubro de 2005, chegando ao valor de créditos a recuperar no montante de R\$ 29.570. Por afetar a base de cálculo do ICMS, estas mudanças na legislação fiscal também geraram créditos a recuperar deste tributo no montante de R\$ 12.397.

PIS e Cofins a compensar

Os valores classificados na linha de Pis e Cofins a compensar se referem ao PIS semestralidade da controlada Ampla Energia, no montante de R\$ 24.903, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70.

Adicionalmente, o grupo possui retenções de PIS e Cofins de órgãos públicos.

A controlada Cien em anos anteriores, identificou pagamentos de PIS e Cofins, além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a Administração entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 19.144.

8. Cauções e depósitos

Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa média a.a.	Consolidado					
			31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
BNB FI Curto Prazo	Fundo de investimento	7,11%	-	51	-	-	-	-
Bradesco Premium	Fundo de investimento	9,94%	-	35.926	-	51.110	-	21.890
Itaú-Unibanco Previdência	Fundo de investimento	9,24%	-	36	-	34	-	756
Unibanco Top DI	Fundo de investimento	9,06%	-	-	10.110	-	6.564	-
Itaú- Unibanco Top DI	Fundo de investimento	9,90%	23.098	-	-	-	-	-
Bradesco	CDB	9,64%	-	3.909	-	4.783	-	11.324
Itaú	CDB	9,73%	-	13.751	-	790	-	-
Banco do Brasil	CDB	9,74%	17.568	10.795	12.167	3.525	18.777	2.447
Unibanco	CDB	9,54%	-	-	-	15.507	-	18.076
Banco Itaú BBA	Time Deposit	1,40%	-	19.375	-	20.093	-	26.291
Total			40.666	83.843	22.277	95.842	25.341	80.784

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica. Os depósitos do Banco do Brasil referem-se às retenções contratuais de fornecedores de serviços e garantia de contrato de financiamento. Os valores em garantias são aplicados em Fundos de Investimento em renda fixa e Certificados de Depósito Bancário (CDB), negociados com bancos de primeira linha, com remuneração associada ao desempenho do CDI.

Conforme determinado pelo contrato de empréstimos e financiamentos junto ao IFC (vide nota 20) a Controlada Endesa Fortaleza possui o compromisso em manter parte do seu caixa para fins de amortização da dívida em períodos semestrais. Este caixa está vinculado a uma operação de "time deposit" no Banco Itaú BBA, a qual está indexada ao dólar norte americano.

9. Energia livre

Ativos e Passivos Regulatórios

Ativos	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recomposição Tarifária Extraordinária- RTE	-	-	-	-	18.771	-
Energia Livre	-	-	-	-	31.179	-
Encargo Emergencial	3.181	-	4.141	-	4.513	-
Total de Ativos Regulatórios	3.181	-	4.141	-	54.463	-
Passivos						
Energia Livre	4.798	15.877	4.709	15.877	15.230	22.196
Encargo Emergencial	873	-	871	-	917	-
Total de Passivos Regulatórios	5.671	15.877	5.580	15.877	16.147	22.196

Recomposição Tarifária Extraordinária

Em dezembro de 2001, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o acordo geral do setor elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas, relativas ao período de vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica.

Com base nos acordos firmados e disposições regulamentares, todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica efetuaram um levantamento do montante da receita decorrente da redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (recomposição tarifária extraordinária) que foi reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

A referida recomposição tarifária extraordinária passou a ser aplicada às tarifas vigentes em 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela Aneel, da seguinte forma:

- 2,9% para os clientes residenciais (exceto baixa renda), rurais e iluminação pública;
- 7,9% para os demais clientes.

Energia Livre

O montante relacionado à energia livre (energia elétrica gerada e não-vinculada a contratos iniciais ou equivalentes) apurado de junho de 2001 a fevereiro de 2002 foi recuperado dos consumidores integralmente em 2009 e será repassado como ressarcimento aos geradores conforme critérios ainda a serem definidos pelo órgão regulador.

10. Depósitos vinculados a litígios

O saldo dos depósitos vinculados a litígios está segregado da seguinte forma:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Trabalhistas	101.776	108.931	92.180
Cíveis	60.318	72.522	57.567
Fiscais	116.759	111.118	110.215
Total	278.853	292.571	259.962

11. Tributos diferidos

As controladas possuem créditos fiscais diferidos, ativos e passivos sobre diferenças temporárias, cuja composição está demonstrada a seguir:

Ativo	Consolidado											
	PIS/Cofins			Imposto de Renda			Contribuição Social			Total		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Prejuízo fiscal	-	-	-	2.568	21.718	60.018	924	7.819	15.941	3.492	29.537	75.959
Base negativa da CSLL	-	-	-	-	2.813	10.985	-	1.013	3.954	-	3.826	14.939
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	-	165.780	170.239	178.189	59.681	61.286	64.148	225.461	231.525	242.337
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	114.255	87.250	96.692	41.132	31.410	34.809	155.387	118.660	131.501
Provisão Enertrade	-	-	-	21.882	18.902	-	7.877	6.805	-	29.759	25.707	-
Provisão baixa renda	-	2.374	3.676	-	6.417	5.504	-	2.310	1.981	-	11.101	11.161
Perda plano de pensão	-	-	-	95.245	59.048	54.738	34.289	21.257	19.706	129.534	80.305	74.444
Desreconhecimento de ativo regulatório	-	-	-	-	576	44.063	-	207	15.863	-	783	59.926
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	8.353	8.353	8.353	3.007	3.007	3.007	11.360	11.360	11.360
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	-	-	-	50.435	54.773	58.750	18.156	19.718	21.150	68.591	74.491	79.900
Outros	-	-	-	32.392	20.439	10.945	11.782	7.363	4.037	44.174	27.802	14.982
Total	-	2.374	3.676	490.910	450.529	528.237	176.847	162.196	184.596	667.757	615.097	716.509
Passivo												
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	-	-	-	1.019	1.280	1.507	1.894	2.221	2.521	2.913	3.501	4.028
Reposicionamento revisão tarifária	-	-	13.131	-	-	-	-	-	-	-	-	13.131
Desreconhecimento de passivo regulatório	-	-	-	19.298	12.089	-	6.947	4.352	-	26.245	16.441	-
Atuarial - Fundo de Pensão	-	-	-	6.542	-	-	2.355	-	-	8.897	-	-
Ativo indenizável (concessão)	-	-	-	9.118	848	1.073	3.283	306	386	12.401	1.154	1.459
Variações cambiais não realizadas	-	-	-	15.227	19.427	13.868	5.608	6.993	4.992	20.835	26.420	18.860
Custo atribuído	-	-	-	60.816	60.816	60.816	21.894	21.894	21.894	82.710	82.710	82.710
Total	-	-	13.131	112.020	94.460	77.264	41.981	35.766	29.793	154.001	130.226	120.188

A movimentação dos saldos referentes dos tributos diferidos está assim apresentada:

	Ativo	Passivo	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2009	716.509	120.188	596.321
Adições (Reversões) resultado do exercício - IR/CSLL	(108.011)	23.169	(131.180)
Adições (Reversões) resultado do exercício - PIS/Cofins	(1.302)	(13.132)	11.830
Adições resultado abrangente	7.901	-	7.901
Saldo em 31 de dezembro de 2009	615.097	130.225	484.872
Adições (Reversões) resultado do exercício - IR/CSLL	1.703	23.776	(22.073)
Adições (Reversões) resultado do exercício - PIS/Cofins	(2.373)	-	(2.373)
Adições resultado abrangente	53.330	-	53.330
Saldo em 31 de dezembro de 2010	667.757	154.001	513.756

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido diferidos ativos.

Anos de realização	Montante a realizar
2011	84.268
2012	69.036
2013	49.741
2014	80.999
2015 a 2017	231.253
2018 a 2020	152.461
	667.757

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização de créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do grupo.

A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) a controlada CDSA passou a apurar o imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido. O saldo de imposto de renda diferido da CDSA foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da controlada CDSA, o qual poderá, a partir do término do Refis que está previsto para 2015, vir a ser deduzido na apuração do lucro real em exercícios futuros por montante suficiente para garantir a realização desse ativo.

12. Benefício fiscal – ágio incorporado

Ágio de incorporação da controladora:

O ágio oriundo da operação de incorporação que Coelce realiza em sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembléia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999 está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução no 269, de 15 de setembro de 1999, da Aneel.

O saldo acumulado será amortizado, conforme demonstrado abaixo:

Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização
2010	0,04745	2016	0,02792	2022	0,01640
2011	0,04349	2017	0,02555	2023	0,01501
2012	0,03980	2018	0,02338	2024	0,01374
2013	0,03642	2019	0,02140	2025	0,01257
2014	0,03333	2020	0,01958	2026	0,01151
2015	0,03051	2021	0,01792	2027	0,01053

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da Aneel emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distriluz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de Patrimônio Líquido da controlada Coelce (Reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica.

Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com Agência Nacional de energia Elétrica – Aneel, a controlada Coelce, para a substituição do mecanismo de Desdobramento e Resgate de Ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de covenant financeiros com Instituições Financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela Aneel, emitida através

do Ofício no 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembléia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da Coelce de cumprir as recomendações do Órgão Regulador.

Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da Coelce para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distriluz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM no 319/99, alterada pela Instrução no 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contra-partida da Reserva de Ágio (Reserva de Capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Coelce. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício.

A Administração procedeu o recálculo do ágio considerando o momento de aquisição da Coelce para recompor os efeitos da constituição da reserva do ágio.

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contra-partida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada Coelce.

Benefício fiscal - ágio incorporado	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Ágio na aquisição	775.960	775.960	775.960
Amortização do ágio	(466.308)	(429.434)	(389.146)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	224.745	200.408	173.818
Saldo	105.032	117.569	131.267

Com a adoção do novo procedimento, em 30 de abril de 2005, a Reserva de ágio registrada no Patrimônio Líquido da controlada Coelce foi reduzida em R\$ 429.365, com efeito de R\$ 242.976 para a controlada Coelce.

13. Outros créditos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Alienação de bens e direitos	-	-	-	1.482	1.553	1.888
Alienação em curso	-	-	-	3.268	733	7.363
Arrecadações	-	-	-	895	-	-
Convênios de arrecadação	-	-	-	24.836	25.434	4.132
Consumidores de baixa renda	-	-	-	54.242	55.287	47.181
Desativações em curso	-	-	-	2	9.818	8.008
Gastos a reembolsar - consumidores	-	-	-	3.688	3.507	4.247
Gastos a reembolsar - iluminação pública	-	-	-	2.793	7.837	8.100
Sindicato	-	-	-	5.658	5.658	5.658
Serviços a terceiros	-	-	-	54.441	59.174	35.279
Serviços em curso	-	-	-	68.874	36.037	26.273
Cheques devolvidos	-	-	-	1.210	1.199	1.220
Créditos de fornecedores	-	-	-	7.215	5.081	-
Adiantamentos a empregados	-	-	-	15.011	13.580	13.253
Adiantamentos a fornecedores	401	287	571	18.856	15.795	11.853
Encargos Antecipados	-	-	-	1.740	258	264
Material - Almoarifado	-	-	-	4.716	5.193	4.217
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	5.211	5.411	4.404
Despesas de Novos Negocios	1.653	906	-	1.653	906	-
Outros	4.339	3.670	3.788	28.492	26.493	21.804
Provisão para perda na realização de outros créditos	-	-	-	(28.471)	(28.471)	(28.471)
Total	6.393	4.863	4.359	275.812	250.483	176.673
Circulante	6.393	4.863	4.359	256.190	241.751	169.542
Não circulante	-	-	-	19.622	8.732	7.131

14. Investimentos

	31/12/2010									
	Nº de Ações			Controladora						
	Total	Possuídas pela sociedade	% de participação direta	Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio	Investimento total	Equivalência	Dividendos a receber
Ampla Investimentos	12.000.000.000	5.626.353.501	46,89%	191.003	53.036	89.561	-	89.561	24.869	5.751
Ampla Energia	3.922.515.918.446	1.839.121.933.344	46,89%	1.583.469	216.092	742.488	-	742.488	101.326	13.294
Investluz	100.461.895.427	63.862.991.175	63,57%	1.093.064	216.051	694.861	-	694.861	137.344	27.327
Coelce	77.855.299	1.770.000	2,27%	1.356.814	471.903	30.800	-	30.800	10.712	2.085
Endesa Cien	285.044.682	285.044.682	100,00%	407.920	43.576	407.920	-	407.920	43.576	10.349
Endesa Fortaleza	151.935.782	151.935.782	100,00%	556.825	170.027	556.825	-	556.825	170.027	2.690
Endesa Cachoeira	2.926.050.866	2.914.518.720	99,61%	1.071.051	225.659	1.066.874	-	1.066.874	224.779	-
Eólica Fazenda Nova	1.839.000	1.838.030	99,95%	154	-	154	3.788	3.942	-	-
En-Brasil	10.000	9.999	99,99%	1.595	2.113	1.595	-	1.595	2.113	528
Total						3.591.078	3.788	3.594.866	714.746	62.024

	31/12/2009									
	Nº de Ações			Controladora						
	Total	Possuídas pela sociedade	% de participação direta	Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio	Investimento total	Equivalência	Dividendos a receber
Ampla Investimentos	12.000.000.000	5.626.353.501	46,89%	156.318	38.957	73.298	-	73.298	18.267	2.957
Ampla Energia	3.922.515.918.446	1.839.121.933.344	46,89%	1.553.992	360.859	728.667	-	728.667	169.206	24.754
Investluz	100.461.895.427	63.862.991.175	63,57%	1.028.068	188.790	653.543	-	653.543	120.014	23.365
Coelce	77.855.299	1.770.000	2,27%	1.131.233	394.739	25.679	-	25.679	8.961	1.482
Endesa Cien	285.044.682	285.044.682	100,00%	372.644	20.216	372.644	-	372.644	20.216	2.308
Endesa Fortaleza	151.935.782	151.935.782	100,00%	668.932	254.663	668.932	-	668.932	254.663	4.247
Endesa Cachoeira	2.926.050.866	2.914.518.720	99,61%	1.102.558	144.631	1.098.258	-	1.098.258	144.067	-
Eólica Fazenda Nova	1.839.000	1.838.030	99,95%	154	-	154	3.788	3.942	-	-
En-Brasil	10.000	9.999	99,99%	10	-	10	-	10	-	-
Total						3.621.184	3.788	3.624.972	735.394	59.113

	01/01/2009									
	Nº de Ações			Controladora						
	Total	Possuídas pela sociedade	% de participação direta	Patrimônio líquido	Resultado	Investimento	Ágio	Investimento total	Equivalência	Dividendos a receber
Ampla Investimentos	12.000.000.000	5.626.353.501	46,89%	3.934.046	-	76.759	-	76.759	-	-
Ampla Energia	3.922.515.918.446	1.839.121.933.344	46,89%	999.445	-	693.246	-	693.246	-	31.189
Investluz	100.461.895.427	63.862.991.175	63,57%	163.700	-	647.431	-	647.431	-	23.803
Coelce	77.855.299	1.770.000	2,27%	1.018.454	-	22.687	-	22.687	-	1.561
Endesa Cien	285.044.682	285.044.682	100,00%	-	-	358.111	-	358.111	-	-
Endesa Fortaleza	151.935.782	151.935.782	100,00%	358.111	-	548.516	-	548.516	-	-
Endesa Cachoeira	2.926.050.866	2.914.518.720	99,61%	548.516	-	1.155.252	-	1.155.252	-	-
Eólica Fazenda Nova	1.839.000	1.838.030	99,95%	-	-	-	-	-	-	-
En-Brasil	10.000	9.999	99,99%	-	-	-	-	-	-	-
Total						3.502.002	-	3.502.002	-	56.553

Movimentação do investimento das controladas

	Investimento 31/12/2009	Investimentos realizados no exercício	Equivalência	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Resultado abrangente em controladas	Investimento 31/12/2010
Ampla Investimentos	73.298	-	24.869	(7.952)	-	(653)	89.562
Ampla Energia	728.664	-	101.326	(42.122)	-	(45.376)	742.492
Investluz	653.545	-	137.344	(93.596)	-	(2.430)	694.863
Coelce	25.679	-	10.712	(5.438)	-	(153)	30.800
Endesa Cien	372.644	-	43.576	(8.046)	(259)	-	407.915
Endesa Fortaleza	668.932	-	170.027	(282.136)	-	-	556.823
Endesa Cachoeira	1.098.258	-	224.779	(256.163)	-	-	1.066.874
Eólica Fazenda Nova	154	-	-	-	-	-	154
En-Brasil	10	-	2.113	(528)	-	-	1.595
Total	3.621.184	-	714.746	(695.981)	(259)	(48.612)	3.591.078

	Investimento 01/01/2009	Investimentos realizados no exercício	Equivalência	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Resultado abrangente em controladas	Investimento 31/12/2009
Ampla Investimentos	76.759	-	18.267	(21.470)	-	(258)	73.298
Ampla Energia	693.246	-	169.206	(127.848)	-	(5.940)	728.664
Investluz	647.431	-	120.014	(112.940)	-	(960)	653.545
Coelce	22.687	-	8.961	(5.908)	-	(61)	25.679
Endesa Cien	358.111	-	20.216	(2.308)	(3.375)	-	372.644
Endesa Fortaleza	548.516	-	254.663	(134.247)	-	-	668.932
Endesa Cachoeira	1.155.252	-	144.067	(201.061)	-	-	1.098.258
Eólica Fazenda Nova	-	154	-	-	-	-	154
En-Brasil	-	10	-	-	-	-	10
Total	3.502.002	164	735.394	(605.782)	(3.375)	(7.219)	3.621.184

15. Ativo indenizável (concessão)

Os Contratos de Concessão de Distribuição nº 01/98 - Aneel, de 13 de maio de 1998 e nº 05/96 - Aneel, de 9 de dezembro de 1996, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as Controladas Coelce (Concessionária - Operador) e Ampla Energia (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas companhias, onde:

✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Controladas Coelce e Ampla Energia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (– Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide Nota explicativa nº 18).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das Controladas Coelce e Ampla Energia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Saldo em 1º de janeiro de 2009	264.111
Transferências do Ativo Intangível	88.247
Receita financeira	3.774
Mudança na estimativa do fluxo de caixa	(4.687)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	351.445
Transferências do Ativo Intangível	144.865
Baixas	(1.591)
Receita financeira	3.836
Mudança na estimativa do fluxo de caixa	29.239
Saldo em 31 de dezembro de 2010	527.794

16. Imobilizado

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Controladora						Consolidado					
	Taxas anuais de depreciação	Custo histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação	Custo histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
				31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009				31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Em serviço:												
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-		1.545.528	(1.128.021)	417.507	452.356	487.205
- Transmissão							24,69%					
Terrenos								11.630	(2.326)	9.304	10.467	11.630
Edificações								84.843	(31.247)	53.596	56.368	59.551
Máquinas e equipamentos								1.184.229	(447.055)	737.174	838.193	918.720
Veículos								1.909	(1.467)	442	506	743
Móveis e utensílios								1.720	(1.697)	23	75	241
- Distribuição	4,70%						4,70%					
Móveis e Utensílios								60.667	(35.021)	25.646	24.908	23.568
- Geração												
Terrenos								2.194	-	2.194	2.194	2.194
Reservatórios								240.952	(138.586)	102.366	107.353	112.277
Edificações								114.201	(75.932)	38.269	40.876	40.643
Máquinas e equipamentos								1.229.674	(508.296)	721.378	751.032	786.274
Veículos								1.248	(1.162)	86	191	377
Móveis e utensílios								11.591	(7.891)	3.700	4.803	5.900
- Comercialização												
Móveis e Utensílios								20.239	(7.689)	12.550	13.149	13.186
- Administração												
Terrenos		440	-	440	440	-		464	-	464	464	24
Edificações		1.945	(176)	1.769	1.515	1.598		4.152	(993)	3.159	2.993	3.165
Máquinas e equipamentos		1.821	(527)	1.294	1.309	306		3.707	(1.390)	2.317	2.512	1.299
Veículos		972	(485)	487	558	410		1.430	(713)	717	666	425
Móveis e Utensílios		4.054	(1.721)	2.333	2.923	3.582		72.081	(54.870)	17.211	18.395	21.889
Total imobilizado em serviço	9.232	(2.909)	6.323	6.745	5.896			4.592.459	(2.444.356)	2.148.103	2.327.501	2.489.311
Em curso:												
- Geração								55.422	-	55.422	42.720	5.774
- Transmissão								7.620	-	7.620	2.969	3.855
- Distribuição								9.283	-	9.283	7.436	4.633
- Comercialização								4.987	-	4.987	4.881	4.462
- Administração								15.866	-	15.866	16.291	29.164
Total imobilizado em curso	-	-	-	-	-	-		93.178	-	93.178	74.297	47.888
Total do imobilizado	9.232	(2.909)	6.323	6.745	5.896			4.685.637	(2.444.356)	2.241.281	2.401.798	2.537.198

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Controladora		
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2009	6.805	(909)	5.896
Adições	1.792	-	1.792
Depreciação	-	(943)	(943)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.597	(1.852)	6.745
Adições	635	-	635
Depreciação	-	(1.057)	(1.057)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	9.232	(2.909)	6.323

	Consolidado				
	Em Serviço			Em Curso	
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo líquido	Custo	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2009	4.574.543	(2.085.349)	2.489.194	47.887	2.537.081
Adições	-	-	-	52.866	52.866
Baixas	(1.318)	872	(446)	-	(446)
Depreciação	-	(164.436)	(164.436)	-	(164.436)
Transferências	26.454	-	26.454	(26.454)	-
Efeito de conversão de controlada no exterior	(25.472)	2.206	(23.266)	-	(23.266)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	4.574.207	(2.246.707)	2.327.501	74.299	2.401.798
Adições	-	-	-	47.185	47.185
Baixas	(3.735)	3.553	(182)	-	(182)
Depreciação	-	(202.964)	(202.964)	-	(202.964)
Transferências	28.306	-	28.306	(28.306)	-
Efeito de conversão de controlada no exterior	(6.318)	1.762	(4.556)	-	(4.556)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.592.460	(2.444.356)	2.148.104	93.178	2.241.281

O saldo de imobilizado está principalmente composto pelas Controladas CGTF, CDSA e Cien. Abaixo segue comentários:

CGTF

O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução Aneel 433 de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da Aneel e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o Ativo Imobilizado da controlada CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização.

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela Aneel.

Justificativa para exceção na aplicação do custo atribuído

A controlada CGTF revisou a composição dos bens do ativo imobilizado e constatou que não existem valores capitalizados diferentes daqueles permitidos pela norma contábil vigente. Com base nessa análise, a administração concluiu em não utilizar o procedimento alternativo do custo atribuído no balanço transição de 1º de janeiro de 2009.

Taxas anuais de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a resolução Aneel nº 367 de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Caldeira	5,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento ciclo térmico	4,50%
Estrutura suporte de equipamentos	2,50%
Gerador	3,30%
Painel e mesa de comando	3,20%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,60%
Transformador de força	2,50%
Transformador de serviços auxiliares	3,30%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamentos gerais	10,00%
Veículos	20,00%

CDSA

O imobilizado da controlada CDSA está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela Aneel.

A administração entende que a controlada CDSA sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos nº 63 e nº 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

Reversão dos bens à União

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela Controlada Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. e Aneel em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da Aneel.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a portaria nº 815 de 30 de novembro de 1994 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Geração	
Barramento	2,50%
Gerador	3,30%
Painel, mesa de comando	3,00%
Ponte rolante, guindaste	3,30%
Reservatório, barragem, adutora	2,00%
Sistema de ar comprimido	5,90%
Sistema de proteção contra incêndio	4,00%
Sistema de resfriamento	4,00%
Transformador de força	2,50%
Transformador de serviços auxiliares	3,30%
Turbina hidráulica	2,50%
Transmissão	
Equipamento geral	10,00%
Administração	
Equipamento geral	10,00%
Veículos	20,00%

Cien

O imobilizado da controlada Cien está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada de acordo com as taxas Aneel, limitadas ao prazo da autorização de 20 anos, já que, ao final do prazo de autorização o imobilizado será revertido para a União sem direito a indenização.

No saldo de terrenos estão incluídos os valores referentes à servidão (direito de passagem), os quais estão sendo amortizados pelo prazo da autorização.

Justificativa para exceção na aplicação do custo atribuído

A controlada Cien revisou a composição dos bens do ativo imobilizado e constatou que não existem valores capitalizados diferentes daqueles permitidos pela norma contábil vigente, além dos efeitos de variação cambial de empréstimos e que estão sendo ajustados em 01 de janeiro de 2009. Com base nessa análise, a administração decidiu em não utilizar o procedimento alternativo do custo atribuído no balanço transição de 01 de janeiro de 2009.

17. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	31/12/2010				31/12/2009	01/01/2009	
	Vida útil	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido	
Em Serviço	19,76						
Direito de uso da concessão		6.707.031	(1.987.820)	(935.229)	3.783.982	3.368.418	3.638.812
Software		165.111	(134.567)	-	30.544	29.746	39.665
Ágio atribuído a concessão		435.755	(131.603)	-	304.152	336.404	371.645
Marcas e Patentes		23	-	-	23	-	-
Em Curso							
Direito de uso da concessão		542.281	-	(40.390)	501.891	552.226	33.738
Software		28.640	-	-	28.640	31.837	15.304
Total		7.878.841	(2.253.990)	(975.619)	4.649.232	4.318.631	4.099.164

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 01 de janeiro de 2009	6.360.523	(1.586.236)	(724.165)	4.050.122	294.326	(245.284)	49.042	4.099.164
Adições	-	-	-	-	688.614	(74.651)	613.963	613.963
Baixas	(40.103)	27.847	-	(12.256)	-	-	-	(12.256)
Amortização	-	(329.205)	35.212	(293.993)	-	-	-	(293.993)
Transferências	346.813	-	(267.871)	78.942	(346.813)	267.871	(78.942)	0
Transferências para ativo indenizável	(100.042)	-	11.795	(88.247)	-	-	-	(88.247)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	6.567.191	(1.887.594)	(945.029)	3.734.568	636.127	(52.064)	584.063	4.318.631
Adições	-	-	-	-	866.328	(42.367)	823.961	823.961
Baixas	(21.074)	10.735	-	(10.339)	-	-	-	(10.339)
Amortização	-	(377.131)	38.974	(338.157)	-	-	-	(338.157)
Transferências	931.683	-	(54.040)	877.643	(931.683)	54.040	(877.643)	-
Transferências para ativo indenizável	(169.731)	-	24.867	(144.864)	-	-	-	(144.864)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.308.069	(2.253.990)	(935.228)	4.118.851	570.772	(40.391)	530.381	4.649.232

A agência reguladora Aneel é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração das Controladas Coelce e Ampla Energia entendem que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável – concessão (Vide Nota explicativa nº 16).

Programa de universalização

Diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do Proinfra, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela Aneel.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução Aneel nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que

foi alterada pela Resolução normativa 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, as Controladas Coelce e Ampla Energia tinham o ano de 2013 como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Com a criação do programa luz para todos, a controlada Coelce optou por antecipar as metas de universalização.

Programa Luz para Todos

Em 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873 que instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, denominado "Programa Luz Para Todos", destinado a propiciar, até o ano 2008, o atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

De acordo com o artigo 2º, do Decreto, os recursos necessários para suportar o Programa serão oriundos da CDE – Conta do Desenvolvimento Energético, instituída como subvenção econômica pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, da RGR – Reserva Global de Reversão, instituída pela Lei nº 5.655 de 20 de maio de 1971, da participação dos Estados e Municípios e das Concessionárias ou Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica e outros destinados ao Programa. O Programa será coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e será operacionalizado com a participação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e das empresas que compõem o Sistema Eletrobrás.

Em dezembro de 2003 foi firmado o 1º Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Governo do Estado do Ceará e a Controlada Companhia Energética do Ceará – Coelce, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás para o estabelecimento das premissas do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da controlada Coelce, propiciando o atendimento de 112.000* novos consumidores no período de 2004 a 2008. Neste documento foram estabelecidas as metas anuais de atendimento e os percentuais de participação financeira de cada uma das fontes de recursos, sendo:

- Coelce – 15%;
- RGR – 10%;
- CDE – 50%; e
- Governo do Estado – 25%.

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

Em 13 de setembro de 2007 foi firmado o Primeiro Aditamento ao Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Governo do Estado do Ceará e a Controlada Companhia Energética do Ceará – Coelce, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás para mudança dos percentuais de participação ficando da seguinte forma:

- Coelce – 15%;
- RGR – 15% (financiamento);
- CDE – 60%; e
- Governo do Estado – 10%.

Em 25 de abril de 2008, foi publicado o Decreto Federal nº 6.442, que dá nova redação ao artigo 1º do Decreto Federal nº 4.873, prorrogando o prazo do Programa Luz Para Todos até 2010.

Tendo em vista que a quantidade de ligações definidas no 1º Termo de Compromisso não atendeu às demandas oriundas do meio rural, em 31 de dezembro 2008, foi firmado o 2º Termo de Compromisso entre a União (Ministério de Minas e Energia), o Governo

do Estado do Ceará e a Controlada Companhia Energética do Ceará – Coelce, com a interveniência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e das Centrais Elétricas Brasileiras – S.A. – Eletrobrás para o estabelecimento das premissas do Programa Luz Para Todos, na área de concessão da controlada Coelce, propiciando o atendimento de mais 52.000* novos consumidores no biênio 2009/2010 (sendo 26.000* para cada ano).

Em 5 de agosto de 2010, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Compromisso do Programa Luz Para Todos, onde foram repactuadas as metas da controlada Coelce na execução do Programa Luz Para Todos, ficando estabelecida para o ano de 2009 a quantidade de 23.563 ligações e para o ano de 2010 46.168* ligações.

Através do Decreto 7.324, de 5 de outubro de 2010, o Governo Federal prorrogou para 31 de dezembro de 2011 o prazo de execução do Programa Luz para Todos. Este mesmo documento faculta ao Ministério de Minas e Energia para que defina as metas e os prazos do Programa, em cada Estado ou área de concessão, respeitada a data limite de 31 de dezembro de 2011.

A controlada Coelce registrou o valor R\$ 12.452 (R\$ 16.406 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 5.257 em 1º de janeiro de 2009), referente à devolução de recursos financeiros no Programa Luz Para Todos, no âmbito da quarta tranche de obras.

Nos anos de 2009 e 2010 foram conectados 37.275* clientes (20.410 em 2009 e 16.865 em 2010), acumulando desde 2004 126.849* clientes ligados.

Em 2010, a controlada Coelce realizou trabalho de identificação de clientes a serem ligados no âmbito do programa, concluindo que restavam apenas cerca de 32.000* clientes a serem atendidos. Considerando que foram ligados 16.865* em 2010, a controlada Coelce estima que no ano de 2011 deverão ser efetivadas somente mais 15.135* ligações no Programa Luz Para Todos.

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Esta conta contábil, denominada de Obrigações vinculadas à concessão, estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura de cada empresa distribuidora.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

Avaliação do grau de recuperação

A Administração da Sociedade e de suas controladas realizaram uma análise dos indicadores de impairment estabelecidos no CPC 01 bem como avaliou outras circunstâncias e não identificou indícios que seus ativos estivessem registrados acima do valor de realização.

Ágio atribuído a concessão

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada Coelce, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, conforme comentado na nota explicativa nº 13.

18. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Suprimento e transporte de energia						
Geradoras - Energia Livre	-	-	-	4.114	2.350	-
Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	-	-	-	13.982	13.804	13.879
Furnas Centrais Elétricas S/A	-	-	-	37.926	38.079	33.486
Itaipú (Eletrobrás)	-	-	-	21.451	38.756	37.594
Companhia Energética de São Paulo- Cesp	-	-	-	7.441	6.264	5.689
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- Eletronorte	-	-	-	5.888	5.517	5.196
Copel Geração S.A- Copel	-	-	-	4.269	4.221	3.797
Cemig - Geração e Transmissão S.A	-	-	-	5.053	4.761	3.186
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CEAR	-	-	-	52.284	35.417	28.635
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	-	30.253	28.411	26.808
Custo pelo uso do sistema de transmissão	-	-	-	29.077	33.822	17.175
ABB Ltda.	-	-	-	-	1.465	5.172
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição-Light	-	-	-	15.665	14.907	9.371
Cegas - Companhia de Gás do Ceará	-	-	-	-	4.723	11.562
Duke Energy Inter. Ger. Paranapanema	-	-	-	1.541	1.471	1.411
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica	-	-	-	1.363	1.342	1.229
Tractebel Energia S. A.	-	-	-	3.579	2.570	479
Contratos por Disponibilidade/Quantidade	-	-	-	12.482	4.616	494
Encargo de Uso da Rede	-	-	-	16.953	17.841	9.776
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - Spot	-	-	-	774	8.009	20.239
Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A.	-	-	-	1.758	1.210	-
Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.	-	-	-	851	851	-
Alstom Power O&M Ltd	-	-	-	9.807	2.715	1.518
Cemsa- Comercializadora del Mercosul S.A	-	-	-	-	-	-
Endesa Costanera S.A	-	-	-	-	-	-
Materiais e serviços	13.859	13.182	12.866	296.621	170.442	150.406
Outros	-	-	-	70.040	48.662	64.835
Total	13.859	13.182	12.866	643.172	492.226	451.937
Circulante	13.859	13.182	12.866	638.868	489.631	451.787
Não circulante	-	-	-	124.550	120.032	158.094

19. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Taxa contratual	Principal					
		Circulante			Não circulante		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
União Federal – DMLP (agente financeiro Banco do Brasil) (a)	US\$ + Libor + 1,01% / US\$ + Libor + 1,08% / US\$ + 8,00% / US\$ + 6,00%	548	585	895	5.335	6.088	8.860
Banco Europeu de Investimentos (b)	US\$ + 5,49%	14.713	15.804	21.801	13.885	29.020	58.425
BNDES (Finame)	TJLP + 5,50%	-	626	2.533	-	-	622
BNDES (Finame)	TJLP + 6,00%	-	1.354	1.623	-	-	1.346
BNDES (Finame) (r)	4,50%	2.232	-	-	6.313	-	-
BNDES (Finem) (s)	TJLP + 5,20%	24.609	49.318	49.529	-	24.485	73.367
BNDES (Capex) (t)	TJLP + 5,20%	65.356	65.615	52.114	32.448	97.344	128.161
Eletrobrás (u)	6,00%	1.798	1.708	1.798	14.738	16.559	7.790
Bradesco S.A.	CDI + 1,00%	-	-	45.843	-	-	-
Bradesco S.A.	CDI + 1,40%	-	-	24.958	-	-	-
Bradesco S.A. (v)	CDI + 1,15%	5.406	2.675	1.832	5.340	10.680	13.350
Bradesco S.A. (w)	CDI + 1,05%	45.174	5.632	6.035	60.000	100.000	100.000
Banco Alfa S.A. (x)	CDI + 0,95%	13.233	13.124	4.712	50.000	60.000	70.000
Banco Pactual S.A.	IGPM+11,30%	-	-	38.490	-	-	-
União dos Bancos Brasileiros S.A.	CDI + 1,10%	-	-	32.482	-	-	-
União dos Bancos Brasileiros S.A.	CDI + 1,25%	-	-	46.693	-	-	-
União dos Bancos Brasileiros S.A. (y)	CDI + 1,15%	5.492	2.820	204	5.320	10.640	13.300
HSBC Bank Brasil S.A (z)	CDI + 0,95%	15.264	187	309	15.000	30.000	30.000
HSBC Bank Brasil S.A (aa)	CDI + 0,85%	61.047	740	1.228	60.000	120.000	120.000
Banco do Brasil S.A (bb)	CDI + 0,97%	1.016	809	1.202	100.000	100.000	100.000
Banco Itaú S.A (cc)	CDI + 1,13%	6.692	2.680	15	6.675	10.680	13.350
Eletrobrás (c,d,e,f,g,h,i,j)	6,00%	16.503	13.860	12.057	72.961	74.285	57.166
União Federal – Lei 8.727 (Agente financeiro Banco do Brasil) (k,l)	TR + 10,13% / IGPM + 10,13%	8.424	8.248	7.986	21.714	25.877	32.584
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar) (m)	TJLP + 4,50%	4.782	3.767	28	10.310	14.204	16.890
Banco do Nordeste – Proinfra (n,o)	10,00%	27.688	40.571	18.779	109.423	127.208	167.539
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (p)	TJLP + 3,70%	49.915	51.858	1.662	147.318	196.438	140.184
BNDES PEC (q)	TJLP + 5,50%	28.499	-	-	27.083	-	-
Nota Promissória - SAFRA	CDI + 1,60%	-	-	130.170	-	-	-
Nota Promissória - SANTANDER	CDI + 1,60%	-	-	130.170	-	-	-
Conta Garantida Santander	CDI + 2,25%	-	-	26.516	-	-	-
Santander S.A (dd)	CDI + 1,7%	200.562	200.710	688	200.000	400.000	600.000
IFC - A (ee)	US\$ + 7,89%	7.435	7.273	9.142	56.016	66.075	98.102
IFC - B (ee)	US\$ + Libor + 2,25%	11.495	11.230	14.145	54.432	68.812	107.301
IFC - C (ee)	US\$ + 11,96%	62	65	87	11.663	12.188	16.359
Conta Garantida Bradesco	CDI + 2,28%	-	2.162	-	-	-	-
Total		617.945	503.421	685.726	1.085.974	1.600.583	1.974.696
Custos de transação		(364)	(364)	(1.424)	(841)	(1.206)	(1.569)
Total líquido dos custos de transação		617.581	503.057	684.302	1.085.133	1.599.377	1.973.127
Total sem efeito do Swap		617.581	503.057	684.302	1.085.133	1.599.377	1.973.127
Resultado das operações de Swap		20.476	15.936	5.376	22.582	28.820	20.738
Total		638.057	518.993	689.678	1.107.715	1.628.197	1.993.865

(a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – DMLPs – Confissão de dívida com a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos, remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos) – (1) Bônus de Desconto, com encargos a Libor semestral mais spread 13/16 de 1% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros. O principal tem vencimento único em 11 de abril de 2024; (2) Bônus ao Par, com encargos de 6% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros. O principal tem vencimento único em 11 de abril de 2024; (3) Bônus de Redução Temporária de Juros, com encargos a Libor semestral mais spread 13/16 de 1% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo sido liquidada em 10 de abril de 2009; (4) Bônus de Capitalização, com encargos de 8% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, com última amortização prevista para 10 de abril de 2014; (5) Bônus de Conversão da Dívida, com encargos a Libor semestral mais spread 7/8 de 1% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos

de juros e principal, com última amortização prevista para 12 de abril de 2012; (6) Bônus de Dinheiro Novo, com encargos a Libor semestral mais spread 7/8 de 1% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo sido liquidada em 10 de abril de 2009 (7) Bônus de Juros Atrasados, com encargos a Libor semestral mais spread 13/16 de 1% a.a., com vencimentos semestrais consecutivos de juros e principal, tendo sido liquidada em 10 de abril de 2006. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 376) e conta-reserva (R\$ 2.778). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 5.883.

(b) Banco Europeu de Investimentos – BEI – Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da Coelce, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95, com vencimento em 15 de junho de 2012 e encargos com base na variação cambial (dólares norte-americanos) mais 5,49% a.a.. A operação tem como garantia fianças bancárias (R\$ 28.598) do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) e Banco Santander Central Hispano. A operação possui swap para 98,80% do CDI. O pagamento de juros e amortização anual foi iniciado em 15 de junho de 2007 e a última amortização está prevista para 15 de junho de 2012. O saldo em 31 de dezembro era de R\$ 28.598.

(c) Eletrobrás – Luz no campo – Empréstimo contratado em 03 de março de 2000, para cobertura financeira dos custos diretos do programa de eletrificação rural – Luz no Campo, do Ministério das Minas e Energia, com recursos oriundos da RGR. A primeira amortização foi realizada em 30 de maio de 2002, e a última amortização está prevista para 30 de abril de 2012. Os juros são de 5% a.a., juntamente com a taxa de administração de 1% a.a., com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 536) e notas promissórias no valor total do empréstimo. O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 7.910.

(d) Eletrobrás – Luz para Todos (1ª Tranche) – Empréstimo contratado em 04 de abril de 2004 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR. A primeira amortização foi em 30 de outubro de 2006 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2016. Os juros são de 5% a.a. mais taxa de administração de 1% a.a., com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 123) e notas promissórias no valor total do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor era de R\$ 6.273.

(e) Eletrobrás – Luz para Todos (2ª Tranche) – Empréstimo contratado em 13 de janeiro de 2006, para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A primeira amortização iniciou em 30 de abril de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de março de 2018. Os juros são de 5% a.a. mais taxa de administração de 1% a.a., com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 123) e notas promissórias no valor total do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor era de R\$ 7.538.

(f) Eletrobrás – Luz para Todos (3ª Tranche) - Empréstimo contratado em 09 de maio de 2007 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A primeira amortização será em 30 de outubro de 2009 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2019. Os juros são de 5% a.a. mais taxa de administração de 1% a.a., com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 161) e notas promissórias no valor total do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor era de R\$ 11.133.

(g) Eletrobrás – Luz para Todos (4ª Tranche) - Empréstimo contratado em 28 de outubro de 2008 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de

eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A primeira amortização será em 30 de janeiro de 2011 e o último pagamento está previsto para 30 de janeiro de 2021. Os juros são de 5% a.a. mais taxa de administração de 1% a.a., com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 83) e notas promissórias no valor total do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor era de R\$ 16.573.

(h) Eletrobrás – Luz para Todos (5ª Tranche) - Empréstimo contratado em 24 de julho de 2009 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos no montante de R\$ 127.813, originários de R\$ 102.250 da CDE (subvenção) e R\$ 25.563 da RGR (empréstimo). A Coelce recebeu a 1ª liberação do contrato em 28 de setembro de 2009, e até 31 de dezembro de 2010, a controlada Coelce havia recebido R\$ 89.469, sendo R\$ 71.575 provenientes da CDE (subvenção) e R\$ 17.894 provenientes da RGR (empréstimo). A primeira amortização será em 30 de setembro de 2011 e o último pagamento está previsto para 30 de agosto de 2021. Os juros são de 5% a.a. mais taxa de administração de 1% a.a., com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 96) e notas promissórias no valor total do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor era de R\$ 17.896.

(i) Eletrobrás – Luz para Todos (6ª Tranche) – Empréstimo contratado em 19 de abril de 2010 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia. O montante disponibilizado é de R\$ 136.816, originários de R\$ 109.452 da CDE (subvenção) e R\$ 27.363 da RGR (empréstimo). Até 31 de dezembro de 2010, a Coelce recebeu apenas a 1ª parcela do contrato, que foi em 8 de julho de 2010, no valor de R\$ 41.045, sendo R\$ 32.836 provenientes da CDE (subvenção) e R\$ 8.209 provenientes da RGR (empréstimo). A primeira amortização será em 30 de julho de 2012 e o último pagamento está previsto para 30 de junho de 2022. Os juros são de 5% a.a. mais taxa de administração de 1% a.a., com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 57) e notas promissórias no valor total do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor era de R\$ 8.211.

(j) Eletrobrás – Linha de subtransmissão – Empréstimo contratado em 07 de julho de 2006 para cobertura financeira dos custos para projetos de construção de linhas de transmissão, subestações e reforço de capacidade de subestações, com recursos originários da RGR e CDE. A primeira amortização ocorreu em 30 de setembro de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de agosto de 2013. Os juros são de 5% a.a. mais taxa de administração de 2% a.a., com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 519) e notas promissórias no valor total do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor era de R\$ 13.930.

(k) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – Eletrobrás – Cessão de crédito, que fez a Eletrobrás à União Federal, em 30 de março de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 1º de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação do IGPM mais 10,028% a.a.. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 878). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 29.287.

(l) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – CEF – Cessão de crédito, que fez a Caixa Econômica Federal à União Federal em 30 de setembro de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 1 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação da TR mais 10,028% a.a.. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 26). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 851.

(m) Banco do Brasil – Fat Fomentar – A Coelce contratou em 23 de janeiro de 2007, operação de crédito comercial com objetivo de financiar investimentos no valor de R\$ 15.000, com taxa de TJLP mais 4,5% a.a., com prazo de três anos para carência e quatro anos de amortizações mensais e sucessivas. A primeira amortização foi em 18 de março de 2010 e o último pagamento está previsto para 18 de fevereiro de 2014. A operação está garantida por fiança bancária (R\$ 15.092). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 15.092.

(n) Banco do Nordeste do Brasil - Proinfra I – A Coelce celebrou contrato, em 29 de dezembro de 2004, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 140.389, sendo R\$ 70.195 financiados com recursos do FNE/Proinfra e R\$ 70.194 com recursos próprios da Coelce. A operação tem um período de duração de oito anos com 36 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14% a.a. (com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% a.a. em 1 de janeiro de 2007 e depois para 10% a.a. a partir de 1º de janeiro de 2008. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais, com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 29 de janeiro de 2008, e a última em 29 de dezembro de 2012. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do BNB (R\$ 28.090). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 28.091.

(o) Banco do Nordeste do Brasil - Proinfra II – O contrato foi celebrado em 25 de setembro de 2006, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 216.695, sendo R\$ 130.000 financiados com recursos do FNE/Proinfra e R\$ 86.695 com recursos próprios da Coelce. A operação tem duração de 8 (oito) anos com 35 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14% a.a. (com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% a partir de 01 de janeiro de 2007 e depois para 10% a.a. a partir de 1º de janeiro de 2008. A primeira amortização foi em 25 de outubro de 2009, e a última em 25 de setembro de 2014. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do BNB (R\$ 109.020). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 109.020.

(p) BNDES Finem: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da Coelce, contratado em 28 de abril de 2008, no montante de R\$ 330.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES, com taxa de juros de 3,70% a.a., mais TJLP. A Coelce captou 74% do total do contrato. A amortização mensal iniciou-se dia 15 de janeiro de 2010 e terminará dia 15 de dezembro de 2014. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis (R\$ 9.831) e conta-reserva (R\$ 17.007). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 197.233.

(q) BNDES PEC: Crédito designado para financiar o capital de giro da Coelce, feito junto ao Banco do Brasil, com repasse de recurso do BNDES. Foi contratado no dia 15 de janeiro de 2010 o montante de R\$ 50.000 com vencimento em janeiro de 2013 e carência de 1 ano e taxa de juros de 5,50% a.a., mais TJLP. Os juros e as amortizações são pagos mensalmente após a carência. O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 55.582.

(r) BNDES Finame: Financiamento para aquisição de equipamentos nacionais, contratado a partir de 20 de agosto de 2009, junto ao banco Safra, com repasse de recursos do BNDES e taxa de juros fixas de 4,50% a.a.. A amortização mensal iniciou-se dia 15 de abril de 2010 e o último pagamento está previsto para 15 de dezembro de 2014. As operações têm garantia de fiança bancária (R\$ 268). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 8.545.

(s) BNDES Finem - Rede Ampla: Financiamento para ampliação da rede de distribuição no período de 2005/2007 da controlada Ampla Energia, contratado em 18 de agosto de 2005, no montante de R\$ 165.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES e taxa de juros de 6,00% a.a., mais TJLP. A controlada Ampla Energia captou 100% do valor do contrato. A amortização mensal

iniciou-se dia 15 de janeiro de 2008 e o último pagamento está previsto para 15 de junho de 2011. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários (R\$ 3.750) e conta-reserva (R\$ 12.852). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 24.609.

(t) BNDES Capex: Financiamento para o plano de investimento 2006/2008 da controlada Ampla Energia, contratado em 03 de novembro de 2006, no montante de R\$ 301.425, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES e taxa de juros de 5,20% a.a., mais TJLP. A controlada Ampla Energia sacou 73% do valor do contrato. A amortização mensal iniciou-se dia 15 de janeiro de 2009 e o último pagamento está previsto para 15 de junho de 2012. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários (R\$ 7.549) e conta-reserva (R\$ 15.973). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 97.804.

(u) Eletrobrás – Luz para Todos - Empréstimos contratados a partir de 1º de junho de 2004 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos no montante de R\$ 58.446, originários de R\$ 11.945 da CDE (subvenção) e R\$ 46.502 da RGR (empréstimo). A 1ª liberação ocorreu em 16 de setembro de 2004, e até 30 de junho de 2010, a controlada Ampla Energia recebeu R\$ 25.721, sendo R\$ 5.158 provenientes da CDE (subvenção) e R\$ 20.563 provenientes da RGR (empréstimo). A amortização mensal iniciou-se dia 30 de outubro de 2006 e o último pagamento está previsto para 30 de maio de 2021. Os juros são de 5% a.a. mais taxa de administração de 1% a.a., com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis (R\$ 211) e notas promissórias no valor total do empréstimo. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo devedor era de R\$ 16.536.

(v) Bradesco S.A. – A controlada Ampla Energia contratou em 28 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 13.500, com taxa de CDI mais 1,15% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 13 de dezembro de 2010 e o último pagamento está previsto para 3 de dezembro de 2012. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 10.746.

(w) Bradesco S.A. – A controlada Ampla Energia contratou em 1º de fevereiro de 2008, operação de capital de giro no valor de R\$ 100.000, com taxa de CDI mais 1,05% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 17 de janeiro de 2011 e o último pagamento está previsto para 7 de janeiro de 2013. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 105.174.

(x) Banco Alfa S.A. – A controlada Ampla Energia contratou em 10 de janeiro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 70.000, com taxa de CDI mais 0,95% a.a., prazo de dois anos e meio de carência e três anos de amortizações semestrais. A amortização iniciou em 11 de janeiro de 2010 e o último pagamento está previsto para 30 de julho de 2012. A operação tem garantias em notas promissórias totalizando 120% do principal a amortizar (R\$ 72.000). O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 63.233.

(y) União dos Bancos Brasileiros S.A. – A controlada Ampla Energia contratou em 26 de novembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 13.300, com taxa de CDI mais 1,15% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 10 de novembro de 2010 e o último pagamento está previsto para 30 de outubro de 2012. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de Dezembro de 2010 era de R\$ 10.812.

(z) HSBC Bank Brasil S.A. – A controlada Ampla Energia contratou em 3 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 30.000, com taxa de CDI mais 0,95% a.a., prazo de três anos e meio de carência e dois anos de amortizações

semestrais constantes. A amortização iniciará em 03 de junho de 2011 e o último pagamento está previsto para 3 de dezembro de 2012. A operação tem garantias em notas promissórias totalizando 130% do principal a amortizar (R\$ 39.000). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 30.264.

(aa) HSBC Bank Brasil S.A. – A controlada Ampla Energia contratou em 3 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 120.000, com taxa de CDI mais 0,85% a.a., prazo de três anos e meio de carência e dois anos de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 3 de junho de 2011 e o último pagamento está previsto para 3 de dezembro de 2012. A operação tem garantias em notas promissórias totalizando 130% do principal a amortizar (R\$ 156.000). O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 121.047.

(bb) Banco do Brasil S.A. – A controlada Ampla Energia contratou em 4 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 100.000, com taxa de CDI mais 0,97% a.a., prazo de seis anos de carência com amortização ao final. A amortização ocorrerá em 30 de outubro de 2013. A operação tem garantias em notas promissórias no valor total do contrato. O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 101.016.

(cc) Banco Itaú S.A. – A controlada Ampla Energia contratou em 28 de dezembro de 2007, operação de capital de giro no valor de R\$ 13.350, com taxa de CDI mais 1,13% a.a., prazo de três anos de carência e dois anos e meio de amortizações semestrais constantes. A amortização iniciará em 28 de dezembro de 2010 e o último pagamento está previsto para 28 de dezembro de 2012. A operação não tem garantias. O saldo em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 13.367.

(dd) Santander S.A. – Na controlada Cien o empréstimo foi instrumentado através da emissão de 40 CCB's - Cédulas de Crédito Bancário - com valores unitários de R\$ 15.000 e vencimentos em 28 de dezembro de 2012, que foram adquiridas por um sindicato de bancos liderado pelo Banco Santander Brasil. Os recursos captados foram utilizados em sua grande maioria para a liquidação de dívidas. O empréstimo da controlada Cien com o Banco Santander possui como garantia o aval da Endesa Brasil S.A. (no valor total do empréstimo), que contratualmente se responsabilizará solidariamente pelo cumprimento das obrigações contratuais no caso de não cumprimento das condições acordadas. Adicionalmente, este contrato prevê o cumprimento de indicadores econômico-financeiros, apurados semestralmente, tomando-se por base as demonstrações financeiras consolidadas da Endesa Brasil S.A., especificados a seguir:

- i) Índice Dívida Líquida / EBITDA igual ou inferior a 3,0; e, concomitantemente:
- ii) Índice Financeiro Consolidado igual ou inferior a 2,0.

(ee) IFC - A controlada Endesa Fortaleza possui apenas um contrato de financiamento de longo prazo, celebrado em 2006 com o IFC ("International Finance Corporation") no valor de US\$ 130.000 mil. Esse contrato, constituído na modalidade de *project finance*, está dividido em 3 "*tranches*" (IFC-A, IFC-B e IFC-C com vencimentos em dezembro de 2017, 2015 e 2019, respectivamente).

Conforme mencionado na Nta 5, em 31 de dezembro de 2010 a Controlada Endesa Fortaleza mantinha aplicação financeira retida no montante de R\$ 19. Vinculada a parcela de curto prazo do contrato com o IFC. A controlada ainda mantém como garantia seus ativos fixos e uma carta fiança no valor de R\$ 488.358 e R\$ 39.500, respectivamente.

Conforme determinado no contrato de financiamento a Controlada Endesa Fortaleza deve manter contratos de swap com objetivo de proteger parte da dívida de efeitos cambiais e de taxa de juros. Os contratos de swap estão apresentados conforme quadro abaixo na Nota 22.

Do total de empréstimos e financiamentos das Controladas Coelce e Ampla Energia, R\$ 316.835 e R\$ 138.949, respectivamente estão garantidos por vínculos com a receita de energia elétrica (arrecadação).

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Europeu de Investimentos – BEI e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratados em 2002 e 2008, e nas operações de capital de giro as Controladas Coelce e Ampla Energia comprometeram-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2010:

Consolidado		
Contratos	Obrigações financeiras especiais	Limite
BNDES	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,5
BNDES	Dívida financeira líquida/(PL + dívida financeira líquida) (máximo)	0,6
Capital de giro	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,5
Capital de giro	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2
BEI	Dívida (com <i>swap</i> e fornecedores) / Ativo total (máximo)	0,7
BEI	EBITDA/Encargos da dívida (mínimo)	3,0
BNDES/ Finem	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,5
BNDES/ Finem	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido +	0,6
Santander	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,0
Santander	Índice financeiro consolidado	2,0

EBITDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo (sem os efeitos das operações de swap contratados e dos custos de captação) tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

Consolidado	
2012	586.040
2013	256.716
2014	132.683
2015	34.396
2016	9.343
Após 2016	66.796
Total	1.085.974

A controlada Coelce mantém contrato de swap para o empréstimo em moeda estrangeira do BEI, trocando a remuneração desse contrato para taxa pós-fixada de 98,80% do CDI. Quanto aos contratos de DMLP – dívida de médio e longo prazo, com variação em moeda estrangeira contratado com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro, não está vinculado a contratos de swap. Apesar da exposição cambial deste contrato de DMLP, o percentual de exposição cambial está dentro do limite estipulado na política de riscos financeiros da controlada Coelce, representando apenas 1,08% da dívida total, na posição de 31 de dezembro de 2010.

Variação das moedas/indexadores da dívida acumulados no ano até a posição de 31 de dezembro de 2010 e 2009, respectivamente:

Moeda/Indexador	Consolidado	
	2010	2009
Dólar norte-americano	-4,31%	- 25,49%
INPC	6,47%	4,11%
IPCA	5,91%	4,31%
IGP-M	11,32%	- 1,71%
TJLP	6,00%	6,00%
CDI	9,75%	9,90%
Selic	9,78%	9,93%
TR	0,69%	0,71%
Labor	0,52%	1,11%

Mutação de empréstimos e financiamentos sem os efeitos dos custos de captação:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 1º de janeiro de 2009	639.656	1.685.649	51.446	309.785	2.686.536
Ingressos	297.176	179.760	-	-	476.936
Encargos provisionados	228.290	-	15.939	-	244.229
Variação monetária e cambial	1.328	-	(7.256)	(62.374)	(68.302)
Transferências	447.009	(447.009)	44.760	(44.760)	-
Resultado Swap	-	-	5.370	8.352	13.722
Amortizações e pagamento de juros	(1.144.995)	-	(59.366)	-	(1.204.361)
Em dezembro de 2009	468.464	1.418.400	50.893	211.003	2.148.760
Ingressos	-	75.793	-	-	75.793
Encargos provisionados	176.979	-	11.734	-	188.713
Variação monetária e cambial	4.020	-	(944)	(6.269)	(3.193)
Transferências	549.550	(549.550)	34.584	(34.584)	-
Resultado Swap	-	-	4.598	(6.237)	(1.639)
Amortizações e pagamento de juros	(615.321)	-	(46.136)	-	(661.457)
Em dezembro de 2010	583.692	944.643	54.729	163.913	1.746.977

20. Debêntures

	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Coelce						
2ª emissão – 1ª série	90.500	-	-	90.500	-	-
2ª emissão – 2ª série	-	166.086	-	156.550	-	-
Ampla						
4ª emissão – série única	185.000	185.000	133.518	370.000	-	370.000
5ª emissão – 1ª série		115.330		115.330		
5ª emissão – 2ª série		134.670		134.670		134.670
Encargos da dívida	28.865	8.203	36.868	-	34.508	1.176
(-) Custo de transação	(2.255)	(3.198)	-	(8.602)	-	-
Total	302.110	606.091	170.386	858.448	34.508	505.846

Mutação de debêntures:

	Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total
1º de janeiro de 2009	34.508	505.846	540.354
Ingressos	-	495.603	495.603
Encargos provisionados	62.005	-	62.005
Variação monetária	-	1.447	1.447
Encargos pagos	(61.973)	-	(61.973)
Transferências	135.846	(135.846)	-
Custo da transação	-	(8.602)	(8.602)
Em dezembro de 2009	170.386	858.448	1.028.834
Encargos provisionados	89.746	8.203	97.949
Encargos pagos	(95.340)	-	(95.340)
Transferências	275.500	(275.500)	-
Variação monetária	-	9.536	9.536
Amortização	(135.927)	-	(135.927)
Transferência custo de transação	(4.243)	4.243	-
Custo da transação	1.988	1.161	3.149
Em dezembro de 2010	302.110	606.091	908.201

Características das emissões:

Coelce:

Características	1ª Série	2ª Série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	9.050 debêntures simples	15.450 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00
Data de emissão	15 de julho de 2009	15 de julho de 2009
Vencimento inicial	15 de julho de 2011	15 de julho de 2012
Vencimento final	15 de julho de 2011	15 de julho de 2014
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI+0,95%aa	7,5%aa
Taxa Efetiva 2010	10,79%aa	13,85%aa
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Parcela única	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2011	2012, 2013 e 2014

2ª EMISSÃO

Em 8 de junho de 2009, o Conselho de Administração da controlada Coelce aprovou a 2ª emissão pública de debêntures da Coelce, que teve como objetivo o resgate parcial da 7ª emissão de Notas Promissórias (realizado em 5 de agosto de 2009). A emissão foi realizada em 15 de julho de 2009, com 24.500 (vinte e quatro mil e quinhentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 (dez mil reais) na data de emissão, no montante total de R\$ 245.000 (duzentos e quarenta e cinco milhões de reais), colocadas através de oferta pública de distribuição. A primeira série foi emitida com 9.050 (nove mil e cinquenta) debêntures, sem correção monetária, com remuneração em CDI mais 0,95% a.a., exigíveis semestralmente e amortização única ao final do segundo ano, prevista para 15 de julho de 2011. A segunda série foi emitida com 15.450 (quinze mil quatrocentos e cinquenta) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 7,5% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de julho de 2012, 15 de julho de 2013 e 15 de julho de 2014.

Ampla Energia:

Série	4ª emissão - série única	5ª emissão - 1ª série	5ª emissão - 2ª série
Forma e espécie	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária)	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária).	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária).
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	01 de agosto de 2006	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento final	01 de agosto de 2012	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Remuneração	Taxa média DI + 0,85% a.a.	Taxa média DI + 1,1% a.a.	Taxa média IPCA + 8,30% a.a.
Taxa Efetiva 2010	10,68% a.a.	10,96% a.a.	14,70% a.a.
Pagamento dos juros	Semestral, a partir da data da emissão	Anual, a partir da data da emissão	Semestral, a partir da data da emissão
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures	Parcela única na data do vencimento	Em 3 parcelas anuais (Dez/2013, 14 e 15)

4ª EMISSÃO

A controlada Ampla Energia em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, aprovou a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da controlada, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

5ª EMISSÃO

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da controlada Ampla Energia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries no montante total de R\$ 250.000.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, as controladas Coelce e Ampla Energia estão sujeitas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras. Até 31 de dezembro de 2010, as Controladas vêm cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

Obrigações especiais financeiras Coelce	Índice
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

Emissão	Obrigações especiais financeiras Ampla	Limite
4ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,90
4ª Emissão	Dívida Líquida de CP / EBITDA (máximo)	1,50
4ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,30
5ª Emissão	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	2,70
5ª Emissão	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

Ano	Curva de amortização
2012	354.004
2013	102.072
2014	102.529
2015	47.486
	606.091

21. Instrumentos financeiros e riscos operacionais

Considerações gerais

A Sociedade e suas controladas possuem políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e as taxas praticadas pelo mercado.

As controladas Coelce e CGTF utilizam instrumentos financeiros derivados com a premissa exclusiva de proteção aos riscos financeiros de variação cambial ou de taxa de juros de suas captações realizadas em moeda estrangeira, sem nenhum caráter especulativo. Essas operações de hedge são swaps de moeda e taxas de juros.

Fatores de risco

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de as controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. Para reduzir esse tipo de risco, as controladas celebram contratos de swap junto a instituições financeiras. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados na demonstração do resultado.

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso a variação da taxa de câmbio de 2010 fosse igual a esperada para 2011, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

2010	Aumento/Redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Dólares norte-americanos	8,77%	(9.646)	(9.646)

b) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Sociedade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Com o objetivo de reduzir esses riscos, a Administração busca aumentar a participação de dívidas atreladas a taxas pré-fixadas e atreladas a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP e CDI.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2010 fossem iguais as esperadas para 2011, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&F:

2010	Aumento/Redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	1,39%	(22.532)	(22.532)
Libor	0,48%	(416)	(416)
TJLP	0,00%	0	0
IPCA	- 1,55%	614	614
IGP-M	- 6,62%	370	370
TR	0,98%	(142)	(142)
Total		(22.106)	(22.106)

c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, tendo em vista a pulverização do número de clientes e da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes, exceto pelas negociações mantidas com a Celg, mencionadas na Nota 6. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração das controladas, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

d) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Sociedade em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

e) Risco de vencimento antecipado

Algumas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente.

f) Gestão do risco de capital

A Controladora administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na Nota explicativa nº 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e outros ativos financeiros) e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota explicativa nº 29).

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Dívida (i)	2.653.974	3.176.082	3.226.891
Caixa e equivalente de caixa + Outros ativos financeiros	-1.103.058	-1.199.244	-1.108.465
Dívida líquida (a)	1.550.916	1.976.838	2.118.426
Patrimônio líquido (b)	5.747.602	5.368.192	5.221.890
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	21%	27%	29%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas Notas explicativas nº 19 e nº 20.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Sociedade, gerenciados como capital.

g) Risco de liquidez

A liquidez do Grupo é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas em moeda estrangeira do Grupo que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados (inclui juros e principal):

	Consolidado					
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2010						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	5.331	10.717	62.586	256.854	90.472	425.960
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	52.028	40.074	584.173	915.184	8.161	1.599.620
Debêntures	26.200	-	343.373	717.718	-	1.087.291
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	9.035	3.922	-	12.957
	83.559	50.791	999.167	1.893.678	98.633	3.125.828
31 de dezembro de 2009						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	6.284	12.547	69.814	286.945	116.453	492.043
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	36.015	37.753	517.819	1.536.524	25.417	2.153.528
Debêntures	21.426	148.547	57.332	995.211	50.219	1.272.735
Empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira	-	-	9.206	12.982	-	22.188
	63.725	198.847	654.171	2.831.662	192.089	3.940.494

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de hedge que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Controladora:

	Consolidado					
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2010						
"Swaps" de moeda	-	-	12.497	14.091	-	26.588
"Swaps" de taxa de juros	-	-	5.698	18.750	-	24.448
	-	-	18.195	32.841	-	51.036
31 de dezembro de 2009						
"Swaps" de moeda	-	-	11.169	20.542	-	31.711
"Swaps" de taxa de juros	-	-	4.768	18.342	-	23.110
	-	-	15.937	38.884	-	54.821

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2010 e 2009 quanto à utilização das contas:

Conta garantida	2010	2009
Contratada	90.000	190.000
Utilizada	-	2.162

Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação do valor justo para Empréstimos e Financiamentos, a administração do Grupo utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado. Para as Debêntures foram consideradas as cotações negociadas no mercado secundário. Os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros da Controladora e do Grupo em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 1º de janeiro de 2009 são demonstrados abaixo:

		Controladora					
			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		
Categoria	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	275.213	275.213	174.057	174.057	162.118
Outros ativos financeiros	Valor justo por meio de resultado	2	356.258	356.258	3.351	3.351	5.745
Passivo							
Obrigações IFC	Outros passivos financeiros	2	184.065	184.065	190.335	190.335	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	13.859	13.859	13.182	13.182	12.866

		Consolidado					
			31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		
Categoria	Nível	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	509.163	509.163	811.882	811.882	819.048
Outros ativos financeiros	Valor justo por meio de resultado	2	594.895	594.895	387.362	387.362	289.417
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	124.509	124.509	118.119	118.119	106.125
Contas a Receber	Empréstimos e recebíveis	2	1.250.858	1.250.858	1.304.060	1.304.060	1.243.516
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	527.794	527.794	351.445	351.445	264.111
Passivo							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	1.528.335	1.517.681	1.886.864	1.878.649	2.325.305
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	908.201	900.496	1.028.834	1.024.442	540.354
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	218.642	201.783	261.869	227.502	361.231
Intrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio de resultado	2	43.059	43.059	44.756	44.756	26.114
Empréstimos com Partes relacionadas em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	12.456	12.882	21.219	19.852	39.592
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	643.172	643.172	492.226	492.226	451.937

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor Justo Hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado

apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2010.

A Sociedade possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial e de taxas de juros.

As operações de "hedge" são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, e cobertura de juros de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Sociedade detinha operações de swap, conforme demonstrado abaixo:

Coelce:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência					
					Moeda estrangeira			Moeda local		
					31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contratos de swaps										
(+) Ativo				Dólar +						
(-) Passivo	ABN Amro	16/06/06	15/06/12	5,49% a.a.	USD 9.034	USD 28.553	USD 30.471	R\$ 15.053	R\$ 40.712	R\$ 69.612
(=) Ajuste				9,58% do CDI						

Descrição	Contraparte	Valor justo			Efeito acumulado 2010		Efeito acumulado 2009		Efeito acumulado	
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/pago
Contratos de swaps										
(+) Ativo										
(-) Passivo		R\$ 20.316	R\$ 46.270	R\$ 79.946	-	-	-	-	-	-
(=) Ajuste	ABN Amro	R\$ 50.927	R\$ 73.198	R\$ 93.376	-	-	-	-	-	-
		(R\$ 21.611)	(R\$ 26.928)	(R\$ 13.430)	-	(R\$ 21.611)	-	(R\$ 26.928)	-	(R\$ 13.430)

CGTF:

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência					
					Moeda estrangeira			Moeda local		
					31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contratos de swaps										
(+) Ativo										
(-) Passivo				Libor 5,4% a.a.						
(=) Ajuste	Santander	15/06/06	15/12/15	Libor +	13.493	15.676	17.710	30.824	35.822	40.740
(+) Ativo				2,25% a.a.						
(-) Passivo				IGP-M +						
(=) Ajuste	Citibank	20/03/07	15/12/15	9,77% a.a.	14.095	17.901	20.230	32.045	37.230	42.070
					27.588	33.577	37.940	62.869	73.052	85.240

Descrição	Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valor justo		
					31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Contratos de swaps							
(+) Ativo					23.391	29.476	35.930
(-) Passivo				Libor 5,4% a.a.	25.843	32.130	40.314
(=) Ajuste					(2.452)	(2.654)	(4.294)
(+) Ativo				Libor + 2,25% a.a.			
(-) Passivo	Santander	15/06/06	15/12/15	IGP-M + 9,77%	26.054	32.568	43.320
(=) Ajuste	Citibank	20/03/07	15/12/15	a.a.	45.049	47.742	51.080
					(18.995)	(15.714)	(7.760)
					(21.447)	(17.828)	(12.684)

Contratos futuros

Os Fundos Exclusivos possuem em sua carteira operações com Contratos Futuros de Depósito Interbancário (Fut DI) com garantia da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). Essas operações foram utilizadas exclusivamente na gestão dos recursos da renda fixa, com o objetivo de realizar operações de proteção dos títulos detidos à vista, efetuar operações de posicionamento em taxas de juros e troca de indexadores dos títulos detidos à vista. Em 31 de dezembro de 2010, os valores contratados das operações de contratos futuros de DI consolidada é de R\$ 65.303 com saldo passivo de R\$ 27. Esses contratos futuros possuem vencimento entre 2011 e 2017.

22. Tributos a pagar

	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS	-	110.764	-	23.925	-	22.849
IRPJ/CSLL	1.290	61.493	295	35.598	81	13.205
ISS	41	6.627	17	5.394	19	5.100
PIS/COFINS	336	57.538	253	94.745	238	81.375
IRRF Mútuos	-	913	-	4.686	-	3.216
Contribuições Sociais	-	5.251	-	13.829	-	1.780
Outros tributos e Contribuições	4.141	12.220	2.376	8.373	4.466	14.402
Total	5.808	254.805	2.941	186.550	4.804	141.927
Circulante	5.808	248.623	2.941	159.830	4.804	133.506
Não Circulante	-	6.182	-	26.720	-	8.421

a) Refis Federal

Em 30 de novembro de 2009, a controlada Coelce apresentou na forma determinada pela Receita Federal do Brasil (meio eletrônico; e-CAC), a sua opção pelo parcelamento de débitos instituído pela Lei nº 11.941/2009 ("Refis IV"), tendo o seu requerimento de adesão sido realizado na modalidade "Débitos Administrados pela RFB – Parcelamento de Dívidas Não Parceladas Anteriormente – Previdenciários" e sendo providenciado o pagamento da 1ª parcela emitida de forma automática pelo sistema da RFB na mesma data.

Os valores inclusos no "Refis IV" são débitos referentes a lançamentos previdenciários controlados nos Autos de Infração nºs 35.863.572-1, 35.863.573-0 e nas NFLDs nºs 35.784.931-0, 35.784.934-5, 35.784.936-1, 35.784.937-0, 35.784.939-6, 35.784.940-0, 35.784.943-4, 35.784.944-2, 35.784.947-7, 35.784.949-3, 35.784.950-7, 35.784.933-7, 35.784.935-3, 35.784.938-8, 35.784.941-8, 35.784.942-6, 35.784.945-0, 35.784.948-5, bem como os valores espontaneamente confessados pela controlada Coelce a título de "Contribuição ao Incra" das competências de fevereiro/2005 a outubro/2008.

O montante total da dívida desses processos administrativos e débito espontaneamente confessado, incluídos no "Refis IV", perfazia R\$ 33.129.

Inicialmente, ao se aplicar o prazo decadencial do lançamento de contribuições previdenciárias (Súmula Vinculante do STF nº 08 c/c art. 103-A da Constituição Federal de 1988, arts. 100, I e 150, §4º do CTN e Parecer Normativo PGFN/CAT nº 1.617/2008), esse montante total foi reduzido para R\$ 24.237, sendo composto pelo principal de R\$ 10.727, multas de R\$ 2.633 e juros de R\$ 10.877.

Em sequência, com o aproveitamento dos benefícios do "Refis IV" para a modalidade de "pagamento em 30 (trinta) parcelas", o montante total da dívida sofreu as reduções determinadas na Lei nº 11.941/2009 e passou a ser de R\$ 17.566, sendo de principal R\$ 10.727, multas de R\$ 313 e juros de R\$ 6.526.

As parcelas mensais do "Refis IV" são contadas desde 30/11/2009, vencem a cada último dia útil do mês-calendário e sofrem correção pela Taxa Selic acumulada desde novembro/2009, conforme dispositivo legal.

Ressalte-se que, conforme permissivo da Lei nº 11.941/2009 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 02/2011, quando da efetiva consolidação do parcelamento pela Receita Federal do Brasil, a controlada Coelce poderá optar por efetuar a antecipação total do saldo do valor parcelado, aplicando-lhe os benefícios adicionais da modalidade de pagamento “à vista” e corrigindo tal saldo pela Selic acumulada desde novembro de 2009, o que implicará em adicional redução do montante total da dívida.

Em virtude desse permissivo legal, a controlada Coelce tem como previsão efetuar o pagamento com os benefícios da modalidade “à vista”. O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 17.011.

Por fim, as regras jurídicas originadas da Lei nº 11.941/2009 impõem como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento benéficas previstas no “Refis IV”, somente o pagamento regular das parcelas do próprio parcelamento, permitindo-se máximo atraso de duas parcelas vencidas no seu curso ou de uma parcela vencida quando pagas todas as demais, sendo que não há conhecimento de qualquer risco iminente associado à perda desse regime especial de pagamento.

b) Parcelamento IRPJ – Controlada Investluz

Em 21 de junho de 2010, a Controlada Investluz recebeu auto de infração de número 0310100/00893/09 referente a falta de recolhimento de imposto de renda no ano calendário de 2006. O valor principal foi de R\$ 11.040. A controlada Investluz optou pelo pagamento e parcelamento da dívida em 60 meses, findando em junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2010 o valor estava acrescido por R\$ 4.403 referente à multa e R\$ 2.015 de juros, totalizando R\$ 17.458.

c) Parcelamento ICMS

Em 31 de dezembro de 2009 a controlada Coelce protocolou junto à Secretaria da Fazenda Estadual o seu “pedido de opção” pelo “Refis do Ceará – 2009” de acordo com a Lei Nº 14.505 de 18 de novembro de 2009, conforme protocolo nº 096.40951-7 e Termo de Concessão nº 197588.

O montante da dívida incluída no Refis-CE foi de R\$ 57.121, sendo de principal R\$ 13.933, multa de R\$ 12.807 e juros de R\$ 30.381, proveniente de débitos fiscais junto a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – Sefaz. Com a anistia, o montante total da dívida passou a ser de R\$ 14.048, sendo de principal R\$ 13.933, multa de R\$ 48 e juros de R\$ 67. Foi realizado o pagamento à vista no valor de R\$ 138, referente ao pedido de pagamento parcial dos Autos de Infração nºs 2006.25711-6 e 2005.21894-3 conforme protocolo nº 096.40951-7. Para os demais valores foi concedido o parcelamento através do Termo de Concessão nº 197588 a ser amortizado em 45 parcelas mensais e sucessivas com os devidos acréscimos previstos na referida lei e com vencimento da primeira parcela em 30 de dezembro de 2009 e as demais a cada 30 dias devidamente corrigidas pelo IPCA - Índice de Preço ao Consumidor. Desses R\$ 14.048, R\$ 11.056 é matéria de crédito conforme nota explicativa nº 7.

Parcelamento especial Ampla Energia

Em 29 de agosto de 2003, a controlada Ampla Energia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial – PAES, também conhecido como Refis II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R\$ 42.489 (sendo R\$ 18.433 de principal; R\$ 21.231 de atualização pela Selic; R\$ 2.703 de multa; e R\$ 122 de honorários advocatícios), em 120 meses. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a controlada Ampla Energia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da controlada Ampla Energia

quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente dessa dívida em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 21.468 (R\$ 23.940 em 31 de dezembro de 2009).

Em 29 de abril de 2010, a controlada Ampla Energia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado Referj (Programa de Reestruturação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro), instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a controlada Ampla Energia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 2.974, sendo R\$ 2.605 de ICMS e R\$ 369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECPS). A esses valores foi somado o montante de R\$ 179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015.

Parcelamentos Cien

Valor do ICMS incidente sobre as importações de equipamentos efetuadas no Estado do Rio de Janeiro através do regime de Drawback do sistema de interconexão, o qual vem sendo pago pela controlada Cien através do Programa de Refinanciamento de dívidas com a Fazenda deste Estado - amortizável em um período de 10 anos (restando 4 anos em 31 de dezembro de 2010), corrigido pela Ufir-RJ. A controlada Cien foi fiscalizada em dezembro de 2004 pela Fazenda estadual que homologou o valor de R\$ 105.511 (valor histórico), como devido.

O Referj destina-se a promover a regularização de débitos fiscais de pessoas jurídicas, inclusive os decorrentes da falta de recolhimento de valores retidos do ICMS. Nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 4.246, de 16/12/2003, considera-se débito fiscal, para os efeitos do Referj, a soma do imposto, das multas, da atualização monetária, dos juros de mora e dos acréscimos previstos na legislação tributária. Segundo os termos da Lei, o parcelamento da controlada Cien é corrigido pela Ufir-RJ.

A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$ 26.188, corrido pela Selic. A controlada Cien aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do Auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$ 6.040. Com relação à parcela impugnada, a controlada Cien aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Parcelamentos CDSA

No primeiro trimestre de 2001, com base na Resolução nº 7/2000, do Comitê Gestor do Refis, a controlada CDSA formalizou a opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – Refis, mediante apresentação da “Declaração Refis” na qual foi contemplado o saldo devedor consolidado de imposto de renda sobre depreciação acelerada, no montante de R\$ 33.628, mais encargos de multa e juros correspondentes.

O pagamento está sendo realizado em prestações mensais equivalentes a 1,2% da receita bruta mais juros mensais de acordo com a variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP). O montante pago no exercício de 2010 foi de R\$ 4.778 (R\$ 3.970 em 2009). O montante da dívida em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 20.034 (R\$ 24.076 em 2009), respectivamente, sendo os montantes classificados no circulante e não circulante de R\$ 4.320 e R\$ 15.714 em 2010 e de R\$ 3.028 e R\$ 21.048 em 2009, respectivamente.

A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo inicial	122.127	144.622	148.268
(+) Adições	42.223	-	-
(-) Pagamentos	(30.328)	(26.810)	(24.825)
(+) Atualização	3.653	4.315	21.179
Saldo final	137.676	122.127	144.622
Circulante	62.586	34.943	31.494
Não circulante	75.090	87.184	113.128

23. Taxas regulamentares

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Conta de consumo de combustível – CCC	18.505	3.513	16.721
Recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	7.230	7.087	6.190
Reserva global de reversão – RGR e outros	22.364	17.586	10.479
Encargo de energia reserva - EER (a)	968	-	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	2.378	1.178	2.207
Encargos ex-isolados (b)	2.789	-	-
Conta de desenvolvimento energético	4.347	3.879	2.966
Taxa de fiscalização	367	334	322
Encargos emergenciais	2.489	2.500	2.525
Total	61.437	36.077	41.410

24. Partes relacionadas

A Sociedade e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natu- reza da opera- ção	Controladora												
			31/12/2010				31/12/2009				01/01/2009				
			Ativo não cir- culante	Passivo circu- lante	Passivo não circu- lante	Receitas (Despesas) financeiras Intangível	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circu- lante	Receitas (Despesa) financeiras Intangível	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circu- lante		
Cien	(f)	Mútuo	66.899	-	-	16.064	-	224.560	-	122	32.784	-	224.182	-	-
Ampla Investimentos	(d)	Mútuo	216.156	-	-	25.646	-	228.160	-	-	29.584	-	256.951	-	-
Chilectra Inversud		Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.728	-
Enersis Agencia		Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.998	-
En-Brasil	(h)	Empré- stimos e Financia- mentos	392	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ampla		Conta corrente	-	-	424	-	-	-	-	427	-	-	-	-	427
Outros			-	1.175	-	-	-	-	762	-	-	-	-	882	-
			283.447	1.175	424	41.710	-	452.720	762	549	62.368	-	481.133	28.608	427

Empresas	Ref	Natureza da operação	Consolidado															
			31/12/2010					31/12/2009					31/12/2009					
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (Despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receitas (Despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	(c)	Compra de energia	-	-	90.806	-	(38.737)	-	-	-	82.179	-	(85.688)	-	-	-	2.597	-
Endesa Latinoamérica (MIGA e ICO)	(e)	Mútuo	-	-	8.610	3.845	(16.978)	-	-	-	9.007	12.212	8.209	-	-	-	7.702	32.973
Synapsis Brasil S.A.	(a.1)	Prestação de serviço	9	-	4.808	-	(26.800)	9.357	1.164	-	11.267	-	(28.140)	10.797	9	-	8.616	7
CAM Brasil Multiserviços Ltda.	(a.2)	Prestação de serviço	-	-	1.535	-	(9.327)	10.536	433	-	2.904	-	(10.876)	10.073	433	-	8.443	-
Fundação Coelce de Seguridade Social-Faelce	(b.1)	Confissão de dívida	-	-	10.752	26.885	-	-	-	-	10.142	35.467	-	-	-	-	11.023	48.019
Fundação Coelce de Seguridade Social-Faelce	(b.2)	Plano de pensão	-	-	237	-	(4.034)	4.924	-	-	672	-	(4.034)	4.924	-	-	779	-
Fundação Brasileiros	(b.3)	Plano de pensão	-	-	-	365.312	(17.557)	-	-	-	-	232.146	(27.328)	-	-	-	-	218.952
Energis Agencia	(g)	Empréstimos e financiamentos	-	233	45	2.409	(373)	-	-	-	52	2.778	945	-	-	320	11.998	-
Cemsa - Comercializadora del Mercosur S.A.		Transporte de energia	-	62.145	-	70.173	7.608	-	-	52.897	-	67.001	31.954	-	-	54.908	-	88.742
Endesa Costanera S.A		Transporte de energia	-	27.122	-	50.073	8.901	-	-	24.187	-	50.436	27.855	-	-	25.276	-	69.202
Ingendesa Brasil S.A		Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	121	-	-
Chilectra Inversud			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.728	-
Outros			1	58	1.193	-	-	-	1	92	781	-	6	-	1	121	977	3.729
(-) Dívida Faelce			-	-	10.752	26.885	-	-	-	-	10.142	35.467	-	-	-	11.023	48.019	-
(-) Dívida Brasileiros			-	-	-	365.312	-	-	-	-	-	232.146	-	-	-	-	218.952	-
TOTAL			9	89.558	117.986	518.697	(97.297)	24.817	1.598	77.176	117.004	400.040	(87.097)	25.794	443	80.746	67.863	461.624

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Prestação de Serviços

a.1) Synapsis Brasil

Prestação de Serviços de gestão integral de informática, incluindo suporte e manutenção de microinformática e telecomunicações, concessão de licenças de uso SAP e Microsoft, manutenção e gestão do CPD e manutenção SIE/Gema das Controladas.

O descumprimento das obrigações estabelecidas no contrato acarretará penalidades no limite mensal máximo de 10% (Dez por cento) do Valor Médio do Faturamento Mensal tendo em vista os serviços comprometidos, calculados sobre a base dos últimos três meses do contrato na data de aplicação da penalidade.

O total do contas a pagar em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 4.808 (R\$ 11.267 em 31 de dezembro de 2009).

a.2) CAM Brasil Multiserviços

Os saldos com a CAM Brasil, controlada indiretamente pelo mesmo grupo econômico, advém, basicamente, de contratação desta para manutenção dos concentradores do sistema de gestão de perdas e medição de energia elétrica.

Para garantir o fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações assumidas no Contrato, a CAM Brasil Multiserviços se obriga a constituir em nome da controlada Coelce uma Garantia Contratual no valor de 10% (dez por cento) do valor anual estimado do Contrato.

No contrato entre a CAM e a controlada Ampla Energia não constam garantias de cumprimento das obrigações.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2010 soma R\$ 1.535 (R\$ 2.904 em 31 de dezembro de 2009).

No ativo circulante o montante refere-se a adiantamentos decorrentes da prestação de serviços de recuperação de medidores no valor de R\$ 433 em 31 de dezembro de 2009.

b) Obrigações com Plano de Pensão:

b.1) Contrato de Dívida - Faelce

A controlada Coelce é patrocinadora do fundo de pensão administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social – Faelce.

Em 30 de junho de 1999, a controlada Coelce celebrou com a Faelce um contrato tendo por objeto a consolidação da dívida no valor de R\$ 46,6 milhões, correspondendo os saldos devedores dos termos de compromisso firmados em 31 de dezembro de 1992, em 23 de maio de 1996 e em 31 de janeiro de 1997.

Em 30 de junho de 2007, foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$ 62,2 milhões, conforme Resolução CGPC no 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014.

Em garantia da operação, a controlada Coelce cedeu à Faelce os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas. A Faelce poderá sacar da conta corrente bancária da controlada Coelce, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias da verificação da inadimplência da controlada Coelce, se lhe convier.

b.2) Plano de Pensão - Faelce

A controlada Coelce, como mantenedora da Faelce, realiza repasses mensais destinados a manutenção financeira da Faelce e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada Coelce, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”.

O total de gastos em 2010 foi R\$ 8.958 (R\$ 5.405 em 2009) sendo R\$ 4.034 (R\$ 2.691 em 2009) como despesa operacional do resultado Consolidado é R\$ 4.924 (R\$ 2.714 em 2009).

O saldo corresponde ao valor da contribuição da controlada Coelce (patrocinadora) aos planos de pensão (Vide Nota explicativa 31).

b.3) Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros

A controlada Ampla Energia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social – Brasiletros, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Controlada da Ampla Energia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária, indicada pela Brasiletros.

O total de despesas em 2010 foi R\$ 17.557 (R\$ 27.328 em 2009).

c) Enertrade

A controlada Ampla Energia possui operações com a Enertrade – Comercializadora de Energia S.A de compra e venda de energia elétrica através do contrato 001/2002 vigente até 30/12/2022.

A controlada Ampla Energia encontrava-se em disputa arbitral com a Enertrade por conta do preço praticado pela compra de energia. O contrato inicial previa um preço de 97,42R\$/MWh que subsequentemente foi reduzido e homologado pela Aneel em 72,64R\$/MWh. A controlada Ampla Energia estava pagando seu contrato de energia com base no valor homologado.

Em 19 de março de 2009, foi dada a decisão arbitral final, onde o tribunal decretou entre outras:

- A extinção do contrato em 28 de agosto de 2006, anulando as obrigações contratuais posteriores que já foram objeto de liquidação;
- Pagamento das diferenças entre o preço da energia previsto no contrato e o valor homologado pela Aneel com relação ao período compreendido entre o início do contrato até 28 de agosto de 2006, corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% ao mês.

Em razão da decisão arbitral, a controlada Ampla Energia ingressou em maio de 2009 com ação judicial para anular os efeitos da referida sentença arbitral e suspender a sua exigibilidade. Fez-se necessário então, provisionar o valor do laudo arbitral - R\$ 69.029, que atualizado até 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 87.525 (R\$ 75.610 em 31 de dezembro de 2009). Esse valor é atualizado mensalmente, conforme critérios de atualização do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (onde tramita atualmente a ação anulatória).

Ficará constituído o inadimplemento da controlada Ampla Energia quando esta deixar de liquidar qualquer dos pagamentos nas datas de seus vencimentos incidindo sobre o valor principal das parcelas em atraso, após atualizadas monetariamente os acréscimos de juros efetivos de 12% (doze por cento) ao ano calculados “pro rata die” e multa de 2% (dois por cento) do valor da fatura em mora.

As faturas em aberto por meio de contrato de compra de energia montam R\$ 3.281 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 6.569 em 31 de dezembro de 2009).

d) Ampla Investimentos

Em 23 de dezembro de 2008 a Sociedade concedeu um empréstimo a sua controlada Ampla Investimentos, no montante de R\$ 255.878, com a finalidade de quitar sua dívida cruzada com Enersis Agência e o último pagamento está previsto para 17 de março de 2012. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 216.156 e sua atualização está indexada pela variação do CDI acrescido de 2% ao ano.

e) Endesa Internacional

A controlada Cien contratou empréstimo, em dólares americanos, junto à Endesa Latinoamérica para aquisição de máquinas e equipamentos e finalização da construção da linha de transmissão II. Essa operação foi pactuada com taxa Libor + 2,73% a.a. e com vencimento em 30 de maio de 2012.

f) Endesa Cien

A Endesa Brasil concedeu um empréstimo a sua controlada Cien, em dezembro de 2010, no montante total de R\$ 66.763, para pagamento de parcela do empréstimo CCB. Esse financiamento, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2010 era de R\$ 66.899, possuía fim de prazo em 31 de março de 2011, e foi aditado para 29 de abril do mesmo ano. O empréstimo é indexado pela variação do CDI, acrescido de juros de 0,67% a.a.

g) Enersis Agência

A controlada Ampla Energia possui um contas a pagar com a empresa Enersis Agência no valor de R\$ 2.454 (R\$ 2.830 em 31 de dezembro de 2009), referente a compra de software.

h) EN Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil)

Em 1º de novembro de 2009, a Controladora e sua Controlada En-Brasil celebraram contrato de mútuo com vencimento em 30 de dezembro de 2011. O montante em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 392.

Remuneração da Administração

A remuneração total dos administradores da Sociedade no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 8.312 (R\$ 9.993 em 2009), as quais são benefícios de curto prazo. A remuneração dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício de 2010, foi de R\$ 25.315 (R\$ 27.537 em 2009).

25. Programa de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética

As resoluções Aneel nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado).

As controladas Coelce, Ampla Energia e CDSA contabilizam as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela Selic até a efetiva realização.

	Consolidado					
	31/12/2010		31/12/2009		01/01/2009	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Eficiência Energética - PEE	95.850	-	49.494	30.078	43.802	24.914
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	34.221	12.287	19.236	22.323	22.796	15.161
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	3.941	-	1231	-	11.045	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	231	-	658	-	3.154	-
Ministério de Minas e Energia - MME	1.382	-	94	-	1.995	-
Total	135.625	12.287	70.713	52.401	82.792	40.075

26. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para o Grupo.

Provisões passivas com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões passivas em 31 de dezembro de 2010:

	Consolidado									
	01/01/2009	31/12/2009					31/12/2010			
	Saldo Acumulado	Adições / Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Transferências	Saldo acumulado	Adições / Reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo acumulado
Trabalhistas (a)	302.224	(12.588)	22.404	(10.272)	(16.908)	284.860	(47.059)	20.293	(49.804)	208.290
Cíveis (b)	186.721	99.673	9.758	(69.253)	-	226.899	70.908	27.738	(47.490)	278.055
Fiscais (c)	113.913	39.925	13.718	(1.359)	-	166.197	27.609	12.214	(32.243)	173.777
Risco regulatório	109.896	(109.896)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ambientais	-	3.000	-	-	-	3.000	-	-	-	3.000
Total	712.754	20.114	45.880	(80.884)	(16.908)	680.956	51.458	60.245	(129.537)	663.122
Circulante	773					106.843				140.793
Não circulante	711.981					574.113				522.329

a) Riscos trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com as Controladas bem como equiparação em direitos aos empregados desta.

b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais as Controladas são ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica (aproximadamente R\$ 36.113), ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal (R\$ 52.255), ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais (R\$ 21.133), desapropriações (R\$ 27.179). O restante do valor constante na provisão, subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

A controlada Coelce é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

c) Riscos fiscais

Coelce

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A controlada Coelce ajuizou Ação Anulatória de débitos de ICMS decorrentes da não comprovação da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado no período de janeiro/1999 a janeiro/2001, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 5.987 (R\$ 5.673 em 31 de dezembro de 2009). A controlada Coelce obteve decisão desfavorável e aguarda conversão em renda dos valores depositados à Fazenda Estadual.

ICMS – Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 7.610 (R\$ 6.951 em 31 de dezembro de 2009). A controlada Coelce apresentou defesa (Embargos à Execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Ampla Energia

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A controlada Ampla Energia ajuizou Ação Anulatória de débitos de ICMS decorrentes da não comprovação da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado no período de janeiro/1999 a janeiro/2001, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 5.987 (R\$ 5.673 em 31 de dezembro de 2009). A controlada Ampla Energia obteve decisão desfavorável e aguarda conversão em renda dos valores depositados à Fazenda Estadual.

ICMS – Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 7.610 (R\$ 6.951 em 31 de dezembro de 2009). A controlada Ampla Energia apresentou defesa (Embargos à Execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

CDSA

ICMS sobre a venda de energia elétrica

Na qualidade de comercializadora de energia elétrica, a controlada CDSA possuía contratos firmados com consumidores livres localizados em outros estados diferentes da sua localização. Por conta disso, a venda de energia elétrica a esses consumidores finais estava sujeita à incidência do ICMS, na forma da legislação aplicável, cabendo à controlada CDSA, na qualidade de substituta tributária, a responsabilidade por cobrar e recolher o respectivo imposto aos cofres do estado da localização do adquirente.

Em razão de liminares obtidas em juízo por alguns de seus clientes, algumas dessas vendas de energia a consumidor final não foram submetidas à incidência do ICMS, tendo sido, portanto, a energia entregue sem o correspondente acréscimo de preço.

Naquela oportunidade, a Administração da controlada CDSA, procedeu ao registro da provisão pelos valores de ICMS não recolhidos em virtude do acima exposto. O saldo atualizado é de R\$ 7.007 (R\$ 6.840 em dezembro de 2009).

Cien

PIS/Cofins – exportação

A controlada Cien em fevereiro de 2009 realizou consulta à Receita Federal sobre a incidência do PIS/Cofins sobre seu faturamento no âmbito dos contratos de energia relativos aos anos de 2009, 2008 e 2007, referentes à disponibilização do sistema de transmissão para exportação e importação de energia. A resposta a referida consulta foi emitida pela Receita Federal no dia 28/12/09, declarando ineficaz a consulta, mas não concluindo de forma clara os motivos para este posicionamento. Como a referida resposta necessitava ser analisada com profundidade, com base na avaliação interna preliminar da área jurídica, a administração decidiu registrar a respectiva provisão contábil em dezembro de 2010 conforme quadro abaixo.

Efeitos no resultado	31/12/2009	31/12/2010	Acumulado
Receita líquida	30.882	29.917	60.799
Despesa financeira	20.220	12.676	32.896
Provisão para riscos fiscais	34.866	-	34.866
Total da provisão para riscos fiscais	85.968	42.593	128.561

Contingências passivas com risco possível

O Grupo possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível.

a) Riscos cíveis

A situação jurídica das Controladas engloba processos de natureza cível, nos quais a é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

Coelce

A controlada Coelce possui contingência possível vinculada a processos relacionados à discussão da legalidade ou não do repasse do PIS-Cofins aos consumidores (R\$ 304 milhões), a pedidos de indenização por acidentes com a população (R\$ 7,7 milhões), ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais (R\$ 5,6 milhões), a pedido de indenização por suspensão do fornecimento de energia elétrica (R\$ 4,8 milhões) e a pedidos de indenização por cobrança supostamente indevida (R\$ 3,1 milhões). O restante do valor indicado como contingência possível subdivide-se em temas relacionados a indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica e outros de natureza consumerista ou contratual.

b) Riscos fiscais

Coelce

ICMS – Termo de acordo 035/91

A controlada Coelce celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98.

Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou 4 autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$ 16.519. A controlada Coelce aguarda decisão de recurso apresentado (Embargos de Declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os Autos de Infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora.

ICMS – Base cadastral de consumidores isentos e imunes e não tributáveis

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2004, no valor atualizado de R\$ 11.580, no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999. A controlada Coelce impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Adicionalmente, em 29 de novembro de 2006, foi lavrado auto de infração, no valor atualizado de R\$ 4.336, referente ao ano de 2001, pelo não-recolhimento de ICMS em operações consideradas pela controlada Coelce como não-tributáveis, em virtude da base cadastral do período autuado. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a controlada Coelce apresentou recurso, do qual se aguarda decisão.

Em 16 de fevereiro de 2007, foi lavrado auto de infração com o mesmo objeto do auto acima, no valor atualizado de R\$ 3.880, referente ao ano de 2002, do qual se aguarda decisão de 1ª instância administrativa.

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração para cobrar débitos de ICMS relativos aos anos de 2003 e 2004, no valor atualizado de R\$ 3.640, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados

ao ativo imobilizado. A controlada Coelce impugnou o auto, mas foi proferida decisão de primeira instância julgando o auto procedente em 5 de novembro de 2008. A controlada Coelce recorreu e aguarda decisão de segunda instância administrativa.

ICMS – Transferência de créditos

Em 1º de agosto de 2005, a Fazenda Estadual ajuizou Execução fiscal para cobrar débitos de ICMS relativos às operações de transferência de créditos ocorridas durante o exercício de 1999 e 2000, no montante atualizado de R\$ 1.730. Em 9 de março de 2007 foi proferida sentença favorável à controlada Coelce. A Fazenda Estadual apresentou recurso (Apelação), que está pendente de julgamento.

Em 6 de maio de 2005, a controlada Coelce ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS relativos à operação de transferência de créditos ocorrida durante o exercício de 2001, que perfazem o montante atualizado de R\$ 1.736. A controlada Coelce aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS – Cancelamento de faturas

Em 29 de novembro de 2006, a controlada Coelce recebeu um auto de infração no valor de R\$ 21.650, pelo cancelamento de faturas sem a comprovação das operações anteriormente tributadas. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a controlada Coelce apresentou recurso, do qual se aguarda julgamento.

Em 16 de fevereiro de 2007, a controlada Coelce recebeu um auto de infração no valor de R\$ 26.601 sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2002. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a controlada Coelce apresentou recurso, do qual se aguarda julgamento.

ISS – Município de Fortaleza

A controlada Coelce ajuizou em 08 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia, no valor de R\$ 3.936. A controlada Coelce aguarda decisão de primeira instância judicial.

Não obstante a controlada Coelce tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de Fortaleza ajuizou duas Execuções Fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, para as quais a controlada Coelce apresentou defesa (exceção de pré-executividade) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

O Município de Fortaleza ajuizou 3 execuções fiscais, que perfazem o montante de R\$ 21.400 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A controlada Coelce aguarda decisão de segunda instância judicial nos três processos.

Em 7 de maio de 2010 a controlada Coelce recebeu um auto de infração no valor de R\$ 1.010 sobre o mesmo tema relativo ao exercício de 2007. A controlada Coelce apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

ISS – Município de Iguatu

O município de Iguatu ajuizou execução fiscal, no valor atualizado de R\$ 2.304, face à existência de diferenças entre as declarações apresentadas pela controlada Coelce. A controlada Coelce apresentou embargos à execução, que aguarda julgamento.

ICMS – Estorno de crédito – consumidor baixa renda

O Município de Fortaleza lavrou um auto de infração em 2 de outubro de 2009, no valor atualizado de R\$ 21.928, para a cobrança de ICMS no exercício de 2005 em virtude do estorno insuficiente de créditos de ICMS por vendas não tributáveis a consumidores classificados como “baixa renda”. A controlada Coelce

apresentou defesa e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. Foi proferida decisão administrativa desfavorável e em 7 de outubro de 2010 a controlada Coelce apresentou recurso. Aguarda-se decisão de 2ª instância administrativa.

PIS/IRPJ – Autos de Infração

Trata-se de 2 Autos de infração para a cobrança de PIS e IRPJ relativos ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício de 1998 diante do não recolhimento apontado pela auditoria interna da Fazenda Nacional, em revisão das declarações apresentadas. A controlada Coelce apresentou defesa, que foi julgada parcialmente procedente. Em 16 de outubro de 2008, a controlada Coelce apresentou recurso, do qual aguarda decisão. O montante envolvido é de R\$ 9.442.

CSL / IRPJ – Execução fiscal

Em 19 de Janeiro de 2009 a União apresentou Execução Fiscal para cobrar débitos de CSL e IRPJ. Em 15 de abril de 2009 a controlada Coelce apresentou Embargos a Execução. Aguarda-se decisão de 1ª instancia judicial. O valor atualizado é de R\$ 15.608.

PIS / Cofins Majoração base de cálculo

A controlada Coelce impetrou Mandado de Segurança arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo da Cofins, bem como a compensação dos valores recolhidos a maior com quaisquer tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal. A controlada Coelce obteve decisão definitiva favorável e está apurando o montante do crédito a ser compensado.

Ampla Energia

Imposto de Renda retido na fonte – Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a controlada Ampla Energia auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte – IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela controlada em 1998. Em decisão de 2ª instância a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a controlada Ampla Energia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda, o qual aguarda julgamento. Conforme parecer dos advogados da Controlada, a probabilidade de perda é possível, motivo pelo qual a Administração decidiu por não contabilizar provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 742.280 (R\$ 704.429 em 31 de dezembro de 2009).

Cofins - Auto de Infração período pós imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de Cofins decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A controlada Ampla Energia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A controlada Ampla Energia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da Cofins sobre receitas financeiras e improcedente quanto à observância da noventena. A Fazenda e a Controlada apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24/08/2009 foi apresentado pela Controlada Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do Recurso Especial apresentado. Aguarda-se julgamento do Agravo da controlada e do Recurso Especial apresentado pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 164.826 (R\$ 157.561 em 31 de dezembro de 2009).

ICMS – Prazo de Recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a controlada Ampla Energia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A controlada apresentou recurso, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 168.857 (R\$ 152.481 em 31 de dezembro de 2009).

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A controlada Ampla Energia recebeu três Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro de 1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999 e julho de 1997 a outubro de 1998, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. Para os três autos de infração a Controlada aguarda decisão de segunda instância administrativa. Os valores atualizados em 31 de dezembro de 2010 representam respectivamente R\$ 9.466, R\$ 1.460 e R\$ 18.418 (R\$ 8.701, R\$ 1.345 e R\$ 16.905 em 31 de dezembro de 2009).

Adicionalmente, a Controlada ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de nov/98 a mar/99 lavrado sob o argumento de que a controlada não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 13.132 (R\$ 11.916 em 31 de dezembro de 2009). A controlada aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS – Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Controlada se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A controlada aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2010, é de R\$ 13.266 (R\$ 12.187 em 31 de dezembro de 2009).

ICMS – Saída de bens para reparação

A controlada ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 9.694 e R\$ 10.494 (R\$ 8.869 em 31 de dezembro de 2009), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. A controlada aguarda decisão de primeira instância judicial nos dois processos.

Taxa de uso de solo

A controlada Ampla energia possui 7 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 61.888 (R\$ 48.582 referentes a 4 processos em 31 de dezembro de 2009 – Itaboraí, Rio Bonito e 1 processo de Rio das Ostras). No processo referente ao ano de 2002, a controlada Ampla Energia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a controlada Ampla Energia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em cinco Execuções Fiscais, todas aguardam decisão de 1ª instância judicial.

Imposto Sobre Serviços - ISS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a controlada Ampla Energia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 8.675 (R\$ 8.278 em 31 de dezembro de 2009), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A controlada Ampla Energia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 2 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Controlada visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 1.289 (A controlada Ampla Energia foi citada durante o ano de 2010), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a controlada Ampla Energia apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Taxa de Empacramento

Em 1º de junho de 2009, Ampla ajuizou em face do Município de Niterói Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de Taxa de Empacramento e exigência de licença municipal prévia para que a controlada Ampla Energia possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 5.500 (R\$ 3.250 em 31 de dezembro de 2009). Em maio de 2010 a controlada Ampla Energia apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial.

PIS / Cofins Majoração base de cálculo

A controlada Ampla Energia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da Cofins, bem como a restituição no valor atualizado em 31 de dezembro de 2010 de R\$ 101.535. A controlada Ampla Energia obteve decisão favorável de primeira instância judicial e aguarda o julgamento do recurso apresentado pela União Federal.

CDSA

Contribuição social sobre o lucro – compensação de saldo de base negativa

A Receita Federal do Brasil autuou a controlada CDSA, em função de suposta compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A controlada CDSA recebeu em seus livros no momento de sua cisão da Celg, proporcional ao seu patrimônio líquido, e que, por ocasião, obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999).

A controlada CDSA ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria. Em 11 de setembro de 2004, foi proferida decisão julgando improcedente o pedido. A controlada CDSA apresentou recurso e aguarda decisão. O valor atualizado do processo é de R\$ 14.905 (R\$ 14.307 mil em dezembro de 2009).

Endesa Fortaleza

II e IPI - Grupo Eletrogêneo

A controlada Endesa Fortaleza - CGTF ajuizou duas ações judiciais (declaratória e declaratória incidental) em fevereiro de 2002 e janeiro de 2003, para assegurar seu direito de classificar como "Grupo Eletrogêneo" as máquinas e os equipamentos importados, com vistas à construção da Usina Termelétrica, sendo esta composta por unidades turbogeradoras a gás e a vapor, incidindo assim o II e o IPI à alíquota de 0%.

A controlada Endesa Fortaleza - CGTF obteve a tutela antecipada, mediante apresentação de garantia ao juízo por meio de depósito judicial, ora contabilizado, que

corresponde ao montante atualizado de R\$ 70.912 (R\$ 67.742 em dezembro de 2009). Na ação principal, foi proferida decisão de 1ª instância favorável à controlada CGTF em 29 de setembro de 2008. Por consequência, a Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação, em junho de 2009 que aguarda julgamento. Em maio de 2010 foi publicado acórdão que julgou improcedente a apelação da Fazenda Nacional. Referido acórdão transitou em julgado em julho de 2010, tornando a decisão favorável a controlada CGTF definitiva.

Na ação incidental, a Controlada Endesa Fortaleza - CGTF foi intimada em setembro de 2004 de decisão de 1ª instância judicial que julgou o pedido da controlada procedente. Em face dessa decisão, a União apresentou recurso de apelação, sendo que em setembro 2009 foi proferida decisão de 2ª instância confirmando a decisão de 1ª instância favorável à CGTF, razão pela qual em novembro de 2009 a Fazenda Nacional apresentou recurso (Embargos de Declaração), que aguarda julgamento. Em janeiro de 2010 foi publicada decisão que não aceitou o recurso apresentado pela Fazenda. A Fazenda apresentou Recurso Especial, que aguarda julgamento.

PIS e Cofins

A controlada Endesa Fortaleza foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e Cofins declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003, e de fevereiro a novembro de 2004. A controlada Endesa Fortaleza - CGTF apresentou recurso (Embargos de Declaração) à decisão inicial do conselho de contribuintes e atualmente, a Controlada Endesa Fortaleza - CGTF aguarda julgamento. O valor atualizado do auto de infração é de R\$ 58.179 (R\$ 54.854 em dezembro de 2009).

Cien

PIS / Cofins

A Fazenda Nacional ajuizou duas Execuções Fiscais para a cobrança de débitos de PIS e Cofins, objeto de processos de compensação realizados pela controlada Cien, nos valores atualizados de R\$ 3.394 e R\$ 5.504. A controlada apresentou defesas (Embargos à Execução), que aguardam decisão de primeira instância judicial.

Adicionalmente, a Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração sobre o mesmo assunto, no montante atualizado de R\$ 4.234, que aguarda decisão de primeira instância administrativa.

IRPJ/CSLL

A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$ 26.188, corrigido pela Selic. A controlada Cien aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do Auto, conforme demonstrado na nota 17, e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$ 6.040. Com relação à parcela impugnada, a controlada Cien aguarda decisão de primeira instância administrativa. O montante impugnado atualizado é de R\$ 7.120.

ICMS – Diferencial de alíquota

Em janeiro de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou Execução Fiscal no valor de R\$ 13.950, para cobrar o diferencial de alíquota incidente, nos meses de fevereiro, março e abril de 2001, sobre mercadorias importadas pelo estabelecimento matriz da controlada Cien, localizado no Rio de Janeiro, e por ele transferidas para a filial localizada no Estado do Rio Grande do Sul, destinadas à fabricação e montagem da estação conversora de energia elétrica no Município de Garruchos. Em junho de 2010 foi proferida decisão de 1o grau desfavorável à controlada Cien, na qual os Embargos

foram julgados improcedentes. A controlada Cien apresentou recurso de Apelação, que em dezembro de 2010 foi julgado procedente. Aguarda-se a intimação e posterior manifestação do Estado do Rio Grande do Sul.

c) Gestão Ambiental

CDSA

O contrato de concessão nº 11/97 de operação da controlada CDSA determina que a Concessionária deve observar a legislação de proteção ambiental, providenciando os licenciamentos necessários. No exercício de 2009 a controlada CDSA obteve da certificação do sistema de gestão ambiental em conformidade com a NBR ISO 14001/2004, deu continuidade aos projetos de reflorestamento das margens do reservatório da usina e obteve renovação da licença de operação, pelo IBAMA, por um período de 10 anos.

d) Reversão da provisão para riscos regulatórios

Endesa Fortaleza

Em 2009, a Administração da Controlada Endesa Fortaleza - CGTF, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, reverteu uma provisão correspondente ao risco regulatório da comercialização de energia no período de fevereiro de 2004 a novembro de 2004, ano em que a Aneel reduziu a quantidade de energia garantida, devido à escassez de gás para a geração de energia na região. Na opinião da administração, a situação encontra-se normalizada.

e) Outros processos

Cien

Tractebel

A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela controlada Cien, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999, entre a controlada Cien e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da controlada Cien ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de R\$ 148.282, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potencia firme e energia associada", cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada Cien, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada Cien e fora de seu controle. A controlada Cien contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestação das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz.

Furnas

Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela controlada Cien do "Contrato de Potencia Firme com Energia Associada", celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da controlada Cien ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de R\$ 589.899 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada Cien, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na

Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada Cien e fora de seu controle. A controlada Cien contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. As partes indicaram as provas que pretendem produzir.

27. Outras obrigações

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Arrecadação de terceiros	4.381	832	21.802
Adiantamento de clientes	4.319	29.001	1.294
Empréstimos compulsórios	392	392	423
Devolução Prefeituras	5.968	5.127	6.000
Multas parceladas	8.443	-	-
Repasse	770	-	-
Provisão pesquisa e desenvolvimento	14.051	11.562	7.737
Provisão baixa renda	-	61.028	73.019
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	424	313	2.401
Programa Coelce Plus	-	9.830	-
Ministério de Minas e Energia - MME	323	175	1.265
Obrigações estimadas	9.820	9.502	8.963
Serviços de Terceiros	1.953	2.744	2.729
ICMS Substituição tributária	-	-	-
Swap	2.897	2.626	3.397
Outros	22.152	20.835	28.954
Total	75.893	153.967	157.984
Circulante	44.530	60.976	60.946
Não circulante	31.363	93.171	97.038

28. Patrimônio líquido

a) Capital social

As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009 estão representadas por 170.877.378 ações ordinárias sem valor nominal, todas com direito a voto.

A distribuição da participação dos acionistas da Sociedade em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e 1º de janeiro de 2009 é a seguinte:

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital
Chilectra Inversud S.A.	7.227.787	4,23
Chilectra S.A.	7.742.714	4,53
Empresa Nacional de Electricidad S.A.	60.299.607	35,29
Edegel S.A.A.	6.957.053	4,07
Endesa Latinoamérica S.A.	47.354.669	27,71
Enersis S.A.	36.677.243	21,46
Grupo Endesa	166.259.073	97,30
International Finance Corporation	4.618.298	2,70
Conselheiros	7,00	-
Outros	4.618.305	2,70
Total	170.877.378	100,00

Em 27 de junho de 2006, a Endesa Brasil, em Reunião do Conselho de Administração, deliberou pelo aumento de capital social da Sociedade mediante a emissão de 4.618.298 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, em razão da subscrição realizada pelo International Finance Corporation (IFC), cujo valor total equivalente aportado como aumento de capital foi de R\$ 111.025.

Foi firmado um instrumento entre a Sociedade e o IFC, que possui cláusulas de:

- Opção de venda das ações adquiridas pelo IFC para a Sociedade ou para os acionistas (*sponsors*);
- Garantia do retorno do capital investido;
- Datas-limite em 3 anos, contados de agosto de 2006, para a abertura de capital da Sociedade em que o não cumprimento obriga a Endesa Brasil, por um prazo de cinco anos e prévia solicitação do IFC, a comprar as ações referentes ao capital investido, atualizado monetariamente conforme cálculo específico demonstrado no instrumento acordado entre as partes.

Por conta do acordo firmado e das obrigações legais da Sociedade com o IFC, o registro contábil desse aporte de capital foi efetuado inicialmente como um aumento de capital, creditando-se a conta de capital, e, em seguida, foi constituída uma conta redutora desta (ações resgatáveis no futuro), em contrapartida a uma obrigação no passivo, refletindo a obrigação da Sociedade ao fim do prazo do acordo.

Em 15 de outubro de 2010 a Endesa Brasil recebeu notificação que o IFC exerceria sua opção de venda de ações contra a Endesa Brasil e seus acionistas pelo valor de R\$ 184.065 com data de liquidação em 05/01/2011 para a totalidade de suas ações. O montante está registrado no passivo circulante e foi pago pela Endesa Brasil em nome dos seus acionistas em 05/01/2011.

b) Reserva legal

O estatuto social da Sociedade prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

Conforme estabelecido no estatuto social, o lucro remanescente será destinado à formação de reserva estatutária denominada de reforço de capital de giro, conforme proposição da administração. Os limites da reserva estatutária seguem os limites previstos na lei das Sociedades Anônimas.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Sociedade, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios é como segue:

	31/12/2010	31/12/2009
Lucro líquido do exercício	747.481	683.737
Reversão de dividendos prescritos	26	-
Absorção de prejuízos	(70.384)	-
Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado em controlada	34.713	-
Lucro líquido ajustado	711.836	683.737
(-) Reserva Legal	(35.592)	(34.187)
Lucro líquido do exercício ajustado	676.244	649.550
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	169.061	162.387
Dividendos complementares	507.183	276.923
Dividendos intermediários		210.240

O dividendo mínimo obrigatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 calculados com base no lucro líquido daquele exercício, apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes àquela época montaram, era de R\$ 162.387.

No ano de 2009 em Assembléia Geral Extraordinária a Sociedade deliberou pelo pagamento de dividendos intermediários utilizando parte do saldo da reserva de reforço de capital de giro no montante de R\$ 314.057.

Lucro por ação:

	31/12/2010	31/12/2009
Lucro do exercício	747.481	753.315
Número de ações	170.877.378	170.877.378
Lucro por ação		
Ações ordinárias	4,3744	4,4085

a) Reserva de capital

Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Endesa Brasil S.A. através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital

b) Ajustes acumulados de conversão

São registradas a título de ajustes acumulados de conversão as variações cambiais dos investimentos nas controladas pela Cien, localizadas na Argentina (CTM e Tesa).

c) Outros resultados abrangentes

A demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26, inclui o resultado de participação societária sobre os outros resultados abrangentes das controlada Coelce e Ampla Energia.

29. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia nas controladas Ampla e Coelce são como segue (em milhões):

Coelce	Vigência	2011	2012	2013	2014	2015	após 2015
Endesa Fortaleza - CGTF	até 2023	472	506	522	552	564	4.994
Energy Works	até 2013	0	0	0	-	-	-
Eólica - Wobben	até 2018	6	7	7	7	8	25
1º LEE - Produto 2005	até 2012	188	196	-	-	-	-
1º LEE - Produto 2006	até 2013	171	179	185	-	-	-
1º LEE - Produto 2007	até 2014	38	40	41	43	-	-
2º LEE - Produto 2008	até 2015	38	40	41	43	45	-
4º LEE - Produto 2009	até 2016	6	7	7	7	7	8
1º LEE - Produto 2008	até 2037	65	68	71	73	76	864
1º LEE - Produto 2009	até 2038	30	31	32	34	35	408
1º LEE - Produto 2010	até 2039	93	97	100	104	109	2.832
2º LEE - Produto 2009	até 2038	38	40	41	43	44	1.263
3º LEE - Produto 2011	até 2040	56	58	61	63	66	1.861
5º LEN - Produto 2007	até 2014	1	1	1	1	-	-
4º LEN - Produto 2010	até 2024	13	14	14	15	15	168
5º LEN - Produto 2012	até 2041	-	82	85	88	92	2.197
Leilão Santo Antônio - Produto 2012	até 2041	-	0	9	23	36	1.740
Leilão Jirau - Produto 2013	até 2042	-	-	5	9	13	758
6º LEN - Produto 2011	até 2025	24	25	26	27	28	354
7º LEN - Produto 2013	até 2042	-	-	61	63	66	1.090
Leilão Belo Monte	até 2044	-	-	-	-	3	7.024
10º Leilão de energia nova	até 2045	-	-	-	-	15	810
11º LEN - Produto 2015	até 2044	-	-	-	-	43	2.356
Total		1.241	1.390	1.310	1.196	1.265	28.748

	Ampla	Vigência	2011	2012	2013	2014	2015	após 2015
Itaipu			203	212	220	245	262	12.834
Proinfa			43	45	47	49	51	2.487
Enertrade		Até 2022	39	40	42	44	45	373
CCEAR 2005 - Energia existente		Até 2012	258	269	-	-	-	-
CCEAR 2006 - Energia existente		Até 2013	241	252	261	-	-	-
CCEAR 2007 - Energia existente		Até 2014	43	45	47	49	-	-
CCEAR 2007 - Energia existente (A-1)		Até 2014	6	6	6	7	-	-
CCEAR2008 - Energia existente		Até 2015	73	76	79	82	86	-
CCEAR2009 - Energia existente		Até 2016	41	43	44	46	48	50
CCEAR2008 - Energia nova - T15		Até 2022	14	15	15	16	17	136
CCEAR2008 - Energia nova - H30		Até 2037	2	2	2	2	2	74
CCEAR2009 - Energia nova - T15		Até 2023	26	27	28	29	30	290
CCEAR2009 - Energia nova - H30		Até 2038	19	20	20	21	22	840
CCEAR2009 - Energia nova (A-3) - T15		Até 2023	11	11	12	12	12	120
CCEAR2009 - Energia nova (A-3) - H30		Até 2038	21	21	22	23	24	917
CCEAR2010 - Energia nova - T15		Até 2024	72	75	78	81	84	926
CCEAR2010 - Energia nova - H30		Até 2039	35	37	38	40	41	1.680
CCEAR2011 - Energia nova - T15		Até 2025	45	47	48	50	52	653
CCEAR2011 - Energia nova - H30		Até 2040	23	24	25	26	27	1.167
CCEAR2010 - Energia nova (A-3)		Até 2024	5	5	5	6	6	64
CCEAR2012 - Energia nova (A-5) - T15		Até 2026	-	79	82	85	88	1.241
CCEAR2012 - Energia nova (A-5) - H30		Até 2041	-	35	37	38	40	1.826
CCEAR2012 - Energia nova (UHE Santo Antonio)		Até 2041	-	0	12	33	51	2.497
CCEAR2013 - Energia nova (UHE Jirau)		Até 2042	-	-	31	61	88	5.149
CCEAR2011 - Energia nova (A-3)		Até 2025	31	33	34	35	36	456
CCEAR2013 - Energia nova (A-5) - T15		Até 2027	-	-	397	413	430	6.717
CCEAR2013 - Energia nova (A-5) - H30		Até 2040	-	-	16	17	17	848
Total			1.251	1.419	1.649	1.508	1.560	41.345

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2010 que foram homologados pela Aneel.

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia na controlada CDSA são os seguintes:

CDSA	Vigência	2011	2012	2013	2014	2015
CCEARs	Até 2015	387.675	447.217	207.898	186.969	158.243

30. Obrigações com benefícios pós-emprego |GRI EC3|

Coelce

A controlada Coelce é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - Faelce, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da controlada Coelce, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos administrados pela controlada Coelce têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

Para o Plano CD a controlada Coelce contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata".

b) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a controlada Coelce contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da Faelce, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas do programa previdencial da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez;
- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição;
- Complementação de aposentadoria por idade;
- Complementação de aposentadoria especial;
- Complementação de auxílio reclusão;
- Complementação de pensão por morte;
- Complementação de abono anual.

O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota método da unidade de crédito projetada.

Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Coelce. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme resolução CGPC no 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2010, a controlada Coelce realizou 05 parcelas de amortizações, ficando um saldo de R\$ 37.640 (R\$ 45.609 em 2009), sendo registrado R\$ 10.752 (R\$ 10.142 em 2009) registrado no passivo circulante e R\$ 26.885 (R\$ 35.467 em 2009) no passivo não circulante.

- Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

Ampla Energia

A controlada Ampla Energia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasiletros, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da controlada Ampla Energia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 365.312 (R\$ 232.146 em 31 de dezembro de 2009), corresponde a totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Os planos administrados pela controlada Ampla Energia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

A controlada Ampla Energia reconheceu contabilmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA). O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a Brasiletros, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

Plano de assistência médica dos aposentados (Pama)

A controlada Ampla Energia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

O valor reconhecido no balanço patrimonial das Controladas Coelce e Ampla Energia decorrentes do plano de benefício definido são:

Conciliação dos ativos (passivos):	31/12/2010					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	Pama	Total	BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais	(653.709)	(169.519)	(145.518)	(968.746)	(660.876)	(1.629.622)
Valor justo dos ativos	434.015	189.495	-	623.510	679.082	1.302.592
Restrição de reconhecimento do ativo	-	(19.976)	-	(19.976)	(6.317)	(26.293)
Ativo / (passivo) atuarial	(219.694)	-	(145.518)	(365.212)	11.889	(353.323)

Conciliação dos ativos (passivos):	31/12/2009					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	Pama	Total	BD	Total
Valor presente das obrigações atuariais	(554.814)	(154.314)	(94.284)	(803.412)	(597.001)	(1.400.413)
Valor justo dos ativos	416.952	178.623	-	595.575	592.957	1.188.532
Restrição de reconhecimento do ativo	-	(24.309)	-	(24.309)	-	(24.309)
Ativo / (passivo) atuarial	(137.862)	-	(94.284)	(232.146)	(4.044)	(236.190)

O saldo do passivo atuarial consolidado está composto pelo saldo passivo da controlada Ampla no montante de R\$ 365.212, apresentado no não circulante e o total da dívida estrutura da controlada Coelce com a Faelce no montante de R\$ 37.607 (sendo R\$ 10.752 apresentado no circulante e R\$ 26.885 no não circulante).

Movimentação da obrigação atuarial líquido:

	31/12/2010					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	Pama	Total	BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	(554.814)	(154.314)	(94.284)	(803.412)	(597.001)	(1.400.413)
Custo dos serviços correntes	70	(3.549)	-	(3.479)	(2.063)	(5.542)
Custo dos juros	(62.106)	(17.439)	(10.545)	(90.090)	(55.661)	(145.751)
Contribuições de participantes do plano	(33)	(3.083)	-	(3.116)	(1.931)	(5.047)
Impacto por alteração das hipóteses	-	-	-	-	-	-
Ganho/(perda) atuarial	(88.667)	(3.180)	(47.613)	(139.460)	(45.437)	(184.897)
Benefícios pagos em 2010	51.841	12.046	6.924	70.811	41.217	112.028
Valor presente da obrigação atuarial total	(653.709)	(169.519)	(145.518)	(968.746)	(660.876)	(1.629.622)

	31/12/2009					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	Pama	Total	BD	Total
Valor presente da obrigação atuarial no início do ano	(508.348)	(139.098)	(83.336)	(730.782)	(575.215)	(1.305.997)
Custo dos serviços correntes	(89)	(3.642)	-	(3.731)	(1.971)	(5.702)
Custo dos juros	(63.619)	(17.653)	(10.422)	(91.694)	(51.484)	(143.178)
Contribuições de participantes do plano	(42)	-	-	(42)	(1.902)	(1.944)
Impacto por alteração das hipóteses	(34.996)	(5.178)	(5.581)	(45.755)	-	(45.755)
Ganho/(perda) atuarial	1.585	2.367	(2.722)	1.230	(4.044)	(2.814)
Benefícios pagos em 2010	50.695	8.890	7.777	67.362	37.615	104.977
Valor presente da obrigação atuarial total	(554.814)	(154.314)	(94.284)	(803.412)	(597.001)	(1.400.413)

Movimentação do valor justo dos ativos dos planos:

	31/12/2010					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	Pama	Total	BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	416.952	178.623	-	595.575	592.957	1.188.532
Retorno esperado dos ativos do plano	52.166	23.846	-	76.012	66.430	142.442
Ganho (perda) atuarial	(4.381)	(7.114)	-	(11.495)	41.518	30.023
Contribuições do empregador	21.086	3.103	(6.988)	17.201	17.463	34.664
Contribuições do participante do plano	33	3.083	6.988	10.104	1.931	12.035
Benefícios pagos em 2010	(51.841)	(12.046)	-	(63.887)	(41.217)	(105.104)
Valor justo dos ativos do plano	434.015	189.495	-	623.510	679.082	1.302.592
Restrição de reconhecimento	-	(19.976)	-	(19.976)	-	(19.976)
Valor justo dos ativos do plano (final)	434.015	169.519	-	603.534	679.082	1.282.616

	31/12/2009					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	Pama	Total	BD	Total
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	366.008	149.579	-	515.587	574.041	1.089.628
Retorno esperado dos ativos do plano	47.314	20.783	-	68.097	34.636	102.733
Ganho (perda) atuarial	31.807	14.077	-	45.884	-	45.884
Contribuições do empregador	22.476	3.074	-	25.550	19.993	45.543
Contribuições do participante do plano	42	-	(7.777)	(7.735)	1.902	(5.833)
Benefícios pagos em 2010	(50.695)	(8.890)	7.777	(51.808)	(37.615)	(89.423)
Valor justo dos ativos do plano	416.952	178.623	-	595.575	592.957	1.188.532
Restrição de reconhecimento	-	(24.309)	-	(24.309)	-	(24.309)
Valor justo dos ativos do plano (final)	416.952	154.314	-	571.266	592.957	1.164.223

Total da despesa reconhecida no resultado:

	31/12/2010					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	Pama	Total	BD	Total
Custo do serviço corrente	(70)	3.549	-	3.479	2.063	5.542
Custo dos juros	62.106	17.439	10.545	90.090	55.661	145.751
Retorno esperado dos ativos do plano	(52.166)	(23.846)	-	(76.012)	(66.430)	(142.442)
Total de despesas / (receitas)	9.870	(2.858)	10.545	17.557	(8.706)	8.851

	31/12/2009					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	Pama	Total	BD	Total
Custo do serviço corrente	89	3.642	-	3.731	1.971	5.702
Custo dos juros	63.619	17.653	10.422	91.694	51.484	143.178
Retorno esperado dos ativos do plano	(47.314)	(20.783)	-	(68.097)	(34.636)	(102.733)
Total de despesas / (receitas)	16.394	512	10.422	27.328	18.819	46.147

Outros resultados abrangentes:

	31/12/2010					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	Pama	Total	BD	Total
Perda atuarial	(93.048)	(10.294)	(47.613)	(150.955)	(3.919)	(154.874)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	-	4.334	-	4.334	(6.317)	(1.983)
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	10.236	10.236
Total de outros resultados abrangentes	(93.048)	(5.960)	(47.613)	(146.621)	-	(146.621)

	31/12/2009					
	Ampla				Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	Pama	Total	BD	Total
Perda atuarial	(1.604)	11.266	(8.303)	1.359	(4.044)	(2.685)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	-	(20.552)	-	(20.552)	-	(20.552)
Transferência para lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-	4.044	4.044
Total de outros resultados abrangentes	(1.604)	(9.286)	(8.303)	(19.193)	-	(19.193)

Despesa prevista para 2011:

	Ampla			Total	Coelce	Consolidado
	PCA	PACV	Pama		BD	Total
Custo do serviço corrente	3	3.645	-	3.648	3.208	6.856
Custo dos juros	65.786	17.354	14.851	97.991	67.098	165.089
Retorno dos investimentos	(50.404)	(25.052)	-	(75.456)	(80.130)	(155.586)
Contribuição esperada dos empregados	(36)	-	-	(36)	(1.881)	(1.917)
Total de despesas previstas	15.349	(4.053)	14.851	26.147	(11.705)	14.442

Informação dos ativos do plano em 2010:

	31/12/2010			
	Ampla			Coelce
	PCA	PACV	PAMA	BD
Ações	19,324%	19,231%	0,000%	15,897%
Títulos de dívida	73,043%	75,318%	0,000%	75,927%
Bens imóveis	7,625%	5,445%	0,000%	6,086%
Outros	0,008%	0,006%	0,000%	2,090%
	100%	100%	0%	100%

As principais premissas atuariais e hipóteses econômicas adotadas pelo atuário independente para a realização da avaliação são:

Coelce

Principais premissas atuariais	2010	2009
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e obrigação atuarial total	10,50%	10,80%
Taxa de rendimento esperado sobre ativos do plano	12,09%	11,28%
Taxa do crescimento salarial	6,35% (empregados participantes)	5,84% (empregados participantes)
Taxa de inflação esperada	4,5%	4%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,5%	4%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua de mortalidade (qx)	AT-2000 básica	AT-83
Tábua de mortalidade de inválidos (q _i)	qx da AT-49 (+6)	qx da AT-49

Ampla Energia

Principais premissas atuariais	2010	2009
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e obrigação atuarial total	10,50%	Inflação + 6,7% a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre ativos do plano	12,09%	Inflação + 8,53% a.a.
Taxa do crescimento salarial	6,59%	Inflação + 2,0% a.a.
Taxa de inflação esperada	4,5%	4,5% a.a.
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,5%	Inflação
Tábua de mortalidade (qx)	AT-2000 básica	AT-83 segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos (q _i)	qx da AT-49 (+6)	AT-49 com 6 anos de agravamento

31. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	762.720	774.561	1.399.946	1.527.286
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
	259.325	263.351	475.982	519.277
Amortização do ágio e reversão da provisão	-	-	(12.537)	(13.698)
Efeito tributário da equivalência patrimonial	(243.014)	(250.033)	-	-
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos como ativo	-	-	26.069	22.079
Efeito líquido de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(63.342)	(39.621)
Encargos obrigações com IFC	(2.066)	6.678	(2.066)	6.678
Outros	993	1.250	16.634	19.790
Despesas com IR e CSLL antes do incentivo fiscal	15.239	21.246	440.740	514.505
(-) Incentivo fiscal	-	-	(126.229)	(115.837)
Despesas com IR e CSLL após do incentivo fiscal	15.239	21.246	314.511	398.668
Corrente	(15.239)	(21.246)	(292.438)	(267.488)
Diferido	-	-	(22.073)	(131.180)

A controlada Ampla Investimentos e Investluz possuem saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social no montante de R\$ 101.960, por serem Companhias holding cuja principal receita é equivalência patrimonial, as controlas não constituem o crédito fiscal diferido.

32. Receita líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Consolidado					
	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh		R\$	
	(Não auditado)		(Não auditado)		31/12/2009	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	(Reclassificado)
Fornecimento faturado-						
Residencial	4.417.977	4.316.642	6.942.667	6.431.371	3.166.891	2.930.806
Industrial	10.637	10.682	2.800.331	2.490.636	947.147	898.536
Comércio, serviços e outras	304.057	298.735	3.510.205	3.342.781	1.719.591	1.629.767
Rural	385.780	380.510	1.121.510	939.714	248.800	206.809
Poder público	42.613	41.387	884.333	812.743	429.938	382.000
Iluminação pública	9.037	7.887	853.423	831.866	244.111	233.159
Serviços públicos	2.917	2.733	546.764	514.892	158.030	148.538
Consumo Próprio	331	320	21.517	21.801	7.715	8.050
	5.173.349	5.058.896	16.680.750	15.385.804	6.922.224	6.437.665
(+) Estorno provisão refaturamento prefeituras	-	-	-	-	(841)	873
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	11.422	32.303
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	-	-	6.932.805	6.470.841
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	581.741	367.030
Baixa renda	-	-	-	-	379.363	359.065
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	19	14	-	-	80.518	56.651
Disponibilidade da rede elétrica	-	-	-	-	538.330	516.858
Receita de construção	-	-	-	-	823.962	614.202
Outras receitas	-	-	-	-	145.045	204.546
Receita operacional bruta	-	-	-	-	9.481.763	8.589.193
(-) Deduções da receita	-	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	(1.741.693)	(1.601.037)
PIS	-	-	-	-	(94.855)	(77.420)
Cofins	-	-	-	-	(440.807)	(363.107)
ISS	-	-	-	-	(3.300)	(2.498)
Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(97.464)	(100.380)
Subvenções CCC/CDE	-	-	-	-	(297.775)	(220.760)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(67.941)	(54.193)
Encargo Ex-Isolados	-	-	-	-	(8.046)	-
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	-	-	-	-	(27.343)	(18.519)
Total de deduções de receita	-	-	-	-	(2.779.223)	(2.437.914)
Total	5.173.368	5.058.910	16.680.750	15.385.804	6.702.540	6.151.279

33. Custos e despesas operacionais

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	Controladora				Consolidado			
	31/12/2010	31/12/2009			31/12/2010		31/12/2009	
	Total	Total	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(14.579)	(16.024)	(148.706)	(15.692)	(129.153)	-	(293.551)	(297.237)
Material	(48)	(51)	(18.378)	(3.611)	(786)	-	(22.775)	(39.039)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	-	-	(133.411)	-	-	-	(133.411)	(85.389)
Serviços de terceiros	(7.759)	(6.966)	(408.637)	(11.868)	(65.738)	-	(486.243)	(464.465)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(1.958.597)	-	-	-	(1.958.597)	(1.829.185)
Encargos do uso do sistema de transmissão	-	-	(417.460)	-	-	-	(417.460)	(329.048)
Encargos do serviços de sistema	-	-	(46.568)	-	-	-	(46.568)	(83.252)
Depreciação e amortização	(1.057)	(943)	(501.496)	-	(9.416)	(14)	(510.926)	(442.787)
Compensação financeira ou utilização de recursos hídricos	-	-	(15.737)	-	-	-	(15.737)	(11.936)
Perdas com desativação	-	-	(16.770)	-	-	-	(16.770)	(7.523)
PCLD- Clientes	-	-	-	(164.796)	-	-	(164.796)	(44.066)
PCLD- Outros créditos	-	-	-	115	-	-	115	(809)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	(143)	(10.024)	-	(4.307)	-	(14.331)	(13.725)
Custo de construção	-	-	(823.962)	-	-	-	(823.962)	(614.202)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	-	-	(21.541)	-	(21.541)	14.298
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	-	-	-	(32.253)	(32.253)	(35.240)
Resultado da equivalência patrimonial	714.746	735.391	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(3.760)	(1.404)	(31.462)	(354)	(19.371)	(38.886)	(90.073)	(114.999)
Total	687.543	709.860	(4.531.208)	(196.206)	(250.312)	(71.153)	(5.048.880)	(4.398.604)

Custo com energia elétrica comprada para revenda	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Centrais Elétricas S.A – Furnas	(130.358)	(127.754)
Itaipu Binacional	(197.581)	(179.803)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A	(38.737)	(85.688)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco – Chesf	(94.076)	(87.714)
Light S.A.	(148.907)	(131.583)
Companhia Energética de São Paulo- Cesp	(58.162)	(51.074)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A – Eletronorte	(41.856)	(38.957)
Copel Geração S.A – Copel	(34.298)	(32.178)
CEMIG - Geração e Transmissão S.A	(37.538)	(33.924)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	(130.174)	(228.943)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(767.811)	(625.796)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas – Proinfa	(79.583)	(71.971)
Contratos por disponibilidade(*)	(88.075)	(44.352)
Outros	(111.441)	(89.448)
Total	(1.958.597)	(1.829.185)

(*) Contratação de disponibilidade da usina para geração de energia elétrica quando necessário. Entre o ano de 2008 e 2009 houve um incremento na compra por disponibilidade e quantidade, em virtude da constituição de novos contratos do 4o leilão de energia existente, 1o e 2o leilões de energia nova produto 2009, com custos superiores aos já contratados. Os custos com cada leilão são diferentes e homologados pelo órgão regulador

34. Resultado financeiro

Resultado financeiro	Controladora	
	31/12/2010	31/12/2009
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	28.302	22.845
Transações com partes relacionadas	41.710	62.368
Outras receitas financeiras	7.753	-
Total da receita financeira	77.765	85.213
Despesa financeira		
Variações monetárias	-	(542)
Encargos de dívidas	(2.557)	(19.641)
Outras despesas financeiras	(31)	(329)
Total da despesa financeira	(2.588)	(20.512)
Total	75.177	64.701

Resultado financeiro	Consolidado	
	31/12/2010	31/12/2009
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	120.050	125.056
Multas e acréscimos moratórios	91.427	45.240
Variações monetárias diversas	3.126	1.311
Varição cambial ativa	88.024	146.155
Ajuste a valor justo - Ativo indenizável	29.239	3.774
Receita financeira - Ativo indenizável	3.836	-
Outras receitas financeiras	53.947	43.984
Total da receita financeira	389.649	365.520
Despesa financeira		
Variações monetárias	(20.188)	(5.773)
Varição cambial passiva	(97.906)	(134.613)
Encargos de dívidas	(188.713)	(246.743)
Ajuste a valor justo - Ativo financeiro	-	(971)
Atualização de impostos e multas	(27.870)	(4.710)
Atualização Financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(60.245)	(45.637)
Encargo de fundo de pensão	(3.309)	(17.832)
Multas e acréscimos moratórios	(9.652)	(3.051)
Juros debêntures	(97.949)	(52.694)
Indenizações DIC / FIC	(24.572)	-
Custo de transação	(3.777)	(1.329)
Correção Prog. Efec. Energética e P&D	(9.173)	(7.092)
IOF e IOC	(5.601)	(3.222)
Comissão - Banco	(3.159)	(1.553)
Outras despesas financeiras	(91.251)	(92.689)
Total da despesa financeira	(643.366)	(617.909)
Total	(253.717)	(252.389)

35. Participação nos resultados

A Sociedade e suas controladas implantaram o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação na no exercício de 2010 foi de R\$ 1.987 (R\$ 1.506 em 2009). A participação da Sociedade somada às controladas, no exercício de 2010, foi de R\$ 20.667 (R\$ 22.235 em 2009)

36. Transações que não afetaram caixa

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, as Controladas Coelce, Ampla Energia, Cien, CGTF e CDSA efetuaram a compra de ativos para a manutenção e expansão financiados diretamente por empréstimos ou fornecedores, que não afetou o saldo de caixa, no montante de R\$ 196.231 (R\$ 74.596 em 31 de dezembro de 2009).

37. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2010, as controladas da Endesa Brasil possuíam as seguintes coberturas de seguros:

As especificações por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Risco operacional:

Controladas	Data de vigência	Importância assegurada	Limite máximo de garantia por sinistro
Ampla Energia	30/06/2010 a 30/06/2011	662.363	54.018
CDSA	30/06/2010 a 30/06/2011	1.493.344	540.180
Cien	30/06/2010 a 30/06/2011	1.000.922	540.180
CGTF	30/06/2010 a 30/06/2011	660.770	540.180
Coelce	30/06/2010 a 30/06/2011	637.863	54.018

Responsabilidade civil:

Sociedades	Data de vigência	Limite máximo de garantia por sinistro
AMPLA Energia	30/06/2010 a 30/06/2011	270.090
CDSA	30/06/2010 a 30/06/2011	270.090
CIEN	30/06/2010 a 30/06/2011	270.090
CGTF	30/06/2010 a 30/06/2011	270.090
COELCE	30/06/2010 a 30/06/2011	270.090

38. Eventos subsequentes

Cien

O Ministério de Minas e Energia – MME equiparou, para efeitos técnicos e comerciais, as instalações dos sistemas de transmissão de Garabi I e Garabi II aos concessionários de serviço público de transmissão. De acordo com as portarias 210 e 211 do MME de 04 de abril de 2011, a vigência da equiparação de Garabi I segue até 20 de junho de 2020, enquanto a equiparação de Garabi II segue até 31 de julho de 2022. Ao término dos prazos, os bens e instalações de transmissão serão incorporados ao patrimônio da União, através de uma indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados. A Receita Anual Permitida – RAP a que terão direito Garabi I e Garabi II, serão reajustados anualmente no mês de julho, as portarias também estabelecem que, pelo menos, 1% da receita operacional líquida deverá ser aplicada em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

39. Aprovação das demonstrações financeiras

Em reunião realizada em 26 de maio 2011, as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Sociedade.

Informações corporativas

Conselho de Administração

Mario Fernando de Melo Santos – Presidente
Massimo Tambosco
Antonio Basílio Pires de Carvalho e Albuquerque
Ignácio Antoñanzas Alvear
Ramiro Diego Alfonsín Balza
Cristián Eduardo Fierro Montes
Joaquín Galindo Vélez

Diretoria Executiva

Marcelo Llévènes – Presidente
Antonio Basílio Pires de Carvalho e Albuquerque – Diretor Jurídico
Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor de Planejamento e Controle
Carlos Ewandro Naegele Moreira – Diretor de Recursos Humanos
Enrique de Las Morenas – Diretor de Desenvolvimento
Eugênio Cabanes Durán – Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
José Alves de Mello Franco – Diretor de Regulação
Luis Carlos Laurens Ortins de Bettencourt – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Endesa Brasil S.A.

Praça Leoni Ramos, 1 – São Domingos
CEP 24210-205 – Niterói (RJ) – Brasil |GRI 2.4|
Tel.: 55 21 2613-7000
www.endesabrasil.com.br

Relações com Investidores

David Abreu
Praça Leoni Ramos, 1 - São Domingos
CEP 24210-205 – Niterói (RJ) – Brasil
Tel.: 55 21 2613-7094 / 7773 / 7389
E-mail: dabreu@endesabr.com.br

Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu

Créditos

Coordenação geral

Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Responsabilidade Social Corporativa e Meio Ambiente

Coordenação de conteúdo e indicadores GRI

Ana Paula Caporal

Responsável por Responsabilidade Social Corporativa Ampla – Endesa Brasil

Equipe de conteúdo

A Endesa Brasil agradece, especialmente, aos colaboradores das empresas que integram a *holding* e contribuíram com o fornecimento de informações para este relatório:

Adriana Martins Sá | Adriano Silva | Agenor Martins Aguiar Junior | Aldo de Jesus Pessanha | Alexandra Valença | Alexandre Cledson Nogueira Nobre | Alexandre Magno | Alicia Gonçalves de Oliveira Netto | Aline Aguiar | Aline Maria Sena | Aline Mota | Ana Carolina Gomes | Ana Luisa Tupinambá | Ana Paula Azambuja | Ana Paula Milliet | Ana Rebello | Anderson Luis Tostes dos Santos | Andressa Assed | Andressa de Castro Ayd | Antônio Afonso Gomes | Aparecida Maria Alves | Araujo Marinho | Artur Teixeira | Augusta Lima | Beatriz Krause | Beatriz Stutzel | Bonança Mouteira | Bruno Vasconcelos | Camila Guimarães | Camila Messias Teixeira | Carlos Eduardo Sousa | Carlos Falconiere | Carlos Gomes | Carlos Marchetti | Carolina Farinas Pinheiro | Cássia Amaral Machado | Celso de Souza | Chahden Mounzer | Cintia Borges | Claudia Guimarães | Claudia Suanno | Cleide Silva | Cristiano Furtado | Daniele Couto | Danielle Luz | Danielle Ximenes | Darlyane Sousa de Brito | David Augusto de Abreu | David Bruxel | Denise Aparecida Lopes de Castro | Diego Fornasar | Diego Lima | Diego Sanz | Divino Alves Vieira | Dogival Grangeiro | Eduardo Gonçalves | Eliane Correia | Elizabeth Bernardine | Elizabeth Madeira | Enivalda Oliveira | Eric Pereira | Erika Milan | Fátima Mesquita | Felipe Conti | Felipe Loannides Lopes | Felipe Melo de Abreu | Fernanda Carvalho | Fernanda Senos Calixto | Fernando Seabra | Fernando Terra | Fernando Vinicius Jardim | Flavia Souza dos Santos | Francisca Giroux | Gabriel de Oliveira Brandão e Gomes | Gabriel Maluly | Gardênia Pedrosa | Georgia Queiroz | Germana Batista | Giselle Vieira | Gislene Santos Rodrigues | Gonçalves Lima | Harley Albuquerque | Herbert Aragão | Herica Brum Couto | Heverdan Barcellos | Hugo de Barros Nascimento | Hugo de Barros Nascimento | Isabel Alcântara | Ismália Moraes | Janaína Savino | Janaina Villela | Joana Ribeiro Facó | João Batista Dantas | João Batista Garcez | João Carlos Curty Alves | Joice Portella | Jorge Alexandre Barros de Almeida | Jorge Elias Ferreira | Jorge Maurício Scofano | José Caminha Araripe | Jose Ignacio Pires Medeiros | José Luiz Costa | José Nunes de Almeida Neto | José Renato Barreto | José Távora Batista | Julia Modesti Simões | Juliana de Aquino Guimarães | Juliana Linhares | Karla Jeanny Carioca | Larissa Mesquita | Leandro da Silva Marquez | Leonardo Sant'Anna Reis | Leonardo Torquato | Letícia Bella | Ligia Veras | Liliâne Selouan | Luciana Moura | Luciana Veras | Lucivânia Almeida | Luiz Antônio Araujo Marinho | Luiz Eduardo Monnerat | Luiz Junior | Luiza Pavone | Lysia Lima | Mabel Dutra | Marcelo Falcucci | Marcelo Palácio | Marcelo Zaghi | Márcia Germana Cordeiro | Márcia Holanda | Márcia Sandra | Marcony Melo | Marcos Alexandre Ries | Marcos Centurião Vêncio | Marcos Robério Pinheiro | Maria Eduarda Fischer | Mariane Guimarães Duarte | Marluce Baptista | Marta Lima | Matheus Magalhães Máximo | Michelle Muruci | Mike Nobre | Monica dos Santos Dias Cola | Mônica Kronemberger | Nacélio Botelho |

Natália de Souza da Costa Xavier | Nathália Miranda | Nilo Neto | Nyvea Souza | Ocelo Pinho | Odailton Arruda | Olga Carranza | Olympio Passos da Motta Neto | Oscar Campos | Osvaldo Férrer | Pablo Soares dos Santos | Patricia Gismonti de Souza | Patricia Varela | Patricia Yale | Paula Sousa Couto | Paula Thurler | Paulo Cesar Gomes | Paulo César Sena | Paulo Maisonnave | Paulo Medina de Mello Gomes | Plínio Neto | Priscila Martins Monteiro | Priscila Ferreira Civelli | Rafaela Mota | Raiane Pires de Alcântara | Raimundo Câmara | Regina Timbó | Régis Guimarães | Renata Lindholm Mello | Renata Monteiro | Renata Nadalutti | Renata Scorzelli | Renato Pereira | Renato Sampaio | Ricardo Coelho | Rita Marques | Roberto Heide | Roberto Sacco | Robson da Silva Alves | Rodolfo Gonçalves Borges | Ronaldo Passeri | Ruy Magno Praciano Bandeira | Sandro Ramos | Sarah Nobre | Senos Calixto | Sérgio Araújo | Sílvia Pereira | Socorro Lopes | Solange Freire | Stanley Pratti | Suely Braga | Sylvia Dias Medina | Tamara Otranto Peixoto | Tânia Lima | Tatiana Colares | Tatiana Saboia | Tatiane Ribeiro | Thais da Silva Mendonça | Tostes dos Santos | Vânia Porto | Victor Gomes | Vinícius Cunha | Vinicius Silva Neves | Viviane Marcelo | Wagner Lima | Wagner Maia | William Espírito de Abreu | Wylmar Fialho

Conteúdo, redação e revisão

Editora Contadino

Diagramação

fmcom

Fotos

Acervo Endesa e Ektar 4 Comunicação

Esclarecimentos adicionais sobre este relatório podem ser obtidos com Diretoria de Comunicação, Relações Institucionais, Responsabilidade Social Corporativa e Meio Ambiente: comunicacao@endesabr.com.br – tel.: 55 21 2613-7954



Praça Leoni Ramos, 1 – São Domingos
CEP 24210-205 – Niterói (RJ) – Brasil
Tel.: 55 21 2613-7000
www.endesabrasil.com.br